

Jefferson Evaristo
Davi Albuquerque
Phelipe Cerdeira
Cláudia Moura da Rocha
(Orgs.)

O Léxico e suas potências

Abordagens linguísticas e literárias
sobre a palavra, o léxico e a lexicografia

Léxico Palavra
Covid-19
Galego Glossário
Texto Pedra Gentílico
Língua Literatura
Verbetes
Dicionário
Cantareiras
Tradução Significado
Poema
Lexia
Lexicografia

O Léxico e suas potências

Abordagens linguísticas e literárias sobre a
palavra, o léxico e a lexicografia



Coordenação da equipe de revisão e preparação de originais

Jefferson Evaristo

Revisores da obra

Angélica Abdon

Bruno Neves

Raquel Lagoa

Rayssa Raquel

Financiamento

Este livro foi financiado pelo Programa de Pós-Graduação em Letras com verba Faperj do Edital E_05/2020 - Apoio aos Prog. e Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu do Estado do Rio de Janeiro - 2020

Revisão por pares

Os textos aqui apresentados foram escritos por pesquisadores de várias universidades brasileiras e do exterior e passaram por avaliação e revisão às cegas por pares conforme diretrizes da Proposta de Classificação de Livros do GT “Qualis Livro” da CAPES (2019).

Jefferson Evaristo
Davi Albuquerque
Phelipe Cerdeira
Cláudia Moura da Rocha
(Organizadores)

O Léxico e suas potências

Abordagens linguísticas e literárias sobre a palavra, o
léxico e a lexicografia



Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Jefferson Evaristo; Davi Albuquerque; Phelipe Cerdeira; Cláudia Moura da Rocha [Orgs.]

O Léxico e suas potências – Abordagens linguísticas e literárias sobre a palavra, o léxico e a lexicografia. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. 352p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-2072-7 [Digital]

1. Léxico. 2. Lexicografia. 3. Terminologia. 4. Língua Portuguesa. I. Título.

CDD – 410/370

Capa: Marcos Della Porta

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2025

Apresentação

*Penetra surdamente no reino das palavras.
Lá estão os poemas que esperam ser escritos.
Estão paralisados, mas não há desespero,
há calma e frescura na superfície intata.
Ei-los sós e mudos, em estado de dicionário.
(...)
Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma
tem mil faces secretas sob a face neutra
e te pergunta, sem interesse pela resposta,
pobre ou terrível que lhe deres:
Trouxeste a chave?*

As palavras de Carlos Drummond de Andrade, as mesmas palavras que ecoam como mantra a todos os que visitam o Museu da Língua Portuguesa, permanecem ecoando ainda hoje nos estudos linguísticos e literários. Ou, afinal, palavra, vocábulo, léxico, lexicografia, vocabulário, terminologias e o que mais se possa ter não são, em última instância, apenas recortes de um mundo que se abre, se significa e permite ser descoberto? A palavra, sim, a palavra: a mesma palavra que, por vezes, é deixada de lado e vista como elemento pouco científico. A palavra, sempre a palavra, ainda que dita por outras palavras.

No plano da linguística, palavra é um termo muito heterogêneo e, talvez por isso, seja pouco usual. Preferimos dizer léxico, lexia, ou outro conceito que nos pareça mais “científico” uns para os outros – afinal, desde Saussure, a Linguística precisa ser uma ciência e se afastar de seus primeiros passos ainda incertos, quando – se importava o que fosse feito ou discutido sobre a linguagem – vivia em um mundo que, sem ter descoberto as necessidades científicas e

positivistas do século XIX, não via problemas em fazer o que fazia sem se dizer uma ciência.

Quando a palavra “ciência” entra em ação, a palavra “palavra” deixa de servir; é necessário dar-lhe novos contornos, adaptados aos tempos. Mas se estavam lá as palavras, esperando ser descobertas, buscando quem as contemplasse, por que seria necessário escondê-la? Não seria melhor trazer suas chaves? Porém, por que não olhá-las muitas ao mesmo tempo, porque não ver suas mil faces e vertentes, nas obras que já há tantos séculos conhecemos como dicionários?

Assim, portanto, no reino das palavras, reina o dicionário; em sua corte, estão o léxico, a lexicografia, os vocábulo, os glossários e tantos outros. Mas não seriam eles, afinal, as mesmas palavras de antes? Talvez sim, talvez não, talvez nunca saibamos exatamente. Talvez por isso mesmo este livro seja importante.

E se, como vimos até aqui, não parece ser hiperbólica a afirmação de que os estudos em Lexicografia e Lexicologia acabaram por expandir-se como um planeta nas últimas décadas, tampouco parece ser impreciso que, para os horizontes linguísticos e literários, a palavra – amiúde dissimulada por um significante – se desdobra em verdadeiros mundos (no plural). Em universos ilimitados de uma Biblioteca de Babel, passamos a ser observadores da verve borgeana de que um ponto – lê-se, aqui, a palavra – pode ser justamente o lugar, a gênese do encontro. Avesa a rimas simples, toda palavra se institui como núcleo disparador de um novo (re)começo, de uma dobra em um *‘espaçotempo’* da língua(gem), de significados que constroem mundos. Em nossa perspectiva, a palavra é tempo, um *Aleph* no espaço, capaz de se manifestar não e tão somente por sua exclusividade, mas pelo seu potencial de semear e, por conseguinte, permitir florescer um jardim de caminhos que se bifurcam.

E o que justifica exatamente, na Língua ou na Literatura, que escolhamos esta ou aquela palavra para iniciar o que será contado? A pergunta retórica realizada por tantos e tantos até aqui acabou se transformando em projetos intelectuais, memórias, ensaios seminiais e obras tantas que, de uma forma ou de outra, sinalizam que o território da palavra não é o do verbete, do ponto final, mas das reticências...

De Homero a Virgílio na época clássica a constituição de nossos então heróis não se fazia apenas pela apresentação de seus feitos, mas, sim, dos efeitos conquistados por e pelos (des)limites de cada uma de suas palavras; de Tolkien a Lewis na Literatura, do Gênesis ao Evangelho de São João na Bíblia, a constituição de nossos mundos se dava pela potência criadora da palavra, sempre presente e ressignificada. Para ecoar a força da oralidade, encontramos, como sociedades ágrafas, a dimensão do simbólico a partir da manipulação da palavra, agora em sua manifestação escrita. E a justa destreza pela reversibilidade linguística que nos caracteriza nos fez, via literatura, provar, a cada verso, a cada linha, a disponibilidade em nos inventar enquanto sujeitos de e com a(s) palavra(s).

O livro que os leitores têm em mãos, então, ecoando a palavra, seus estudos e potencialidades, está dividido em quatro partes: na primeira, encontramos textos que se dedicam a estudar o Léxico, em suas muitas formas; na segunda, encontramos textos que se dedicam à discussão sobre a Lexicografia, essa quimera de muitas cabeças; na terceira parte, apresentam-se textos que vão se dedicar aos vocabulários, terminologias e outros contextos aplicados da palavra/léxico; por fim, na quarta parte, teremos textos que vão explorar literária e estilisticamente a palavra, suas nuances, sentidos, potência e alma. Este livro é, portanto, um manifesto de amor pela palavra – antes de tudo, a palavra.

Que cada palavra-capítulo presente, aqui, nesta obra, transcenda a descoberta de mundos outros, materializando-se, também, a partir da importante provocação que nos caracteriza enquanto seres que pesquisam e que precisam lembrar sempre que a palavra-linguagem é como uma lua, ora iluminando, ora nos convidando a querer decifrar suas sombras.

Rio de Janeiro, 05 de maio de 2025.

Os organizadores

Sumário

PARTE 1

Léxico e suas potências

Três momentos da abordagem do léxico: João de Barros (1540), Morais Silva (1806) e Evanildo Bechara (2009) em perspectiva historiográfica 15

Bruno Neves

Raquel Lagoa

Rayssa Marinho

O léxico português – considerações sobre fontes históricas, processos, registro e criatividade das/nas relações de sentido 49

Fabio André Cardoso Coelho

Janine Maria Rocha da Silva

O léxico sinalizado: complexidade e categorização 63

João Paulo da Silva Nascimento

Marcos Luiz Wiedemer

O signo saussureano em “Solitário”, de Christophe 85

Chabouté

Adriano Braga Bressan

Nataniel dos Santos Gomes

PARTE 2

Lexicografia e suas potências

Ecolexicografia: uma interseção entre a ecolinguística e os estudos lexicográficos 105

Davi Albuquerque

“Dicionário de conceitos da vida católica” – construção
lexicográfica e proposta de elaboração de verbetes
Jefferson Evaristo 133

Lexicografia pedagógica nos contextos de ensino de PLM
e de PLNM 163
Márcia Felipe
Jefferson Evaristo

PARTE 3

Terminologia, vocabulários e suas potências

Vocabulário da pandemia:
um retrato linguístico da sociedade 193
Claudia Moura da Rocha

Reflexões iniciais sobre o uso do Vocabulário Ortográfico
Comum (VOC) na aula de PLE 217
Davi Albuquerque

Estudo preliminar dos gentílicos culturais no português
brasileiro 233
Eliabe Procópio
Mariana Alves Vieira

Terminologias em conflito para a definição de uma área:
que “português língua estrangeira”? 247
Jefferson Evaristo

PARTE 4

Literatura, palavra e suas potências

Nuestro todo, nuestra nada: quando a ‘memória’
transcende a dimensão do verbete e se revela enquanto
cronotopo na literatura de Cristina Bajo 283
Phelipe de Lima Cerdeira

Pedra, poema e precipício: o lirismo em ruína e o gesto poético de Drummond Roberto de Andrade Lota	297
Redescobrimo as cantareiras: as letras de “A saia da Carolina” e “O Pirimpimpín” como forma de (re)aproximação do galego na lusofonia Thayane Gaspar	315
Traduzir a palavra: questões lexicais no processo de tradução de Cartucho, de Nellie Campobello Wagner Monteiro Letícia Oliveira	331
Organizadores	343
Autoras e autores	345

PARTE 1

Léxico e suas potências

Três momentos da abordagem do léxico: João de Barros (1540), Morais Silva (1806) e Evanildo Bechara (2009) em perspectiva historiográfica

Bruno Neves (UERJ)
Raquel Lagoa (UFF)
Rayssa Marinho (UERJ)

Introdução

O estudo do léxico da Língua Portuguesa, especialmente em sua organização e categorização ao longo dos tempos, revela uma trajetória robusta de transformações linguísticas influenciadas por diferentes contextos históricos, sociais e culturais. Este estudo busca analisar, sob a perspectiva da Historiografia da Linguística (HL), a trajetória da categorização lexical nas seguintes gramáticas: *Grammatica da Língua Portuguesa* de João de Barros (1540), *Grammatica da Língua Portuguesa* de Antônio de Morais Silva (1806) e *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara (2009), explorando como essas obras refletem e contribuem para o entendimento do léxico na Língua Portuguesa.

As análises desta pesquisa seguiram a abordagem do paradigma interpretativista a partir de uma abordagem qualitativa e quantitativa. O objetivo central é investigar a relação de continuidade ou ruptura nas concepções que fundamentam a categorização lexical dos referidos autores, inseridos em períodos e contextos distintos da história da língua. A metodologia adotada nesta pesquisa, portanto, segue os princípios da Historiografia Linguística, campo interdisciplinar que examina a trajetória do conhecimento linguístico, focando não apenas na língua, mas também no que foi dito e produzido a seu respeito em diferentes contextos históricos e sociais (Swiggers, 2013).



Nesse contexto, está pesquisa busca entender como as categorias lexicais foram descritas e classificadas pelos gramáticos ao longo do tempo, levando em consideração os fatores intrínsecos à língua, como critérios semânticos, morfológicos e sintáticos, bem como fatores extrínsecos, o contexto social, histórico e ideológico, também conhecido como "clima de opinião", isto é, sistema de ideias, crenças e valores predominantes em uma época específica, os quais exercem influência sobre o pensamento e a formulação de teorias. Esse conceito é fundamental para compreender de que maneira os contextos históricos, sociais, culturais e ideológicos contribuem para a construção e evolução das teorias e abordagens linguísticas (Kaltner, 2023).

O trabalho está estruturado conforme as três fases de pesquisa propostas por Swiggers (2013) para a HL: *fase heurística*, *fase hermenêutica* e *fase executiva*. Na fase heurística, foi realizado um levantamento das obras e do contexto histórico de sua produção. Na fase hermenêutica, os dados coletados foram analisados à luz das categorias interpretativas da HL, com ênfase nas continuidades e rupturas nos critérios de categorização lexical. Finalmente, na fase executiva, os resultados foram organizados em uma análise comparativa entre os três momentos da gramaticografia do português, contribuindo para a compreensão da trajetória do pensamento linguístico na organização do léxico de nossa língua.

A escolha dos *corpora* de análise – as gramáticas de João de Barros, Morais Silva e Bechara – justifica-se pela relevância histórica e acadêmica dessas obras para a tradição gramatical brasileira, bem como pela importância de seus autores na sistematização e normatização do Português no Brasil. Cada uma dessas obras reflete uma tentativa de organizar e descrever o léxico da Língua Portuguesa, tendo em vista as especificidades de seu tempo e contexto, o que possibilita a construção de um panorama historiográfico da categorização lexical ao longo dos séculos.



1. Metodologia de pesquisa

A distinção entre teoria e método é central na pesquisa social, pois ambos cumprem papéis complementares. A teoria organiza e interpreta fenômenos observados, fornecendo modelos explicativos que guiam a análise de dados, enquanto os métodos definem as técnicas para coletar e analisar informações, sejam elas qualitativas ou quantitativas (Brauner *et al.*, 2014). Essa pesquisa adota a teoria fundamentada nos dados, que permite que as teorias emergam diretamente dos dados coletados, alinhando-se ao paradigma interpretativista.

A pesquisa qualitativa, como proposta neste estudo, considera a relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, reconhecendo o vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do pesquisador, o que não pode ser traduzido em números. Baseada na interpretação dos fenômenos e na atribuição de significados, essa abordagem descritiva coloca o pesquisador como instrumento-chave, permitindo a análise indutiva dos dados por meio da observação e compreensão dos fenômenos, com o objetivo de construir interpretações mais amplas e contextuais (Prodanov; Freitas, 2013).

Concomitantemente, as análises desta pesquisa foram realizadas a partir do paradigma interpretativista, que se desenvolveu como uma alternativa ao positivismo. Nesse paradigma, entende-se que não é possível observar o mundo de forma independente das práticas sociais e dos significados presentes na sociedade (Bortoni-Ricardo, 2008). Além disso, a compreensão do observador é profundamente influenciada por seus próprios significados e suas perspectivas, pois ele não atua como um relator passivo, mas sim como um agente ativo na interpretação dos fenômenos observados.

Nesse enfoque, a interpretação do pesquisador é ativa, considerando o contexto sociocultural e reconhecendo que a observação está entrelaçada aos significados sociais. Assim, optamos por uma abordagem qualitativa-interpretativista,



motivada pela experiência como professor-pesquisador e pela natureza historiográfica do *corpus* analisado.

1.1. Fases da Pesquisa

A partir da década de 1970, a Historiografia Linguística (HL) consolidou-se como uma disciplina acadêmica autônoma, ganhando espaço e legitimidade no meio científico. Inicialmente vinculada à História, passou por um processo de redefinição epistemológica que a distanciou da simples narração cronológica de fatos. Segundo Bastos e Casagrande (2021), a HL assumiu um papel crítico e reflexivo ao abordar os acontecimentos linguísticos, questionando-os e problematizando-os, em consonância com os novos paradigmas da historiografia contemporânea.

De acordo com Swiggers (2013), a HL é concebida como um campo interdisciplinar que investiga a evolução do conhecimento linguístico, articulando-se especialmente com a História das Ciências e das Ideias. Nessa perspectiva, conforme Batista (2020, p. 52), “o historiador que se debruça sobre a história do conhecimento sobre a linguagem será chamado de historiógrafo da linguística”. Este profissional não se limita a compilar datas ou obras de maneira descontextualizada; pelo contrário, sua atuação exige senso analítico, rigor metodológico e formação específica.

O trabalho do historiógrafo linguístico, longe de ser arbitrário ou desorganizado, segue uma metodologia própria e estruturada. Dessa forma, Swiggers (2013) propõe três fases essenciais para a condução da pesquisa historiográfica: a fase heurística, a fase hermenêutica e a fase executiva. Cada uma dessas etapas desempenha um papel específico na investigação, garantindo a coerência e a profundidade da análise historiográfica.

A *fase heurística* corresponde à etapa inicial da investigação, na qual o foco está na busca e seleção das fontes documentais. Essa fase compreende a identificação, leitura crítica e catalogação dos textos, bem como a contextualização de ideias, terminologias e perspectivas teóricas relevantes à época. A *fase hermenêutica* ocupa-



se da interpretação dos dados coletados. Nesse momento, o historiógrafo aplica categorias interpretativas — tanto gerais, relacionadas à metodologia historiográfica ampla, quanto específicas, ligadas ao objeto de estudo — buscando estabelecer relações comparativas entre autores, conceitos e tradições teóricas.

Já a *fase executiva* refere-se à apresentação dos resultados da investigação. É nela que se organizam as análises e se define a forma de exposição do conhecimento produzido. Swiggers (2013, p. 45) identifica ainda três dimensões fundamentais dessa etapa: (1) o formato de exposição; (2) a intencionalidade do historiógrafo; e (3) o programa cognitivo que orienta a abordagem teórico-metodológica adotada. Essa organização possibilita não apenas a reconstrução crítica da história do saber linguístico, mas também amplia as possibilidades de análise para linguistas interessados na historicidade e nas práticas reflexivas acerca da linguagem.

Dessa forma, neste trabalho, na *fase heurística*, optamos por selecionar e analisar a organização das palavras nas gramáticas com o intuito de observar os critérios utilizados na classificação das classes gramaticais, além de consultar textos historiográficos contemporâneos que subsidiam teoricamente a investigação. Também levantamos dados sobre a nacionalidade dos autores, datas e locais de publicação, com o objetivo de entender o clima de opinião da época. As fontes secundárias nos auxiliaram na contextualização do cenário intelectual e no aprofundamento das discussões já realizadas sobre o tema.

Na *fase hermenêutica*, interpretamos os dados coletados a partir das camadas analíticas propostas por Oliveira (2023), distinguindo elementos contextuais e teóricos nas obras. Por fim, na *fase executiva*, organizamos os resultados em uma narrativa que reconstrói a abordagem das classes de palavras nas gramáticas analisadas, identificando continuidades, rupturas e os critérios normativos utilizados.

Essa trajetória metodológica nos permitiu não apenas compreender a configuração do pensamento linguístico lexical das



partes do discurso no *corpus* utilizado, mas também contribuir para os estudos historiográficos sobre a gramática brasileira.

1.2 Escolha do *corpus*

Esta seção tem como foco explicar os critérios adotados para a seleção do *corpus* analisado, composto por três gramáticas da Língua Portuguesa: a de João de Barros (1540), a de Antônio de Moraes Silva (1806) e a de Evanildo Bechara (2009). A análise recai sobre a organização do léxico, especialmente no que se refere à categorização das palavras em classes, sob a perspectiva historiográfica. Todas as obras selecionadas representam tentativas de descrever o português, levando em conta os contextos históricos e metodológicos em que foram produzidas.

Seguindo as fases de organização propostas por Swiggers (2010), a seleção das fontes insere-se na *fase heurística*, voltada à constituição do *corpus*. Nesse processo, optamos por reunir um conjunto de fontes primárias, ou seja, os próprios documentos originais. O critério de escolha baseou-se na relevância histórica, metodológica e descritiva das obras em relação à tradição gramatical quinhentista, oitocentista e noventaenista da língua portuguesa.

A primeira gramática usada como *corpus* desta pesquisa é a gramática escrita por João de Barros (1496-1570) em 1540, intitulada *Grammatica da Língua Portuguesa (GLP)*, por ser esta considerada a primeira gramática de nossa língua a seguir o paradigma da tradição gramática greco-latina, servindo, portanto, como modelo para gramáticas publicadas posteriormente até nossos dias. Sem dúvidas, ela representa o momento fundante de nossa gramaticografia

Outro aspecto que torna a *GLP* (1540) singular é a preocupação do humanista João de Barros em escrever uma gramática de cunho pedagógico que pudesse ser usada no ensino da Língua Portuguesa, tanto no reino de Portugal quanto nas colônias,



preocupação que se observa no modo simples em que ele descreve os fatos da língua.

Ainda merece destaque o trânsito de João de Barros no reino português, onde ele foi funcionário de Casas de Comércio, proprietário de Capitania Hereditária e membro da corte portuguesa, fatos que vão nos ajudar a entender o contexto em que a sua obra está inserida, bem como o pensamento linguístico a ela vinculada. Deveras, os estudos sobre a biografia de JB, como argumenta Kaltner (2023 p. 209), “nos levam à descrição de Portugal no século XVI”, em outras palavras ao ‘clima de opinião’, que nos ajudará a compreender o alcance de sua obra.

A segunda obra do *corpus* é a *Grammatica da Língua Portuguesa* (1806), de Antônio de Morais Silva (1757–1824), também conhecido como autor do Dicionário da Língua Portuguesa (1789). Embora seja mais conhecido por sua atuação como lexicógrafo, Morais Silva ocupa lugar central na tradição gramatical brasileira. Sua gramática representa a primeira tentativa de descrição sistemática do português por um autor brasileiro, mesmo tendo sido impressa em Portugal — dado que o Brasil ainda não possuía casas impressoras naquele período. A importância da obra reside não apenas na perspectiva racionalista que a estrutura, mas também em seu valor historiográfico e pioneirismo no contexto dos estudos linguísticos nacionais (Cavaliere, 2022).

Por fim, a escolha da *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara (1928 – 2025), justifica-se por sua indiscutível relevância no cenário dos estudos gramaticais das últimas décadas do século XX e de todo o século XXI – até o presente. Trata-se de uma gramática normativa, mas que se demonstra atenta às peculiaridades do português contemporâneo, em especial na variante brasileira. A obra de Bechara, desde sua primeira edição em 1961, consolida-se como referência central tanto no meio acadêmico quanto no universo dos concursos públicos, compondo recorrentemente, bibliografias de editais, de cursos de graduação em Letras e de diversos outros estudos com foco na língua. Sua longevidade editorial e sua ampla aceitação no meio especializado



conferem-lhe, a um só turno, o status de clássico e moderno a um só tempo.

Mais do que uma referência bibliográfica inquestionável, a inclusão da obra de Evanildo Bechara neste estudo assume também um caráter de justa homenagem à trajetória de um dos mais importantes nomes da gramaticografia brasileira. Professor emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), instituição à qual os autores deste trabalho igualmente se vinculam, Bechara sempre se destacou pela seriedade, rigor metodológico e, ao mesmo tempo, pela generosidade no trato com alunos, pesquisadores e colegas de profissão. Sua produção intelectual constitui-se como legado inestimável à cultura e à educação no Brasil. Este registro adquire, inclusive, um valor simbólico ainda mais significativo diante do recente falecimento do mestre, ocorrido no último dia 22 de abril de 2025. Assim, ao trazer a *Moderna Gramática Portuguesa* como objeto de análise, presta-se, além de um exame técnico da abordagem do léxico na obra, uma homenagem póstuma àquele que dedicou sua vida à causa do saber linguístico, deixando marcas indeléveis na história dos estudos da Língua Portuguesa.

Desse modo, a composição do *corpus* — com gramáticas dos séculos XVI, XIX e XXI — permite um panorama representativo da tradição gramatical brasileira em diferentes momentos históricos, revelando os caminhos da categorização lexical ao longo do tempo e contribuindo para uma compreensão historiográfica da descrição do português do Brasil.

2. Contextualização da Historiografia da Linguística (HL)

Com o propósito de emprendermos a análise da organização lexical das categorias de palavras de nossa língua sob o lume historiográfico, delineamos alguns conceitos considerados na Historiografia da Linguística (HL) que nos auxiliarão tanto no trabalho de análise *per se* quanto na seleção e interpretação dos dados obtidos.



Dessa forma, no que tange ao embasamento teórico deste estudo temos como fundamentos os estudos de Altman (2012 e 2019), Koerner (1996), Swiggers (2013), Batista (2013, 2019 e 2020) e Kaltner (2023).

Quanto à sua definição, podemos dizer que a HL “não toma por objeto a língua e seus fenômenos, mas o que foi dito e produzido (em contextos sociais e históricos) a respeito das línguas e seus fenômenos” (Batista, 2019, p. 49).

Dessa forma, a HL é uma disciplina que tem como foco a análise do conhecimento linguístico construído através dos tempos, sendo, portanto, uma disciplina de caráter elucidativo, na medida em que o trabalho do historiógrafo se faz através de “um olhar interpretativo que procura entender as razões de determinado trabalho apresentar as características que o definem” (Batista, 2019, p. 13).

Por apresentar esse cunho interpretativista, cabe ao historiógrafo fazer “um recorte sobre um *continuum* histórico, cujos fatos procura compreender e reconstruir” (Altman, 2012, p. 27), processo que requer o que se define como *objetividade relativa*, uma vez que o pesquisador

não atua em termos de objetividade absoluta, [...] mas sim a partir de pontos de vista que vêm a ser delineados e assumidos por aquele que se dedica a reconstruir eventos e fatos de uma determinada sociedade e cultura em um eixo temporal definido. (Batista, 2020, p. 37)

Por isso torna-se incontestável que o historiógrafo esteja “atento diante de possíveis desvios e incongruências de julgamentos por demais pessoais e enviesados” (Batista, 2020, p. 37). De fato, o processo analítico transita entre a subjetividade e objetividade, caminhos que todo cientista deve percorrer.

Isso posto, a seleção dos *corpora* desta análise, resultado do olhar individual dos pesquisadores, tem por objetivo investigar o pensamento linguístico concernente ao processo de categorização do nosso léxico através das três gramáticas supracitadas, a fim de se verificar a relação de continuidade ou ruptura entre o



pensamento linguístico da antiguidade clássica, perpassando o pensamento renascentista até a nossa contemporaneidade.

Sendo assim, por se tratar de um trabalho científico no campo dos estudos da linguagem, faz-se necessário o emprego de parâmetros metodológicos, o Norte desta pesquisa, aplicados na seleção, análise e interpretação dos achados linguísticos.

Uma das primeiras etapas de análise de um estudo, que se pretende historiográfico, é o recorte temporal. De fato, as ideias linguísticas não surgem de forma aleatória e descontextualizadas, mas fazem parte de uma ideologia que se relaciona à época de sua produção e recepção. Indubitavelmente, “[u]ma das matérias-primas da observação historiográfica, o tempo é um dos temas mais intrigantes e problemáticos da pesquisa em história” (Batista, 2020, p. 40).

A questão do recorte temporal, princípio historiográfico basilar, implica o que Konrad Koerner¹ (1996 *apud* Batista, 2020), classifica como procedimentos metodológicos de análise, que partem do princípio de que para a produção de um trabalho historiográfico, faz-se necessário

um estudo metodologicamente orientado (a partir de uma reflexão consistente sobre seu caráter epistemológico) a respeito da elaboração, circulação e recepção das ideias linguísticas, levando em conta a natureza intelectual ou científica dessas ideias e seus contextos de produção, observando principalmente o clima de opinião que permitiu a presença histórica de determinado conhecimento sobre a linguagem. (Batista, 2020, p. 48)

O estudo metodológico empreendido nesta pesquisa tem como fato linguístico os critérios de categorização de nosso léxico adotados por João de Barros (1540), Morais Silva (1806) e Evanildo

¹ Um dos principais historiógrafos da linguística, responsável pelo desenvolvimento de “procedimentos claramente definidos pelo pesquisador, para que se evitasse uma visão impressionista da HL” (Batista, 2020, p. 48), em outras palavras, responsável pelo emprego de um método que deu à HL *status* de cientificidade. Além disso, foi responsável por chamar o pesquisador em HL de historiógrafo e deu à disciplina o nome de HL.



Bechara (2009), levando em conta o que Swiggers (1990 *apud* Altman, 2012) classifica como *fatores internos* à língua, em que “a pesquisa se volta para a reconstrução dos estudos sobre a linguagem em meio à análise, formulação e reformulação de conceitos teóricos e práticas de tratamento das línguas” (Batista, 2019, p. 57); e *fatores externos*, em que o que “interessa é o aspecto social como parte do processo histórico de formação e desenvolvimento de uma ciência ou área do saber e de suas práticas discursivas, revelando posicionamentos ideológicos sociais e históricos” (Batista, 2019, p. 57).

Nesse sentido, este estudo busca relacionar as abordagens linguísticas dos referidos gramáticos quanto à categorização do léxico em nossa língua com o clima de opinião do período em que estão inseridos, para que possamos compreender a construção do pensamento linguístico na corrente do tempo.

Assim, tendo por finalidade o uso de fatores internos e externos de análise, empregamos os princípios de análise historiográfica delineados por Koerner (1996), sendo eles: o princípio da contextualização, da imanência e da adequação.

Quanto ao *princípio da contextualização*, ou “clima de opinião”, ele está relacionado “[a]o contexto social e histórico, [assim como] a atmosfera intelectual de determinado período em que certas propostas foram trazidas à discussão” (Batista, 2013, p. 75-76). Esse princípio permite que se entenda a obra levando em conta a ideologia do momento em que ela foi produzida e divulgada.

O *princípio de imanência*, por sua vez, está relacionado à análise do pensamento linguístico *per se*, depreendendo que “as definições dos termos metalinguísticos devem ser internas ao texto examinado” (Batista, 2019, p. 163). Para garantir a aplicação desse princípio “deve o pesquisador analisá-la [a língua] a partir de seus próprios metatermos e pressupostos, recorrendo a intertextualidade com obras coevas para facultar a compreensão, quando necessário” (Kaltner, 2023, p. 186).

No que se refere ao *princípio da adequação*, etapa final de análise, ele “consiste em explicar um determinado pensamento linguístico



do passado em termos atuais para outros pesquisadores compreenderem as nuances de determinadas obras, o que é um trabalho de hermenêutica, de interpretação” (Kaltner, 2023, p. 186).

Para além dos princípios descritos por Koerner (1996), podemos inferir que também levamos em conta nesta análise os pressupostos de Swiggers (2019), uma vez que esses se relacionam com os estudos de Koerner, sendo eles: (i) “Fase heurística: fase de seleção e investigação da fonte documental; (ii) Fase hermenêutica: fase de interpretação do objeto de análise; e (iii) Fase expositiva: momento em que o historiógrafo define o formato de exposição de sua análise”. (Batista, 2020, p. 94)

Isto posto, através da metodologia historiográfica, pretendemos investigar como se deu o processo de categorização de nosso léxico, com vistas a traçar o pensamento linguístico na corrente do tempo, bem como apontar a existência de uma relação de continuidade ou descontinuidade com as diferentes tradições linguísticas.

3. Conceitualizações sobre o léxico

O conceito de léxico ocupa posição central nos estudos linguísticos, especialmente no âmbito das denominadas Ciências do Léxico, constituindo-se como objeto de investigação da Lexicologia, da Lexicografia e da Terminologia. Entretanto, ainda que sua recorrência seja constante na literatura especializada, observa-se que o próprio termo “léxico” carece, muitas vezes, de uma definição consensual, em virtude de sua polissemia e de sua articulação com diferentes domínios teóricos da Linguística.

De modo geral, compreende-se léxico como o conjunto de unidades lexicais de uma língua, ou seja, o inventário de palavras que compõem seu vocabulário, estejam elas organizadas em dicionários ou em uso efetivo nas práticas comunicativas. Contudo, esta definição, embora prática, revela-se insuficiente para dar conta da complexidade semântica, sociocultural e cognitiva que esse conceito abarca.



Biderman (1996) oferece uma definição relevante para a compreensão do léxico, ao afirmar que ele deve ser entendido não apenas como a soma das palavras de uma língua, mas como um sistema estruturado, dinâmico e organizado segundo princípios de natureza semântica, morfológica e pragmática. A autora salienta que “o léxico de uma língua é o conjunto de unidades lexicais que se estruturam, se inter-relacionam e se organizam em campos, redes e sistemas” (Biderman, 1996, p. 28). Essa concepção se distancia, portanto, de uma visão meramente enumerativa, passando a reconhecer o léxico como um componente linguístico com organização própria, dotado de regras internas que regem tanto a formação de novas palavras quanto as relações de sentido estabelecidas entre elas.

Já nas lições do professor Claudio Cezar Henriques (2018), temos uma interessante definição acerca do léxico que, em verdade, funciona como uma subcategorização dele; uma espécie de dicotomia na qual se especificam (e delimitam) as abrangências de domínio lexical:

[n]uma explicação bem simples, podemos dizer que há dois tipos de léxico: um deles se refere a um determinado estado de língua, composto pelas palavras que são compartilhadas por todos os usuários, parecendo uma interseção dos usos individuais cotidianos (É O LÉXICO COMUM); o outro comporta todas as palavras empregadas pelos usuários de determinada língua, independentemente de ser compartilhadas entre eles (é o LÉXICO TOTAL). (Henriques, 2018, p. 12-13)

Essa interessante divisão permite compreender uma bivalência no uso da terminologia “léxico”. A um só turno pode definir o repositório total de possibilidades lexicais de uma língua – como aquele existente nos dicionários ou no Vocabulário Oficial da Língua Portuguesa (VOLP), bem como um recorte mais ou menos bem delimitado que diz respeito ao uso de um grupo de indivíduos.

No sentido da definição de léxico comum (Henriques, 2018), ele também se define como um espaço de interação entre língua e



cultura. É no léxico que se manifesta, de maneira mais sensível, a marca da historicidade, da experiência coletiva e dos modos de ver e nomear o mundo próprios de uma comunidade linguística. Assim, como afirmam Silva e Bevilacqua (2022), “o léxico é um complexo constituído de complexos”, por integrar diferentes subsistemas, tais como a onomástica, a fraseologia, a terminologia, os neologismos e as expressões idiomáticas, entre outros.

Cabe destacar que o léxico não se confunde com o vocabulário individual dos falantes, embora mantenha com este uma relação estreita. Enquanto o vocabulário corresponde ao conjunto de palavras conhecidas e empregadas por um indivíduo, o léxico abarca o repertório coletivo e potencial de uma língua, englobando tanto as unidades de circulação corrente quanto aquelas restritas a determinados grupos, registros ou domínios especializados (Biderman, 1996). Nessa linha, Neveu (2008) reforça que o léxico se distingue de uma simples lista de palavras por constituir um sistema, no qual cada unidade lexical não se define isoladamente, mas em função de suas relações com outras unidades, segundo princípios de hierarquização, oposição, sinonímia, antonímia, hiperonímia e outras categorias semânticas e estruturais. Além disso, no interior das Ciências do Léxico, a concepção de léxico se amplia, para abarcar não apenas palavras isoladas, mas também unidades polilexicais — locuções, expressões idiomáticas, provérbios, fórmulas fixas e combinações fraseológicas — que desempenham papel fundamental na organização do repertório linguístico (Silva e Bevilacqua, 2022).

Por fim, não se pode ignorar que o léxico é um componente altamente dinâmico e sensível às transformações sociais, culturais e tecnológicas. A constante incorporação de neologismos, estrangeirismos e adaptações lexicais reflete a vitalidade do léxico, que, embora dotado de certa estabilidade, permanece em processo contínuo de expansão, atualização e ressignificação. Assim, seguindo a lição de Biderman (1996), é possível afirmar que o léxico não é um inventário fechado, mas um organismo vivo, cuja



configuração resulta da interação permanente entre os falantes, as práticas sociais e as necessidades comunicativas de cada época.

Diante desse panorama, torna-se evidente que o léxico, longe de ser um mero repertório de palavras, representa um dos componentes mais complexos, estruturantes e culturalmente carregados da língua. Sua compreensão demanda, portanto, não apenas a análise de suas unidades isoladas, mas também — e sobretudo — o exame das relações que essas unidades estabelecem entre si e com os diferentes contextos de uso, refletindo, em última instância, a própria visão de mundo de uma comunidade linguística.

4. Análise lexical das categorias de palavras

4.1. João de Barros e suas 'partes da oração'

Como exposto nas seções anteriores, a análise historiográfica implica não só levar em conta os elementos intrínsecos à língua, mas também o contexto em que as obras estão inseridas. De fato, entender o momento de produção, recepção e circulação das obras, torna-se de suma importância para que compreendamos as teorias linguísticas desenvolvidas pelos gramáticos.

Dessa forma, quanto ao contexto da publicação da *GLP* (1540), podemos citar os seguintes fatores extralinguísticos que deixaram marcas em sua produção: o Padroado Real Português e o Concílio de Trento, o advento da imprensa, o desenvolvimento do comércio e a inserção de JB no “clima de opinião” humanista-renascentista. No entanto, em virtude do escopo deste capítulo, faremos apenas uma exígua descrição desses fatores.

Quanto ao Padroado e o Concílio de Trento, eles contribuíram para o uso e a sistematização do vernáculo português, uma vez que com o objetivo de conquistar territórios e converter os povos, essas instituições impulsionaram uma campanha de divulgação da fé Católica através de cartilhas e catecismos, escritos no vernáculo português, que havia começado a se tornar a língua de instrução tanto no reino português quanto nas suas colônias.

O advento da imprensa, por sua vez, acelerou a circulação de material escrito em português, o que tornou imperiosa a sua sistematização. De fato, a imprensa contribuiu para o estabelecimento de um certo padrão para a língua escrita, ao tentar fixar um modelo ortográfico da língua nos compêndios impressos. Portanto, eram necessárias regras gramaticais para que se pudesse ter um padrão de norma culta, o que só seria possível através da gramatização.

Por outro lado, o desenvolvimento do comércio fez com que JB, funcionário das Casas de Comércio, entrasse em contato com diferentes povos e observasse os diferentes falares, o que, provavelmente, o ajudou a identificar a necessidade de produzir uma gramática da LP com o intuito de preservar o vernáculo da influência de outras línguas, bem como inibir as variedades linguísticas cada vez mais presentes.

No entanto, foi estar inserido no período renascentista o que, provavelmente, fez com que JB se preocupasse em deixar a sua contribuição, como homem das ciências, através da produção de sua gramática, a exemplo dos espanhóis e de outros reinos europeus. De fato, durante a sua leitura, pode-se notar a sua preocupação em demonstrar o cunho científico de sua obra. A sua definição de gramática corrobora esse fato, sendo ela “ciência de letras” (Barros, 1540, p. 2), o seu conceito de ortografia também atesta esse caráter científico, sendo considerada como “ciência de se escrever corretamente” (Barros, 1540, p. 40).

Portanto, com o objetivo de sistematizar o vernáculo e lhe conferir o status de língua “nacional” e de cultura, JB usa o padrão latino de descrição linguística, com o propósito de elevar a Língua Portuguesa ao *status* da língua de cultura do momento, o latim. Por esta razão, vamos verificar em sua abordagem linguística a descrição dos fatos da “nova língua” seguidos de comparações com o latim e o grego, que funcionam como uma espécie de avalistas da língua em ascensão.

Uma vez tendo o *princípio da contextualização* delineado, iniciamos a análise dos fatores intrínsecos à língua, em outras



palavras, passamos à aplicação do *princípio da imanência* com o propósito de analisar o pensamento linguístico de JB relacionado à organização do nosso léxico em classes, o que ele convencionou chamar de Partes da Oração.

Os estudos sobre as partes da oração ou classes de palavras remontam à antiguidade. João de Barros identifica-se com as concepções de Dionísio e Varrão, na medida em que para ele a gramática é “artifício de palavras, postas em seus naturais lugares, para que mediante elas, assim na fala como na escrita, venhamos ter conhecimento das intenções alheias” (Barros, 1540, p. 2). Através dessa definição de gramática proposta por JB, constatamos a sua visão de gramática como instrumento para a expressão e compreensão do pensamento.

A concepção linguística de João de Barros nos ajuda a entender a sua proposta de categorização do nosso léxico, que se fundamenta, principalmente, no critério semântico. Ele identifica a existência de nove classes, destacando a influência do léxico grego, latino e hebraico. Como ele atesta: “[a]ssim que podemos aqui entender ser a nossa linguagem composta dessas nove partes: artigo, que é próprio dos gregos e hebreus, nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição, interjeição, que tem os latinos” (Barros, 1540, p. 2v).

Para uma melhor compreensão, observe o quadro abaixo:

Quadro 1: João de Barros (1540)

Classe gramatical ²	Definição	Critérios utilizados
Nome	“Nome [...] é aquele que se declina por casos sem tempo significando sempre alguma coisa que tenha corpo, ou sem corpo. Que tenha corpo, como: homem, pau, pedra. Sem corpo:	Semântico e morfológico.

² A ordem de apresentação das classes obedece à ordem utilizada por João de Barros na terceira parte de sua gramática intitulada “Da dição”, referente à análise das partes da oração.

	gramática, ciência, doutrina. E cada um dos nomes tem estes acidentes: qualidade, espécie, figura, gênero, número e declinação por casos; dos quais acidentes vejamos particularmente”. (Barros, 1540, p. 5)	
Artigo	Artigo é uma das partes da oração, a qual como já dissemos não têm os latinos; e vem este nome, artigo, de <i>articulus</i> , etimologia latina, derivada de <i>arthon</i> grega, que quer dizer juntura de nervos, a que nós propriamente chamamos artelho. E bem como da aliança e ligadura dos nervos se sustenta o corpo, assim do ajuntamento do artigo aos casos do nome, se compõe a oração. (Barros, 1540, p. 12)	Sintático
Pronome	Pronome, é uma parte da oração que se põe em lugar do próprio nome; e por isso dissemos que era conjunta a ele por matrimônio, e daqui tomou o nome. Exemplo: eu escrevo esta Gramática pera ti. Esta parte, eu, se chama, pronome, a qual basta para se entender o que disse, sem acrescentar o meu próprio nome Joam de Barros, em cujo lugar serve. Assim que podemos dizer, ser inventada esta parte da oração para boa ordem e perfeito entendimento. (Barros, 1540, p. 15)	Semântico e sintático
Verbo	Verbo – segundo definição de todos os gramáticos – é uma voz ou palavra que demonstra obrar alguma coisa; o qual não se declina como o nome e pronome por casos, mas conjuga-se por modos e tempos, como veremos por suas conjugações. (Barros, 1540, p. 18)	Semântico e morfológico.
Advérbio	Advérbio é uma das nove partes da oração que sempre anda conjunta com o verbo, e daqui tomou o nome; porque, ad, quer dizer cerca, e composto com, verbo fica adverbium que quer dizer, acerca do verbo. Foi esta parte muito necessária, aqui porque por ela se	Semântico e sintático.



	denota a eficácia ou remissão do verbo, porque quando digo, Eu amo a verdade, demonstro que simplesmente faço esta obra de amar; mas dizendo, Eu amo muito a verdade, por este advérbio, muito, denoto a quantidade do amor que tenho à coisa. (Barros, 1540, p. 28)	
Preposição	Preposição, é uma parte das nove que tem a nossa gramática; a qual se põe entre as outras partes por ajuntamento ou por composição (Barros, 1540, p. 29).	Sintático
Interjeição	[o]s gregos contaram esta parte da interjeição com o advérbio. Os latinos – a quem nós seguimos – distintamente falaram dela, e segundo eles, não é mais que uma denotação do que a alma padece. (Barros, 1540, p. 29v)	Semântico
Particípio ³	Participial [é] aquele que vem de algum particípio, como: de amado, amado; de douto, doutor”. (Barros, 1540, p. 8v) “Os participios dão à obra alguma mais perfeição em tempo. O modo para desejar no tempo passado não acabado, dizemos: tivera amado, lido, ouvido, sido. (Barros, 1540, p. 25v)	Morfológico e semântico
Conjunção ⁴	Se houvéssemos de tratar de quantas espécies há de conjunção, seria curiosidade enojosa aos ouvintes; basta saber que temos duas conjunções mais comuns. A uma chamam	Sintático

³ No início de sua gramática, João de Barros apresenta nove categorias de palavras, entre elas o particípio. No entanto, na terceira parte de sua gramática em que ele define essas categorias, ele não confere ao particípio o status de classe de palavra, mas uma subcategoria dos nomes e dos verbos. Nesta análise lexical, consideraremos o particípio de acordo com a proposta inicial de JB, ou seja, uma classe de palavra independente.

⁴ Embora descrita como uma categoria de palavra no início da gramática, JB não a elenca em sua parte de dição, ou etimologia, mas sim na quarta parte de sua obra: construção ou sintaxe. Nesta análise, tomaremos a acepção inicial de JB que a considerou como classe independente de palavra.



	copulativa, que quer dizer ajuntador, porque ajunta as partes entre si, e a outra, disjuntiva, a qual mais propriamente se deve chamar disjunção que conjunção, porque divide as partes. (Barros, 1540, p. 33, 33v)	
--	---	--

Fonte: Autores (2025)

A análise da abordagem linguística empregada por João de Barros nos revela um equilíbrio entre os critérios semântico e sintático na descrição das categorias lexicais, sendo seis dessas categorias descritas semanticamente: nome, pronome, verbo, advérbio, interjeição e particípio; e cinco sintaticamente: artigo, pronome, advérbio, preposição e conjunção. O critério morfológico é utilizado para definir três dessas classes, a saber, nome, verbo e particípio. Com efeito, esse achado nos aponta para uma relação de continuidade do pensamento filosófico grego, que já estabelecia um vínculo entre as palavras, as ideias e as coisas.

4.2. *Morais Silva e suas 'partes do discurso'*

Dando continuidade à nossa pesquisa, voltamos agora nossa atenção para a segunda obra que compõe o *corpus*: *Grammatica da Língua Portuguesa (1806)*, de Moraes Silva. A análise desse texto nos permitirá aprofundar a compreensão do pensamento linguístico em relação aos critérios de classificação das categorias lexicais. Para isso, iniciaremos examinando a gramática sob uma perspectiva contextual.

Moraes Silva é conhecido no âmbito filológico como um lexicógrafo substancial do século XVIII, sendo o autor do *Dicionário da Língua Portuguesa (1789)*. No meio linguístico, a obra *Epítome da Gramática da Língua Portuguesa (1806)* marcou o início do período racionalista, sendo considerada uma obra de grande relevância e um marco nos estudos linguísticos brasileiros, pois é a primeira tentativa de descrição do português por um brasileiro, conferindo, assim, seu valor histórico/historiográfico (Cavaliere, 2022).



Natural do Rio de Janeiro, Antônio de Moraes Silva nasceu em 1755 e faleceu em 1824. Iniciou seus estudos em Direito na Universidade de Coimbra, embora haja incertezas quanto à conclusão do curso. Durante o último ano de sua formação, foi denunciado à Inquisição, o que o levou a se exilar na Inglaterra, onde permaneceu até 1789. Após receber um indulto, retornou a Portugal, mas, em 1785, foi obrigado a realizar uma abjuração pública do cristianismo — um episódio que marcou profundamente sua trajetória pessoal e intelectual.

A *Epítome da Gramática da Língua Portuguesa* (EGLP) é composto por um Prólogo direcionado ao "Leitor Benevolente" e uma Introdução, seguido por dois livros principais. O Livro I, intitulado "Das Palavras por si sós ou partes das Sentenças", contém 9 capítulos, cada um abordando uma classe gramatical. O Livro II, "Da Composição das partes da Sentença entre si, ou Syntaxe," possui 4 capítulos, cobrindo temas como a Sintaxe de Concordância e Regência, Sintaxe Figurada, Composições Viciosas, e Sinais Ortográficos e Pontuação.

O autor declara que seu objetivo na obra é proporcionar ao leitor uma compreensão mais clara e precisa do que a que é comumente encontrada nos livros disponíveis em nosso idioma. Ele pretende abordar tanto os elementos básicos de uma frase quanto a sua composição de forma mais detalhada e melhorada.

Contextualmente, de acordo com Cavaliere (2014), Moraes Silva foi influenciado pela postura dominante em Portugal, que se mostrava resistente às influências francesas no período pós-Revolução. Isso indica que o gramático e lexicógrafo, à semelhança de outros intelectuais da época, integrava um movimento que buscava preservar a Língua Portuguesa frente à entrada de termos e construções oriundas da França revolucionária e napoleônica. Tal posicionamento revela um viés linguístico conservador, voltado à manutenção da pureza e da identidade do idioma, em oposição às transformações e interferências estrangeiras daquele contexto histórico.



Prosseguindo com a aplicação do *princípio de imanência*, com o propósito de analisar o pensamento linguístico relacionado à divisão das palavras em classes — o que João de Barros chamava de Partes da Oração —, observa-se que Morais Silva apresenta uma abordagem bastante semelhante à tradição greco-latina. Sua classificação segue o modelo das partes do discurso formulado por Dionísio Trácio em sua *Tékhne Grammatikē*, evidenciando uma continuidade com essa tradição. Assim, insere-se em um momento de reafirmação das categorias clássicas da gramática, demonstrando a influência duradoura da estrutura proposta pelos gregos antigos.

Dessa forma, as categorias lexicais, as quais Morais Silva (1806) denomina como “partes do discurso”, são divididas em: nomes, adjetivos (podendo ser articulares ou atributivos), verbos, advérbios, preposições, conjunções e interjeições. O gramático explica que as palavras representam tanto os objetos percebidos pela alma quanto as relações e os julgamentos que fazemos sobre eles. No total, são sete categorias gramaticais. Para melhor visualização, segue abaixo uma tabela que sintetiza as classes e os critérios usados pelo autor.

Quadro 2: Moraes Silva (1806)

Classe gramatical	Definição	Crítérios utilizados
Dos Nomes, ou Substantivos	Nomes são palavras que indicam coisas existentes de forma independente e representam qualidades que podem ser imaginadas como autônomas.	Semântico
Dos Adjetivos Articulares	Adjetivos articulares unem-se a nomes gerais para determinar número ou quantidade dos indivíduos. Incluem artigos, pronomes possessivos, demonstrativos e numerais.	Sintático e Semântico

Dos Adjetivos Atributivos	Adjetivos atributivos expressam qualidades inerentes a um objeto	Sintático e Semântico
Do Verbo, e Seus Modos, Atributos, Tempos, e Pessoas	A palavra que expressa julgamentos ou vontades da alma em relação aos sujeitos e atributos das sentenças.	Semântico
Dos Advérbios	Advérbios modificam verbos e detalham modos, tempos, lugares, etc. São nomes que, combinados com atributos, podem omitir-se ou expressar-se de maneira implícita ou explícita.	Semântico, Sintático e Morfológico
Das Preposições	Preposições estabelecem conexões entre substantivos e nomes correlativos, demonstrando relações entre objetos. Expressam conexões físicas e podem expandir-se para correlações mais abstratas.	Sintático e Semântico
Das Conjunções	Conjunções servem para unir sentenças com conexões de semelhança, oposição ou modificação, criando relações de sentido.	Semântico e Sintático
Das Interjeições	Interjeições expressam paixões intensas ou emoções por meio de poucas palavras, funcionando como unidades autônomas de sentido.	Semântico

Fonte: Autores (2025), a partir de Marinho (2024)

A categorização lexical, neste contexto, embora não apresente uma uniformidade de critérios, não é arbitrária: decorre da necessidade de organizar os elementos da língua segundo parâmetros que reflitam aspectos estruturais e funcionais do sistema linguístico. Entre esses critérios, destacam-se os de natureza semântica, morfológica e sintática. Embora todos esses aspectos sejam relevantes para a definição das classes de palavras, observa-se que o critério semântico se sobressai na EPGP, funcionando como o eixo principal na identificação das categorias.



A predominância do critério semântico na classificação das palavras revela a continuidade da tradição greco-latina. Ao se agrupar unidades lexicais sob uma mesma categoria gramatical, busca-se mais do que uma organização estrutural: procura-se captar as funções conceituais que essas palavras desempenham no enunciado e suas propriedades de significação. Ainda que critérios morfológicos e sintáticos também sejam considerados, é o conteúdo semântico que frequentemente se impõe como eixo estruturante, pois orienta a categorização inicial e, conseqüentemente, a delimitação das unidades lexicais dentro do sistema linguístico apresentado na gramática de Moraes Silva (1806).

4.3. *Evanildo Bechara e suas 'classes de palavras'*

A *Moderna Gramática Portuguesa (MGP)*, de Evanildo Bechara, (2009) surge em um momento de significativa transformação nos estudos linguísticos no Brasil e, mais especificamente, na tradição da gramaticografia normativa da Língua Portuguesa. Publicada pela primeira vez em 1961, a obra insere-se em um cenário de transição, no qual os modelos gramaticais herdados das tradições lusitanas passam a conviver com demandas crescentes por abordagens mais ajustadas às realidades do português do Brasil. Esse período também coincide, não por acaso, com a publicação da *Norma Gramatical Brasileira (NGB)*, em 1959, documento elaborado pela Comissão de Lexicografia e Gramática da Academia Brasileira de Letras (ABL), do qual o próprio Bechara participou como colaborador, ainda que jovem à época. Essa demanda foi de grande relevância para a uniformização da nomenclatura no que diz respeito à análise da língua. De acordo com as próprias palavras de Bechara, “todos nós éramos autodidatas e cada autor de gramática trazia a sua nomenclatura, ou da sua tradição gramatical, ou dos seus estudos mais adiantados” (Camara et al, 2020, p. 52).

O impacto da NGB no cenário linguístico brasileiro não foi pequeno. Embora nunca tenha se tornado de fato um documento



de caráter normativo obrigatório⁵, como inicialmente pretendido, a NGB⁶ representou um marco no esforço de codificação da norma culta do português do Brasil, buscando um equilíbrio entre a tradição normativa lusitana e as particularidades do uso brasileiro. É nesse vácuo deixado pela ausência de uma gramática oficial que a obra de Bechara adquire relevância e oportunidade histórica. A *Moderna Gramática Portuguesa* (2009) foi, efetivamente, a primeira grande gramática publicada após a NGB, e soube aproveitar esse momento para consolidar-se como proposta de referência tanto para a descrição quanto para a normatização da Língua Portuguesa no Brasil.

O próprio título da obra, “Moderna”, não é escolha casual. Reflete uma dupla intenção do autor: por um lado, oferecer uma gramática alinhada às exigências científicas mais atualizadas da época, em diálogo com os avanços do campo da linguística que começavam a repercutir no Brasil nas décadas de 1960 e 1970; por outro, propor uma atualização da tradição gramatical normativa, considerando as especificidades do português brasileiro, sem, no entanto, romper com a tradição normativa de base clássica. Nesse sentido, Bechara equilibra a descrição dos fatos da língua com as exigências da prescrição normativa, tornando sua obra útil tanto para linguistas e estudiosos quanto para professores, juristas e todos os que dependem do domínio da norma culta.

⁵A NGB, embora tenha sido objeto de portaria (portaria nº 36, de 28 de janeiro de 1959), não goza de força cogente, propriamente dita, típico de leis em sentido estrito, pois a natureza jurídica das portarias é a de ato administrativo. No entanto, cumpre a sua função de buscar unificar a terminologia gramatical, e seu uso, como se comprovou ao longo dos anos, foi largamente assimilado pelos gramáticos, professores e estudantes diversos da língua portuguesa no Brasil.

⁶ Não estamos alheios às diversas críticas e opiniões divergentes acerca da implementação da NGB, tanto à época, quanto nos dias atuais. Contudo, permitimo-nos, para fins de contextualização do lançamento da gramática em questão, evidenciarmos apenas o efeito revolucionário e o grande impacto que a NGB causou no cenário educacional nacional. Para uma análise mais detalhada acerca de tais controvérsias, consulte-se *Nomenclatura Gramatical Brasileira 50 Anos Depois*, de Henriques (2009).

Há um contexto sociopolítico que também merece ser mencionado. As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas, no Brasil, por intensos processos de modernização social, econômica e educacional, impulsionados, em parte, pelas políticas governamentais da época, que visavam a um avanço econômico e tecnológico como tentativa de pôr o Brasil em um contexto de equidade com os países do hemisfério norte (em especial, Europa e América do Norte). A expansão do ensino, a criação de novas universidades e a profissionalização dos cursos de Letras contribuíram para consolidar uma demanda crescente por gramáticas que dialogassem com a realidade da língua portuguesa tal como falada e escrita⁷ no Brasil. É nesse ambiente que a *Moderna Gramática Portuguesa* (2009) logra êxito em se estabelecer como uma das gramáticas mais consolidadas no cenário nacional, sobretudo porque ela acabou por sobrepujar obras de autores outros – que, por sinal gozavam já de prestígio – que optaram por não se filiar aos novos padrões estabelecidos pela NGB (Henriques, 2009)

Ainda uma outra observação acerca dessa fase de mudanças e inovações é pertinente: O período do surgimento da *MGP*, além do advento da NGB, coincide também com uma série de esforços no tocante à modernização do país em matéria de desenvolvimentos culturais e linguísticos. No campo da cultura e da educação, destacam-se a criação de diversas universidades estaduais e federais, bem como de instituições voltadas para o conhecimento, como o IBGE (1936), o IPHAN (1937), o CNPq (1951) e o IMPA (1952). Também foram instituídas leis importantes para a reforma educacional, como a Reforma Capanema e a LDBEN, ambas de 1961, sendo esta última precursora da atual LDB. No que se refere especificamente à Língua Portuguesa, houve a reforma ortográfica de 1943 (Decreto-Lei nº 2.623), cujo principal objetivo foi simplificar e padronizar a escrita, promovendo mudanças na grafia e na acentuação de várias palavras. Conforme prelecionou Chediak

⁷A despeito de não ser a *Moderna Gramática Portuguesa* uma obra de caráter descritivo, tinha como intento se aproximar de um contexto linguístico brasileiro.

(1960), houve um espírito de “simplificação”. A NGB e a reforma ortográfica, no tocante à língua, são exemplos nítidos desse fenômeno. Na esteira dessas modernizações e simplificações, a gramática de Evanildo Bechara desponta como obra afeta e correlacionada a esse novo contexto, suprindo as novas demandas dos estudos de Língua Portuguesa, sobretudo nos ambientes escolares.

No decorrer das décadas seguintes, a obra passou por diversas atualizações, incorporando avanços teóricos e reflexões críticas sobre a própria prática gramatical. A última edição publicada em vida pelo autor, de 2021 — comemorativa dos sessenta anos da primeira edição —, reflete não apenas uma atualização de conteúdo, mas uma consolidação do legado de Bechara como um dos maiores gramáticos da história da língua portuguesa no Brasil. Nessa edição, percebe-se um esforço ainda maior de contemplar o português brasileiro em sua variedade culta contemporânea, ao mesmo tempo em que permanece fiel aos princípios da tradição normativa.

Cabe destacar que, mesmo diante do avanço das abordagens descritivas e sociolinguísticas que, especialmente a partir dos anos 1980, passaram a questionar os modelos gramaticais normativos, a obra de Bechara manteve-se relevante e largamente utilizada. Sua importância transcende o mero caráter prescritivo, pois oferece uma análise detalhada dos mecanismos estruturais da língua, frequentemente não encontrados com igual profundidade e variedade de exemplos nas gramáticas exclusivamente descritivas.

Quadro 3: Evanildo Bechara (2009)

Classe gramatical	Definição	Critérios utilizados
Substantivo	Lexema que designa objetos substanciais (substâncias físicas e entidades mentais como qualidades, estados, processos).	Semântico
Adjetivo	Lexema que delimita o significado do substantivo, caracterizando suas possibilidades designativas.	Semântico e sintático



Artigo	Palavras com reduzido valor demonstrativo que se antepõem ao substantivo, funcionando como adjunto.	Sintático e semântico
Pronome	Classe de palavras que, em número limitado, referem-se a objetos substantivos pela situação ou contexto, geralmente como pessoa do discurso.	Semântico, sintático e morfológico
Numeral	Palavra quantificadora que denota valor definido.	Semântico e sintático
Verbo	Unidade de significado categorial que funciona como molde para a organização do conteúdo lexical da fala.	Semântico e morfológico
Advérbio	Expressão modificadora que denota circunstâncias (modo, tempo, lugar etc.) e funciona como adjunto adverbial.	Semântico e sintático
Preposição	Unidade átona, sem autonomia, que se junta a outras palavras para marcar relações gramaticais.	Sintático e fonético/ fonológico
Conjunção	Unidade linguística cuja função é reunir orações em um mesmo enunciado (coordenadas ou subordinadas).	Sintático
Interjeição	Expressão autônoma que traduz estados emotivos, podendo funcionar como oração ou vocativo, com entonação exclamativa.	Semântico, sintático e fonético/ fonológico

Fonte: Autores (2025)

A categorização proposta por Bechara (2009) demonstra uma relação de continuidade com o pensamento linguístico de João de Barros (1540) e de Morais Silva (1806), na medida em que atribui aos critérios semântico e sintático boa parte da definição de seus conceitos. De fato, das dez categorias elencadas, oito utilizam critérios semânticos e sintáticos para sua categorização. Outro ponto de convergência consiste na pequena utilização do critério morfológico nessa abordagem. Por outro lado, diferente dos gramáticos supracitados, Bechara (2009) inclui o critério fonético/fonológico na sua conceituação de preposição e interjeição, o que pode ser indicativo de uma mudança no pensamento linguístico.



4.4. *Síntese Comparativa*

A classificação das categorias lexicais por João de Barros (1540), Morais Silva (1806) e Evanildo Bechara (2009) reflete, ainda que em contextos distintos, uma forte permanência da tradição greco-latina, sobretudo no modelo de Dionísio Trácio. Ambos os autores organizam as palavras segundo as chamadas partes da oração, partes do discurso ou classes de palavras, estabelecendo categorias baseadas, majoritariamente, em critérios semânticos, mas alternando com critérios sintáticos e morfológicos. Essa alternância, contudo, revela uma certa assistemática metodológica, já que as definições, embora coerentes em seus próprios sistemas, não seguem critério uniforme de classificação. Ainda assim, a presença do pensamento clássico é constante: os três gramáticos dialogam com o ideal de uma gramática normativa que busca sistematizar o português à luz da tradição clássica.

João de Barros (1540) classifica nove partes da oração, sendo elas: nome, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção, interjeição e participio. Suas definições mesclam explicações técnicas com metáforas de carga didática. Seus critérios predominantes são os semânticos e sintáticos, mas há menções a aspectos morfológicos em várias categorias, o que evidencia uma tentativa de sistematização ainda incipiente. Essa combinação reflete o espírito renascentista da época e o desejo de conferir à Língua Portuguesa um estatuto científico, mesmo que isso resulte em variações classificatórias dentro da própria obra.

Por sua vez, Morais Silva (1806) organiza sete categorias principais — nomes, adjetivos (articulares e atributivos), verbos, advérbios, preposições, conjunções e interjeições — e mantém o critério semântico como eixo estruturador. O autor inclui a classe dos pronomes dentro da categoria dos adjetivos. Essa abordagem diferencia-se de outras que tratam os pronomes como uma classe autônoma. A exclusão do participio como classe independente também marca uma diferença importante em relação a JB, que o trata como uma parte da oração. Essa distinção revela uma



mudança na organização teórica, ao mesmo tempo em que mantém a matriz greco-latina como base epistemológica.

Por fim, na *Moderna Gramática Portuguesa* (2009), Evanildo Bechara apresenta as dez classes gramaticais consolidadas — substantivo, adjetivo, artigo, pronome, numeral, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição — com definições que articulam critérios semânticos, sintáticos, morfológicos e até fonéticos/fonológicos. Em consonância com a tradição da gramaticografia em Língua Portuguesa, que tem demonstrado uma relação de continuidade com o pensamento linguístico renascentista, representado nesta pesquisa por João de Barros, Bechara atribui destaque ao critério semântico na descrição de substantivos e adjetivos, mas avança ao incorporar aspectos funcionais e estruturais com maior frequência, de modo que se verifica uma equidade na ocorrência dos critérios semânticos e sintáticos: oito de cada. Acrescente-se ainda que, na vanguarda, Bechara (2009) foi o primeiro a introduzir aspectos fonéticos/fonológicos na categorização do léxico de nossa língua.

Em suma, apesar das diferenças contextuais e metodológicas entre os três gramáticos, a análise de suas classificações mostra uma continuidade dentro do Paradigma Tradicional de Gramatização (PTG)⁸, como aponta Vieira (2018). Eles trabalham com categorias herdadas da Antiguidade e ajustadas às suas épocas, mas sem romper com os fundamentos clássicos. As variações terminológicas e classificatórias observadas — como no tratamento dos adjetivos e do participio — evidenciam que, mais do que divergências teóricas profundas, há uma adaptação da tradição às necessidades de cada contexto histórico, mantendo-se o objetivo comum de legitimar o vernáculo por meio de modelos antigos, embora com diferentes níveis de sistematicidade.

⁸ Esse paradigma refere-se ao “modelo responsável por nortear, há mais de dois mil anos a elaboração de gramáticas no Ocidente” (Silva, 2015, p. 60) e que está vinculado às teorias linguísticas da Antiguidade Clássica, em outras palavras, à tradição gramatical greco-latina.



5. Considerações finais

Dessa forma, ao analisarmos os autores em questão, observa-se a relevância dos critérios adotados na categorização do léxico da Língua Portuguesa, os quais refletem concepções teóricas específicas e evidenciam uma articulação entre similaridades e distinções na definição das classes gramaticais.

Na atualidade, nota-se uma tentativa de sistematização mais rigorosa e técnica, característica das gramáticas produzidas no século XX sob a influência da linguística estrutural e da normatividade gramatical consolidada pela tradição escolar brasileira. A gramática de Bechara foi a primeira grande gramática normativa brasileira a ser lançada após a promulgação da *Nomenclatura Gramatical Brasileira* (NGB) de 1959, o que lhe confere um estatuto singular: ao mesmo tempo em que se ancora nos princípios da NGB, a obra também os supera, promovendo uma reorganização explicativa que projeta a gramática como material didático e referência científica. Assim, Bechara assume uma posição de fidelidade à tradição, mas sem negligenciar atualizações relevantes no que concerne às disposições normativas modernas acerca da língua.

De fato, ao final deste estudo, é possível comprovar a existência de um pensamento linguístico que se inicia na Antiguidade Clássica, se estende pelo período renascentista-humanista, perpassa pela modernidade e se projeta em nossa contemporaneidade.

Referências

ALTMAN, Cristina. História, estórias e historiografia da linguística brasileira. **Todas as Letras-Revista de Língua e Literatura**, v. 14, n. 1, 2012.



BARROS, João de. **Grammatica da língua portuguesa**. Reprodução facsimilada. 1. ed. Lisboa: Luís Rodrigues, 1540. Disponível em: <http://purl.pt/12148>. Acesso em: 12 maio 2024.

BASTOS, Neusa Barbosa; CASAGRANDE, Nancy. Um percurso transcorrido na historiografia da linguística: sobre a história entrelaçada. **Revista da Abralín**, v. 20, p. 511-521, 2021.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **Fundamentos da pesquisa em historiografia da linguística**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2020.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **Historiografia da linguística**. São Paulo: Contexto, 2019.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2021.

BIDERMAN, M. T. C. Léxico e vocabulário fundamental. **Alfa: Revista de Linguística**, v. 40, p. 27-46, 1996. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3994>. Acesso em: 9 nov. 2021.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola, 2008.

BRAUNER, Clarice Francisco; CIGALES, Marcelo Pinheiro; SOARES JÚNIOR, Rony Centeno. Algumas considerações sobre a teoria interpretativista e o método indutivo na pesquisa social. **Revista Querubim – Revista Eletrônica de Trabalhos Científicos nas Áreas de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais**, 10, n. 22, 2014.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Estrutura da Língua Portuguesa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

CAVALIERE, Ricardo. **História da gramática no Brasil: séculos XVI a XIX**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2022.

CHEDIAK, Antônio J. **A elaboração da Nomenclatura Gramatical Brasileira**. Rio de Janeiro: s/n. 1960.

HENRIQUES, C. C. **Léxico e Semântica**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

HENRIQUES, Claudio Cezar. **Nomenclatura Gramatical Brasileira 50 anos depois**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

KALTNER, Leonardo Ferreira. Historiografia da Linguística e Gramaticografia: fundamentos teórico-metodológicos. In:



WINDLE, Joel Austin; SAAVEDRA, Mônica Maria Guimarães (org.). **História, política e contato linguístico**. Niterói: EdUFF, 2023b. p. 182-212.

KOERNER, Ernst Frideryk Konrad. Questões que persistem em Historiografia Lingüística. **Revista da ANPOLL**, v. 1, n. 2, 1996.

LAGOA, Raquel Marques da Silva. **A gramática de João de Barros: tradição gramatical e formação do ideário linguístico**. 2024. 122 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

MARINHO, Rayssa Raquel. **O estatuto das partes da oração em gramáticas racionalistas do Brasil oitocentista**. 2025. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

MORAIS SILVA, António de. **Epitome da grammatica da lingua portugueza**. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1806. 165 p.

NEVES, Bruno George Soares. **A produção de manuais de português jurídico no Brasil no século XXI: uma abordagem historiográfica**. 2024. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

NEVEU, F. **Dicionário de ciências da linguagem**. Tradução de Albertina Cunha e José Antônio Nunes. Petrópolis: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, Emanuela Rodrigues de. **O estudo do léxico em gramáticas brasileiras do século XX: uma análise historiográfica**. 2023. Dissertação (Mestrado em Linguagem e Ensino) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

SILVA, F. M.; BEVILACQUA, C. R. Proposta de dicionário das ciências do léxico com base nas publicações dos membros do GTLex/ANPOLL. **Revista da ABRALIN**, v. 38, n. 2, p. 1-23, 2022.

SILVA, Francisco Eduardo Vieira da. **Gramáticas brasileiras contemporâneas do português: linhas de continuidade e**

movimentos de ruptura com o paradigma tradicional de gramatização. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SWIGGERS, P. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. *Confluência*. Rio de Janeiro, n. 45, p. 39-59, 2013.

SWIGGERS, P. A dinâmica na (/da) história da linguística: posições e deslocamentos de “camadas”. **Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 1-9, jan./abr. 2020. DOI 10.5935/1980-6914/eLETL2012968.

SWIGGERS, P. História e Historiografia da Linguística: Status, Modelos e Classificações. Tradução de Cristina Altman. *Eutomia: Revista Online de Literatura e Linguística*, v. 3, n. 2, p. 18, 2010. Disponível em: <https://lirias.kuleuven.be/1818095>.

SWIGGERS, Pierre. Historiografia da Linguística: princípios, perspectivas, problemas. In: BATISTA, R. de O. **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2019.

VIEIRA, Francisco Eduardo. **A gramática Tradicional: História Crítica**. São Paulo: Parábola, 2018.



O léxico português – considerações sobre fontes históricas, processos, registro e criatividade das/nas relações de sentido

Fabio André Cardoso Coelho (UFF)
Janine Maria Rocha da Silva (UFLA)

Introdução

A constituição geral do léxico de uma língua reflete, por meio de seus subconjuntos, as circunstâncias históricas vividas pelas comunidades às quais serve como meio cotidiano de expressão. No caso da língua portuguesa, este léxico é fundamentalmente de origem latina, já que o latim é a língua que, modificada pelo uso ao longo de vários séculos na Península Ibérica, deu origem ao português. Esta base latina foi ampliada por palavras pertencentes às línguas de povos que, como os celtas, habitavam a Península antes das invasões romanas, ocorridas no século II a.C. Posteriormente, contatos diversos dessa população falante de latim, primeiro com povos de origem germânica, depois com povos de origem árabe, serviram para expandir e diversificar aquela base lexical.

Quando a língua portuguesa começou a ser escrita – nos fins do século XII ou início do século XIII – seu léxico reunia cerca de 80% de palavras de origem latina e outros cerca de 20% de palavras pré-romanas, germânicas e árabes.

No decorrer dos séculos XIII, XIV e XV, o português se tornou o meio de expressão de um vasto conjunto de obras escritas. Mas foi no curso dos séculos XV, XVI e XVII, como sintoma da revolução cultural do Renascimento, que poetas, cronistas, historiadores e naturalistas, entre outros, enriqueceram o português escrito com as formas chamadas eruditas, fundamentalmente latinas e gregas, tomadas aos textos clássicos.



Ainda no século XVI, por influência do Renascimento, o português recebeu um grande número de palavras de origem italiana, particularmente relativa às artes; nos séculos XVII e XVIII, coube à língua francesa emprestar ao português um razoável contingente de verbos, substantivos e adjetivos. O contato do colonizador europeu com as populações naturais do Brasil e com os negros trazidos da África foi decisivo para a renovação do léxico do português do Brasil, de origem tupi e de origem africana. Desde o século XIX, e sobretudo ao longo do século atual, a língua que mais empréstimos vem legando ao português é o inglês, devido à internacionalização dos produtos de tecnologia americana.

Segundo Azeredo (2008), o conjunto de palavras do português – isto é, do seu léxico – consiste, portanto, na união de três grandes grupos de formas: as palavras herdadas do latim, as palavras provenientes de outras línguas antigas e modernas – os empréstimos, entre os quais se incluem os xenismos – e as palavras formadas com os recursos morfológicos produtivos da língua em cada fase de sua existência.

Quanto à estruturação morfossemântica, qualquer substantivo, verbo ou adjetivo representa uma parcela de algum conhecimento estruturado. Uma simples palavra evoca outras segundo o sistema de relações que ela é capaz de ativar no conhecimento de cada pessoa.

Em cada série de elementos que associamos na língua, temos uma espécie de microsistema lexical revelador de uma certa estruturação do conhecimento. Cada substantivo, cada verbo, cada adjetivo que conhecemos extrai dessas variadas constelações associativas sua significação e sua relevância na estruturação de nossas experiências de mundo.

No seu conjunto, o léxico de uma língua como o português compreende em sua esfera morfossemântica camadas de palavras de idades diversas e procedências variadas. Por este e outros aspectos, a análise do significado lexical só pode ser empreendida mediante o recorte do léxico da língua em muitos subconjuntos razoavelmente



homogêneos, constituídos segundo critérios variados. Eis alguns deles: famílias lexicais, campos semânticos e terminologias.

Quando nos referimos, porém, a uma estruturação conceptual do léxico, estamos pensando em algo bem menos óbvio do que listas de termos em que uma palavra/expressão supostamente corresponde um dado da realidade por si mesmo identificável. A estruturação conceptual diz respeito, antes, à transformação de nossas experiências em um conhecimento organizado que nos guia na compreensão/expressão de situações/fatos concretos. Tal organização é, mesmo com lacunas ou imperfeições, recoberta pelas palavras mediante relações de sentido no interior de campos semânticos.

Nosso conhecimento da estruturação formal do léxico comporta, portanto, vários níveis de complexidade. Nesse sentido, apontamos fundamentalmente dois processos de formação de palavras: **derivação e composição**. A possibilidade de combinar morfemas para criar novos lexemas torna bem menos penosa nossa necessidade de memorizá-los. De fato, a memória armazena apenas uma parte do estoque de lexemas, pois a outra parte pertence a um conjunto de unidades criadas por meio de regras de formação de palavras.

Segundo Basilio (2005, p. 26), o primeiro se “caracteriza pela junção de um afixo (sufixo ou prefixo) a uma base para a formação de uma palavra”. Assim, diz-se que uma palavra é derivada quando ela se constitui de uma base e um afixo. O segundo processo, ainda para autora, se “caracteriza pela junção de uma base a outra para a formação de uma palavra”. Dessa forma, diz-se que uma palavra é composta quando apresenta, pelo menos, duas bases.

Ao se refletir sobre as fronteiras entre composição e derivação, diferentes posturas são adotadas. Alguns estudiosos e gramáticos enquadram a prefixação em um processo de derivação, pois, para eles, trata-se de um processo que produz novas palavras com o acréscimo de elementos formativos a vocábulos já existentes, alterando o sentido, mas sem deixar de se relacionar ao significado da palavra primitiva. Já outros pesquisadores, como Mattoso (1970), apresentam uma ideia diferente sobre os processos, divergindo dos teóricos mais tradicionalistas, como Bechara,

Cunha, Said Ali. Para Mattoso, a derivação é a formação de um vocábulo “por meio de um morfema que não corresponde a um vocábulo” e acrescenta ao termo uma ideia complementar que não modifica o significado fundamental, sendo essa uma função específica dos sufixos. Em relação aos prefixos, para o autor, “são os que se antepõem ao semantema” e alteram fundamentalmente a significação do semantema e são, por isso, incluídos de preferência no processo de composição. Ou seja, para Mattoso, a prefixação é composição porque muda o significado do semantema (radical).

Gonçalves (2011), na tentativa de mostrar a dificuldade que há de se estabelecer a existência de fronteiras rígidas entre o binômio (composição e derivação), traz uma literatura mais recente, baseado em Bauer (2005) e Ralli (2008), que acreditam que se trata de mecanismos flexíveis e o que existe mesmo é um continuum morfológico que abarca desde os mais prototípicos casos de composição, passando por formações lexicais que dividem características tanto composicionais quanto derivacionais. Bauer (2005) afirma que a composição e a derivação se inter-relacionam de diversas maneiras, apesar desenvolverem diferentes unidades de análise. Reafirmando a inter-relação entre derivação e composição, Gonçalves (2011, p. 67) acredita “que essas operações morfológicas são os polos prototípicos de uma escala, havendo, por isso mesmo, casos claramente analisáveis como compostos ou derivados e outros mais difusos, que transitam ao longo de um continuum” como podemos ilustrar a seguir:

DERIVAÇÃO

COMPOSIÇÃO

|-----
>>>>>> >> do mais derivacional para o menos derivacional

Segundo Gonçalves (2011), para apresentar uma proposta que relativize essas diferenças, é preciso apontar as principais características da composição e da derivação mais prototípicas, a saber: **a) em relação às unidades:** na derivação, temos os afixos – formas presas que não correspondem a palavras de conteúdo; na



composição, temos os radicais ou palavras – formas livres ou presas que correspondem a palavras. **b) em relação às características estruturais:** na derivação, as unidades são definidas por uma posição pré-determinada na estrutura da palavra (à esquerda ou à direita), não há possibilidade de coordenação e a flexão é sempre periférica; na composição, as unidades não possuem necessariamente uma posição fixa na estrutura da palavra, há a possibilidade de coordenação entre os constituintes e de flexão entre os constituintes. **c) em relação às características semânticas:** a derivação é mais estável, apresentando funções sintáticas e semânticas predeterminadas, definindo os possíveis usos e significados das palavras derivadas; a composição é menos estável porque o significado dos elementos geralmente muda por extensões metafóricas ou metonímicas, como em bem-te-vi e pé-de-valsa, por exemplo. **d) em relação as características fonológicas:** na derivação, há uma mudança na base pela aplicação de regras fonológicas cujo domínio é a palavra fonológica; na composição, há a manutenção de propriedades segmentais e prosódicas das bases. Por último, cabe ressaltar que tais diferenças são consideradas tendências gerais dos processos e não uma verdade absoluta sobre o estatuto morfológico.

A união de morfemas para a construção das palavras está, portanto, sujeita a regras. É preciso, contudo, ter clareza sobre a diferença entre a natureza das regras do léxico e a natureza das regras da sintaxe. As primeiras produzem palavras que se associam na perspectiva paradigmática, as últimas produzem frases em cujo interior as palavras se associam na perspectiva sintagmática. Por mais que seja analisável em partes significativas menores – os morfemas -, uma palavra tende a ser sentida como uma unidade pronta, armazenada na memória dos falantes, razão pela qual reagimos frequentemente às criações novas com julgamentos do tipo “essa palavra não existe, você a inventou”. Jamais dizemos isso a respeito de frases. A maior evidência desse sentimento é a existência mesma dos dicionários.



O grau de correspondência entre a estrutura mórfica de uma palavra e seu significado é variável e vários fatores contribuem para que uma palavra se torne menos transparente. Um deles é a mudança que a língua sofre no seu uso e através do tempo. Os mecanismos de ampliação e restrição semânticas são comuns na língua, mas é impossível prever qual terá seu significado ampliado ou em que direção o significado de uma palavra será reorientado.

Atuais tendências em formação de palavras

É fato que a formação de palavras no português é inovadora. Diferentes fenômenos de ampliação lexical vêm sinalizando algum tipo de modificação na morfologia de nossa língua, de forma a favorecer a inovação do léxico. Além disso, os falantes tendem a criar novas palavras de forma tão natural que a maioria produz novas unidades lexicais muitas vezes sem ter conhecimento de como se dão os processos de formação.

A seguir, veremos as tendências atuais na esfera dessa inovação lexical, que nem sempre são apontadas pelas gramáticas tradicionais ou quando o são, aparecem tratadas por fenômenos ou terminologias diversas.

Surgimento de novos formativos

Ao se institucionalizar o produto da criatividade lexical e se cristalizar idiossincraticamente seu significado, o elo entre esse produto e sua base tende a desaparecer da competência lexical dos falantes, e conseqüentemente do sistema da língua. Numa distinção radical entre esses conceitos, pode-se dizer que a produtividade é sistemática e coletiva, ao passo que a criatividade é idiossincrática e particular.

Um ato de criatividade pode, contudo, gerar um modelo produtivo. Foi o que ocorreu com a palavra “sambódromo” e depois o surgimento de “camelódromo”, “beijódromo”, criativamente formadas pela terminação –(ó)dromo. Interessa-nos,



no campo da criatividade lexical, discutir a semântica em sua própria e inerente subjetividade. É fato que a linguagem encontra na veiculação de sentidos sua própria razão de ser, o que automaticamente coloca as possibilidades de sentidos como vias necessárias à elaboração do pensamento sobre a linguagem, a realização dos fatos de língua, as criações léxico-semânticas. Nesses exemplos ilustrados aqui, onde os radicais são colocados à direita, demonstrando formações de lugar, corroboram a proposta defendida por Bauer (2005) de um *continuum* composição-derivação.

Um grande autor e pesquisador desse surgimento de novos formativos é Carlos Alexandre Gonçalves. Conforme o estudioso, nos exemplos citados anteriormente, estaríamos diante do que se denomina “splinters nativos”. Trata-se de uma reinterpretação de palavra preexistente, em que o uso formativo se dá por ação da analogia. Nesse caso, no entanto, não temos formações isoladas, características de relações entre pares de palavras. Splinters, portanto, formam uma classe à parte, situada entre radicais e afixos (Gonçalves, 2016, p. 86). Conforme Booij (2005), splinters participam de esquemas de formação de palavras semelhantes aos da derivação e composição.

Vejamos mais exemplos que ilustram o que aqui dissemos:

Formas	Exemplos	Palavra-modelo	Significado nas novas formações
-tone	chocotone; sorvetone	panetone	panetone de
uni	UNIOESTE; UNIGRANRIO	Universidade	Universidade
-nejo	pagonejo; quintaneja	sertanejo	sertanejo
caipi-	caipifruta; caipivodka	caipirinha	caipirinha
info-	infopeças; infográfico	informática; informação	informática; informação
-nese	ovonese; macarronese	maionese	salada de maionese com
choco-	chocotone; chocolícia; chocomania	chocolate	chocolate



Lexicalização de afixos

Para muitos autores, a definição do termo *lexicalização* é difícil em função da complexidade que o envolve. De acordo com Galisson e Coste (1983, p. 433), “uma unidade simples é lexicalizada quando ultrapassa o seu estatuto de origem para produzir uma outra unidade, de categoria diferente”. Em outras palavras, a lexicalização é o processo pelo qual um elemento gramatical (os afixos) perde a sua função gramatical e passa a ser utilizado como uma palavra independente, mais livre e com um significado mais amplo. Vejamos:

microcomputador, microempresa, micro-ondas → micro
vice-campeão, vice-reitor, vice-presidente → vice

Os casos citados acima também são vistos como “truncamento”, isto é, “um processo em que a relação entre uma palavra derivada e sua base é expressa pela falta de material fonético na palavra derivada” (Plag, 2003, p. 116). Cunha & Cintra (2001) nos dizem que pelo ritmo acelerado da vida intensa de nossos dias, somos obrigados, necessariamente, a uma fala mais rápida. Para os autores, “observamos, a todo momento, a redução de frases e palavras até limites que não prejudiquem a compreensão” (Cunha & Cintra, 2001, p. 116). Dessa forma, na esteira do pensamento dos autores, a economia linguística é uma justificativa para que ocorra o truncamento, visto por Cunha & Cintra como um processo de formação de novas palavras, a “abreviação vocabular”: quilo (quilograma), foto (fotografia), moto (motocicleta).

Retomando os casos de lexicalização, em estudos recentes, temos em evidência o caso de *super-*. Para Gonçalves (2016), o *super-* está deixando de ser um prefixo para se tornar um verdadeiro advérbio de intensidade, figurando, inclusive em posições diferentes em relação ao verbo, como se vê nos exemplos a seguir:

“super combina”; “o casal está super se curtindo”; “eles estão super se achando”; “ela está super fazendo pose”; “não é que eu acho super animada?”; “Estás solteira? Super!”.



De acordo com Gonçalves (2016), em todos esses exemplos, *super* não pode ser considerado um prefixo. Prefixo não tem a autonomia lexical de uma palavra, portanto, não deve ser usado como se fosse um item lexical autônomo. Na visão do autor, prefixo que é prefixo:

- a) Está sempre à esquerda;
- b) Não aparece no meio de perífrases verbais (está *super* fazendo);
- c) Não aparece com pronome reflexivo (está *super* se curtindo; estão *super* se achando);
- d) Não ocorre em posição pós-verbal (Estás solteira? *Super!*);
- e) Está sempre preso, não podendo estar instanciado isoladamente na língua.

Abaixo, a fim de ilustrar e resumir o que até aqui dissemos, vemos um exemplo clássico

do emprego de *super* como um intensificador, adquirindo, assim, a função de advérbio.



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/folhinha/quadri/qa13090302.htm>. Acesso em: 05 jun. 2025.

No quadrinho acima, há duas ocorrências do *super*: Super-Vó e superfashion. No 1º caso, o *super* adjuge-se a uma base

substantiva (Vó) e, no 2º caso, o super une-se a uma base adjetiva (fashion). Segundo Alves (2002), quando o prefixo *super* é acrescido a uma base nominal, lhe é atribuído a função adjetiva. Nesses casos, no uso de *super*, não ocorre uma neutralidade por parte dos falantes da língua. Para o autor,

A prefixação, por operar com significados mais gramaticais, dificilmente revela o impacto pragmático do falante em relação ao enunciado, ao referente ou ao interlocutor – a não ser nos casos de gradação intensiva, instanciados por elementos como *super-*, *mega-*, *ultra-* e *hiper-*. Em outras palavras, a prefixação não manifesta a modalização apreciativa, “através da qual o locutor imprime sua marca ao enunciado, inscrevendo-se, explícita ou implicitamente, na mensagem. Prefixos são neutros do ponto de vista expressivo, sendo raras formações como ‘desprefeito’, em que o falante põe em xeque a eficiência do administrador público, e ‘submundo’, termo usado em referência a uma espécie de “mundo inferior”, de que fazem parte marginais ou delinquentes vistos como grupo social organizado (Alves, 2002, p. 45)

Ao utilizar o prefixo *super*, o enunciador marca a sua fala, exprimindo um juízo de valor, expressando uma avaliação subjetiva, positiva às entidades referidas, no caso, sobre a avó e o modelo fashion. Por isso, podemos afirmar que o prefixo deixa de ser um afixo e passa a funcionar como um radical, que forma uma nova palavra, nesse contexto, uma palavra formada por composição, alterando, inclusive, a categoria gramatical.

Podemos afirmar, com isso, que *super* vem se comportando como advérbio, adquirindo, assim, estatuto de palavra gramatical, denominado como um elemento intensivo e intensificador por excelência.

Para além disso, cabe dizer que, se *super* fosse prefixo, ele, para Matoso Câmara (1977), equivaleria a uma radical por dois motivos: (1) a natureza de sua origem e (2) o valor semântico que agregam à forma resultante. No que diz respeito à primeira situação, o autor alega que prefixos são de natureza lexical; são, como sub- (‘sub-reitor’, ‘sub-diretor’) e co- (‘co-orientador’, ‘co-autor’), variantes presas de formas dependentes, as preposições (nesses casos, ‘sob’ e



'com'). Dessa forma, todavia, pode não existir a preposição correspondente, pois muitas desapareceram e hoje funcionam apenas como formas presas, a exemplo de ex- ('ex-namorado'), ultra- ('ultrafino') e extra- ('extra-oficial').

De acordo com Mattoso Câmara Jr. (1977), outro motivo que também entende que a prefixação constitui caso de composição em português (e não à derivação) é o valor semântico que prefixos atribuem à forma a que se unem: introduzem, no conjunto, uma ideia subsidiária que cria, em relação à base, uma nova significação, adicionando, portanto, um novo sentido à palavra quer formam.

Sustenta a sua tese com o seguinte comentário:

é por isso que devemos considerar perfeitamente legítima a antiga norma das nossas gramáticas de separar o estudo dos prefixos do dos sufixos, considerando aqueles 'elementos da composição', ao contrário de alguns autores modernos que falam em 'derivação sufixal e prefixal' em português. Incluo os prefixos entre os elementos constitutivos da composição (Mattoso Câmara JR. 1969, p. 102).

Macambira (1978) também interpreta como compostas as palavras com prefixos. Justifica esse posicionamento com os seguintes argumentos, alguns dos quais já apresentados por Gonçalves (2016) e Mattoso Câmara Jr (1970, p. 70-71):

a) prefixos não desempenham função gramatical, como os sufixos e as desinências;

b) formas como in-, re-, des- e sobre- destacam-se mais facilmente do conjunto da palavra e esse é um dos traços comuns à estrutura das palavras compostas";

c) elementos como sobre ('sobrecarga'), contra ('contraindicação'), mal ('malestruturado'), extra ('extraclasse'), além ('além-túmulo'), menos ('menosprezar) e não (não-verbal), entre outros, são formas independentes na língua;

d) muitos prefixos, embora não correspondam rigorosamente a preposições ou a advérbios, podem ser considerados alomorfes presos dessas duas classes de palavras, como pós- ('pós-



operatório’) e ante- (‘ante-projeto’), variantes de ‘após’ e ‘antes’, respectivamente.

Essa imprecisão sobre que lugar os prefixos ocupam, no processo de formação de palavras, sejam na derivação (prefixação), sejam na composição, é, na verdade, uma forte evidência favorável do que já afirmamos aqui anteriormente: trata-se de um *continuum* composição-derivação. Essa proposta de um *continuum* entre as formações surge como uma tentativa descritiva de se resolver o impasse, se teríamos uma prefixação ou uma composição, em se tratando dos casos dos prefixos. Nas palavras de Gonçalves (2011), o que devemos ter é um olhar gradiente para a fronteira entre a derivação e a composição.

Considerações finais

Neste trabalho, procuramos mostrar que a constituição geral do léxico de uma língua reflete as circunstâncias históricas vividas pelas comunidades às quais serve como meio cotidiano de expressão. Isso significa dizer que o léxico reflete a história e a cultura de uma comunidade, mostrando como as palavras e seus significados evoluíram em resposta às mudanças históricas e às evoluções, não só sociais como também tecnológicas.

Para Azeredo (2008), o léxico do português é formado pela união de três grupos de formas: a) as palavras herdadas do latim, b) os empréstimos de outras línguas e c) as palavras formadas da morfologia da língua portuguesa, em sua fase sincrônica. Em nossa pesquisa, interessou-nos de perto o 3º caso, já que a formação, nesse caso, consistiu na reunião entre uma base e um afixo ou entre bases lexicais diferentes, cuja intenção foi explorar de maneira inovadora suas cargas semânticas. Como vimos, tais truncamentos se enquadram, para alguns autores, nos processos de derivação e composição.

Tomando como base as considerações feitas até aqui no que tange à derivação e à composição, pode-se concluir que a fronteira entre esses dois processos é difusa. Perante essa difusão



fronteirística, duas características nos parecem exclusivas de cada um dos processos respectivamente: **do ponto de vista fonológico**, na derivação, pode acontecer a mudança prosódica na base que constitui o vocábulo. Isso pode ser sensivelmente observado quando à base proparoxítone de um vocábulo, como por exemplo, *cômodo*, se adjunge um sufixo tal como *-mente*. Em *cômodo*, temos um proparoxítono e em *comodamente* temos um paroxítono, isto é, a prosódia mudou por causa de um elemento derivacional que foi acrescentado à base primitiva; na composição, esse deslocamento prosódico geralmente não acontece. Em uma palavra composta como *couve-flor*, a prosódia acentual paroxítona de *couve* e a oxítona de *flor* se mantém. **Do ponto de vista estrutural**, na derivação, só há possibilidade de flexão de gênero e número no final do vocábulo, enquanto na composição ambos os elementos podem variar: *couve-couves*; *couve-flor/ couves-flores*.

Esperamos que os posicionamentos apresentados aqui suscitem reflexões sobre o ensino desses fenômenos morfológicos da língua portuguesa. Além disso, tentamos mostrar também que a formação de palavras em língua portuguesa se propõe a ser inovadora, ainda que, muitas vezes, os usuários não se deem conta dessa inovação: criamos palavras novas e modificamos o significado das já existentes.

Referências

- ALVES, I. M. Prefixos negativos no português falado. *In*: ILARI, R. (org.). **Gramática do português falado**: níveis de análise linguística. Campinas: UNICAMP, v. 2. p. 91-100, 2002.
- AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BASILIO, M. **Teoria lexical**. São Paulo: Ática, 2005.
- BAUER, Larry. **English word formation**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005.



BOOIJ, G. Compounding and derivation. Evidence for construction morphology. *In: DRESSLER, W. et al. (Eds.) Morphology and its demarcations.* Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2005. p. 109-131.

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1970.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GALISSON, R.; COSTE, D. **Dicionário de didáctica das línguas.** Coimbra: Almedina, 1983.

GONÇALVES, C. A. **Atuais tendências em formação de palavras.** São Paulo: Contexto, 2016.

GONÇALVES, C. A. **Iniciação aos estudos morfológicos: flexão e derivação.** São Paulo: Contexto, 2011.

MACAMBIRA, J. R. **Português estrutural.** 2 ed., São Paulo: Pioneira, 1978.

MATTOSO CÂMARA JR., J. **Estrutura da língua portuguesa.** Petrópolis: Vozes, 1970.

PLAG, I. **Morphological Productivity: structural constraints in English Derivation.** Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1999.

RALLI, A. Compounding versus derivation. *In: SCALISE, S.; VOGEL, I. (eds.) The Bejamins Handbook of Compounding.* Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2008.



O léxico sinalizado: complexidade e categorização

João Paulo da Silva Nascimento (UFRJ/UERJ)
Marcos Luiz Wiedemer (UERJ/CNPq/FAPERJ)

Introdução

A constituição do léxico se configura como um campo de investigação central no âmbito dos estudos linguísticos aplicados às Línguas de Sinais (LS), especialmente por essas línguas apresentarem propriedades estruturais e funcionais que, embora distintas das línguas orais-auditivas, revelam níveis comparáveis de complexidade linguística. Como já mencionado, as LS demandam análises que levem em consideração sua modalidade visuo-espacial e sua gramática própria, construída historicamente em comunidades surdas. Um dos aspectos mais relevantes nessa linha de investigação diz respeito à categorização dos itens lexicais que compõem o acervo gramatical dessas línguas.

Pesquisas como as de Padden (1998), Brentari e Padden (2001) e Quadros e Karnopp (2004) têm oferecido contribuições significativas para a descrição e a delimitação de categorias lexicais específicas das LS, tais como os sinais propriamente ditos, as entidades datilológicas (sinais soletrados) e os classificadores. Esses elementos integram os sistemas lexicais que emergem nas LS documentadas, e sua distribuição e uso variam conforme fatores gramaticais, discursivos e culturais. No escopo dessas investigações, observa-se ainda a distinção entre léxico nativo e léxico não-nativo, conforme discutido por autores como Sandler et al. (2011) e Brentari (2019), distinção essa que evidencia os processos de incorporação de sinais oriundos de outras línguas ou sistemas, bem como os mecanismos internos de criação lexical próprios das comunidades sinalizantes.



Diante deste cenário, neste capítulo, discute-se a constituição do léxico LS, com ênfase em sua complexidade estrutural e em suas particularidades em relação às línguas orais-auditivas. Reconhece-se que as LS possuem uma gramática própria, historicamente construída nas comunidades surdas, e operam em uma modalidade visuo-espacial que demanda modelos analíticos específicos. Nesse contexto, uma das questões centrais diz respeito à categorização dos itens lexicais que integram o acervo gramatical dessas línguas.

O léxico em Língua de Sinais

Os classificadores em LS são elementos linguísticos fundamentais para a representação visual de informações espaciais, formais e funcionais relativas a objetos, pessoas e ações (Zwitserslood, 2012). Segundo Morgan e Woll (2007), esses elementos são, em geral, incorporados aos verbos e utilizados para descrever características específicas de um referente, como forma, tamanho, movimentação ou disposição no espaço. Por exemplo, a configuração da mão pode indicar se o objeto em questão é fino e longo, arredondado, achatado ou volumoso.

Além de descrever atributos físicos, os classificadores também desempenham um papel essencial na representação de interações dinâmicas entre referentes, como o movimento de um veículo por uma rua, a manipulação de utensílios ou a locomoção de pessoas em determinado ambiente. Com forte carga visual e alto grau de iconicidade, esses morfemas permitem a construção de enunciados altamente informativos, condensando detalhes complexos em estruturas sintáticas compactas e expressivas (Emmorey, 2003). Nesse sentido, os classificadores constituem um recurso privilegiado das LS para a construção discursiva de cenas, eventos e relações espaciais, operando como interfaces cognitivas entre a linguagem, o corpo e o espaço tridimensional.

A datilologia, isto é, o uso do alfabeto manual para representar graficamente palavras oriundas de línguas orais-auditivas, atua



como um importante mecanismo de mediação lexical entre sistemas linguísticos distintos (Castro Jr. et al., 2023). Conforme discutem Padden e Gunsauls (2003) e Diniz (2023), esse recurso é amplamente utilizado para a introdução de termos técnicos, estrangeirismos, nomes próprios ou, ainda, para referir-se a palavras cujo sinal específico seja desconhecido ou ausente na comunidade de fala.

Embora, em um primeiro momento, esses empréstimos dependam diretamente da forma lexical da língua oral correspondente, muitos passam por um processo de gramaticalização e adaptação fonológico-gestual ao longo do tempo, transformando-se em sinais com estrutura própria, plenamente integrados ao sistema linguístico da LS, refletindo a interação dinâmica entre línguas e evidenciando a permeabilidade linguística.

Por fim, temos os sinais. Na linha do que definem Baynton (1996) e Wadhawan e Kumar (2020), os sinais podem ser entendidos como unidades linguísticas convencionais, sistemáticas e compartilhadas, empregadas como parte integrante de um sistema linguístico completo e estruturado. Ao contrário dos gestos, movimentos corporais ou manuais geralmente espontâneos, contextuais e amplamente universais, os sinais possuem significado linguístico estabilizado e são regidos por regras gramaticais específicas, funcionando de maneira análoga às palavras em línguas orais-auditivas. Segundo Liddell e Metzger (1998) e Goldin-Meadow e Brentari (2017), os sinais constituem unidades lexicais inseridas em um sistema de regras que governam aspectos linguísticos, uma vez que se caracterizam por elementos formais e arbitrários na sua maior parte, ainda que frequentemente apresentem traços icônicos, os quais cumprem com funções comunicativas em uma LS na qual são convencionais.

Por constituírem o núcleo do léxico das LS, esses itens podem ser analisados sob diferentes critérios, dando origem a uma



variedade de classificações presentes na literatura especializada⁹. Do ponto de vista semântico, os sinais costumam ser agrupados em duas grandes categorias: icônicos e arbitrários (Perniss, Thompson e Vigliocco, 2010), a depender do grau de transparência entre a forma do sinal e o seu significado. Já sob a perspectiva formal, distinguem-se sinais simples (ou monomorfêmicos) e sinais compostos (ou polimorfêmicos) (Liddell e Johnson, 1986). Além disso, há a diferenciação entre sinais plenos, aqueles que integram de forma consolidada o repertório da LS, e sinais soletrados, oriundos da datilologia, geralmente usados em contextos específicos como nomes próprios, siglas ou empréstimos lexicais (Freitas Jr. et al., 2020)¹⁰.

Os sinais monomorfêmicos

Os sinais monomorfêmicos, também conhecidos como sinais simples, são constitutivamente definidos por sua indivisibilidade morfológica, ou seja, por não apresentarem unidades menores dotadas de significado associadas à sua estrutura (Emmorey & Corina, 1990; Meir, 2016). Como apontam Sandler (2011), Lepic e Occhino (2018) e Kindiroglu, Özdemir e Akarun (2023), diferentemente dos sinais polimorfêmicos, que reúnem múltiplos morfemas em uma única unidade, os sinais simples podem assumir tanto formas semanticamente opacas (mais arbitrárias) quanto formas transparentes (icônicas), revelando a variabilidade existente na relação entre forma e significado.

Diversos critérios classificatórios têm sido propostos para a análise dos sinais monomorfêmicos, com destaque para os

⁹ Aqui focalizaremos somente as distinções do ponto de vista formal, tratando dos sinais formados por uma única base morfológica, em primeiro lugar, e daqueles formados por mais de uma base, posteriormente.

¹⁰ Na literatura, há também a menção a “sinais complexos” (Fraga, 2019). Porém, como esses são aqueles relacionados ao fenômeno da incorporação – aqui entendido como um processo de formação de palavras (cf. Xavier; Neves, 2016) – não trataremos deles aqui.



trabalhos de Kourbetis e Hoffmeister (2002), Ebbinghaus e Heßmann (2013) e Börstell, Hörberg e Östling (2016). De acordo com Takahira (2013, p. 2), representam

(...) na libras, bem como em outras línguas de sinais, alguns sinais equivalem a palavras e também a morfemas, uma vez que muitos sinais da libras são monomorfêmicos. Sobre sinais monomorfêmicos, Supalla (1980) propõe um contínuo morfológico para a ASL onde de um lado há formas “novas”, formadas por combinação de morfemas, e do outro lado há formas “congeladas”, ou seja, monomorfêmicas. Há na libras alguns casos nos quais processos morfológicos são observados, como composição, flexão, incorporação, onde podemos depreender diferentes morfemas a partir do que chamamos “morfologia visuo-espacial”. Por “morfologia visuoespacial” entendemos características morfológicas na modalidade visuo-espacial, que podem ser expressas por mudança ou alteração de um dos cinco parâmetros que compõem um sinal, levando a um dado significado.

Como observamos em Takahira (2013), em termos estruturais, nas LS, os parâmetros de configuração de mão, localização, movimento, orientação da palma e expressões não manuais são fundamentais para a descrição e análise dos sinais, tanto no nível fonético-fonológico quanto no morfológico. À luz desse enquadre teórico, é possível definir os sinais monomorfêmicos como aqueles cuja combinação desses parâmetros resulta em uma unidade linguística indivisível do ponto de vista morfêmico (Pizzuto & Corazza, 1996; Pfau, Othero & Spinelli, 2012; Fraga, 2019).

Um exemplo ilustrativo pode ser encontrado nos sinais para o conceito de *azul* em diferentes línguas de sinais, como nas línguas de sinais francesa, sueca, francesa, brasileira e norte-americana. Em todas essas línguas, o significado é transmitido por meio de uma única combinação de configuração de mão, localização e movimento, sem que haja segmentação interna em morfemas menores, o que caracteriza sua natureza monomorfêmica, conforme percebemos nos exemplos a seguir.



Quadro 1: Sinais monomorfêmicos em LS

LSF		LSS	
ASL		LG P	
Libras			

Fonte: Produção própria, a partir de dados do *SpreadTheSign*¹¹.

Em todos os dados apresentados acima, observa-se a ocorrência de “sinais que possuem organização cujo processo de formação não depende de outros sinais já existentes em sua composição” (Godoi, Lima & Leite, 2021, p. 128). Tais sinais são caracterizados por sua independência morfológica, ou seja, não são derivados nem compostos por meio da combinação de outros elementos linguísticos. Sua constituição está diretamente relacionada a propriedades semânticas e fonológicas intrínsecas, o que os diferencia dos sinais compostos ou complexos, cuja

¹¹ Disponível em: <https://spreadthesign.com/pt.br/search/>



estrutura resulta da junção de sinais preexistentes ou da combinação sistemática de morfemas menores (Schembri et al., 2002; Antzakas, 2006). Essa distinção é fundamental para a descrição e classificação do léxico sinalizado, especialmente no que diz respeito à análise morfológica das línguas de sinais.

Estudos no campo da Linguística Cognitiva têm evidenciado a relevância da iconicidade na classificação e compreensão dos sinais monomorfêmicos (Wilcox; Wilcox; Jarque, 2003; Wilcox, 2004a, 2004b; Dudis, 2006; Leeson; Saeed, 2012; Nunes, 2018). Embora as LS sejam sistemas regidos por princípios linguísticos abstratos e, portanto, marcadamente arbitrários, muitos sinais, especialmente os monomorfêmicos, revelam uma relação motivadamente icônica a forma do sinal e o conceito representado. Isso ocorre, por exemplo, com sinais que representam objetos físicos, os quais frequentemente imitam características visuais, estruturais ou funcionais dos referentes no mundo. Um exemplo ilustrativo é o sinal de CADEIRA em muitas LSs, que pode remeter diretamente ao gesto de sentar-se ou à disposição dos apoios do assento.

Quadro 2: Sinais monomorfêmicos icônicos em LS

Libras	ASL	LSS
		

Fonte: Produção própria, a partir de dados do *SpreadTheSign*.

Relativamente às restrições formais dos sinais monomorfêmicos, Sandler (2023, p. 9) afirma que estes “são caracterizados por um único agrupamento de dedos selecionados (Mandel, 1981) e por um único ponto principal de articulação (Battison, 1978), ambas categorias de traços salientes, dando assim



a impressão de simultaneidade adotada por Stokoe em primeiro lugar”. O autor prossegue, considerando que:

(...) apenas um grupo de dedos pode ser selecionado para um sinal monomorfêmico, e todos os dedos selecionados devem ter o mesmo formato (por exemplo, aberto ou fechado; Mandel, 1981). Os dedos que não estão selecionados também são restringidos; eles devem estar em uma posição perceptualmente distinta daquela dos dedos selecionados (Corina, 1993). Essas restrições são generalizadas nas línguas de sinais, mas às vezes são violadas quando as configurações são emprestadas do alfabeto manual (Brentari, 1998, 2011; Sandler, 2012b). As exceções mostram que as restrições não são exigidas pela anatomia da mão, mas fazem parte da organização fonológica (Sandler, 2023, p. 10).

Observamos que a classificação de sinais monomorfêmicos em LS requer a consideração de aspectos semânticos e fonológicos, ou seja, tanto do plano da forma quanto do conteúdo (Aronoff *et al.*, 2004; Edward, 2014). Esses sinais desempenham um papel crucial na estruturação do léxico das LS, pois, como vimos, são definidos por sua unidade mínima de significado, não permitindo divisões em unidades menores que sejam semanticamente ou fonologicamente significativas, isto é, morfemas.

Com efeito, esses sinais frequentemente servem como base para a derivação de outros sinais, os quais podem ser subdivididos em complexos, compostos e classificadores (Chinchor, 1982; Aronoff *et al.*, 2003; Grinevald, 2003; Vercellotti; Mortensen, 2012). A primeira categoria, os complexos, refere-se àqueles sinais resultantes da incorporação de marcas gramaticais, ao passo que a segunda, àqueles provenientes da composição. Já os classificadores, na perspectiva de Quadros (2019, p. 22),

(...) são sinais considerados altamente complexos produzidos nas diferentes línguas de sinais, pois são polimorfêmicos, ou seja, envolvem diferentes informações produzidas em um único sinal sem uma forma lexical estável. Os classificadores são também chamados de descrições imagéticas ou descrições visuais, pois apresentam em sua forma uma representação do mundo real, logo, icônica. Integram um componente instável do léxico porque são combinados cada vez, de acordo com a referência ao mundo real,



que pode incluir o evento, a forma do referente, a forma do evento em si, o modo e o tempo, produzidos simultaneamente em um único sinal.

Independente da classificação de complexo, composto ou classificador, de modo amplo, podemos compreender que sinais polimorfêmicos são aqueles que contêm mais de um morfema (Coulter, 1979; Cohn, 2007). Conforme apontam Lopic e Occhino (2018), tais sinais constituem um objeto de estudo central em análises morfológicas, uma vez que evidenciam estratégias de composição e condensação de informações linguísticas em formas sinalizadas inovadoras. A análise desses sinais evidencia que as LS, ao contrário de uma visão simplista ou reducionista, possuem níveis elevados de complexidade estrutural e funcional, comparáveis aos das línguas orais-auditivas descritas há mais tempo no estudo da morfologia (Bellugi; Newkirk, 1981; Kubuş, 2008; Nascimento; Freitas Jr., 2023).

Os sinais polimorfêmicos

Nos sinais polimorfêmicos, observa-se a coexistência de múltiplos componentes, cada um contribuindo de maneira específica para a construção do significado global ou para a configuração funcional da unidade lexical resultante (McKee; Kennedy, 2006; Freitas Jr. et al., 2020). Esses componentes podem ter origens distintas, incluindo morfemas lexicais, classificadores, marcadores de aspecto, entre outros, e frequentemente interagem de forma simultânea, articulando-se espacial e temporalmente para expressar informações complexas em um único sinal, conforme ressalta Zwitserlood (2003; 2012).

Teoricamente, a descrição das LS demanda abordagens que superem os modelos lineares e sequenciais tradicionalmente aplicados à análise de línguas orais. Modelos como a Morfologia Distribuída e as abordagens construcionistas têm se revelado particularmente produtivos nesse contexto, ao reconhecerem que as relações entre os constituintes morfológicos de um sinal podem



ser altamente flexíveis, sensíveis ao contexto pragmático-discursivo e sujeitas a reorganizações fonológicas. Conforme argumentam Castro (2007), Takahira e Minussi (2013), Santos (2019), Freitas Jr. et al. (2020), e Nascimento e Freitas Jr. (2023), essas abordagens integram dimensões formais, funcionais e cognitivas, favorecendo uma análise mais adequada da complexidade estrutural dos sinais polimorfêmicos.

Essas investigações também oferecem contribuições significativas para a compreensão da tipologia morfológica das LS, uma vez que a presença de sinais com múltiplas bases morfológicas desafia classificações tipológicas rígidas. Observa-se que as LS podem exibir, a depender do tipo de construção morfológica em análise, traços típicos de línguas aglutinantes, fusionais ou mesmo analíticas (Aronoff et al., 2004; Felipe, 2006; Schembri et al., 2018; Souza; Lima Neto; Lima, 2021). Tal diversidade estrutural revela a complexidade e a flexibilidade das estratégias morfológicas presentes nesses sistemas linguísticos. Portanto, do ponto de vista descritivo, a análise de sinais polimorfêmicos é fundamental para o aprofundamento do conhecimento sobre as LS, pois permite ampliar a compreensão dos mecanismos de formação de sinais e da interface entre morfologia, fonologia, sintaxe e semântica (Liddell; Johnson, 1986; Zeshan; Palfreyman, 2017).

É possível, ademais, considerar que os sinais polimorfêmicos nas LS contribuem diretamente para o aprofundamento da discussão sobre o estatuto morfológico de determinadas unidades nessas línguas. A análise de sua estrutura interna permite questionar limites entre morfema e palavra, entre composição e derivação, além de evidenciar os processos simultâneos de construção de significado. Para ilustrar essa perspectiva, retomamos exemplos de algumas LS já mencionadas, reunindo, no quadro a seguir, os sinais correspondentes aos termos CAPÍTULO e TEXTO, cuja configuração evidencia a complexidade morfológica envolvida.



Quadro 3: Sinais polimorfêmicos em LS

LS	SINAL DE CAPÍTULO	SINAL DE TEXTO
LSF		
ASL		
LIBRAS		
LSS		
LGP		

Fonte: Produção própria, a partir de dados do *SpreadTheSign*.

Os dados apresentados exemplificam sinais polimorfêmicos, uma vez que envolvem a associação de duas bases livres que se articulam de forma simultânea para designar, respectivamente, os itens CAPÍTULO e TEXTO. A análise dessas construções revela uma evidência morfológica particularmente relevante: a presença recorrente de um elemento que pode ser interpretado como um morfema preso. Em todas as ocorrências observadas, a mão passiva, configurada em “5”, ainda que com variações posicionais sutis, parece funcionar como um *slot* morfológico fixo nessas construções compostas, contribuindo sistematicamente para a formação do significado global do sinal.

De acordo com Wasserscheidt (2019), o *slot* pode ser constituído por elementos subespecificados, representando espaços nas construções esquemáticas que podem ser preenchidos por unidades linguísticas. Nesse sentido, o *slot* compõe a estrutura complexa da construção, e sua constituição é menos fixa. Ainda sobre o assunto, Bybee (2013, p. 57) esclarece que “um *slot* esquemático em uma construção pode consistir em uma lista de todos os itens que ocorrem nesse *slot* (como previsto por um Modelo de Exemplares), ou pode ser considerado um conjunto de características semânticas abstratas que restringem o *slot*, como normalmente é proposto”¹².

Com isso, compreendemos que, apesar de ser um espaço a ser preenchido, o *slot* não pode ser considerado uma estrutura vazia, uma vez que carrega um conjunto de valores/atributos que restringem suas possibilidades de preenchimento. Essas especificações podem ser fonológicas, morfológicas, semânticas e pragmáticas e atendem a um *Princípio da Coerção*, conforme já indicado em Wiedemer e Machado Vieira (2018, p. 83): “força de atração ou repulsa destes em relação a um *slot* construcional ou de

¹² Cf. original: “A schematic slot in a construction might consist of a list of all the items that have occurred in that slot (as predicted by an exemplar model), or it might be considered a set of abstract semantic features that constrains the slot, as usually proposed” (Bybee, 2013, p. 57).



um *slot* construcional em combinação com outro(s) por conta de propriedades formais e/ou funcionais compartilhadas entre as possibilidades de preenchimento do *slot* na construção e as restrições deste”. Assim, a coerção é um fenômeno relacionado ao significado não-composicional e complexo das construções (cf. Edressen; Janda, 2020).

Um estudo mais aprofundado sobre essa mesma configuração de mão em Libras, conduzido por Farias-Nascimento (2013), concluiu que, em sinais pertencentes ao campo semântico da escrita, como CAPÍTULO, TEXTO-ARGUMENTATIVO, LEI e EDITAL, esse elemento manual atua como um morfema preso. A autora identifica essa tendência não apenas em relação a esse morfema específico, mas também em relação a outros elementos que compõem sinais compostos de diferentes campos semânticos na Libras. Essa observação reforça a hipótese de que determinados parâmetros formais, mesmo quando compartilhados com outros sinais, podem adquirir status morfológico específico dentro de certos domínios lexicais. Assim, considerar a possibilidade de que fenômenos semelhantes ocorram em outras línguas de sinais contribui significativamente para o avanço das discussões sobre a morfologia polimorfêmica, permitindo investigar o que pode ser interpretado como *language-specific* ou *diassistêmico*¹³. Como destaca Ochiuto (2022, p. 40), “nos estudos realizados sobre as LS, é possível perceber que há similaridade na morfologia dessas línguas (...)”, o que sugere a pertinência de análises comparativas no campo.

Outros estudos sobre morfemas presos em sinais polimorfêmicos também evidenciam a produtividade de processos de incorporação na análise desses constituintes morfológicos (Pontes, 2023). Tal produtividade revela que a relação entre as bases morfológicas de um sinal vai além da mera justaposição linear, envolvendo frequentemente mecanismos integrativos que reorganizam, em uma única unidade complexa, informações

¹³ Ao leitor interessado sobre a Gramática de Construções Diassistêmica, indicamos: Freitas Jr.; Soares e Nascimento (2022) e Freitas Jr.; Sores e Wiedemer (2023).



semânticas, sintáticas e discursivas. Nesse cenário, a incorporação se destaca como um fenômeno morfológico central, pois demonstra a capacidade das LS de combinar elementos como classificadores, numerais e predicadores de maneira simultânea e gerando, de forma simultânea, múltiplas dimensões de significado, conforme apontam Fernald e Napoli (2000) e Xavier e Neves (2016).

Percebemos, assim, que a análise de sinais polimorfêmicos em LS evidencia a complexidade estrutural e funcional desses sistemas linguísticos (Petitta; Di Renzo; Chiari, 2015; Brentari; Horton; Goldin-Meadow, 2021). Com efeito, a nosso ver, o estudo desses itens corrobora a compreensão das especificidades morfológicas das LS, ao mesmo tempo em que também reforça sua relevância para discussões sobre tipologia e representação linguística. Tal complexidade do léxico das LS mostra-se fundamental para a compreensão dos mecanismos de formação de sinais.

Considerações Finais

A análise apresentada sobre a constituição do léxico em LS evidencia a complexidade estrutural e funcional desses sistemas linguísticos. Longe de serem versões simplificadas de línguas orais, as LS possuem uma gramática própria, construída historicamente em suas comunidades, e operam em uma modalidade visuo-espacial que exige modelos analíticos específicos. O estudo do léxico sinalizado, portanto, configura-se como um campo central para a compreensão das especificidades morfológicas das LS e sua relevância para discussões mais amplas em linguística.

Neste cenário, a categorização dos itens lexicais revelou a diversidade presente no acervo gramatical dessas línguas. Foram destacadas as contribuições de pesquisas que identificam categorias como os sinais propriamente ditos, as entidades datilológicas (sinais soletrados), e os classificadores.

Em suma, o estudo do léxico em LS, ao detalhar a natureza e a interação de seus diferentes componentes, sinais, datilologia, classificadores, e a distinção entre sinais monomorfêmicos e



polimorfêmicos; reforça a compreensão das LS como sistemas linguísticos completos, com níveis de complexidade comparáveis aos das línguas orais-auditivas. Essa área de investigação é vital para o aprofundamento do conhecimento sobre os mecanismos de formação de sinais e a interface entre diferentes níveis de análise linguística, como morfologia, fonologia, sintaxe e semântica.

Referências

ARONOFF, Mark; MEIR, Irit; PADDEN, Carol; SANDLER, Wendy. Classifier constructions and morphology in two sign languages. In: EMMOREY, K. (Org.). **Perspectives on Classifier Constructions in Sign Languages**. Psychology Press, New York, p. 53-84, 2003.

ARONOFF, Mark; MEIR, Irit; PADDEN, Carol; SANDLER, Wendy. Morphological universals and the sign language type. In: BOOIJ, Geert; MARLE, Jaap (Org.). **Yearbook of morphology 2004**. Dordrecht: Springer Netherlands, 2004. p. 19-39.

BAYNTON, Douglas. **Forbidden signs**: American culture and the campaign against sign language. University of Chicago Press, 1996.

BELLUGI, Ursula; NEWKIRK, Don. Formal devices for creating new signs in American Sign Language. **Sign Language Studies**, v. 30, n. 1, p. 1-35, 1981.

BÖRSTELL, Carl; HÖRBERG, Thomas; ÖSTLING, Robert. Distribution and duration of signs and parts of speech in Swedish Sign Language. **Sign Language & Linguistics**, v. 19, n. 2, p. 143-196, 2016.

BRENTARI, Diane; HORTON, Laura; GOLDIN-MEADOW, Susan. Crosslinguistic similarity and variation in the simultaneous morphology of sign languages. **The Linguistic Review**, v. 37, n. 4, p. 571-608, 2021.

BYBEE. Joan L. Usage-Based Theory and Exemplar Representations. In: HOFFMANN, Thomas; TROUSDALE,

- Graeme. (Eds.). **The Oxford handbook of construction grammar**. New York: Oxford University Press, 2013. p. 49–69.
- CASTRO JÚNIOR, Gláucio de; FAULSTICH, Enilde; PROMETI, Daniela; MENDES FRANCISCO, Gildete da S. Amorim. **Gramática da datilologia em Libras**. *Peer Review*, v. 5, n. 3, p. 135-150, 2023.
- CASTRO, Cristina de Almeida Siaines. **Composicionalidade semântica em Libras: fronteiras e encaixes**. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- CHINCHOR, Nancy Ann. **Morphological theory and numeral incorporation in American Sign Language**. Brown University, 1982.
- COHN, Neil. A visual lexicon. **Public Journal of Semiotics**, v. 1, n. 1, p. 35-56, 2007.
- COULTER, Geoffrey Restall. **American sign language typology**. University of California, San Diego, 1979.
- DINIZ, Heloise Gripp. **Varição fonológica das letras manuais na soletração manual em Libras**. 2023. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.
- DUDIS, Paul G. Tipos de Representação em ASL. In: QUADROS, Ronice Müller de (Org.); VASCONCELLOS, Maria Lúcia Barbosa de (Org.). **Questões Teóricas das Pesquisas em Línguas de Sinais**. Florianópolis: Arara Azul, 2006. p. 159-190.
- EBBINGHAUS, Horst; HEßMANN, J. E. N. S. Signs and words: Accounting for spoken language elements in German Sign Language. In: EDMONDSON, William (Org.); WILBUR, Ronnie B. (Org.). **International Review of Sign Linguistics**. Psychology Press, 2013. p. 23-56.
- EDRESSEN, Anna; JANDA, Laura A. Taking Construction Grammar One Step Further: Families, Clusters, and Networks of Evaluate Constructions in Russian. **Frontiers in Psychology**, v. 11, 2020, p. 1-22.
- EDWARD, Mary. The phonology and the morphology of the Ghanaian Sign Language. In: **ATELIER International Conference**. 2014.



EMMOREY, Karen (Org.). **Perspectives on classifier constructions in sign languages**. Psychology Press, 2003.

EMMOREY, Karen; CORINA, David. Lexical recognition in sign language: Effects of phonetic structure and morphology. **Perceptual and motor skills**, v. 71, n. 3, p. 1227-1252, 1990.

FELIPE, Tayna. Amara. Os processos de formação de palavras na Libras. **Educação Temática Digital**, v. 7, n. 02, p. 200-212, 2006.

FERNALD, Theodore B.; NAPOLI, Donna Jo. Exploitation of morphological possibilities in signed languages: Comparison of American Sign Language with English. **Sign Language & Linguistics**, v. 3, n. 1, p. 3-58, 2000.

FRAGA, Candice Batista de. **Duração, composição e molde silábicos na Libras**. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/209641/Poster_65588.pdf?sequence=2. 2019.

FREITAS JUNIOR, Roberto de; SOARES, Lia Abrantes Antunes.; NASCIMENTO, João Paulo da Silva; DINIZ, Ruan Souza. Mudanças graduais e abruptas: reflexões sobre sinais soletrados e compostos da Libras em uma abordagem construcional baseada no uso. **Revista Linguística**, v. 16, n. 3, p. 146-169, 2020.

FREITAS JUNIOR, Roberto de; SOARES, Lia Abrantes Antunes.; NASCIMENTO, João Paulo da Silva; SILVEIRA, Vitor Luiz Vieira da. A gramática de construções diassistêmica: uma abordagem aquisicional baseada no uso. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 30, 2022. p. 606-634.

FREITAS JUNIOR, Roberto de; SOARES, Lia Abrantes Antunes.; WIEDEMER, Marcos Luiz Wiedemer (orgs.) **Gramática de Construções Diassistêmicas: discussões teóricas e aplicadas**. Curitiba: CRV, 2023.

GODOI, Eliamar; LIMA, Marisa Dias; LEITE, Leticia de Souza (Org.). **Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS: a formação continuada de professores**. 2. ed. Uberlândia: EDUFU, 2021.

GOLDIN-MEADOW, Susan; BRENTARI, Diane. Gesture, sign, and language: The coming of age of sign language and gesture studies. **Behavioral and brain sciences**, v. 40, p. e46, 2017.



GRINEVALD, Colette. Classifier systems in the context of a typology of nominal classification. EMMOREY, K. (Org.). **Perspectives on Classifier Constructions in Sign Languages**. Psychology Press, New York, p. 91-109, 2003.

KINDIROGLU, Ahmet Alp; ÖZDEMİR, Oğulcan; AKARUN, Lale. Aligning accumulative representations for sign language recognition. **Machine Vision and Applications**, v. 34, n. 1, p. 12, 2023.

KOURBETIS, Vassilis; HOFFMEISTER, Robert J. Name signs in Greek sign language. **American Annals of the Deaf**, v. 147, n. 3, p. 35-43, 2002.

KUBUŞ, Okan. **An analysis of Turkish Sign Language (TİD) phonology and morphology**. 2008. Dissertação (Mestrado) - Middle East Technical University, Ankara, 2008.

LAMPERT, Martina; LAMPERT, Günther. Word-formation or word formation? The formation of complex words in Cognitive Linguistics. In: ONYSKO, Alexander (Org.); MICHEL, Sascha (Org.). **Cognitive perspectives on word formation**. Trends in Linguistics, p. 29-74, 2010.

LEESON, Lorraine; SAEED, John I. **Irish Sign Language: a cognitive linguistic account**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2012.

LEPIC, Ryan; OCCHINO, Corrine. A construction morphology approach to sign language analysis. In: BOOIJ, Geert (Org.). **The Construction of Words: Advances in Construction Morphology**. Cham: Springer, 2018. p. 141-172.

LIDDELL, Scott K.; JOHNSON, Robert E. American Sign Language compound formation processes, lexicalization, and phonological remnants. **Natural Language & Linguistic Theory**, v. 4, n. 4, p. 445-513, 1986.

LIDDELL, Scott K.; METZGER, Melanie. Gesture in sign language discourse. **Journal of pragmatics**, v. 30, n. 6, p. 657-697, 1998.

MCKEE, David; KENNEDY, Graeme D. The distribution of signs in New Zealand sign language. **Sign Language Studies**, v. 6, n. 4, p. 372-390, 2006.



MEIR, Irit. Grammaticalization is not the full story: a non-grammaticalization account of the emergence of sign language agreement morphemes. In: **Mediterranean Morphology Meeting** (MMM10), 10., 2016, Veneza. Anais. Veneza: Università Ca' Foscari, 2016. p. 112-124.

MORGAN, Gary; WOLL, Bencie. Understanding sign language classifiers through a polycomponential approach. **Lingua**, v. 117, n. 7, p. 1159-1168, 2007.

NASCIMENTO, João Paulo da Silva; FREITAS JUNIOR, Roberto de. Compostos em Libras: uma análise construcional. In: VELOZO, Naira de Almeida (Org.); BERNARDO, Sandra (Org.); NUNES, Valeria Fernandes (Org.). **Linguagem, cognição e sociedade: Interlocuções em Linguística Cognitiva**. 1. ed. São Paulo: Pontes, 2023. v. 1, p. 351-376.

NUNES, Valeria Fernandes. **Corporificação e iconicidade cognitiva: um estudo sobre verbos em línguas de sinais**. 2018. 276 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

OCHIUTO, Eliane Francisca Alves da Silva. **Um estudo funcional do uso das expressões manuais e não manuais como estratégias de marcação de aspecto e tempo relativo em Libras**. 2022. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2022.

PADDEN, Carol A. The ASL lexicon. **Sign language & linguistics**, v. 1, n. 1, p. 39-60, 1998.

PADDEN, Carol; GUNSAULS, Darline Clark. How the alphabet came to be used in a sign language. **Sign language studies**, v. 4, n. 1, p. 10-33, 2003.

PERNISS, Pamela; THOMPSON, Robin L.; VIGLIOCCO, Gabriella. Iconicity as a general property of language: evidence from spoken and signed languages. **Frontiers in psychology**, v. 1, p. 227, 2010.

PETTITA, Giulia; DI RENZO, Alessio; CHIARI, Isabella. Evaluative Morphology in Sign Languages. In: KORTVELYESSY, Livia (Org.); GRANDI, Nicola (Org.). **The Edinburgh Handbook**



of Evaluative Morphology. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2015. p. 155-169.

PFAU, Roland; OTHERO, Gabriel de Ávila; SPINELLI, Ana Carolina. Estudos de línguas de sinais: uma entrevista com Roland Pfau. **Revista virtual de estudos da linguagem-ReVEL.** Novo Hamburgo, RS. Vol. 10, n. 19 (ago. 2012), p. 204-216, 2012.

PIZZUTO, Elena; CORAZZA, Serena. Noun morphology in Italian Sign language (LIS). **Lingua**, v. 98, n. 1-3, p. 169-196, 1996.

PONTES, Anna Jamilly Santos Martins. **Análise fonomorfológica do léxico da libras relacionados ao campo semântico da história e da língua portuguesa.** 2023. 101 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Letras, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2023.

QUADROS, Ronice Müller de. **Libras: linguística para o ensino superior.** São Paulo: Editora Parábola, 2019.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos.** São Paulo: Artmed Editora, 2004.

SANDLER, Wendy. O desafio da fonologia das línguas de sinais. **ReVEL**, edição especial, v. 21, n. 20, 2023.

SANDLER, Wendy; ARONOFF, Mark; MEIR, Irit; PADDEN, Carol. The gradual emergence of phonological form in a new language. **Natural language & linguistic theory**, v. 29, p. 503-543, 2011.

SANTOS, Hadassa Rodrigues. Produtividade lexical e produções lexicográficas em uma língua sinalizada. **Revista da Anpoll**, v. 1, n. 48, p. 114-123, 2019.

SCHEMBRI, Adam et al. Issues in development of the test battery for Australian sign language morphology and syntax. **Journal of Deaf Studies and Deaf Education**, v. 7, n. 1, p. 18-40, 2002.

SCHEMBRI, Adam; FENLON, Jemina; CORMIER, Karen; JOHNSTON, Trevor. Sociolinguistic typology and sign languages. **Frontiers in Psychology**, v. 9, art. 200, 2018.

SOUZA, José Marcos Rosendo de; LIMA NETO, Izaías Serafim; LIMA, Edmar Peixoto. Aspectos morfológicos da Libras: reflexões



necessárias sobre o processo de formação de sinais. **Raído**, v. 15, n. 39, p. 10-26, 2021.

TAKAHIRA, Aline Garcia Rodero. Questões sobre compostos e morfologia da LIBRAS. **Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)**, v. 41, n. 1, p. 262-276, 2012.

TAKAHIRA, Aline Garcia Rodero; MINUSSI, Rafael Dias. Observações sobre os compostos da LIBRAS: a interpretação das categorias gramaticais. **Revista Linguística**, v. 9, n. 1, 2013.

VERCELLOTTI, Mary Lou; MORTENSEN, David R. A classification of compounds in American Sign Language: an evaluation of the Bisetto and Scalise framework. **Morphology**, v. 22, p. 545-579, 2012.

WADHAWAN, Ankita; KUMAR, Parteek. Deep learning-based sign language recognition system for static signs. **Neural computing and applications**, v. 32, n. 12, p. 7957-7968, 2020.

WASSERSCHEIDT, Phillipp. Construction Grammar: Basic Principles and Concepts. **Ukrainian Linguistics Journal**, v. 49, p. 94-116, 2019.

WIEDEMER, Marcos Luiz; MACHADO VIEIRA, Marcia dos Santos Machado Lexemas e construção: atração, coerção e variação. **Caderno Seminal Digital Especial**, v. 1, n. 1, p. 81-132, 2018.

WILCOX, Sherman. Cognitive iconicity: conceptual spaces, meaning, and gesture in signed languages. **Cognitive Linguistics**, v. 15, n. 2, p. 119-148, 2004a.

WILCOX, Sherman. Gesture and language: cross-linguistic and historical data from signed languages. **Gesture**, Washington-DC, v. 4, n. 1, p. 43-75, 2004b.

WILCOX, Sherman; WILCOX, Phyllis Perrin; JARQUE, Maria Josep. Mappings in conceptual space: metonymy, metaphor and iconicity in two signed languages. **Jezikoslovlje, Osijek (Croácia)**, v. 4, n. 1, p. 19-156, set. 2003.

XAVIER, André Nogueira; NEVES, Sylvia Lia Grespan. Descrição de aspectos da morfologia da libras. **Revista Sinalizar**, v. 1, n. 2, p. 130-151, 2016.



ZESHAN, Ulrike; PALFREYMAN, Nick. Sign language typology. In: AIKHENVALD, A. Y. (Org.); DIXON, R. M. W. (Org.). **The Cambridge Handbook of Linguistic Typology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 217–246.

ZWITSERLOOD, Inge. **Classifying hand configurations in Nederlandse Gebarentaal (Sign Language of the Netherlands)**. 2003. Tese de Doutorado. Utrecht: LOT, 2003.



O signo saussureano em “Solitário”, de Christophe Chabouté

Adriano Braga Bressan (UFMS)
Nataniel dos Santos Gomes (UEMS/UFMS)

Introdução

Os quadrinhos, há muito considerados apenas entretenimento ou relegados a uma condição de arte menor, conquistaram, nas últimas décadas, um espaço de legitimidade acadêmica e cultural. Nesse ínterim, tornaram-se objeto de estudos interdisciplinares que, para além de suas dimensões estética e narrativa, abarcam também as estruturas linguísticas e os mecanismos de significação que lhes são próprios. Assim, a presente investigação insere-se nesse contexto ao abordar a *graphic novel Solitário*, de Christophe Chabouté, sob a perspectiva da linguística estruturalista saussureana, reconhecendo nos quadrinhos uma linguagem autônoma e complexa.

Consideramos, como ponto de partida teórico, a concepção de linguagem estabelecida por Ferdinand de Saussure, particularmente a noção de signo linguístico enquanto articulação indissociável entre significante e significado. A arbitrariedade do signo e sua linearidade constituem fundamentos indispensáveis para a leitura e análise da prática cotidiana do protagonista da obra em questão: um homem isolado em um farol, cuja interação com o mundo se dá, paradoxalmente, por meio do exercício solitário de folhear um dicionário e construir, a partir da escolha aleatória de verbetes, imagens mentais que transcendem os limites físicos do seu confinamento.

Nesse processo, observamos como a relação *significante / significado* se manifesta no plano narrativo da HQ e como a teoria



saussureana se revela um instrumental heurístico potente para compreender o modo como o personagem de Chaboué atualiza, no gesto ordinário da leitura, as grandes dicotomias do pensamento linguístico: língua e fala, sincronia e diacronia, significado e significante, sintagma e paradigma. Assim, é possível perceber a HQ como espaço privilegiado em que se tensionam teoria e prática ao promover um diálogo produtivo entre as ciências da linguagem e as manifestações artísticas contemporâneas.

Nosso objetivo é, portanto, demonstrar, por meio da análise de passagens específicas da obra, como a estrutura do signo linguístico se faz presente na tessitura narrativa de *Solitário*. O protagonismo da linguagem, sobretudo na forma do signo, não se dá de maneira acessória, mas como elemento central que organiza e dá sentido à experiência existencial do personagem. Em última instância, buscamos evidenciar como os quadrinhos, enquanto linguagem sincrética, tornam-se espaço fértil para pensar questões caras à linguística e à filosofia da linguagem, a partir de uma perspectiva que não dissocia teoria, estética e vida.

1. Estudos linguísticos que investigam os quadrinhos

Há algum tempo os quadrinhos tornaram-se passíveis de estudo, tanto academicamente, culturalmente, artisticamente e/ou até mesmo sob a alcunha de mero lazer. Um primeiro passo para compreendermos a vastidão dessas pesquisas seria apontar e descrever como a pesquisa, em nosso caso linguística, se dá nesse meio de amplas expressões.

Introduziremos aqui um marco, para que nosso leitor, experiente ou não, parta do mesmo ponto sobre o qual discutiremos: os quadrinhos são uma linguagem autônoma. Não são literatura, não são um fotograma de partes do cinema, tampouco reduzem-se a ser produzidos “bem desenhados” a ponto de gozarem algum prestígio diferente daquele que lhes cabe. O pesquisador de quadrinhos Paulo Ramos (2020, p. 17) estabeleceu justamente essa diferença ao mencionar que



Chamar quadrinhos de literatura, a nosso ver, nada mais é do que uma forma de procurar rótulos socialmente aceitos ou academicamente prestigiados (caso da literatura, inclusive a infantil) como argumento para justificar os quadrinhos, historicamente vistos de maneira pejorativa, inclusive no meio universitário.

Nesse mesmo sentido, o estudo dessa linguagem que são os quadrinhos amplia-se constantemente, já que seu conteúdo, estética, estrutura forma e significado passa a ser visto como um grande **ecossistema**¹⁴, em que cada parte (nicho) tem um funcionamento próprio, porém, ao mesmo tempo podem trocar características semelhantes.

Por exemplo: os quadrinhos podem servir como estímulo de leitura em livros didáticos no Brasil, dado seu princípio imagético com aspecto interpretativo sincrético, já que a mensagem é apenas compreendida ao se realizar a união entre duas linguagens. A linguística aplicada, assim, aponta um caminho de pesquisa, a conceber o que Louis-Jean Calvet, sociolinguista francês, aponta sobre a natureza da ciência, nesse caso, a ciência que se debruça em estudar o a língua de maneira geral por meio da sociolinguística.

O interesse de uma ciência não se mede apenas por seu poder explicativo, mas também por sua utilidade, por sua eficácia social, em outras palavras, por suas possíveis aplicações. (Calvet, 2002, p. 145)

Nota-se que para este viés de estudo, o papel da investigação científica seria estudar, por exemplo, como essa linguagem pode favorecer o processo de ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa, elemento que é pesquisado atualmente pela Profa. Dra. Alba Valeria Tinoco Alves Silva¹⁵, da Universidade Federal da

¹⁴ Danieli Barbieri emprega este termo na obra *As linguagens dos quadrinhos*, publicado em 2017 no Brasil.

¹⁵ Informações retiradas do evento 1º Simpósio sobre Quadrinhos e Linguística, organizado entre os dias 02 e 04 de abril de 2025 pelo Núcleo de Pesquisa em Quadrinhos (NuPeQ) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).



Bahia. A seguir, enumeraremos possibilidades e nomes de todas as regiões de nosso país que se debruçam sobre os estudos dos quadrinhos a partir tendo com base teórica abordagens da linguística.

Uma segunda possibilidade é o viés apresentado por meio da linguística sistêmica funcional (LSF), em que o Prof. Dr. Alex Caldas Simões¹⁶, do IFES, apresenta a estrutura potencial do gênero (EPG) pela perspectiva funcionalista da linguagem, com objetivo de compreender como e porque a língua funciona. Aliada à multimodalidade, o referido professor aplica a LSF aos quadrinhos e apresenta os resultados a partir desse escopo.

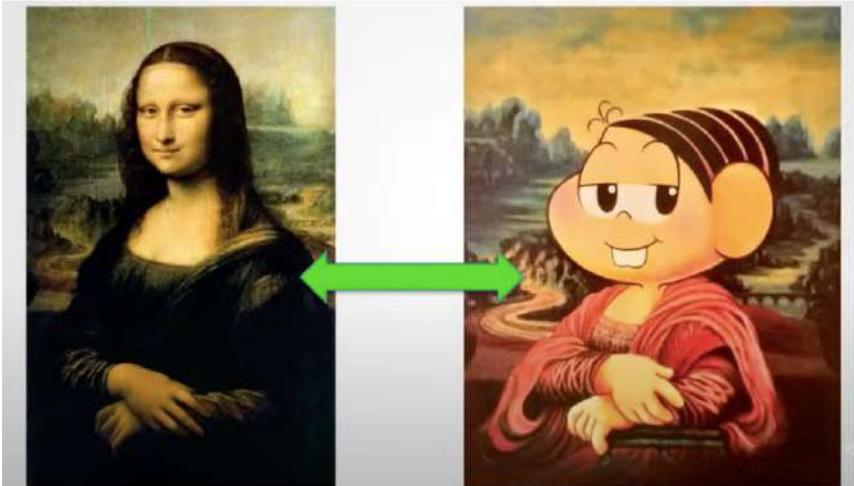
A Profa. Dra. Ana Cristina Carmelino¹⁷, da UNIFESP, em que há associação entre os quadrinhos e a teoria da retórica e argumentação. É importante ressaltar que, nesse caso, há uma aproximação entre as teorias que caminham desde a retórica aristotélica até correntes recentes e que, aplicadas aos quadrinhos, visam estudar as estratégias de persuasão empregadas nos entremeios dessa linguagem.

A Profa. Dra. Ana Luiza Ramazzina-Ghirardi faz a associação entre quadrinhos e intermedialidade, que é um campo que oferece à academia possibilidades de compreensão das novas relações culturais, especificamente das mídias, ao investigar como as mídias são concebidas, qual a relação com outras mídias e como ocorre sua transformação.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

Figura 1: A intermedialidade entre a Mona Lisa, de Leonardo Da Vinci, e a Monica Lisa, de Maurício de Souza.



Fonte: 1º Simpósio sobre Linguística e Quadrinhos

A Profa. Dra. Brizzida Caldeira¹⁸ apresenta a abertura que a linguística cognitiva oferece na compreensão dos quadrinhos, principalmente ao mencionar como esse escopo pode auxiliar na compreensão dos quadrinhos.

O Prof. Dr. Dennys Dickson¹⁹, da Universidade Federal do Agreste do Pernambuco (UFAPE), por sua vez, desenvolve pesquisas quem envolvem quadrinhos e retextualização, quem tem por objetivo, entre outros, promover o desenvolvimento da escrita no público infantil, por meio dos quadrinhos.

A Profa. Dra. Eveline Cardoso²⁰, da UERJ, apresenta possibilidades de associação das charges²⁰ com a semiolinguística no aspecto da persuasão e dos discursos que cercam as produções.

O Prof. Dr. Lucas Piter Alves Costa²¹, da UEMG, explora o ambiente dos quadrinhos e da análise do discurso ao apresentar os conceitos da AD para que assim possam ser realizadas diferentes

¹⁸ Idem.

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

²¹ Idem.



abordagens dos quadrinhos. Sob a teoria de Dominique Maingueneau, a exploração do sistema e o estudo das regras da enunciação dos quadrinhos são o objeto de estudo do referido professor.

As teorias do hipertexto, nomenclatura dada a formas de texto que propiciam ao leitor novas experiências de leitura, são associadas aos quadrinhos pela Profa. Dra. Maiara Alvim de Almeida²², do IFRJ, ao propor que o texto é um jogo e, o leitor, um jogador.

A Profa. Dra. Maria Isabel Borges²³, da UEL, apresenta o viés possível entre pragmática e quadrinhos, ramo no qual a autora busca definir a designação como um processo que materializa a ação na linguagem.

O Prof. Dr. Nataniel Gomes dos Santos²⁴, da UEMS, aborda atualmente aspectos dos quadrinhos referentes à intertextualidade, apoiando-se nos escritos de Umberto Eco naquilo que é chamado de abertura da obra, conceito que pressupõe o leitor como coautor do texto a que tem acesso.

Por fim, nessa lista de possibilidades que buscamos apresentar, o Prof. Dr. Paulo Ramos, da UNIFESP, apresenta o que a linguística textual pode associar aos estudos dos quadrinhos. Nesse campo do conhecimento, a ideia de texto vai além do convencional, em que consideramos texto somente a parte verbal do enunciado. Tudo é texto para a linguística textual, e associada aos quadrinhos, há muito o que se pesquisar.

Outra possibilidade é o estudo dos dados linguísticos surgidos no interior do texto, de maneira a analisar neologismos, expressões idiomáticas, mudanças e planificações linguísticas, entre outros. A linguagem neutra, por exemplo, debatida nos mais diversos âmbitos (acadêmico, social, lexical, gramatical, cultural, entre outros) pode compor um corpus de análise para estudo disso que

²² Idem.

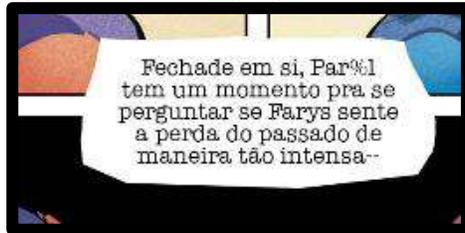
²³ Idem.

²⁴ Idem.



será chamado um dado linguístico. A obra *O imortal Hulk* #25²⁵, de 2019, é representativa nesse sentido, por que traz vários e diferentes usos da neutralidade da linguagem ao se referir a seres de outros planetas que não necessariamente apresentam gênero masculino ou feminino.

Figura 1: O uso da linguagem neutra na HQ.



Fonte: Al Ewing, 2019.

Caminhos há, e muitos. O campo da pesquisa científica se mostra solo fértil para análises, e a obra que selecionamos não poderia ser mais representativa. Em *Solitário*, de Christophe Chabouté, exploraremos a linguística estruturalista de Ferdinand de Saussure, considerado por alguns o pai da linguística, por outros como mais um teórico, mas que gera um ponto comum entre todos os estudiosos da língua e das linguagens: há uma divisão nos estudos linguísticos em Saussure, e é neste ponto que prosseguiremos.

2. O signo para Saussure

A matéria da Linguística é constituída inicialmente por todas as manifestações da linguagem humana, quer se trate de povos selvagens ou de nações civilizadas, de épocas arcaicas, clássicas ou de decadência, considerando-se em cada período não só a linguagem correta e a 'bela linguagem', mas todas as formas de expressão. (Saussure, 2012, p. 37)

²⁵ O imortal Hulk, Al Ewing, 2019.

Quando nos referimos a Ferdinand de Saussure, pode ser que o leitor espere por um terreno batido, de muitas e longas pesquisas já realizadas. Contudo, há um movimento de revisitação às teorias do autor, a contar com novas edições do *Curso de Linguística Geral*, retratuzidos e com comentários que até então não haviam sido feitos. Essa ideia suscita, para as pesquisas linguísticas, na compreensão de como os estudos da estrutura da língua e por consequência das linguagens pode ser tanto estudada nos quadrinhos quanto representada nos roteiros.

A ideia de signo linguístico de acordo com o autor genebrino parte de sua arbitrariedade. Este primeiro princípio é consequência primeira da associação *conceito x imagem acústica*, que dará lugar no *Cours* à dicotomia *significado x significante*. Essa dicotomia terá destaque em nossa análise, mas não deve se desprender das outras apontadas na obra: *língua x fala; sincronia x diacronia; sintagma x paradigma*. É a partir da relação *significado x significante* que a arbitrariedade do signo pode ser explicada.

O laço que une o significante ao significado é arbitrário ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: *o signo linguístico é arbitrário*. Assim, a ideia de “mar” não está ligada por relação alguma interior à sequência de sons *m-a-r* que lhe serve de significante [...] (Saussure, 2012, p. 108)

Um segundo princípio do autor diz respeito ao significante, que possui caráter sonoro/auditivo, e que torna o caráter do significante sempre linear, dada sua contiguidade representativa e a dimensão assumida na formação da imagem acústica.

Se nos atemos ao significante como princípio arbitrário da língua, isso não significa que não haja mutabilidade em sua formação. Um significante não pode ser escolhido quando imerso em uma comunidade linguística, ele é claramente imposto. Ao evocarmos qualquer nome de super-herói, ou qualquer cidade fictícia do universo DC Comics, ou ainda a Rua do Limoeiro, cenário principal da Turma da Mônica, um indivíduo não seria



capaz de substituir um significante por outro. O signo linguístico não permite que escolhamos como ele pode significar, está “atado à língua tal qual é” (Saussure, 2012, p. 111).

A língua, com todas as suas dicotomias, é uma herança de conjuntos e mudanças realizadas por gerações passadas. Um significante somente o é na época em que o indivíduo o conhece, pois ao compreender-se linear, torna-se submisso também à linha do tempo, que assegura a continuidade da língua. Neste ponto, há um paradoxo em Saussure. Implicamos a ideia de que o signo é arbitrário, mas ao mesmo tempo destacamos que pode modificar-se com o tempo. O autor, neste ponto, deixa a ideia de que a língua se transforma sem que os indivíduos possam transformá-la. Como exemplo, aponta para o esperanto, uma língua artificial que dá ao seu criador pleno poder e domínio, até que passe a circular em vários meios. A arbitrariedade seria tamanha que nem o próprio criador, enquanto imposição de domínio sobre sua criação, teria mais o poder de alterar ou repensar os sentidos e relações de seu objeto linguístico.

A transformação de uma língua ocorre de maneira lenta e contínua, nunca de forma abrupta. Esse fenômeno inicia-se com pequenas oscilações na forma de comunicação. Podemos tomar como exemplo a expressão “vossa mercê”, que não foi imediatamente substituída por “você”. Inicialmente, consolidou-se no uso cotidiano, até que surgiram variações como “vosmecê”, que gradualmente ganhou espaço sobre a versão original. Posteriormente, essa forma sofreu novas adaptações, resultando no “você” escrito e, atualmente, na versão oral simplificada “cê”. Isso demonstra que toda evolução linguística parte de ajustes sutis, seguidos pela substituição progressiva de padrões anteriores.

Estabelecida a ideia de signo em Saussure e, principalmente, a relação entre *significado* x *significante*, podemos prosseguir para a obra de Chaboué.



3. “Solitário” de Christophe Chabouté e o signo segundo Saussure

A HQ que selecionamos tem grande poder de representatividade sobre os aspectos linguísticos que lançamos mão. Apresentaremos, ao todo, três estudos sobre a relação significado x significante que a obra traz em seu enredo. Adentremos, então, o campo da produção artística.

3.1 Sobre o autor

Christophe Chabouté é um quadrinista francês que ficou conhecido a partir da década de 1990. Tendo iniciado sua obra baseado em Arthur Rimbaud²⁶, obteve reconhecimento ao ser premiado no Festival de Angoulême em 1998, quando passou por uma momento de amadurecimento em suas obras. Explorando diferentes temáticas, desde a história do assassino mais famoso da França até Moby Dick, escreveu *Solitário* em 2008, seguido de vários trabalhos que tornaram o autor um exponencial dos quadrinhos. Hoje, pode-se dizer que Chabouté é um dos maiores artistas europeus da atualidade.

3.2 O enredo de “Solitário”

A trama de *Solitário* se dá em meio a idas e vindas de um barco que carrega suprimentos até um farol. Nesse local, sozinho vive um “garoto”, nome dado à pessoa que habita o local, nascido no farol que perdera a mãe e, aos 35 anos perdeu também o pai. O menino, por ter nascido com deficiências físicas aparentes, nunca pisou em outro lugar que não a ilha onde fica o farol. O pai, preocupado com sua situação, arranhou toda a sua situação para que nada lhe

²⁶ Arthur Rimbaud (1854-1891) foi um poeta francês, considerado um dos precursores da poesia moderna. Disponível em https://videeditorial.com.br/index.php?route=product/author&author_id=720



faltasse: entregou todas as suas economias para o marinheiro que abastece o farol de suprimentos para que nada faltasse por lá.

Em determinado ponto logo no início, há a presença de um marujo, uma espécie de auxiliar do marinheiro, que, apesar do semblante turrão, passa a fazer várias perguntas sobre as causas de levarem aquela caixa misteriosa semanalmente até a ilha. O marinheiro, de alguma forma um simulacro de pessoas que vivem sozinhas o ambiente de navegação, se mostra irritadiço e impaciente, mas após algumas tentativas do marujo resolve responder às suas perguntas. É a partir daí que passamos a conhecer a história de nosso protagonista, apelidado de “Solitário” por viver sozinho no farol até meados dos seus 50 anos, idade que passamos a acompanhar já no início da narrativa.

Solitário, nosso personagem, passa a mostrar sua rotina para o leitor. Ora desce até a beira-mar para pescar, ora mostra, em detalhes, sua solidão. Fotos na parede e em sua estante, um peixinho-dourado (também sozinho) em um aquário pequeno, como uma proporção de sua solidão, o ambiente escuro e pouco acolhedor, sua deficiência física aparente no rosto. É isso que passamos a observar no momento em que, carregado de uma narrativa palimpsesta, nos identificamos e passamos a sentir as suas dores. Basta lembrar que fizemos isso em várias outras histórias que conhecemos: nos compadecemos da sensação de solidão que o Super-Homem sente mesmo envolto de tantas pessoas que o acolheram; ficamos aflitos no momento em que as pérolas de Martha Wayne foram arrancadas de seu pescoço, momento que precedeu o assassinato dos pais de Bruce Wayne; ficamos íntimos de Harry Potter na sequência narrativa que o apresenta como algum tipo de escolhido para acabar com o mal aparente em Hogwarts, mas que custara a morte dos pais também. A morte ronda a identificação, e a solidão é o maior dos apelos para que nós, leitores, passemos a notar personagens como alguém no mundo, como alguém que quer viver.

Entre as rotinas do Solitário, há uma a que se destaca inserida em toda sua solidão, que é o apreço por fazer a leitura de verbetes



de dicionário. A esmo, o personagem abre o catálogo em alguma página aleatória, fecha os olhos e leva a mão, com o dedo em riste, até uma palavra qualquer. Ao fazer a leitura da palavra, passa a imaginar a concretude de sua descrição, e é por meio dessa ação, repetida todos os dias, que mantém sua relação com o mundo exterior ao farol.

É nessa ação que jaz nossa análise, e é neste ponto que deixamos o enredo para entender exatamente a relação de *conceito* x *imagem acústica* que apontamos no conceito de signo apontado por Saussure.

3.3 A relação significado x significante em “Solitário”

IMAGINAÇÃO s.f. Faculdade que o ser humano tem de representar por pensamentos objetos, fatos irrealis ou percebidos. Faculdade de inventar, criar ou conceber. (Chabouté, p. 06, 2010)

Retomemos o conceito de *significado* x *significante* apontado por Saussure para que possamos proceder com as devidas análises. Aqui, o significado corresponde a um conceito, funcionando como sua expressão compreensível. Por sua vez, o significante se relaciona com a ideia de imagem acústica, não sendo o som físico em si, mas a impressão sensorial que ele provoca, ou seja, o aspecto perceptível do signo.

O signo só se constitui plenamente quando há a união inseparável entre o “conceito” e a “imagem acústica”. Muitas vezes, ocorre a confusão entre o signo e a palavra, seja ela falada ou escrita, mas estas representam apenas a dimensão “visível” do signo. É importante destacar que o “conceito” não deve ser reduzido à ideia de “coisa”, pois tal visão seria bastante limitada. Afinal, há conceitos que não correspondem a objetos concretos, como “amor” ou “alegria”. Por essa razão, Saussure, posteriormente, passa a utilizar as expressões “significado” e “significante” para definir de modo mais preciso os elementos que compõem o signo. Observe a imagem abaixo.



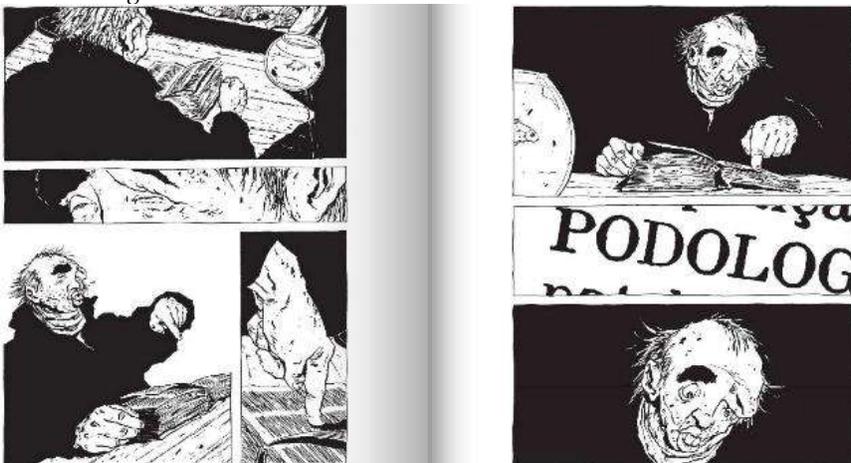
Figura 2:- O signo linguístico para Saussure



Fonte: Saussure, 2012, p. 103

De forma resumida, ao escutarmos a palavra “árvore”, nossa mente associa automaticamente esse som ao conceito correspondente, e não a outros, como “papel” ou “animal”. Observemos agora como Solitário representa esse conceito.

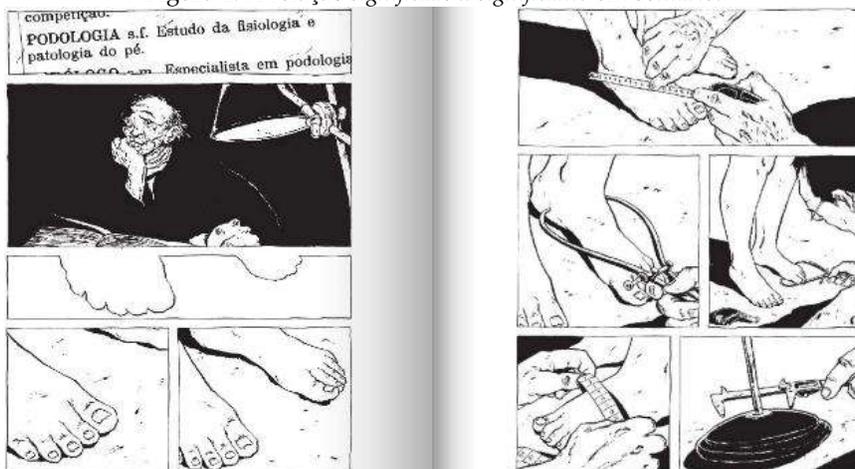
Figura 3: Solitário escolhe um verbete aleatório no dicionário.



Fonte: Chabouté, p. 121 e 122, 2010.

Ao apontar para a forma de palavra *Podologia*, Solitário passa a figurar sua imagem acústica. Observemos agora sua reação ao imaginar o significado da palavra, ou seja, ao completar a constituição do signo.

Figura 4: A relação *significado x significante* em *Solitário*.



Fonte: Chabouté, p. 123 e 124, 2010.

Aqui é possível observar exatamente em que ponto há a associação entre o conceito e a imagem acústica da palavra, pois o personagem, ao encontrar-se distante da realidade, concebe com plenitude o signo conforme aquilo que é suscitado em sua mente. Podemos observar um segundo aspecto: há uma relação com a morfologia da palavra ao pensarmos sua classe. *Podologia* é um substantivo concreto, fato que permite ao protagonista, de maneira mais simplificada, invadir o aspecto de compreensão da palavra. Nesse sentido, fica importante estabelecermos o que é uma transcrição morfológica, já que foi este o caminho que seguimos para nos referirmos ao termo. Para Castilho (2010, p.144), “*A Morfologia é o estudo da estrutura dos morfemas, ou seja, dos constituintes das palavras*”, ou seja, uma palavra pode ser composta por diferentes partes estruturais, que o referido linguista chama *constituintes*. No caso de *Podologia*, ao analisar os constituintes, para além da estrutura do morfema, pensamos que a palavra apresenta uma raiz que vem de uma outra língua, que por sua vez, ao se apresentar na língua portuguesa, foi lexicalizada, ou seja, uma nova palavra em algum momento foi criada. A esse processo de lexicalização dá-se o nome *etimologia*, que é justificada da seguinte maneira:



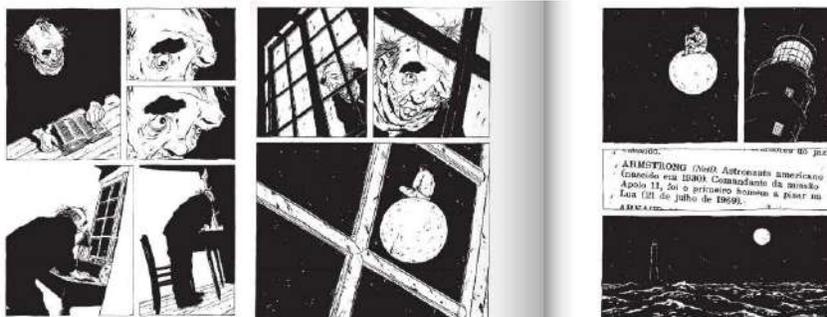
Na lexicalização por etimologia, um item da língua-fonte é integrado na língua-filha. A expressão latina *fructu persicu* (“fruto da Pérsia”) deu por etimologia a palavra portuguesa *pêssego*, omitido o substantivo *fructu*. Diremos que o étimo de *pêssego* é a palavra latina *persicu*. (Castilho, 2010, p. 113)

Seguindo o molde apresentado pelo linguista, *podologia* tem dois constituintes advindos da língua fonte: *podos*, do grego *pés*, e *logos*, também do grego *estudo ou tratado*. Daí a classificarmos *podologia* como um substantivo concreto, buscamos o seguinte excerto:

Chamam-se concretos os substantivos que designam os seres propriamente ditos, isto é, os nomes de pessoas, de lugares, de instituições, de um gênero, de uma espécie ou de um dos seus representantes. (Cunha, 2017, p. 192)

Tornada idônea a análise da primeira palavra escolhida por *Solitário*, procederemos para a próxima ocorrência na obra.

Figura 5: Mais uma relação entre o conceito e a imagem acústica.



Fonte: Chabouté, p. 139 e 140, 2010

Aqui o personagem, ao realizar seu processo de escolha de leitura e figuração da palavra, aleatoriamente chega a um *substantivo próprio*. Antes de procedermos, observemos qual é esse conceito.

Os substantivos podem designar a totalidade dos seres de uma espécie (designação genérica) ou um indivíduo de determinada espécie (designação

específica). Quando se aplica a todos os seres de uma espécie ou quando designa uma abstração, o substantivo é chamado COMUM.

Quando se aplica a determinado indivíduo da espécie, o substantivo é próprio. Assim, os substantivos homem, país e cidade são comuns, porque se empregam para nomear todos os seres e todas as coisas das respectivas classes. Pedro, Brasil e Lisboa, ao contrário, são substantivos próprios, porque se aplicam a um determinado homem, a um dado país e a uma certa cidade. (Cunha, 2017, p. 192)

Assim, ao encontrar a forma de palavra *Armstrong*, o personagem caminha até a janela e elabora o seu *significante* a partir, principalmente, da forma *astronauta*, constante no verbete. Vale ressaltar que *astronauta* também apresenta dois constituintes de uma outra língua fonte, no caso o grego, em que há junção de *ástron*, que tem por significado *estrela*, e *nautes*, que significa *navegante, marinheiro*.

Figura 6: O encontro de si mesmo como significante da palavra *Solidão*.



Fonte: Chabouët, p. 189 e 190, 2010.

Ao se deparar com a palavra *solidão*, o personagem passa por dois processos, um lexical e outro existencial, mas ambos convergem na elaboração do significante da palavra encontrada. Do ponto de vista lexical, a palavra *solidão* é um substantivo abstrato, e por consequência é de difícil elaboração de imagens, já que define uma noção ou estado, considerada como ser. Buscando o significante de *solidão*, porém, ele retorna à análise de si, pois ele é a imagem acústica da palavra encontrada, e é neste ponto que



encontramos, junto de outras sequências narrativas, o conflito da obra. Ao olhar para si por meio do signo proposto pelo modelo Saussureano, *Solitário* busca mudar seu comportamento, e a obra caminha por diferentes caminhos até então desconsiderados nas representações narrativas. Por fim, fica clara a ideia de que o signo linguístico, no modelo que propusemos para a análise, é arbitrário e não há possibilidade de dissociar *conceito* de *imagem acústica*.

4. Considerações finais

A análise empreendida sobre “Solitário”, de Christophe Chabouté, permitiu-nos verificar que o signo saussureano não se configura apenas como uma abstração teórica, mas como uma dinâmica concreta que se projeta na existência do protagonista e, por extensão, na experiência estética do leitor. A escolha aleatória de verbetes e sua subsequente elaboração imagética operam como metáfora de uma busca incessante por sentido, em meio a um cenário de isolamento e silêncio, em que a linguagem emerge como única via possível de mediação com o mundo.

O percurso interpretativo revelou que a relação indissolúvel entre significado e significante, conforme delineada por Saussure, encontra na narrativa gráfica uma realização sensível, em que a arbitrariedade do signo é reatualizada continuamente pela imaginação do personagem. A partir dessa perspectiva, a leitura de “Solitário” transcende sua aparência minimalista para revelar-se como um campo de complexas articulações linguísticas, demonstrando a pertinência e atualidade dos postulados estruturalistas, especialmente no que tange à materialização do signo na prática social.

Por fim, consideramos que a aproximação entre os estudos linguísticos e os quadrinhos não apenas enriquece o campo teórico, mas também contribui para ressignificar o estatuto epistemológico das HQs, afastando-as de uma visão reducionista que as confina ao entretenimento. A obra de Chabouté, ao articular estética, linguagem e reflexão existencial, evidencia que os quadrinhos são,

sobretudo, um espaço legítimo e sofisticado de produção de sentido, passível de análise e problematização científica, como procuramos demonstrar ao longo deste trabalho.

Referências

Calvet, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma leitura crítica**. São Paulo: Parábola, 2002.

Castilho, Ataliba T. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

Chabouté, Christophe. **Solitário**. São Paulo: Pipoca e Nanquim, 2010.

Cunha, Celso; Cintra, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

De Souza, Renata Adriana; Da Silveira, Juliana; Da Silva, Vera Lucia. Língua, signo, valor: a teoria linguística de Ferdinand de Saussure. **Revista ECOS**, [S. l.], v. 17, n. 2, Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ecos/article/view/254>. Acesso em: 02 de maio. 2025.

Oliveira, Stefanny; Do Vale, Rosana. A semiótica em Capitão América: uma análise da primeira HQ do personagem. **Darandina Revisteletrônica**, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 1–20, 2019. DOI: 10.34019/1983-8379.2017.v10.28141. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/darandina/article/view/28141>. Acesso em: 05 de maio de 2025.

Ramos, Paulo. **A leitura dos quadrinhos**. São Paulo: Conexto, 2020.
Saussure, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2012.



PARTE 2

Lexicografia e suas potências

Ecolexicografia: uma interseção entre a ecolinguística e os estudos lexicográficos

Davi Albuquerque (Universidade de Nankai)

1. Introdução

O termo ‘ecolexicografia’ foi proposto primeiramente por Sarmiento (2000). Da mesma maneira, o autor desenvolveu a proposta ecolexicográfica em publicações posteriores (Sarmiento, 2002, 2005), tal como forjou os termos das subáreas relacionadas, a saber ‘ecolexicologia’, ‘ecoterminologia’ e ‘ecoterminografia’ (Sarmiento, 2005 p. 92).

A Ecolexicografia pode ser definida de duas maneiras: uma ciência que, formada a partir das duas áreas relacionadas, a saber: a Ecolinguística e a Lexicografia, busca apresentar teorias e metodologia próprias para a produção de obras ecolexicográficas; uma técnica que fornece elementos para a elaboração e análises macroestruturais e microestruturais.

Este capítulo tem vários objetivos, sendo os principais: apresentar um panorama da ecolexicografia, bem como seu desenvolvimento e refinamento teóricos, apontar as relações com outras disciplinas e instigar outros pesquisadores a se interessarem por esta abordagem, ainda incipiente e um tanto esquecida no ambiente acadêmico. Assim, em (2), é discutida a relação entre a ecolinguística e a ecolexicografia para, em (3), ser apresentada a proposta ecolexicográfica; na seção (4), há uma análise de um verbete, enquanto na seção posterior, em (5), há uma análise de dicionários, ambas as análises são feitas com base na ecolexicografia; por fim, em (6), encontram-se as considerações finais deste trabalho.

2. Ecolinguística e Ecolexicografia

A Ecolexicografia parte de uma nova mentalidade (popular, acadêmica e científica) que se preocupa com a vida, as relações, a manutenção de nossa espécie e das demais, bem como do planeta Terra. Esta disciplina pode ser considerada independente, ou como um ramo da Lexicografia ou da Ecolinguística. Porém, independente de sua classificação, a Ecolexicografia parte dos ensinamentos da Ecologia Biológica, da Ecologia Profunda e da Ecologia Social para elaborar uma ciência e uma técnica que tem como objetivo estudar/ registrar o léxico sob esses pontos de vista distintos.

Em Sarmiento (2005, p. 87), o autor enfatiza como uma das motivações do surgimento da Ecolinguística os conflitos existentes entre os discursos políticos e a organização de nossa sociedade, de um lado, com as consequências e resultados deles, de outro. Ao meu ver, com base na Ecologia Biológica, na Ecologia Profunda e na Linguística Ecosistêmica, este posicionamento do autor é um tanto radical, como será mostrado no decorrer deste texto, já que a ênfase da Ecolinguística está na vida e nas interações, assim suas origens se relacionam pouco com conflitos, lutas e problemas político-sociais²⁷. De maneira semelhante, a teoria ecolinguística que Sarmiento (2005) mais se aproxima em relação ao seu entendimento do que é Ecolinguística, bem como na estrutura do verbete ecolexicográfico, já se distancia da Linguística Ecosistêmica e se aproxima da (eco)linguística dialética de Bang e Døør (2007), ao enfatizar tanto as questões de conflito (discurso político, burocratização, corrupção, poluição, destruição), quanto o marxismo (luta de classes, dialética marxista, materialismo histórico).

²⁷ Para uma discussão mais detalhada a respeito da incompatibilidade da Visão Ecológica de Mundo (VEM) com qualquer tipo de conflito, ver Couto (2013, 2016) e Couto e Albuquerque (2015).



Ademais, a Ecolexicografia está relacionada com a Ecolinguística, porém aquela se encontra num estágio ainda incipiente, com um número reduzido de publicações dedicadas ao tema, destacando-se somente Sarmiento (2000, 2002, 2005) e Albuquerque (2018, 2019a, 2019b, 2019c). Recentemente, a ecolexicografia vem despertando interesse em lexicógrafos e ecolinguistas chineses, havendo algumas pesquisas, dissertações de mestrado e teses de doutorado em andamento, bem como algumas publicações que, apesar de não se identificarem como ecolexicógrafas, aplicam algumas características desta proposta, como pode ser visto, por exemplo, no volume 31, que data de 2021, da revista *Lexikos*, na qual, além dos vários trabalhos mencionados, destacamos o de Liu, Lyu e Zheng (2021), que discutem o status da ecolexicografia como um novo paradigma. Assim, muitos dos conceitos apresentados por esses autores serão retomados aqui. Entre os objetivos da ecolexicografia, bem como deste capítulo, além de expor alguns conceitos básicos da Ecolexicografia, são também os de definir as palavras ecológicas; fornecer subsídios para que se desenvolva um projeto de Ecolexicografia; discutir a relação da ecolexicografia com outras áreas do saber.

No âmbito da Ecolinguística, alguns autores se preocuparam com estudos ecológicos do léxico e com uma análise ecológica de dicionários, o que chamamos de metaecolexicografia, a partir da década de 1980, porém nenhum deles utilizaram o termo ‘ecolexicografia’, tampouco tinham como objetivo desenvolver uma disciplina/ técnica distinta. Isso se deu somente com o trabalho de Sarmiento (2000) que propôs primeiramente o termo ‘ecolexicografia’. Este autor desenvolveu o que vem a ser a proposta ecolexicográfica em publicações posteriores (Sarmiento, 2002, 2005). Da mesma maneira, ele forjou os termos das subáreas afins as quais ficariam em aberto para pesquisas futura, assim como seu desenvolvimento teórico-metodológico, a saber ‘ecolexicologia’, ‘ecoterminologia’ e ‘ecoterminografia’ (Sarmiento, 2005, p. 92).

Desse modo, a Ecolexicografia procura contribuir com a crítica da língua “tanto em termos do par, língua e meio ambiente, bem como de uma crítica ao sistema interno da língua” (Sarmiento, 2005, p. 89), com o Ecoletramento e a expansão da teoria ecolinguística. Com isso, vários temas teóricos e práticos estão relacionados com essa área, entre eles: revitalização linguística e línguas ameaçadas; política linguística (preconceito, planejamento, imperialismo etc.); língua e paz; Ecolinguística e ensino; ecologização de línguas; as mentalidades dos falantes; a Declaração dos Direitos Linguísticos (Sarmiento, 2005, p. 90).

Sarmiento (2002, 2005) em sua exposição sobre a Ecolexicografia lista seis proposições desta disciplina e uma série de perguntas que ela procura responder. As proposições da Ecolexicografia são as seguintes:

1) A Ecolexicografia não trata da elaboração de dicionário de Ecologia ou de termos ecológicos. Consiste num trabalho de reflexão e elaboração de verbetes de dicionários pensando nos efeitos e resultados que cada lexema traz aos indivíduos (espécie interagindo dentro do ecossistema) e para o planeta (o ecossistema);

2) A Ecolexicografia não se relaciona diretamente com a Terminologia e a Terminografia, ou seja, a Ecolexicografia está para a Ecoterminografia do mesmo modo que a Lexicografia está para a Terminografia;

3) O radical *eco-* é delimitado, estando relacionado com a Ecologia Biológica e, conseqüentemente, com a lógica e os efeitos;

4) Ao não ser empregado de maneira aleatória, ideológica ou politicamente correta, o elemento ‘eco-’ ou ‘ecológico’ na Ecolexicografia está em harmonia com a proposta teórica e prática da disciplina, já que é possível apontar as oposições formais (boas x más) e dialógicas, tais como efeitos nocivos, perniciosos etc., nas definições do verbete ecoléxico, não apresentando, assim, apenas o lado bom ou utópico do elemento ecológico;

5) A Ecolexicografia não descarta os avanços alcançados pela Lexicografia, ela tem como um de seus objetivos oferecer subsídios



aos lexicógrafos para repensar a estrutura dos verbetes, com novas ideias e elementos, apontando também novos usos para o dicionário em sala de aula (ensino mais holístico e menos antropocêntrico; apresentar uma nova maneira de pensar e agir, a chamada Visão Ecológica de Mundo (VEM); Ecoletramento etc.) e fornece novas ferramentas para metalexícógrafos realizarem suas análises;

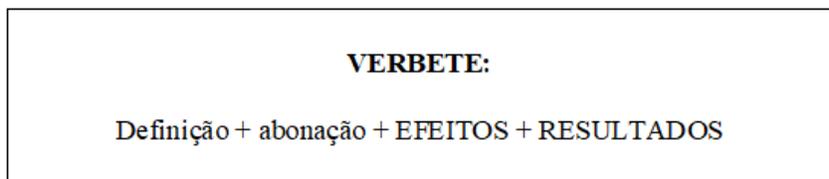
6)A Ecolexicografia como disciplina tem suas origens na Lexicografia e na Ecolinguística, bem como mantém e expande as relações com as demais áreas afins.

3. A proposta da Ecolexicografia

Como foi apresentado anteriormente, Sarmiento (2002, 2005) lista seis proposições e uma série de perguntas que a Ecolexicografia procura responder e que serão discutidas posteriormente com base no desenvolvimento que Albuquerque (2018, 2019a) fez dessa proposta.

Assim, vale lembrar que a Ecolexicografia não trata da elaboração de dicionário de Ecologia ou de termos ecológicos, mas de um trabalho de reflexão e elaboração dos verbetes dos dicionários pensando nos efeitos e resultados que cada lexema traz aos indivíduos (espécie interagindo dentro do ecossistema) e para o planeta (o ecossistema), além de trazer definições e abonações que estejam mais em acordo com a Visão Ecológica de Mundo (VEM), mas tudo isso sem perder de vista o uso da língua, já que o dicionário é uma descrição e instrumentalização da língua (Aroux, 1992), por isso a importância do emprego da ‘ecolinguagem’ na redação das definições (1ª proposição).

Figura 1 – Microestrutura do verbete ecolxicográfico



Fonte: Adaptado de Sarmento (2005, p. 91)

Digno de nota é que ao explicar a Ecolexicografia e a microestrutura do verbete (fig. 1), Sarmento (2005, p. 90) afirma que ambos são “uma reflexão e um labor que demandam a utopia sobre a qual venho falando”. É necessário enfatizar que da maneira que o autor expõe, o pensamento ecológico, bem como sua adoção, é uma utopia, sendo que tal afirmação é incorreta, já que com a VEM, as ciências e o ensino ‘ecologicamente sensíveis’ estão modificando o pensamento e as práticas da população mundial, mesmo que paulatinamente, o que faz com que se observe mudanças em andamento e não um objetivo inalcançável.

A principal contribuição da Ecolexicografia à Lexicografia é a estrutura do verbete ecolxicográfico (fig. 1). A definição em ecolxicografia é de natureza mista, que faz uso das informações da definição lexicográfica somadas às da definição enciclopédica²⁸. Sarmento apenas menciona as abonações, mas não as explica. Assim, minha contribuição aqui é apresentar uma sugestão ecolxicográfica das abonações. Sugiro fazer uso de exemplos inventados, quando o ecolxicógrafo é falante da língua materna, somados a abonações retiradas de diferentes *corpora* para que possa haver uma comparação entre os diferentes usos e significados²⁹. Sobre os ‘efeitos’, Sarmento (2005) lista cinco principais e suas respectivas siglas para ser empregue no verbete, que são eles: criativo (EC), mantenedor (EM), fortalecedor (EF), enfraquecedor

²⁸ Sobre os diferentes tipos de definição, entre eles ‘definição mista’, que este trabalho emprega e sugere, ver Lehmann e Martin-Berthet (1998) e Pontes (2009).

²⁹ Para diferenciação entre tipos de exemplos e abonação que foi empregado neste trabalho, ver Humblé (2001), Welker (2004) e Svénson (2009).



(EE) e destrutivo (ED). Assim, cabe ao ecolexicógrafo descrever os efeitos que o emprego daquela ideia ou a prática dela têm nos indivíduos e no mundo:

□ *Praga*: EE e ED, nome dado a seres vivos das famílias *insecta* ou *gramínea*. Os efeitos são enfraquecedores e destrutivos simplesmente pelo fato de apontar as várias espécies somente como más e predadoras, o que possibilita sua matança que, algumas vezes, causa desequilíbrio no ecossistema.

Já os 'resultados' cabe ao ecolexicógrafo pensar o lexema de diferentes maneiras e suas consequências: como é analisado mentalmente pelos falantes; quais seus usos; quais usos poderia ter; quais relações com outros lexemas, ideias e práticas. Assim, as ferramentas de que dispõe são as seguintes:

□ A lógica formal e seu binário de opostos (ex. *biodiversidade x extinção; heterogeneidade x homogeneidade*);

□ A dialética e o ternário de confluências (ex. *lixo > poluição, contaminação > reciclagem, compostagem, benefícios (ao meio ambiente); morte > malefícios, dor > natureza (morte natural), ciclos, alimento, vida*);

□ Gradiente e as escalas, continua e tipos;

□ Dialogismo.

Desta maneira, a Ecolexicografia não se relaciona diretamente com a Terminologia e a Terminografia, ou seja, a Ecolexicografia está para a Ecoterminografia do mesmo modo que a Lexicografia está para a Terminografia (2ª proposição).

Vale lembrar que o radical *eco-* é delimitado, estando relacionado com a ecologia biológica e, conseqüentemente, com a lógica e os efeitos (3ª proposição). Isso é importante ser apontado pelo fato desse radical não estar sendo empregado de maneira aleatória, ideológica ou politicamente correta, sendo que tal definição está em acordo com a própria estrutura do verbete da proposta ecolexicográfica, que foi mencionada acima (Fig. 1). Assim, é possível apontar oposições formais (boas x más) e dialógicas, tais como efeitos nocivos, perniciosos etc., não focando apenas no lado bom ou utópico do elemento ecológico (4ª proposição).

A terceira proposição é importante pelo fato de deixar claro o significado de *eco-* dentro das disciplinas ecológicas, especificamente na Ecolexicografia e na Ecolinguística, pois tal radical não é empregado da maneira informal ou político-ideológica, como vem sendo utilizado na atualidade, com significados apenas de estilo de vida (alternativo, hippie), hábitos alimentares (vegano, vegetariano), protestos específicos (contra casacos de pele, contra caça etc.).

Ademais, a Ecolexicografia não descarta todos os avanços alcançados pela lexicografia, ao contrário, ela visa contribuir com esta, principalmente na microestrutura, já que oferece subsídios para se repensar a estrutura dos verbetes, com novas ideias e elementos, da mesma maneira que aponta novos usos para o dicionário em sala de aula (ensino mais holístico e menos antropocêntrico; apresentar uma nova maneira de pensar e agir, a VEM; Ecoletramento etc.) e fornece novas ferramentas para metalexígrafos realizarem suas análises (5ª proposição).

A última proposição da Ecolexicografia (6ª proposição) afirma que ela, como uma disciplina que tem suas origens na Lexicografia e na Ecolinguística, mantém e expande as relações com as demais áreas que possuem algum interesse compartilhado com a Lexicografia, a saber: Linguística Computacional, Linguística de *corpus* e Linguística Aplicada (Duran e Xatara, 2007).

Uma dessas interfaces importantes para a Ecolexicografia é com a linguística de *corpus*, já que entre as tantas contribuições que esta pode apresentar estão: a seleção das entradas em que se aplicam os conceitos ecológicos/ ecolexicográficos e daquelas em que não se aplicam (ex. *alistar, disco, fajuto* etc. nestas unidades lexicais não é possível aplicar a estrutura do verbete acima nem as ideias ecolexicográficas, enquanto em *animal, cria, inseminação, solo* etc. o verbete ecolexicográfico se aplica, pois é possível fazer uso tanto das contribuições da lexicografia tradicional e pedagógica, como inserir os conceitos ecológicos); na diferenciação entre *corpora* de língua falada ou de registros específicos, que podem trazer informações semânticas e de uso distintos, mas que não estão em



consonância com a VEM e a EP, ou que o falante desconhece os efeitos e resultados para si, para o Outro e para o planeta (ex. *praga*. Este mesmo lexema é empregado na mídia como algo ruim e que deve ser eliminado; em um dicionário científico, como um eufemismo ou para esconder os fatos relacionados à destruição dos seres vivos e do meio ambiente; na fala espontânea é utilizado como um xingamento).

Outra área de interface da Ecolexicografia é a pragmática e, desta maneira, diferencia-se da lexicografia, já que naquela a tarefa do ecolexicógrafo, além de “observar, descrever e explicar palavras e expressões vistas a partir do viés eco”, é de “tomar posição sobre os efeitos e resultados lógicos que elas desempenham. Ou seja, estamos trabalhando não apenas com o significado de palavras e expressões, mas a questão dos seus usos (...)” (Sarmiento, 2005 p. 93).

Essa interface com a pragmática leva às principais questões que a Ecolexicografia como uma ciência procura responder. Além dos significados e usos, visa apontar os efeitos que uma palavra tem nas pessoas e no mundo, ou seja, como a língua afeta o ecossistema de acordo com o emprego e o dizer do falante. Isto já foi apontado anteriormente por Halliday (2001) como um tópico importante e presente na Ecolinguística, que seria a oposição ‘holismo x fragmentação’, o primeiro sendo elementos ecológicos e o segundo, não ecológicos do sistema linguístico. Assim, a principal questão da Ecolexicografia é:

□ Qual o papel das palavras no nosso Mundo, bem como: Como uma palavra pode criar, manter ou destruir um Mundo?³⁰ (Sarmiento, 2005, p. 94)

Daí, elencam-se várias indagações que devem ser investigadas e que a Ecolexicografia procura responder:

- Como encontrar os elementos ecológicos e não ecológicos nas línguas?
- A língua influencia a visão de mundo, ou vice-versa?

³⁰ A palavra ‘mundo’, neste trabalho, é utilizada como sinônimo de ‘ecossistema’.

□ Como medir as influências da língua sobre a visão de mundo? E da visão de mundo sobre a língua?

Digno de nota é que pesquisa em Ecolexicografia a respeito desses aspectos citados está apenas em estágio inicial. Por isso, Fill (2001) enfatiza que uma das tarefas da Ecolinguística para o século XXI é exatamente investigar essas relações entre língua e meio ambiente, e língua e visão de mundo³¹. Numa publicação mais recente, ainda sobre o mesmo tópico, as perspectivas da pesquisa ecolinguística para o futuro, Fill e Penz (2017, p. 441-442) chamam atenção que nos últimos anos os níveis de análise linguística (sintaxe, semântica, pragmática) não estão em primeiro plano para os ecolinguistas, destacando-se principalmente o discurso, porém não se deve descartá-los, já que os problemas ambientais podem ser descritos, criados, agravados e solucionados por meio da análise do discurso e, assim, pode-se fazer uso nesta daqueles níveis de análise, sendo que a compreensão e solução dos problemas ambientais é uma das três perspectivas da Ecolinguística para os anos que virão (Fill e Penz, 2017, p. 441).

Para se manter a discussão desses problemas somente no campo da Ecolexicografia, e não se expandir para a Ecolinguística, Sarmiento (2005) propõe questionamentos a respeito de ecopalavras

³¹ Em pesquisas conduzidas por Chawla (1991), Goatly (1996), Fill (2001) e Halliday (2001 [1990]), é enumerada uma série de elementos não ecológicos, que levam à fragmentação, presentes no sistema linguístico: separação entre humanos, animais e plantas; a causalidade, que pressupõe controle e superioridade; o sistema pronominal; a marcação de posse; expressões temporais e marcação das categorias TMA. Essa fragmentação consiste no fato de ocorrer a separação em vários níveis distintos entre o homem e o meio ambiente, tanto na língua, como na visão de mundo: humano x animais, humano x seres inanimados, coisas úteis para o ser humano x coisas não úteis. Além disso, tais separações são consideradas antropocentrismo linguístico (FILL, 2001, p. 67) e devem ser analisadas com cuidado, tanto pelo fato de a língua ser uma construção humana (refletindo os limites e possibilidades de nossa cognição), quanto pelo sistema linguístico, sendo como uma memória dos estágios anteriores da língua (HALLIDAY, 2001 [1990]), apresenta certos elementos não ecológicos como possíveis frutos de uma adaptação já realizada, ou em andamento, da gramática a alguma modificação no meio ambiente, ou até a um novo meio ambiente.

e ecoexpressões, que seriam aquelas que trariam benefícios ao falante e ao ecossistema quando empregadas ou praticadas, em contrastes com palavras e expressões que seriam não ecológicas. Aqui, novamente, insiro uma discussão e contribuição minha, já que Sarmento não define o que seriam as palavras/expressões, bem como não diferencia o que seria não ecológico do antiecológico, assim considero importante definir e delimitar tais palavras/expressões. Desta forma, há as palavras/expressões não ecológicas, as quais as características ecológicas não se aplicam, e antiecológicas, as quais trazem malefícios ou prejudicam uma espécie ou o ecossistema. Partindo destas definições, temos os seguintes questionamentos:

□ Como pode uma palavra ecológica uma língua ou ser um elemento ecológico nela?

□ Uma ecopalavra, ou várias delas, podem contribuir para o ecoletramento e mudança ou formação de uma nova visão de mundo, a VEM?

□ Quais funções uma ecopalavra possui no ecossistema? E qual poder ela tem de alterá-lo para melhor ou pior?

Outrossim, a Ecolexicografia procura levantar questões sobre o lugar e o papel do ecolexicógrafo e de seu trabalho, visando responder às seguintes perguntas:

□ Como se pode contribuir para promover as ecopalavras?

□ Como deve proceder o ecolexicógrafo diante de palavras anti- e não-ecológicas?

□ Qual deve ser o posicionamento do ecolexicógrafo em relação às palavras anti- e não ecológicas (descritivo, normativo, reflexivo, analítico etc.)?

Vale lembrar que alguns ecolinguistas vêm desenvolvendo pesquisas sobre o emprego do léxico e mudanças semânticas relativos à temática ecológica, especialmente nas áreas de Análise do Discurso Ecológica, Análise do Discurso Ambiental e da Linguística Ecocrítica, destacando-se os estudos dos discursos mediáticos e ecológicos, como em Harré, Brockmaier e Mühlhäusler (1999), Alexander (2009), Stibbe (2012, 2015), entre

outros, e do emprego/seleção lexical, terminológica e gramatical, como em Chawla (1991), Goalty (1996, 2017), Ferreira (2000, 2002), Halliday (2001). Há também as seguintes coletâneas com diversos artigos que abordam de alguma maneira contribuições ecolinguísticas que versam sobre dicionários ou emprego de palavras: Fill e Mühlhäusler (2001), Fill, Penz e Trampe (2002) e Fill e Penz (2017). Nos últimos anos, Albuquerque (2018) deu continuidade à revitalização da ecolexicografia, bem como apresentando contribuições desta à Lexicografia Pedagógica e analisando dicionários escolares (Albuquerque, 2019a), fornecendo subsídios para a pesquisa em ecolexicografia (Albuquerque, 2019b), e desenvolvendo os conceitos das palavras ecológicas e afins (Albuquerque, 2019c). Finalmente, Liu, Liy e Zheng (2021) debatem o status da ecolexicografia e novas relações com outras áreas do saber.

Diante do exposto, percebe-se que a Ecolexicografia possui ligações com as demais áreas da Ecolinguística, bem como já vinha sido praticada por outros ecolinguistas, porém ora não sendo enfatizado o estudo léxico ou de dicionários, ora se tratando de um estudo ecolexicográfico apenas com uma metodologia distinta e sem mencionar o nome desta nova disciplina.

4. Análise de um verbete à luz da Ecolexicografia

Nesta seção, serão analisadas três obras lexicográficas, especificamente dicionários escolares, à luz da Ecolexicografia, a saber: *Mini Aurélio* (Ferreira, 2010), *Dicionário Essencial da Língua Portuguesa* (Sacconi, 2001) e *Minidicionário Compacto da Língua Portuguesa* (Rosa, 1998).

Estas publicações não foram selecionadas aleatoriamente, mas procurou-se seguir os critérios: reputação do dicionário/ editora, por isso a escolha do *Mini Aurélio*; relevância para as necessidades, com a divisão entre avançado (*Dicionário Essencial da Língua Portuguesa*), avançado-intermediário (*Mini Aurélio*) e iniciante



(*Mini Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*)³²; número de entradas lexicais. Esses critérios tratam-se de uma adaptação daqueles elencados por Hartmann (1999).

Ademais, por limitações de espaço, foi escolhido apenas um lexema para ser analisado, sendo empregada aqui a (meta)ecolexicografia como uma técnica para se estudar microestrutura do verbete e como se configuram estes nos três dicionários. O lexema escolhido foi 'solo' pelo fato de ser uma palavra relacionada ao meio ambiente e à ecologia, ocorrendo com mais frequência concepções e definições antropocêntricas e não ecológicas. Assim, além de se realizar um trabalho metalexigráfico e metaecolexicográfico, ao analisar os verbetes dos dicionários, será feita uma proposta ecolexicográfica para um melhor verbe, tendo em vista as contribuições da Ecolexicografia.

Seguem os verbetes para o lexema analisado:

SOLO:

so.lo¹ [lat. *solu*] *sm.* 1. Porção sólida da superfície terrestre, onde se anda, se constrói, etc.; terra, chão. 2. Terreno, quanto a suas qualidades geológicas e produtivas.

so.lo *s.m. (o)* 1. Fina camada de superfície terrestre, constituída de rochas e partículas minerais, misturada com matéria orgânica, na qual se desenvolvem as plantas. 2. Tipo particular de terra ou chão: *solo arenoso*. 3. Chão, terra: *solo pátrio*. 4. País: *o meu solo é o maior da América do Sul*. 5. Trecho musical cantado ou executado por uma só pessoa, com ou sem acompanhamento. 6. Parte do balé dançada por um único artista. 7. A primeira viagem que o aluno de pilotagem faz sozinho, sem o auxílio do instrutor. // *adj.* 8. Feito por um só indivíduo. 9. *Música*. Diz-se da

³² Doravante serão utilizadas as siglas DE-LP para *Dicionário Essencial da Língua Portuguesa*, MA para *Mini Aurélio* e MDC-LP para *Minidicionário Compacto da Língua Portuguesa*.

voz ou do instrumento que executa um trecho que lhe é particularmente destinado: *violão solo*.

solo *sm.* Terreno; chão; trecho musical para ser executado por uma só pessoa.

O primeiro verbete de 'solo', que pertence ao MA, apresenta uma visão econômica e materialista de mundo, definindo e pensando o lexema somente nas funções e benefícios que este pode trazer ao ser humano (andar, construir, qualidades produtivas). O único aspecto positivo é o de separar a homonímia na macroestrutura, diferenciando as acepções relativas à música em um segundo verbete.

De maneira distinta, DE-LP e MDC-LP optam pela polissemia, o que pode causar certa confusão no aprendiz, principalmente no verbete DE-LP que é maior e com várias acepções. Um aspecto positivo do DE-LP é que sua primeira acepção está totalmente em acordo com a proposta lexicográfica, apresentando uma definição em sintonia com a VEM, descrevendo o lexema, somando informações ecológicas, enfatizando a importância para as plantas (e não para os seres humanos). Já os pontos negativos são a presença do antropocentrismo e da fragmentação nas acepções 2 e 4, ao especificar demais o lexema e de um ponto de vista somente do ser humano. Aqui, novamente, não seria correto retirar do verbete ecolexicográfico, mas salientar os efeitos e resultados maléficis em tal emprego do lexema. Ainda, conforme se afirmou anteriormente, pode ser aproveitado parte do verbete do DE-LP para o trabalho do ecolexicógrafo na definição de 'solo', apontando os efeitos e resultados benéficos e ecológicos desta definição, porém esta deveria ser completada com a importância do 'solo' para toda a vida em nosso planeta, da convivência e da sobrevivência de todas as espécies, do mesmo modo de todas as interações que ocorrem entre as espécies com o solo. Esta definição estendida traria efeitos e resultados em consonância com a VEM.



Finalmente, termino esta seção apresentando uma proposta de verbete ecolexicográfico para a entrada analisada acima³³, que ficaria da seguinte maneira:

so.lo *s.m.*

(*Definição*) 1. Fina camada de superfície terrestre, constituída de rochas e partículas minerais, misturada com matéria orgânica em que vivem e dependem todos os seres vivos de nosso planeta, o planeta Terra. 2. O ser humano por apresentar um domínio, interesse e óbvia afinidade com o solo formula vários outros conceitos para o solo, como: país, terreno, chão, trechos ou tipos específicos de terra, entre outros.

(*Abonação*) “A poluição do solo, ou seja, a camada superficial da crosta terrestre ocorre por diversos fatores relacionados à ocupação e exploração do meio ambiente.”
“Este é o solo de nosso país.”

(*Efeitos*) EC, *criativo*, local onde plantas e animais nascem, crescem, desenvolvem-se, evoluem, morrem e retiram seus respectivos alimentos e matérias primas para uso; EM, *mantenedor*, camada em que os seres encontram sustentação, segurança, abrigo e retiram seus alimentos; EE, *enfraquecedor*, uso abusivo do solo, como em monoculturas, desvio de curso d’águas para irrigação, que pode causar desertificação, e retirada em excesso de árvores e demais plantas, que pode causar, além do enfraquecimento do solo, a erosão; ED, *destrutivo*, a erosão tem relação com este efeito a depender de sua magnitude, além deste há os processos de queimada, escavações para diversos fins (extrativismo mineral e vegetal, pesquisas

³³ Esta é apenas uma proposta limitada e inicial para exemplificar o verbete ecolexicográfico. Considero que em trabalhos futuros seja pensado aspectos semióticos e multimodais deste, que não foram pensados aqui, bem como a necessidade de se estender e trabalhar mais exemplos e/ou notícias para se tornar os efeitos e os resultados mais didáticos.

etc.); atividades tectônicas, como terremotos, maremotos, vulcões, entre outros, que podem ter relação ou não com o impacto negativo da atividade humana, mas seus resultados podem ser destrutivos para o próprio solo e para toda a natureza.

(*Resultados*) O solo pode ser pensado desde um binário de opostos até um ternário de confluências, já que nele verificamos sua fertilidade, o que possibilita tanto características positivas para o próprio solo, quanto para a manutenção dos seres vivos, em oposição ao solo desgastado, danificado ou destruído seja pela ação do ser humano ou pela natureza, o que pode reduzir a vida ou até mesmo extingui-la, tornando o solo inabitável (lógica formal). Numa visão dialética, percebemos que o solo ao mesmo tempo que fornece elementos para a sustentação da vida também pode causar a morte de seres vivos, porém a morte de seres vivos é necessário, pois o solo acaba extrair os nutrientes dos cadáveres, gerando, assim, mais elementos para os demais seres vivos, ocorrendo um ciclo de nascimento, morte e manutenção.

5. Análise de dicionários à luz da Ecolexicografia

Com base nos mesmos três dicionários mencionados anteriormente (*Dicionário Essencial da Língua Portuguesa*, *Mini Aurélio* e *Mini Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*), nesta seção, faremos uma análise das obras lexicográficas de acordo com a ecolexicografia, bem como seguindo a proposta de Albuquerque (2019a).

Esta parte do artigo serve para ilustrar brevemente a aplicação da técnica ecolexicográfica na análise de verbetes de dicionários escolares (a Metaecolexicografia), verificando quais deles apresentam visões ecológicas, não ecológicas e antiecológicas em suas definições; quais os efeitos e resultados de tais visões; como poderia ser elaborada uma melhor definição; como se poderia



modificar a estrutura do verbete, com o objetivo de se inserir informações mais didáticas e ecológicas. A análise conduzida aqui, procurando observar as características e estrutura do verbete mencionadas, segue as contribuições da Ecolexicografia.

Ademais, por limitações de espaço foram escolhidos apenas três lexemas, reproduzidos abaixo, afim de se observar como estão organizadas a microestrutura de cada obra, os verbetes específicos para cada um dos três lexemas, e como se configuram nos três dicionários.

Os lexemas escolhidos são ‘animal’, ‘solo’ e ‘veneno’ pelos seguintes fatos: são palavras relacionadas ao meio ambiente e à ecologia; usualmente apresentam definições antropocêntricas e não ecológicas.

Além de realizar aqui um trabalho metalexigráfico e metaecolexicográfico, ao analisar os verbetes dos dicionários, será feita uma proposta ecolexicográfica para um melhor verbete, tendo em vista as contribuições da Ecolexicografia.

Sobre a metodologia da Ecolexicografia, do mesmo modo que a metodologia empregada neste trabalho, segue a proposta multimetodológica da Ecolinguística. Desta maneira, empregou-se a teoria e metodologia da Lexicografia Pedagógica para análise de verbetes, conforme discutida a organização da microestrutura em Welker (2004, 2008) e Pontes (2009), a proposta da Ecolexicografia e o suporte teórico-metodológico da Ecolinguística. Assim, serão observados e descritos principalmente: qual é o tipo de definição; a linguagem utilizada na redação da definição; se há elementos ecológicos, antropocêntricos, holísticos ou fragmentadores; se são levados em considerações os efeitos e os resultados que as ideias e/ou práticas do lexema podem ter nos indivíduos e no mundo.

A análise se inicia pelos verbetes para o lexema ‘animal’³⁴:

³⁴ Nos três exemplos, os verbetes citados dos dicionários seguem a seguinte ordem: primeiro, *Mini Aurélio* (FERREIRA, 2010); segundo, *Dicionário Essencial da Língua Portuguesa* (SACCONI, 2001); terceiro, *Minidicionário Compacto da Língua Portuguesa* (ROSA, 1998).

1. ANIMAL:

a.ni.mal [lat. *animale*] *sm.* 1. *Biol.* Espécime dos animais, reino que reúne os seres vivos pluricelulares, heterotróficos, e que, ger., se locomovem. 2. Animal irracional. 3. *Fig.* Pessoa ignorante, ou cruel, ou estúpida. 4. *Bras.* Cavalos, sobretudo o macho.

a.ni.mal *s.m. (o)* 1. Ser vivo, geralmente capaz de se mover, que se alimenta de substâncias orgânicas. 2. Ser animado, desprovido de linguagem (em oposição a *homem*). 3. *Fig.* Pessoa estúpida, grosseira, bruta: *minha vizinha é um animal. // Adj.* 4. Relativo à vida animal: *reino animal*. 5. Próprio ao animal ou aos animais (por oposição ao *homem*).

animal *sm.* Ser organizado que sente e que se move; *adj.* Material; carnal.

O verbete do MA, que se trata do primeiro apresentado, oferece a primeira acepção (1. *Biol.* Espécime dos animais, reino que reúne os seres vivos pluricelulares, heterotróficos, e que, ger., se locomovem) de acordo com a VEM, ou seja, uma definição que está em consonância com uma visão ecológica de mundo, porém o que se destaca é a marca lexicográfica como pertencente à 'biologia'. Com isso é possível perceber um antropocentrismo e uma visão científica mais tradicional, ao considerar o lexema, somente pelo fato de estar relacionado à natureza, ao não humano, como sendo parte da biologia e desconsiderando as abordagens científicas mais recentes, que trabalham com as redes, os sistemas complexos e interdisciplinaridade. De maneira distinta, o DE-LP oferece uma definição semelhante, mas sem a marca lexicográfica.

É notável a presença do antropocentrismo, de uma visão fragmentada de mundo e antiecológica nas demais acepções que associam 'animal' a algo grosseiro, rudimentar ou ignorante, tanto por si só, nas acepções 3 de MA e DE-LP, como na comparação/oposição ao ser humano, na acepção 2 do DE-LP. Além disto, percebe-se a linguagem machista, e não a ecolinguagem, já que nas



acepções 2 e 5 do DE-LP, a oposição ocorre não entre 'ser humano x animal', mas entre 'homem x animal'. Ainda, na acepção 2 do DE-LP, há uma afirmação errônea a qual atesta que animais não possuem linguagem, diferentemente do que afirmam as pesquisas nas áreas da biologia e ecologia a respeito da linguagem de diversas espécies biológicas pertencentes a ordens ou famílias distintas, como primatas, pássaros, abelhas etc.

Os pontos positivos observados foram a presença da ecolinguagem e do holismo nas acepções que descreveram o lexema, como a 1 do DE-LP, e que levaram em consideração as coisas que são próprias dos animais, ou do seu reino, como na acepção 4 do DE-LP.

Recomenda-se para este verbete acepções como: descrição do que seria um ser vivo em geral e do animal; suas diferentes espécies e demais taxonomias; a inclusão do ser humano como animal; a apresentação não somente das características que separam os seres humanos dos demais animais, mas também daquelas que são em comum. Os efeitos e resultados seriam uma conscientização dos aprendizes do ser humano somente como mais uma espécie inserida e interagindo dentro do ecossistema, e sugestões de possíveis mudanças de pensamento e atitudes por meio das palavras. Em relação ao uso pejorativo de 'animal', que, além das acepções já comentadas acima, é falado até mesmo como xingamento, não deve ser descartado das acepções, mas incluso, enfatizando, todavia, os efeitos enfraquecedores e destrutivos, tais como os resultados antiecológicos de tais empregos, já que um dicionário (e um ecodicionário) é um reflexo da sociedade, e não uma idealização dela (já que o dicionário (e um ecodicionário) é um reflexo da sociedade, e não uma idealização dela (Ezquerria, 1993, p. 191).

2. SOLO:

so.lo¹ [lat. *solu*] *sm.* 1. Porção sólida da superfície terrestre, onde se anda, se constrói, etc.; terra, chão. 2.

Terreno, quanto a suas qualidades geológicas e produtivas.

so.lo *s.m.* (o) 1. Fina camada de superfície terrestre, constituída de rochas e partículas minerais, misturada com matéria orgânica, na qual se desenvolvem as plantas. 2. Tipo particular de terra ou chão: *solo arenoso*. 3. Chão, terra: *solo pátrio*. 4. País: *o meu solo é o maior da América do Sul*. 5. Trecho musical cantado ou executado por uma só pessoa, com ou sem acompanhamento. 6. Parte do balé dançada por um único artista. 7. A primeira viagem que o aluno de pilotagem faz sozinho, sem o auxílio do instrutor. // *adj.* 8. Feito por um só indivíduo. 9. *Música*. Diz-se da voz ou do instrumento que executa um trecho que lhe é particularmente destinado: *violão solo*.

solo *sm.* Terreno; chão; trecho musical para ser executado por uma só pessoa.

O primeiro verbete de 'solo', que pertence ao MA, apresenta uma visão econômica e materialista de mundo, definindo e pensando o lexema somente nas funções e benefícios que este pode trazer ao ser humano (andar, construir, qualidades produtivas). O único aspecto positivo é o de separar a homonímia na macroestrutura, diferenciando as acepções relativas à música em um segundo verbete.

De maneira distinta, DE-LP e MDC-LP optam pela polissemia, o que pode causar certa confusão no aprendiz, principalmente no verbete DE-LP que é maior e com várias acepções. Um aspecto positivo do DE-LP é que sua primeira acepção está totalmente em acordo com a proposta ecolexicográfica, apresentando uma definição em sintonia com a VEM, descrevendo o lexema, somando informações ecológicas, enfatizando a importância para as plantas (e não para os seres humanos). Já os pontos negativos são a presença do antropocentrismo e da fragmentação nas acepções 2 e 4, ao especificar demais o lexema e de um ponto de vista somente do ser humano. Aqui, novamente, não seria correto retirar do



verbetes ecoléxicográfico, mas salientar os efeitos e resultados maléficis em tal emprego do lexema, bem como no emprego desse referente que o lexema designa. Ainda, conforme se afirmou anteriormente, pode ser aproveitado parte do verbete do DE-LP para o trabalho do ecoléxicógrafo na definição de 'solo', apontando os efeitos e resultados benéficos e ecológicos desta definição, porém esta deveria ser completada com a importância do 'solo' para toda a vida em nosso planeta, da convivência e da sobrevivência de todas as espécies, do mesmo modo de todas as interações que ocorrem entre as espécies com o solo. Esta definição estendida traria efeitos e resultados em consonância com a VEM.

3. VENENO:

ve.ne.no [lat. *venenu*] *sm.* 1. Substância que altera ou destrói as funções vitais. 2. *Fig.* Aquilo que corrompe moralmente. 3. *Fig.* Malignidade, maldade.

ve.ne.no *s.m. (o)* 1. Toda substância mineral ou orgânica que, ingerida no organismo ou aplicada ao seu exterior, sendo absorvida, determina a morte ou altera profundamente a saúde; tóxico. 2. *Fig.* Todo ou qualquer elemento de infecção ou corrupção moral: *o veneno de certos regimes políticos.* 3. *Fig.* Maldade: *o veneno da inveja.* *Fig.* Malícia: *piada com veneno.* 5. *Gír.* Trabalho artesanal feito no motor de um automóvel, para melhorar-lhe o rendimento. // *s. sc. (o)*. 6. *Fig.* Pessoa de maus princípios, de mau caráter: *essa minha vizinha é um veneno.*

veneno *sm.* Peçonha; tóxico; vírus; interpretação maliciosa.

A primeira acepção tanto de MA, quanto de DE-LP são ecológicas por apresentarem um efeito (MA) e uma descrição (DE-LP) holísticos, não apenas do ponto de vista do ser humano. A definição por sinonímia do MDC-LP é incompleta e antiecológica ao associar o veneno como uma coisa maléfica e à peçonha,

substância produzida apenas por animais, com isso possui efeitos destruidores ao ecossistema tal emprego deste lexema.

Outro ponto positivo, são as acepções 2 de MA e DE-LP em que há uma extensão da definição do plano material (as funções vitais do organismo de qualquer espécie) para um plano abstrato, o moral, em que é encarado que uma coisa maléfica ao corpo, por sua vez, é pernicioso também à mente, ao comportamento, à vida e, assim, à moral. Os resultados de tal emprego para o verbete ecolexicográfico é o ternário de confluências, do tipo dialético, já que aplicar à definição à corrupção moral é uma visão antropocêntrica (antítese), mas que visa a preservação da vida humana (tese), isso faz com que tal definição pode ter a intenção de preservar não apenas a vida humana, mas toda a vida do ecossistema (síntese). Ademais, esta acepção pode ser bem trabalhada para a Ecolexicografia, já que é um bom exemplo da interface Ecolexicografia-Pragmática, em que o uso da língua pode ser usado de maneira nociva, ou seja, 'venenosa', sendo pernicioso ora ao falante, ora aos ouvintes que estão interagindo, ora ao ecossistema, cabendo ao professor, com os subsídios da Ecolexicografia e do Ecoletramento, ensinar ao aprendiz por meio das palavras como a língua pode mudar o comportamento, a visão de mundo e até o mundo.

Finalmente, outro ponto positivo do DE-LP é a acepção 5, que apresenta a marca lexicográfica de 'gíria' para se referir à alteração feita em motores de carro, visando melhor desempenho. Aqui, é possível apontar os efeitos e resultados negativos e antiecológicos: o excesso de tecnologia da nossa sociedade; a obsessão do alto desempenho em qualquer atividade; a falta da visão de longo prazo, ao não esperar o tempo que a natureza possui e tentar alterá-lo; as consequências da alteração/ mutação do ecossistema; a predominância da visão econômica sobre a VEM, pensando somente na produção rápida. Vale lembrar que esta acepção é usada em outras situações, além dos carros, como, por exemplo, em gírias no contexto da musculação e fisiculturismo, pois 'veneno' é utilizado para se referir a substâncias que alteram o desempenho



e/ou corpo do atleta. Os resultados disso, diante da VEM, também pode ser analisado como dialógico, pois o ‘veneno’ é encarado por aqueles que o tomam como benéfico (tese) para a atividade praticada, para os fins que foram alcançados e esteticamente (o padrão de beleza atingido); mesmo que as substâncias danifiquem o organismo (antítese); o indivíduo considera que o resultado compensa ou que há a possibilidade de administrar as doses para diminuir os danos (síntese).

6. Considerações finais

A ecolexicografia apresenta um grande potencial *per se* e para outras áreas do conhecimento. No âmbito da lexicologia e da lexicografia, ela pode ser desenvolvida para apresentar contribuições para a microestrutura, a macroestrutura, a metalexiconografia e a criação de novas obras lexicográficas, principalmente de ecovocabulários. Em relação às outras disciplinas, a ecolexicografia somente conseguirá se desenvolver, de maneira simultânea, ao recorrer exatamente a outras áreas, devido à natureza interdisciplinar das ciências atuais, sendo principalmente à lexicografia, ecolinguística, linguística de corpus, ciências cognitivas, pragmática e pedagogia.

Nas últimas décadas, vimos um crescimento da ecolinguística (Fill, 2001; Fill e Penz, 2017), porém a ecolexicografia permanece relegada ao esquecimento ou a um segundo plano, como se não tivesse ligação com a ecolinguística ou apresentasse uma agenda de investigação como menor importância, o que é possível afirmar que nenhum desses argumentos são verdadeiros.

Com isso, esperamos também, que dentre os tantos objetivos deste trabalho, possamos despertar interesse de estudantes, professores e pesquisadores das áreas ligadas à ecolexicografia, servindo como um convite para diálogos e contribuições futuras tanto para a comunidade acadêmica, quanto para todo o nosso ecossistema global.

Referências

- ALBUQUERQUE, D. As contribuições da Ecolexicografia à Lexicografia Pedagógica. *Domínios de Lingu@Gem*, v. 12, n. 4, p. 2066-2101, 2019a. DOI: <https://doi.org/10.14393/DL36-v12n4a2018-7>.
- ALBUQUERQUE, D. Novas perspectivas para a Lexicografia: a Ecolexicografia e as palavras ecológicas e não ecológicas. *Revista Entre Parênteses*, v. 8, n. 1, 2019c. DOI: <https://doi.org/10.32988/rep.v1n8.845>.
- ALBUQUERQUE, D. O projeto ecolexicográfico: as palavras ecológicas e o ecovocabulário. *Afluentes: Revista de Letras e Linguística*, v. 4, n. 3, p. 42-63, 2019b.
- ALBUQUERQUE, D. Revisitando a ecolexicografia. *Revista de Letras (UFC)*, v. 37, n. 2, p. 135-147, 2018.
- ALEXANDER, R. *Framing Discourse on the Environment: A Critical Discourse Approach*. New York: Routledge, 2009.
- BANG, J. C.; DØØR, J. *Language, Ecology and Society. A Dialectical Approach*. Londres: Continuum, 2007.
- CHAWLA, S. Linguistic and philosophical roots of our environmental crisis. *Environmental Ethics*, v. 13, n. 3, p. 253-273, 1991.
- COUTO, E. K. N. N.; ALBUQUERQUE, D. Análise do discurso ecológica: fundamentação teórico-metodológica. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 23, n.2, p. 485-509, 2015.
- COUTO, H. H. Linguística ecossistêmica. In: COUTO, H. H. et al. (org.) *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios clássicos e contemporâneos*. Goiânia: Editora da UFG, 2016.
- COUTO, H. H. O que vem a ser ecolinguística, afinal? *Cadernos de Linguagem & Sociedade*, v. 14, n. 1, p. 275-313, 2013.
- DURAN, M. S.; XATARA, C. M. Lexicografia pedagógica: atores e interfaces. *D. E. L. T. A.*, v. 27, n. 2, p. 203-222, 2007.
- EZQUERRA, M. A. *Lexicografia Descriptiva*. Barcelona: Bibliograf, 1993.
- FERREIRA, A. B. H. *Mini Aurélio*. O dicionário da língua portuguesa. 8ª ed. Curitiba: Positivo, 2010.



- FERREIRA, A. C. Beitrag zu einem Hasssprachewörterbuch Deutsch-Portugiesisch. In: FILL, A.; PENZ; H; TRAMPE, W. (ed.). *Colourful Green Ideas*. Viena: Peter Lang Verlag, 2002. p. 275-298.
- FERREIRA, A. C. Não nos lixem! Eine sprachkritische Müllgeschichte (Deutsch-Portugiesisch). In: KETTEMANN, B.; PENZ, H. (ed.). *ECONstructing Language, Nature and Society*. The Ecolinguistics Project Revisited. Essays in Honour of Alwin Fill. Tübingen: Stauffenburg Verlag, 2000.
- FILL, A. Language and ecology: ecolinguistic perspectives for 2000 and beyond. In: GRADDOL, D. (ed.). *AILA Review 14*. Applied linguistics for the 21st century. Londres: Catchline, 2001, p. 60-75.
- FILL, A.; MÜHLHÄUSLER, P. (ed.). *The Ecolinguistics Reader*. Language, ecology, and environment. Londres: Continuum, 2001.
- FILL, A.; PENZ; H. Ecolinguistics in the 21st Century. In: FILL, A.; PENZ; H. (ed.). *The Routledge Handbook of Ecolinguistics*. Londres: Routledge, 2017. p. 437-443.
- FILL, A.; PENZ; H; TRAMPE, W. (ed.). *Colourful Green Ideas*. Viena: Peter Lang Verlag, 2002.
- GOATLY, A. Green grammar and grammatical metaphor, or Language and the myth of power, or Metaphors we die by. *Journal of Pragmatics*, v. 25, p. 537-560, 1996.
- HALLIDAY, M. A. K. New Ways of Meaning: the Challenge to Applied Linguistics. In: FILL, A.; MÜHLHÄUSLER, P. (ed.). *The Ecolinguistics Reader*. Language, ecology, and environment. Londres: Continuum, 2001 [1990], p.175-202.
- HARRÉ, R.; BROCKMAIER, J.; MÜHLHÄUSLER, P. *Greenspeak: A Study of Environmental Discourse*. London: Sage, 1999.
- HARTMANN, R. R. K. Case Study: The Exeter University survey of dictionary use. In: HARTMANN, R. R. K. (ed): *Thematic Network Projects, Sub-project 9 – Dictionaries*. Dictionaries in Language Learning, Final Report Year Three, 1999, p. 36-52.
- HUMBLÉ, P. *Dictionaries and Language Learners*. Frankfurt am Main: Haag und Herchen, 2001.
- LEHMANN, A.; MARTIN-BERTHET, F. *Introduction à la lexicologie: sémantique et morfologie*. Paris: DUNOD, 1998.

LIU, X.; LYU, J.; ZHENG, D. For a better dictionary: Revisiting ecolxicography as a new paradigm. *Lexikos*, v. 31, p. 283-321, 2021.
PONTES, A. L. *Dicionário para uso escolar. O que é, como se lê*. Fortaleza: EdUECE, 2009.

ROSA, U. (coord.) *Mini Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*. 1ª ed. São Paulo: Rideel, 1998.

SACCONI, L. A. *Dicionário Essencial da Língua Portuguesa*. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2001.

SARMENTO, M. S. Ecolxicography: ecological and unecological words and expressions. In: FILL, A.; PENZ, H.; TRAMPE, W. (ed.) *Colourful Green Ideas*. Viena: Peter Lang Verlag, 2002. p. 487-492.

SARMENTO, M. S. Ecolxicography: words and expressions we should live by. In *Österreichische Linguistiktagung 2000. 30 Jahre Sprache und Ökologie*. Graz: Graz Universität, 2000.

SARMENTO, M. S. Por uma ecolxicografia. *Confluências*, v. 2, p. 84-97, Mai. 2005.

STIBBE, A. *Animals Erased: Discourse, Ecology, and Reconnection With the Natural World*. Middletown, CT: Wesleyan University Press, 2012.

STIBBE, A. *Ecolinguistics: Language, Ecology and the Stories We Live By*. London: Routledge, 2015.

SVÉNSEN, B. *Handbook of Lexicography. The Theory and Practice of Dictionary-Making*. Cambridge: CUP, 2009.

WELKER, H. A. *Dicionários. Uma pequena introdução à lexicografia*. Brasília: Thesaurus, 2004.

WELKER, H. A. *Lexicografia pedagógica*. Brasília: Thesaurus, 2008.



APÊNDICE

EXEMPLO DE VERBETE ECOLEXICOGRÁFICO

(Albuquerque, 2019a, 2019c)

so.lo *s.m.*

DEFINIÇÃO

1. *Fina camada de superfície terrestre, constituída de rochas e partículas minerais, misturada com matéria orgânica em que vivem e dependem todos os seres vivos de nosso planeta, o planeta Terra.* 2. *O ser humano por apresentar um domínio, interesse e óbvia afinidade com o solo formula vários outros conceitos para o solo, como: país, terreno, chão, trechos ou tipos específicos de terra, entre outros.*

ABONAÇÃO

“A poluição do solo, ou seja, a camada superficial da crosta terrestre ocorre por diversos fatores relacionados à ocupação e exploração do meio ambiente.” “Este é o solo de nosso país.”

EFEITOS

EC, criativo, local onde plantas e animais nascem, crescem, desenvolvem-se, evoluem, morrem e retiram seus respectivos alimentos e matérias primas para uso; EM, mantenedor, camada em que os seres encontram sustentação, segurança, abrigo e retiram seus alimentos; EE, enfraquecedor, uso abusivo do solo, como em monoculturas, desvio de curso d'águas para irrigação, que pode causar desertificação, e retirada em excesso de árvores e demais plantas, que pode causar, além do enfraquecimento do solo, a erosão; ED, destrutivo, a erosão tem relação com este efeito a depender de sua magnitude, além deste há os processos de queimada, escavações para diversos fins (extrativismo mineral e vegetal, pesquisas etc.); atividades tectônicas, como terremotos, maremotos, vulcões, entre outros, que podem ter relação ou não com o impacto negativo da atividade humana, mas seus resultados podem ser destrutivos para o próprio solo e para toda a natureza.

RESULTADOS

O solo pode ser pensado desde um binário de opostos até um ternário de confluências, já que nele verificamos sua fertilidade, o que possibilita tanto

características positivas para o próprio solo, quanto para a manutenção dos seres vivos, em oposição ao solo desgastado, danificado ou destruído seja pela ação do ser humano ou pela natureza, o que pode reduzir a vida ou até mesmo extingui-la, tornando o solo inabitável (lógica formal). Numa visão dialética, percebemos que o solo ao mesmo tempo que fornece elementos para a sustentação da vida também pode causar a morte de seres vivos, porém a morte de seres vivos é necessário, pois o solo acaba extrair os nutrientes dos cadáveres, gerando, assim, mais elementos para os demais seres vivos, ocorrendo um ciclo de nascimento, morte e manutenção.



“Dicionário de conceitos da vida católica” – construção lexicográfica e proposta de elaboração de verbetes

Jefferson Evaristo (UERJ/FAPERJ)

Introdução – ou sobre a contextualização de uma proposta lexicográfica

A Lexicografia, já há bastante tempo, tem recebido crescente atenção nos estudos linguísticos atuais – e, mesmo antes deles, já há séculos passados (Biderman, 1984), se considerarmos, por exemplo, que “o primeiro dicionário de que se tem notícia foi feito há mais de 4 mil anos” (Henriques, 2018, p. 16). Elaborar dicionários é, então, uma tarefa que, ao mesmo tempo em que é antiga e histórica, está em constante mudança e, por conta disso, pode ser tida como atual e contemporânea.

Nesse sentido, inovações como a Linguística de Corpus (Assunção e Araújo, 2019a; Assunção e Araújo, 2019b; Sardinha, 2004), os estudos das Humanidades Digitais (Costa, Almeida, Ramos e Campos, 2021; Osório, 2021; Guerreiro e Borbinha, 2014), a Linguística Computacional (Freitas, 2022; Othero, 2006) e mesmo as novas apropriações do Léxico, da Lexicografia e da Lexicologia (Finatto, 2024; Correia, 2008) são bastante produtivos para o campo.

A Lexicografia, então, tem crescido em número e qualidade de contribuições, pesquisas e propostas (Evaristo, 2025), diversificando-se de tal modo que se torna difícil – se não impossível – definir sua essência. Afinal, ela seria dedicada a dicionários monolíngues, bilíngues, de termos técnicos, de usos específicos, de áreas temáticas ou o que mais? As possibilidades são tantas e tamanhas que não podemos enumerá-las a contento.

Assim, se por um lado os estudos teóricos sobre o campo avançam, por outro avançam também as suas incertezas, debates e disputas que atingem, em última instância, a própria conceituação da disciplina. Nesse sentido,

é comum lermos ou escutarmos posicionamentos diversos sobre o caráter científico da Lexicografia. Uns são do entendimento de que a Lexicografia é uma técnica de fazer dicionários, outros a compreendem como uma parte prática da Lexicologia, e há aqueles que a definem como ciência com princípios teóricos e metodológicos bem delimitados na atualidade. Com base nesse último entendimento, tem-se uma área que se ocupa de estudos relacionados aos diferentes tipos de dicionários em suas distintas funções dentro de uma comunidade linguística (Rodrigues-Pereira e Zavaglia, 2023, p. 2).

Porém, o entendimento mais amplo e aceito é claro ao dizer que não é possível reduzir a Lexicografia a um simples método ou princípio de trabalho. Por isso, consoantes com Rodrigues-Pereira e Zavaglia (2023), compreendemos a Lexicografia como uma ciência, que tem seus métodos e princípios bem delineados e que oferece aos seus pesquisadores um arcabouço conceitual, metodológico e operacional estruturado.

A bem da verdade, se ampliarmos a argumentação, por analogia, poderemos perceber que esse tipo de disputa não está restrita à Lexicografia. Na Linguística de Corpus, por exemplo, acontece o mesmo:

A dificuldade que envolve a definição de Linguística de Corpus como uma teoria ou como uma metodologia tem sido debatida a partir de diferentes pontos de vista. Tem sido argumentado que a Linguística de Corpus não é verdadeiramente um domínio de pesquisa, mas apenas uma base metodológica para estudar a linguagem. No entanto, muitos linguistas que trabalham com corpus tendem a concordar que a Linguística de Corpus vai muito para além desse papel exclusivamente metodológico (Assunção e Araújo, 2019a, p. 273)

Ou, se quisermos mais um exemplo, basta olharmos para as Humanidades Digitais: espremidas para uns como uma parte da ciência de informação (Moura, 2019) ou vista como uma disciplina



transdisciplinar ainda parcialmente amorfa (Finatto, 2024). Se, por um lado, é “desde o seu surgimento, nos anos quarenta do século passado, que as humanidades digitais são entendidas como uma área de investigação que associa humanidades e computação” (Costa, Almeida, Ramos e Campos, 2021, p. 1), por outro,

no Brasil, tivemos a nossa I Jornada Nacional de Humanidades Digitais em outubro de 2020, em um evento on-line¹. Na ocasião, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) tomou a iniciativa de apresentar e dinamizar o novo campo e trouxe a oportunidade do debate (Finatto, 2024, p. 2).

O contexto mostra, de fato, um cenário em que os estudos estão ainda em momento incipiente, especialmente no Brasil, o que poderia justificar, portanto, certa imprecisão para a área ou a sua caracterização como ciência. Um fato, porém, emerge nesse contexto e merece observação, ainda que não tenhamos uma resposta para o fenômeno: as três áreas descritas aqui, correlatas entre si no contorno que lhe damos, – Lexicografia, Linguística de Corpus e Humanidades Digitais –, que veem surgir disputas teóricas sobre suas caracterizações e formatos, fazem parte como que de uma mesma “macroárea” temática como aqui as expusemos.

Nesse sentido, ampliando a discussão,

Os linguistas não se satisfazem com a representação lexicográfica tradicional, mesmo quando se trata de dicionários que aproveitam parcialmente o resultado de investigação lexicológica. Por isso, é comum que se trace uma fronteira disciplinar entre a lexicologia e a lexicografia: a primeira dedicada à investigação sobre o léxico, a segunda dirigida à produção de dicionários (Villalva e Silvestre, 2014 p. 189)

Nosso objetivo aqui não é o de abordar a Lexicologia, motivo pelo qual não seguiremos a discussão nesse caminho; é à segunda perspectiva que nos dedicaremos aqui.

A motivação deste texto – e, por extensão, da pesquisa aqui apresentada – surge da vivência prática de um consulente de

dicionários, colecionador dessas obras, estudioso do Léxico e da Lexicografia e participante de uma comunidade religiosa. Imersos que estamos em um ambiente religioso da Igreja Católica Apostólica Romana, percebíamos que faltavam obras de cunho didático-explicativo aos fieis, que pudessem servir como guias de consulta para dúvidas (rápidas) acerca de algumas palavras³⁵ e conceitos do cotidiano religioso católico. Em geral, há livros diversos sobre a fé, como a Bíblia, o Catecismo da Igreja Católica, os livros sobre santos ou escritos por santos, encíclicas papais e outros; porém, raros são os materiais de consulta mais imediata e ainda mais raros (ou inexistentes) são os dicionários sobre temas comuns do cotidiano do fiel católico.

Pensando nisso, percebendo o cenário e sentindo a necessidade de obras que pudessem suprir essa lacuna, começamos a esboçar ainda em 2023 a proposta do “Dicionário de termos comuns da vida católica”³⁶, nome ainda provisório, que pudesse servir como aquele guia de que falávamos algumas palavras antes. A ideia era a de termos uma obra que servisse tanto para o ambiente religioso, porque feito para a lacuna indicada, como para o ambiente acadêmico, porque uma obra lexicográfica elaborada a partir de princípios científicos pré-estabelecidos.

Num primeiro momento, esbarrávamos com a literatura especializada para o tema, uma vez que a absoluta maioria dos textos e trabalhos sobre Lexicografia aborda dicionários de línguas. Embora soubéssemos da existência e tivéssemos dicionários diversos em nossa biblioteca particular, faltava uma exposição mais consistente sobre dicionários que abordassem outros temas e

³⁵ “O termo palavra tem sido evitado em descrição linguística por se prestar a equívocos”, já diria Borba (2003, p. 19); entretanto, aqui ainda o utilizaremos, uma vez que estamos ainda em um momento genérico da discussão.

³⁶ A partir desse ponto, todas as vezes em que usarmos Dicionário, com maiúscula, estaremos fazendo referência à obra que propomos; quando falar dicionário, com minúscula, estaremos falando de forma genérica sobre o objeto resultante da prática lexicográfica.



perspectivas³⁷. Havia, de fato, textos sobre essas obras, mas não eram comuns textos metalexográficos sobre o assunto.

As denominações mais usuais para os estudos que fazem a análise crítica dos dicionários são LEXICOGRAFIA TEÓRICA ou METALEXICOGRAFIA, termos que servem para distinguir uma dimensão teórica nos estudos lexicográficos, tendo como foco as questões que envolvem a confecção de dicionários (Henriques, 2018, p. 16 – maiúsculos do autor)

Foi o ponto em que descobrimos Durkin (2016), que traz um compilado de *specialist dictionaries*, dicionários especializados, que mostram a potencialidade da área para além dos – mais comuns, como admitimos – dicionários de língua, sejam eles monolíngues ou bilíngues. A partir disso, foi possível associar os diferentes dicionários temáticos que estudávamos às práticas metalexográficas que amparam essas pesquisas. Assim, nosso Dicionário ganhava contornos mais claros e factíveis, enquanto as etapas de realização dessa pesquisa começavam a ser enfrentadas.

Isso posto, indicamos aos leitores que nosso texto está dividido da seguinte forma: nesta parte, a primeira, apresentamos um panorama acerca da Lexicografia e das motivações para nossa pesquisa; na segunda parte, indicaremos as etapas pelas quais essa pesquisa passou e passará, dando alguma previsão de datas de realização, ainda que apenas estimadas; na terceira parte, discutiremos sobre o conceito de lexias, campos semânticos e questões correlatas; na sequência, na quarta parte, apresentaremos a configuração do Dicionário em sua macroestrutura e microestrutura, com a indicação de um primeiro verbete já elaborado; completa nosso texto uma seção final em que trazemos últimas palavras e notícias sobre o andamento do projeto.

³⁷ Henriques (2018, p. 14), a título de exemplo, apresenta algumas dessas obras, como dicionários de música popular, de futebol, termos eróticos, gírias, palavras cruzadas, termos médicos e outros. Em seu trabalho, porém, não discute a conceituação desses dicionários, apenas os cita para dizer que os exemplos listados “ilustram minimamente a diversidade de trabalhos lexicográficos que podemos encontrar” (Henriques, 2018, p. 15)

Etapas da pesquisa e previsão de conclusão

Conforme previsto inicialmente, essa pesquisa apresentará as seguintes etapas, brevemente descritas a seguir:

- Etapa 1 – configuração da proposta

Nesta etapa, buscamos contextualizar o cenário em que estávamos inseridos e perceber as motivações e necessidades que, num primeiro momento, puderam ser o cerne da ideia de pesquisa que viria a ser realizada.

- Etapa 2 – leitura e aprofundamento no tema

A partir da configuração da pesquisa, foi-nos possível aprofundar teoricamente a proposta a ser desenvolvida. Nesse sentido, as leituras versaram sobre Léxico, Lexicologia, Lexicografia, Metalexigrafia, Igreja Católica, Doutrina e outros temas concernentes à nossa proposta³⁸.

- Etapa 3 – seleção da obra básica para levantamento de verbetes

A partir da etapa 2, foi possível identificar o Catecismo da Igreja Católica (CIC) como a obra mais indicada para o levantamento das entradas que comporiam o Dicionário, uma vez que esse livro é o modelo catequético-formativo mais completo e amplo disponível aos fiéis, uma leitura tida como obrigatória a todos os iniciados na religião.

- Etapa 4 – elaboração da listagem dos verbetes

Após a leitura atenta do CIC e partindo de suas temáticas, pudemos ir levantando aqueles termos que, em nossa leitura, configuravam-se como termos comuns da vida católica, uma vez que eram presentes em praticamente todos os contextos religiosos.

- Etapa 5 – definição da configuração do Dicionário

Também como um resultado da etapa 2, aqui foi possível definir a macroestrutura e a microestrutura do Dicionário, concluindo a proposta de como seriam, especialmente, os verbetes.

³⁸ As etapas 1 e 2 foram descritas na introdução deste texto

- Etapa 6 – elaboração dos verbetes

Nesta etapa, elaboraremos o texto dos verbetes, de modo a termos o significado de todas as entradas levantadas na etapa 4.

- Etapa 7 – pesquisa e levantamento de obras bibliográficas

Com os verbetes sendo construídos, de maneira simultânea ocorre a pesquisa sobre os textos que abonarão as indicações semânticas propostas.

- Etapa 8 – revisão dos verbetes e adequação da obra

Revisão textual e conceitual dos verbetes elaborados

- Etapa 9 – revisão geral da obra

Revisão lexicográfica geral da obra, verificando sua coerência interna, seus aspectos gerais e demais elementos necessários para a finalização da pesquisa e do Dicionário.

De maneira geral, portanto, as etapas descritas podem ser apresentadas na seguinte cronologia:

Tabela 1: Etapas da pesquisa e previsão de conclusão

	2023.2	2024.1	2024.2	2025.1	2025.2	2026.1	2026.2	2027.1
Etapa 1	X							
Etapa 2	X	X	X					
Etapa 3			X					
Etapa 4			X					
Etapa 5			X					
Etapa 6				X	X	X		
Etapa 7				X	X	X	X	
Etapa 8							X	
Etapa 9								X

Fonte: Autor (2025)

Como visto em nossa tabela, até o momento foram cumpridas as etapas de 1 a 5, com a etapa 6 sendo iniciada no presente momento. Nossa previsão é a de que as etapas seguintes durem aproximadamente 2 anos e mais, com a finalização da obra acontecendo no primeiro semestre de 2027.

Conceituação de lexias e seleção primária dos verbetes

A Semântica é, de maneira geral e um tanto ou quanto reduzida, “a ciência das significações” (Henriques, 2018, p. 1), campo teórico que estuda o sentido das palavras e dos enunciados. Sabemos que há diferentes formas de uma palavra significar e a semântica preocupa-se, justamente, com elas.

Uma palavra pode significar, de maneira ordinária, por assim dizer, através dos sentidos em que o dicionário as apresenta, num eixo que aproxima a Semântica da Lexicologia e Lexicografia, e faz o Léxico e a Semântica serem indissociáveis (Henriques, 2018). Casos como o da polissemia, homonímia, paronímia, ambiguidade, referenciação ou sentido figurado³⁹, por exemplo, são indícios de ocorrências das palavras com significados que variarão de acordo com o contexto. Isso significa dizer, ainda, que as palavras, de fato, só ganharão significado quando inseridas em um contexto de uso.

Casos ainda mais complexos são os dos sentidos atribuídos às palavras formadas por composição ou justaposição a partir de dois radicais, ou mesmo das expressões e termos fraseológicos. Krieger (2000) já indica que, em casos assim, a junção dos dois vocábulos ou radicais formou uma nova lexia que não é o resultado da soma dos dois sentidos anteriores, mas é a criação de um novo sentido. O conceito de lexia, proposto originalmente por Pottier (1974⁴⁰) e

³⁹ Dentre outras obras, em Henriques (2018) é possível verificar a conceituação desses fenômenos. Em outra oportunidade, pudemos nos dedicar a essa questão ao analisarmos algumas capas de jornais do Rio de Janeiro (Evaristo e Coelho, 2017)

⁴⁰ A obra foi traduzida no Brasil por Walmírio Macedo e publicada em 1978.



sucessivamente revisitado, diz respeito, segundo o Dicionário de Termos Linguísticos⁴¹, a uma

unidade funcional significativa de comportamento linguístico que se opõe ao morfema e à palavra e que assume o papel central na distinção das partes do discurso. A lexia pode ser simples quando coincide com a noção de palavra simples e de palavra derivada da gramática tradicional; pode ser composta quando corresponde à palavra composta da mesma gramática; e pode ser complexa quando corresponde a uma sequência fixa de palavras, como "máquina de escrever", "pôr os pontos nos is", "andar a cavalo", etc.

Martins vai explicar ainda que

No repertório lexical de uma língua, o mais comum é a existência de um plano de expressão dando suporte material para um conteúdo, nascendo desta relação o signo. Este nome, rotulador de referente foi chamado por Bernard Pottier de lexia. O lingüista francês criou este termo para indicar a unidade lexical memorizada (Martins, 2005, p. 3)

O autor acrescenta ainda que é possível termos lexias simples, compostas, complexas e textuais:

Quadro 1: Tipos de Lexia em Martins (2005)

Tipo de lexia	Exemplo
Lexia simples	árvore, saiu, entre, agora
Lexia composta:	primeiro-ministro, guarda-florestal, olho-de-sogra
Lexia complexa ⁴² estável:	estado de sítio, cesta básica, uma estação espacial, Cidade Universitária;
Lexia textual:	"quem tudo quer, tudo perde"

Fonte: Martins (2005, p. 3) (Adaptado)

⁴¹ Verbete disponível em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=terminology&act=view&id=2755> – Acesso em 03 mai 2025

⁴² "Das lexias complexas fazem parte os fraseologismos possuindo, como unidades denominativas, equivalência de palavras. Por isso é que as lexias complexas podem ser chamadas de lexias fraseológicas" (Silva, 2006, p. 12)

Ao tratar do mesmo tema, com base em Pottier (1974), Silva (2006) vai trazer o seguinte quadro:

Quadro 2: Tipos de Lexia em Silva (2006)

Lexia					
Monolexemática		Polilexemática			
Lexia simples		Lexia composta		Lexia complexa (fraseológica)	
Simplex	Derivada	Aglutinação	Justaposição	Fixa	Semifixa
Sal	Saleiro	Planalto	Mão-de-obra	Andar a cavalo	Guerra Fria

Silva (2006, p. 12)

Nesse sentido, podemos falar em lexias complexas quando estivermos falando de unidades superiores às lexias simples, que não se adequam à noção de lexia composta porque são formadas a partir de mais de um vocábulo. Alguns autores vão chamar ainda as lexias complexas de expressões idiomáticas, fraseologismos ou unidades fraseológicas⁴³. Conhecedores das nuances semânticas e conceituais que cada escolha pode trazer, aqui assumiremos todas como sendo o mesmo conceito, uma vez que nosso objetivo não é o de discutir a questão. Como síntese, podemos ficar com a posição de Biderman, para quem:

unidades fraseológicas são seqüências de palavras que têm uma coesão interna do ponto de vista semântico e que possuem propriedades morfossintáticas específicas.

Examinemos mais de perto a definição de UF:

1) são seqüências de, pelo menos, duas palavras separadas por brancos, hífens o apóstrofos:

mercado negro; caixa eletrônico; caixa preta; bóia-fria; decreto-lei; mina d'água

Embora sejam compostas por mais de uma palavra, elas se classificam funcionalmente como uma única categoria léxico-gramatical. Assim **caixa eletrônico** composto de N+ Adj comporta-se semanticamente como

⁴³ Svensén (2009, p. 188-205), em obra clássica e fundamental, falará em “fixed word combinations”.



substantivo e levar a cabo e levar grana comportam-se como verbo (Biderman, 2005, p. 750-751) (negritos e ortografias originais)

Desse modo, como será visto, nossa opção de seleção dos verbetes será a de considerar não apenas lexias simples ou compostas como entradas possíveis para o Dicionário, mas também incluiremos lexias complexas, fraseologismos, uma vez que nosso *corpora* de composição demanda tal escolha.

Voltemos ao exemplo possível da sinonímia (Henriques, 2018; Evaristo e Coelho, 2017). Há relativa proximidade de sentido entre as palavras belo, bonito, exuberante e formoso, por exemplo. Essas palavras, a depender naturalmente de seus contextos, podem ser tidas como sinônimos, isto é, palavras que possuem significação equivalente em um mesmo contexto. Isso significa que entre as lexias simples “belo”, “bonito”, “exuberante” e “formoso”, há alguma relação de sentido que as aproxima. Pensemos em outro exemplo do universo da escola. Entre as lexias simples “professor”, “aluno”, “aula”, “sala”, “livro”, “caneta”, “prova” e “exercício”, há uma relação em que, apesar de não se tratarem de sinônimos, todos fazem parte de um mesmo universo, o da “escola”.

Os dois exemplos supracitados fazem parte daquilo que se convencionou chamar de campo semântico:

Termo que refere um conjunto de lexemas ou outras unidades linguísticas que se encontram ligadas semanticamente. O termo surge muitas vezes como sinônimo de campo lexical, mas é necessário ter em consideração que este, ao contrário de campo semântico, tem uma significação menos ampla, pois designa apenas conjuntos de lexemas⁴⁴.

Nos dois casos, as palavras pertencem como que a uma mesma “família”, em que é possível o agrupamento de diferentes lexias sob uma mesma ótica. Um agrupamento que se deu, percebe-se, por causa dos sentidos atribuídos a cada grupo de lexias, por suas

⁴⁴ Verbetes disponíveis em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=terminology&act=view&id=1374> - Acesso 03 mai 2025

propriedades semânticas aproximativas. Em um caso, um grupo de lexias de sentido equivalente; em outro, um grupo de lexias concernentes ao mesmo recorte do universo linguístico.

De certa forma, é impossível limitar um recorte para os campos semânticos porque eles estão fundados na produtividade da língua, nos usos contextuais, na capacidade criativa dos falantes da língua e na potencialidade dos signos linguísticos. É possível, a todo momento, encontrar palavras ou usos novos para um mesmo campo semântico, de modo a sempre ampliá-lo (Alves e Maroneze, 2020).

Identificar os campos semânticos/lexicais é uma tarefa fundamental para a semântica, posto que será a partir deles que muito da significação poderá ser compreendido.

Desse modo, a seleção dos nossos verbetes seguiu a temática inicial de identificação das lexias disponíveis no Catecismo da Igreja Católica (Católica, 1993), o CIC, identificando as entradas conceituais possíveis de serem identificadas a partir daquele documento instrucional. Com isso, tivemos a identificação das primeiras 739 entradas de verbetes, listadas sem um refinamento adicional de campo semântico. Dessa primeira ação, foi possível perceber a existência de lexias simples, como “alma”, de lexias compostas, como “Bem-aventurança”, e de lexias complexas, como “bispo de Roma”. A variedade de lexias comporta aquelas indicadas por Martins (2005), Silva (2006) e Biderman (2006), por exemplo.

Ao mesmo tempo, essa seleção serviu para identificar campos semânticos e temáticos que inicialmente não estavam descritos no CIC, porque são temáticas alheias àquele livro, e que poderiam futuramente ser incorporadas em uma expansão do Dicionário, ou, talvez, em uma reorientação do projeto inicial que o tornasse mais abrangente. Desse modo, temáticas como heresias, história da Igreja, ritos litúrgicos, objetos litúrgicos, funções litúrgicas e outros, para citar apenas alguns, poderiam vir a ser incluídos aos primeiros 739 verbetes.

Aqui, ficamos diante de um paradoxo que, em última instância, não poderá ser resolvido: a seleção dos campos semânticos que comporão a obra final e, conseqüentemente, os



verbetes a serem descritos. Sempre será possível pensar em mais um verbete dentro de um campo semântico ou de um novo campo semântico. Alguém poderia argumentar, no exemplo que demos, que “heresias” é um campo semântico fundamental para a compreensão de um fiel católico acerca de sua religião, uma vez que o combate às heresias é uma tônica que atravessou milênios e permanece, ainda hoje, como uma questão constante para a manutenção da Igreja Católica. Outro dicionarista/lexicógrafo, poderia objetar e dizer que essa temática é especializada demais para o “fiel comum”, podendo ser retirada de uma obra que se pretenda comum. O exemplo corrobora Villalva e Silvestre (2014 p. 189), quando dizem que “os dicionários são documentos prescritivos, que oferecem uma perspectiva subjetiva da língua e do léxico e, apesar das promessas de exaustividade, estão longe de reunir as palavras em uso num determinado período histórico”. Desse modo, a inclusão de campos semânticos poderia continuar *ad infinitum*, o que, pelo menos em tese, poderia tornar a obra inviável ou fazer sua composição prolongar-se por muitos anos ou décadas – o que não deixa de ser uma opção, ainda que seguramente não seja a melhor ou a mais razoável.

Deste modo e dado que o léxico é hoje claramente entendido como sendo impossível de descrever em extensão, um dicionário contemporâneo, por muito extenso que seja, não pode arrogar-se a capacidade de representar todo o léxico da língua, como no passado, quando implícita ou explicitamente tinha essa pretensão (Correia, 2008, p. 80)

Compreendendo que “a descrição lexicográfica reflete os objetivos do lexicógrafo, os métodos de compilação e as fontes documentais disponíveis” (Villalva e Silvestre, 2014 p. 190), compreendendo que o CIC traz os ensinamentos básicos doutrinários acerca da fé, nesta etapa do Dicionário optamos por manter apenas os 739 verbetes já apontados, uma vez que eles poderiam abarcar, se não a totalidade dos possíveis verbetes, seu núcleo mais importante e fundamental no contexto descrito.

Na próxima seção, apresentaremos os verbetes identificados e indicaremos como planejam os que seja feita a sua estrutura.

Descrição dos verbetes

No intuito de indicar a forma como planejam os que os verbetes sejam descritos, apontamos aqui algumas questões preliminares.

Borba, em seu clássico *Organização de dicionários*, inicia a obra dizendo que “o objetivo mais geral deste texto é apresentar a seleção de elementos teóricos que podem ou devem nortear a montagem de um dicionário” (2003, p. 15). Podemos parafrasear o autor e dizer que, nesta seção, temos a mesma intenção.

De forma geral,

basicamente, todo dicionário de língua constitui-se de duas grandes partes: a macroestrutura e a microestrutura. A macroestrutura organiza-se em torno de três partes principais: as páginas iniciais da obra, o corpo propriamente dito do dicionário e as páginas finais (Krieger, 2012, p. 27)

Ainda que nosso caso não seja exatamente o de um “dicionário de língua”, podemos assumir as palavras da autora e trabalhar a partir disso. Desse modo, seria necessário pensar em uma macroestrutura e uma microestrutura⁴⁵ possíveis para nosso Dicionário. Vejamos os dois conceitos:

O conjunto de elementos ordenados que permitem o acesso à informação linguística designa-se por macroestrutura. Esse conjunto de elementos é a **nomenclatura** ou *nominata*, (*word list* em inglês) e corresponde à lista de formas-lemma que iniciam os verbetes. O **verbo** (artigo, em Português Europeu, *entry*, em inglês) é uma unidade de informação, que se organiza numa *microestrutura* composta pela **forma-lemma** e pela **glosa** (conjunto de

⁴⁵ Svensén (2009, p. 379-388) fala ainda em uma “megaestrutura”, espécie de nível superior também à macroestrutura e que conteria elementos metalinguísticos, metalexigográficos e termos outros com funções diversas.



informações relacionadas com a forma-lema) (Villalva e Silvestre, 2014 p. 194) (negritos e itálicos são do original)

Em relação à macroestrutura, tendo base em Borba (2003), Biderman (2005), Krieger (2012), Villalva e Silvestre (2014), a previsão é a de que o Dicionário contenha as seguintes partes:

1) Apresentação da obra, em que haverá uma palavra do autor explicando a contextualização da obra, sua necessidade, os benefícios aos consulentes e quaisquer outras informações necessárias no momento;

2) O modelo dos verbetes, com a explicação detalhada e didática de cada unidade da microestrutura;

3) A relação total dos verbetes, dispostos em ordem alfabética;

4) A indicação das siglas e abreviações da obra;

5) O corpo do Dicionário propriamente dito;

6) Um índice temático roteirizado a partir dos campos semânticos presentes;

7) Um índice remissivo da obra, que contenha as diferentes menções a um mesmo verbebo espalhadas por todo o corpo; e

8) As referências bibliográficas consultadas para a elaboração da obra.

Não nos deteremos mais neste momento sobre a macroestrutura prevista para o Dicionário, uma vez que este não é – ainda – nosso ponto de atenção para a questão e que a discussão retornará; por agora, interessa-nos discutir a microestrutura dos verbetes.

Krieger (2012, p. 28-29) vai nos trazer um indício de microestrutura possível, discutindo como há sempre uma regularidade na composição dessa microestrutura, de modo a dar unidade composicional à obra em questão, qualquer que seja ela; ao mesmo tempo, é necessário haver uma chave de leitura de caráter explicativo, que detalhe as escolhas do lexicógrafo e a forma como os consulentes vão poder acessar as informações daquele dicionário. Desse modo,

Todo verbete tem um padrão de estruturação que corresponde a uma espécie de código lexicográfico de larga tradição. Pode haver pequenas diferenças entre os dicionários, mas o padrão mínimo constitui-se de palavra-entrada, informação gramatical e informação semântica por meio da definição (Krieger, 2012, p. 29)

Podemos assumir, então, que a forma-lemma⁴⁶ vai corresponder às lexias – simples, compostas e complexas – que foram descritas antes neste texto, sendo cada uma das 739 lexias identificadas uma forma-lemma final no Dicionário. Mantendo consonância com Borba (2003), Biderman (2005), Krieger (2012), Villalva e Silvestre (2014), Durkin (2016) e outros, mas modificando-os naquilo que nosso contexto demanda, apontamos que a microestrutura de cada verbete será constituída como descrito a seguir:

1) A entrada, forma-lemma ou palavra-entrada será correspondente à lexia que dá nome ao verbete, disposta em ordem alfabética no decorrer do Dicionário e, ao final, indicada em índice onomástico.

2) Após a entrada, haverá uma explicação semântico-contextual da lexia, indicando sua significação imediata de forma a explicá-la didaticamente aos consulentes do Dicionário.

3) Quando, no decorrer da explicação da lexia, ocorrer a menção à alguma outra lexia presente na obra, essa lexia virá em negrito, indicando que também aquele elemento pode ser consultado na mesma obra de forma autônoma.

4) Para os casos em que a lexia apresentada em negrito fizer parte do mesmo campo semântico da lexia descrita, haverá uma sinalização na frente da palavra a partir do sinal “ ▶ ”, que indicará a ocorrência de outra lexia que complementa, aprofunda ou se relaciona de qualquer forma com a lexia descrita na ocasião. O sinal aparecerá apenas na primeira ocorrência da lexia no verbete.

⁴⁶ Borba (2003) e Krieger (2012) vão chamar a forma-lemma de “palavra-entrada”; aqui, por normalização conceitual, tomaremos as duas formas como sendo sinônimas do mesmo conceito.



5) Haverá, portanto, dois tipos de remissão interna aos verbetes: uma com o sinal, que indica lexias da mesma temática de campo semântico; uma sem sinal, que indica apenas a ocorrência do verbete na obra⁴⁷.

6) Por fim, haverá a indicação de referências externas ao Dicionário, como passagens bíblicas, encíclicas papais, documentos da Igreja, citações de santos, escritos litúrgicos e contribuições de áreas como a História, Filosofia e Psicologia, entre outros.

Com isso, fica evidente o caráter interdisciplinar da obra. Aqui, adotamos o mesmo posicionamento de Rodrigues-Pereira e Zavaglia, para quem:

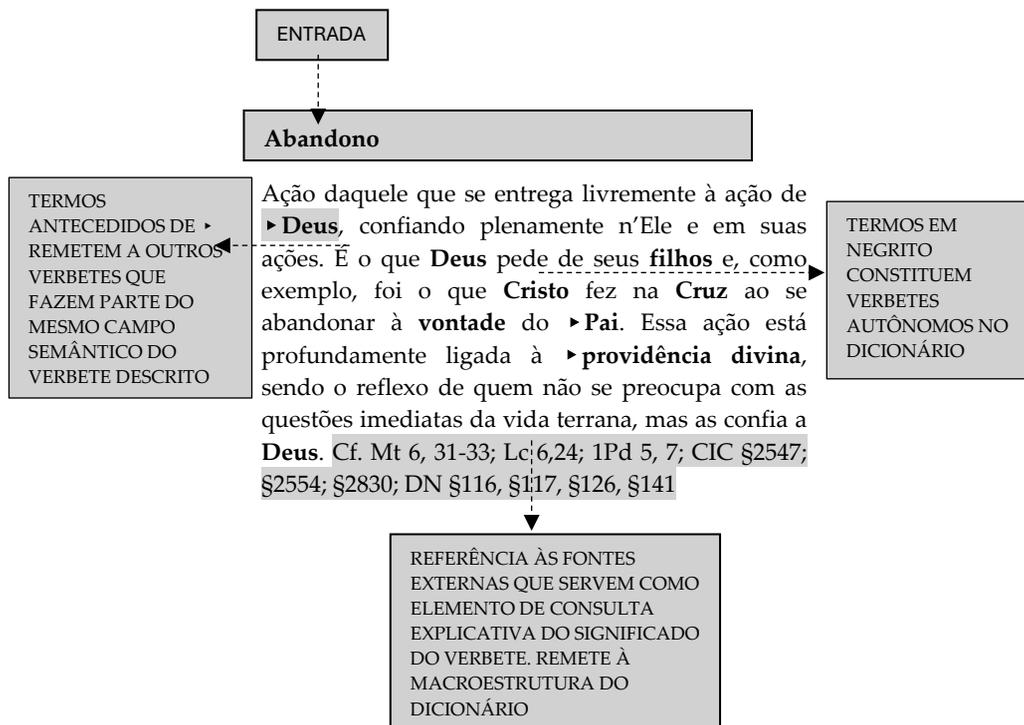
Nessa perspectiva, com vistas a garantir aos potenciais consulentes repertórios lexicográficos organizados de acordo com as necessidades e contextos de consulta, para a elaboração de cada obra lexicográfica, o pesquisador pode recorrer a distintas áreas de conhecimento com o fito de desenvolver um trabalho coerente, funcional e pragmático, conferindo à Lexicografia o caráter interdisciplinar que lhe é inerente (Rodrigues-Pereira e Zavaglia, 2023, p. 4)

Por considerarmos que nosso tema, o da religião, é atravessado por diferentes áreas temáticas, disciplinas, contextos e obras, não poderia haver outro modo de organização para nós que não fosse o da interdisciplinariedade.

Abaixo, exemplificamos o primeiro verbete⁴⁸ da obra, considerando a ordem alfabética das entradas: a lexia “abandono”.

⁴⁷ “Como consequência da visão do léxico como “rede” de itens, os dicionários de hoje apresentam um número cada vez mais significativo de remissões para outros artigos relativos à unidade relacionadas com aquela em análise” (Correia, 2008, p. 82)

⁴⁸ Inspiramo-nos, também, no modelo de verbete descrito em Bagno (2017, p. XVIII), com algumas adaptações a nosso contexto.



A partir da exemplificação de “abandono”, é possível perceber o percurso descrito anteriormente para a composição do verbete, seja em relação à sua macroestrutura, seja em relação à sua microestrutura.

Para a primeira, o verbete aponta para as siglas Mt, Lc, 1Pd, CIC e DN, que correspondem, respectivamente ao Evangelho de Mateus, ao Evangelho de Lucas, à Primeira Epístola de São Pedro, ao Catecismo da Igreja Católica e à encíclica papal *Dilexit Nos*, do papa Francisco – essas siglas estariam descritas na seção correspondente, antes do corpo do Dicionário. Os diferentes verbetes pertencentes ao mesmo campo semântico (abandono, Deus, Pai, providência divina) estariam agrupados no roteiro temático indicado na macroestrutura. Ao final, as referências trarão as mesmas obras consultadas para a elaboração do verbete.

Os anexos deste texto indicam em detalhes as 739 entradas do Dicionário. Como descrito na nossa segunda seção, a etapa atual, a sexta, de elaboração dos verbetes, está apenas começando, motivo pelo qual apresentamos apenas o primeiro deles indicado. A partir daqui, seguem as etapas conforme previstas na cronologia apresentada na tabela 1.

Considerações finais

Buscamos conduzir os leitores no percurso metateórico, metalexigráfico e epistemológico que trilhamos para pensar, planejar e começar a executar a elaboração do Dicionário de termos comuns da vida católica.

Para tanto, apresentamos num primeiro momento algo sobre a contextualização da Lexicografia, definindo-a como uma ciência que, partindo do léxico, elabora dicionários e se preocupa com a metodologia de elaboração de dicionários. Assim, compreendemos “a Lexicografia como uma ciência com princípios teóricos e metodológicos bem delimitados” (Rodrigues-Pereira e Zavaglia, 2023, p. 2). Em nosso caso, como indicado, propusemos a feitura de um dicionário especializado, temático para a religião católica.

Com efeito, o que se verifica com os estudos metalexigráficos que têm sido realizados a partir dos princípios do método científico e dos princípios teóricos e metodológicos da Lexicografia, são resultados e produtos em conformidade com as necessidades do público para o qual a pesquisa ou o produto foi desenvolvido, justamente porque houve um direcionamento sobre o que e como fazer, bem como quais princípios teóricos adotar (Rodrigues-Pereira e Zavaglia, 2023, p. 2).

Nossos princípios, portanto, foram desde sempre o de fornecer a esse público uma obra de consulta que pudesse sanar suas dúvidas, servir de material educativo e formativo e, esperamos, colaborar no entendimento geral sobre a religião.

Em seguida, apresentamos um aparte metodológico sobre as etapas previstas para esta pesquisa, com duração aproximada de 4

anos, em que pudemos colocar as 9 etapas apontadas. Até o momento, cinco dessas etapas já foram vencidas, mas o caminho que ainda resta trilhar é difícil, árduo e trabalhoso. Não podemos, portanto, dizer algo como “o Dicionário está 50% pronto”, porque não seria uma verdade. Ter ultrapassado mais da metade das etapas não significa necessariamente que estejamos na metade da pesquisa como um todo. Ainda há muito que ser feito.

Logo depois, trouxemos alguma fundamentação teórica acerca das lexias, dos campos semânticos e de como esses elementos influenciaram no levantamento e seleção dos verbetes, etapa 4 de nossa pesquisa. Apresentamos, na ocasião, nossa primeira lista de 739 entradas, que segue esse texto como anexo. Por fim, cumprindo a etapa 5, apresentamos a configuração de nosso Dicionário, com sua macroestrutura e microestrutura indicadas, com o exemplo da primeira elaboração de verbebo, marcando, assim, o início da sexta etapa.

Nossa proposta, porém, não está ainda fechada, uma vez que é possível que outros caminhos se abram. Um exemplo disso diz respeito ao uso de tecnologias várias, como inicialmente descrevemos a partir da Linguística de Corpus, das Humanidades Digitais e da Linguística Computacional. Ter um dicionário em papel ou um dicionário online é uma decisão que muda fundamentalmente a forma como a obra será composta, o que implicaria rever a etapa 5

Os novos modelos de dicionários eletrônicos distinguem-se dos impressos pelo fato de explorarem hiperligações entre palavras, por ampliarem a quantidade de dados consultáveis e pela interação com aplicações de correção ortográfica e paradigmas de flexão e conjugação (Villalva e Silvestre, 2014 p. 197)

E, ao mesmo tempo, possivelmente, rever também a etapa 4, já que “os dicionários eletrônicos que são consultados pela internet, em ligação direta a uma base de dados, acrescentam um elemento novo que é a perspectiva da constante atualização, em estreita relação com o trabalho dos lexicógrafos” (Villalva e Silvestre, 2014



p. 197), e, adicionalmente, “através da informática, é-nos possível observar, de forma rigorosa, a frequência com que determinadas palavras ocorrem no texto, analisar as palavras-tema, as formas exclusivas ou formas de frequência, utilizar concordâncias, entre outros aspetos” (Assunção e Araújo, 2019, p. 286). As mudanças, portanto, seriam fundamentais e basilares.

No fim de nossa discussão, podemos dizer que o caminho percorrido é já uma mostra do que se antevê no final, ainda que haja alterações de percurso. Sejam feitas ou não essas alterações, a essência da proposta permanece e permanecerá a mesma.

Ao trazer a discussão para cá, esperamos que nosso texto, proposta e pesquisa em curso possam ajudar outros pesquisadores e interessados nas temáticas que atravessaram este texto, no estudo da Lexicografia e na exemplificação de como fazer um dicionário. Se algum leitor puder se valer de algo que aqui expusemos, então já estaremos felizes e satisfeitos com nossa ação.

Referências

- ASSUNÇÃO, Carlos; ARAÚJO, Carla. Linguística de corpus: teoria, perspectivas metodológicas e ensino das línguas. *Filologia e Linguística Portuguesa*, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 271–288, 2019a.
- ASSUNÇÃO, Carlos; ARAÚJO, Carla. Subsídios para a história da linguística de corpus. *Linha D'Água*, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 39–57, 2019.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. A ciência da Lexicografia. *Alfa (ILCSE/UNESP)*, São Paulo, v. 28, n. suplemento, p. 1-26, 1984
- CATÓLICA, Igreja. *Catecismo da Igreja católica*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1993.
- CORREIA, Margarita. Lexicografia iho início do século XXI: novas perspectivas, novos recursos. *Actas, LEXICON-Dicionário de Grego-Português*, p. 73-85, 2008

- COSTA, Rute; ALMEIDA, Bruno; RAMOS, Margarida; CAMPOS, Maria Inês Batista. O papel da linguística na era das humanidades digitais. *Linha D'Água*, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 1–8, 2021.
- DURKIN, Philip. *The Oxford Handbook of Lexicography*. Oxford/Inglaterra – Oxford University Press, 2016
- EVARISTO, Jefferson. Lexicografia na pós-graduação brasileira: um panorama das pesquisas realizadas no início da nossa década. *Revista Solettras (UERJ)*, n. 51, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/solettras.2025.91706>. Acesso em: 6 mai. 2025.
- EVARISTO, Jefferson; COELHO, Fábio A. C. . O verbal e o não-verbal, o dito pelo não dito: a palavra e sua(s) significação(ões) no jornal carioca Meia Hora de Notícias. *Caderno Seminal Digital (Rio de Janeiro)*, v. 28, p. 82-109, 2017
- FINATTO, Maria José Bocorny. Humanidades digitais e estudos históricos do léxico. *Domínios de Lingu@gem, Uberlândia*, v. 17, p. e1769, 2023. DOI: 10.14393/DLv17a2023-69. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/71973>. Acesso em: 6 mai. 2025.
- FREITAS, Cláudia. *Linguística Computacional*. São Paulo: Parábola Editorial, 2022
- GUERREIRO, Dália; BORBINHA, José Luís. "Humanidades Digitais: novos desafios e Oportunidades [Bibliotecas digitais]". *Revista Internacional del Libro, Digitalización y Bibliotecas 2 2* (2014)
- HENRIQUES, Claudio Cezar. *Léxico e Semântica: estudos produtivos sobre palavra e significação*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018
- KRIEGER, Maria da Graça. *Dicionário em sala de aula: guia de estudos e exercícios*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012
- MARONEZE, Bruno Oliveira; ALVES, Ieda Maria . Neologia. *Revista GTLEX*, v. 4, p. 6-32, 2020
- MARTINS, Evandro Silva. O tratamento das lexias compostas e complexas. *Revista do GELNE (UFC)*, v. 04, p. 232-234, 2005
- MOURA, M. A. Ciência da Informação e humanidades digitais: mediações, agência e compartilhamento de saberes. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 24, n. spe, p. 57–69, jan. 2019.



OSÓRIO, Paulo. *Linguistics and Philology revisited: contributos para a instrumentalização das humanidades digitais*. Covilhã-Portugal, Editora Labcom, 2021

OTHERO, Gabriel de Ávila. *Lingüística Computacional: uma breve introdução*. *Letras de Hoje*, [S. l.], v. 41, n. 2, 2006. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fale/article/view/605>. Acesso em: 6 mai. 2025.

PEREIRA, R. R.; ZAVAGLIA, C. *Lexicografia: uma ciência interdisciplinar*. *REVISTA GTLEX*, v. 8, p. 1-20, 2023

POTTIER, B. *Linguistique générale: théorie et description*. Paris, Klincksieck, 1974

POTTIER, Bernard. *Linguística geral: teoria geral e descrição*. Tradução de Walmírio. Macedo. Rio de Janeiro: Presença, 1978

SARDINHA, Tony Berber. *Lingüística de Corpus*. São Paulo: Manole, 2004

SILVA, M. B.. *Uma Palavra Só Não Basta: Um Estudo Teórico sobre as Unidades Fraseológicas*. *Revista de Letras (Fortaleza)*, v. 28, p. 11-20, 2006

SVENSÉN, Bo. *A handbook of lexicography: the theory and practice of dictionary-making*. Cambridge-Inglaterra, Cambridge University Press, 2009

VILLALVA, Alina; SILVESTRE, João Paulo. *Introdução ao estudo do léxico: Descrição e análise do Português*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2014

Anexo I

Listagem dos 739 verbetes iniciais do Dicionário de termos comuns da vida católica

Abandono	Apostasia	Bíblia
Abba	Apostolado	Bispo
Aborto	Apostólica	Bispo de Roma
Abraão	Apóstolo	Blasfêmia
Absolvição	Apresentação	Boa nova
Abstinência	Arca da Aliança	Bondade
Ação de Graças	Arca de Noé	Bondade de Deus
Ação/Agir	Arma	Breviário
Aceitação	Arquidiocese	Buscar a Deus
Acídia	Arte	Indiferença religiosa
Aclamação	Árvore do pecado (Árvore do bem e do mal)	Cabeça
Adão	Ascensão	Cálice
Adesão	Ascese	Calúnia
Adivinhação	Assembleia	Caminho
Adoção	Assistência/assistir	Catecumenato
Adoração	Associações	Catecúmeno
Adultério	Assunção	Catequese
Advento	Ateísmo	Catequista
Advogado	Atividade	Catolicidade
Afetividade	Ato humano	Católico
Agnosticismo	Autonomia	Cego
Alegria	Autópsia	Cegueira
Alimento	Autoridade	Ceia do Senhor
Alma	Avaliação	Celebração/celebrar
Altar	Avareza	Celibato
Ambão	Ázimo	Céu
Amém	Babel	Chamado
Amigo	Batismo	Chaves do Reino
Amizade	Batistério	Clérigos
Amor	Beleza	Clero
Anáfora	Bem	Cemitério
Analogia	Bem comum	Cidadão
Anamnese	Bem-aventurança	Cidade
Animais	Bênção	Ciência
Anjo	Benevolência	Circuncisão
Ano litúrgico	Bens morais	Cisma
Antiga Aliança	Bens espirituais	Cobiça
Antigo Testamento	Bens terrenos	Colaboração
Anunciação		Colégio apostólico
Anúncio		Colégio episcopal

O Léxico e suas potências
Abordagens linguísticas e literárias sobre a palavra, o léxico e a lexicografia

Coleta	Cotidiano	Diocese
Combate	Cremação	Direito
Compaixão	Crete	Dirigir
Comunhão	Crer	Discernimento
Comunhão dos santos	Crescimento	Discípulo
Comunicação	Criado	Discriminação
Comunidade	Criador	Dissuasão
Comunidade de oração	Criação	Diversidade das criaturas
Concepção	Crianças	Divindade
Concílio	Crisma	Divisões
Concupiscência	Cristão	Divórcio
Condenação	Cristianismo	Doentes
Confiança	Cristo	Dogma
Confiança filial	Cruz	Dom
Configuração	Culpa	Domínio
Confirmação ou	Culto	Domínio de si
Crisma	Cultura	Dor
Confissão	Cumprimento	Doutrina
Conflito	Cura	Doutrina Social da Igreja
Conhecimento	Decálogo	Doxologia
Cônjuges	Defuntos	Drogas
Consagração	Demografia	Dualismo
Consciência	Demônio	Dúvida
Conselho	Desejo	Economia
Conselhos evangélicos	Desemprego	Economia da salvação
Consustancial	Desenvolvimento	Ecumenismo
Consustanciação	Deserto	Educação
Consumação	Desespero	Efusão
Contemplação	Desigualdade	Egoísmo
Continência	Desobediência	Eleição
Contracepção	Destino	Elevação
Contrato	Deus	Embrião
Contrição	Deveres	Encarnação
Conversão	Deveres do cidadão	Encontro
Convívio	Deveres religiosos	Endurecimento
Convívio pascal	Devoção	Epiclese
Coração	Dia	Epifania
Cordeiro	Diabo	Episcopado
Corpo de Cristo	Diaconia	Eremita
Corpo episcopal	Diácono	Erro
Corpo humano	Diálogo	Escândalo
Correção fraterna	Dignidade	Escatologia
Corresponsabilidade	Dignidade da vida	
	Dilúvio	
	Dinheiro	

Escola	Fecundidade	História da salvação
Escravidão	Felicidade	Hoje
Esforço	Festividade	Homem
Esmola	Fidelidade	Homicídio
Espera	Fidelidade conjugal	Homilia
Esperança	Filho	Homossexualidade
Espírito	Filho de Deus	Honra
Espírito Santo	Filhos de Deus	Hora de Jesus
Espiritualidade	Fim	Horas da liturgia
Esposa	Finalidade	Hospitalidade
Estado	Fogo	Hóstia
Estado (político)	Fome	Humanismo cristão
Esterilidade	Força	Humanidade
Esterilização	Formação	Humildade
Estipêndio	Fórmula	Humilhação de Jesus
Estrangeiro	Fórmulas	Ícone
Estrutura	Fornicação	Idade
Eternidade	Fortaleza	Identidade
Ética	Fração do pão	Ideologia
Eucaristia	Fraqueza	Idolatria
Eutanásia	Fraternidade	Ignorância
Eva	Fraude	Igreja
Evangelho	Furto	Igreja doméstica
Evangelização	Futuro	Igreja ortodoxa
Eventos salvadores	Gênero humano	Igrejas reformadas
Exame de consciência	Gêneros literários	Igualdade
Exclusão	Gesto	Imaculada
Excomunhão	Glória	Imagens sacras
Exegese	Gnose	Imaginação
Exemplo	Gozo	Imigrantes
Exéquias	Graça	Imortalidade
Exercícios espirituais	Gratidão	Imposição das mãos
Exílio	Greve	Imputabilidade de culpa
Existência	Guerra	Incenso
Existência de Deus	Guia	Incesto
Êxodo	Gula	Incorporação
Exorcismo	Harmonia	Incredulidade
Experiência	Hebreus	Inculturação
Experiências científicas	Herança	Indelével
Expição	Heresia	Indiferença religiosa
Fama	Hermenêutica	Indigente
Família	Hierarquia	Indissolubilidade
Fariseus	Hino	Individualismo
Fé	Hipóstase	Índole do homem
	História	

Indulgências	Jovem	Médico
Infalibilidade	Koinonia	Meditação
Infância	Kyrie eleison	Meios de
Inferno	Kyrios	comunicação social
Infidelidade	Ladainha	Membros do corpo de
Informação	Lecionário	Cristo
Ingratidão	Lectio divina	Memória
Inimigo	Legítima defesa	Memorial
Iniciação cristã	Lei	Mentalidade
Iniquidade	Lei natural	Mentira
Injustiça	Leigo	Mérito
Inseminação artificial	Leitura da Bíblia	Mesa
Inspiração	Lex orandi	Messianismo
Instinto evangélico	Liberdade	Messias
Instituição	Libertação	Mestre
Instituições	Limbo	Milagres
Institutos	Linguagem	Ministério
Institutos de vida	Liturgia	Ministro
consagrada	Livro	Misericórdia
Institutos seculares	Louvor	Missa
Integridade	Louvores	Missão
Inteligência	Lugares de culto	Missionário
Intenção	Luxúria	Mistagogia
Intercessão	Luz	Mistério
Interesse	Magia	Místico
Interioridade	Magistério da Igreja	Mito
Interpretação	Magistério dos	Mitologia
Intimidade	pastores	Modelo
Inveja	Mal	Moral
Invocação	Maligno	Moralidade
Ira	Maná	Moribundos
Irmandade	Mandamento	Morte
Irmão	Manifestação	Mortificação
Irmãos	Mansidão	Muçulmanos
Irreligião	Mansos	Muitos
Israel	Maranatha	Mulher
Jejum	Maria	Mundo
Jesus	Marido	Música
Jogos de sorte/azar	Mártires	Myron
José	Masturbação	Nação
Juízo	Matar	Natal
Juramento	Materialismo	Natureza
Justiça	Matrimônio	Necessidade
Justificação	Maturidade	Noé
Justo	Mediador	Noivos



Nome	Parusia	Potestades
Norma	Páscoa	Povo
Notoriedade	Pastoral	Povo de Deus
Nova aliança	Pastores da Igreja	Prazer
Novidade	Paternidade	Preceito
Novo testamento	Pátria	Predestinação
Núpcias	Patriarca	Prefiguração
Nuvens	Paz	Pregação
Obediência	Pecado	Preguiça
Objeção	Pecado capital	Preparação
consciência	Pecado mortal	Presbitério
Oblação	Pecado original	Presença
Obra	Pecado venial	Presença de Cristo
Obrigação	Pecador	Presença de Deus
Obséquio	Pedagogia divina	Presidir
Obstinação	Pedro	Presunção
Ódio	Pena	Primado
Ofertório	Penitência	Primícias
Óleo	Pensamento	Procissão
Omissão	Pentecostes	Proclamação
Opção preferencial	Perdão	Procriação
Opinião pública	Peregrinação	Profanar
Opressão	Perfeição	Profecia
Oração	Perjúrio	Profeta
Ordem	Permissividade	Profissão
Oriental	Perseguição	Profissão de fé
Ouvir	Perseverança	Promessa
Paciência	Pertença	Propiciação
Padre da Igreja	Pesquisa científica	Propiciatório
Pagão	Pessoa	Propósito
Pai	Pessoas divinas	Propriedade
Pai-nosso	Petição	Prostituição
Pais	Piedade	Provação
Pais da Igreja	Plenitude	Providência
Paixão	Pobre	Próximo
Paixão de Cristo	Pobreza	Prudência
Palavra	Poder	Publicano
Palavra de Deus	Poder de Deus	Pudor
Pão	Poderes	Pureza
Papa	Poligamia	Purgatório
Parábola	Politeísmo	Purificar
Paráclito	Político	Quaresma
Paraíso	Pomba	Queda
Paróquia	Popular	Querigma
Participação	Pornografia	Questões

O Léxico e suas potências
Abordagens linguísticas e literárias sobre a palavra, o léxico e a lexicografia

Raça	Sagrada escritura	Subsidiariedade
Razão	Sagrado	Substância
Realeza	Sagrado coração	Sucessão apostólica
Realidade	Salário	Sufrágio
Rebanho	Salmos	Suicídio
Recapitulação	Salvação	Sumo pontífice
Recomendar	Salvador	Superstição
Recomendar uma alma	Sangue	Súplica
Reconciliação	Santificação	Tabernáculo
Redenção	Santo	Tábua da lei
Redentor	Santuário	Talentos
Reflexão	Satanás	Temor
Reforma	Seguimento de Cristo	Temperança
Regeneração	Selo	Templo
Regra moral	Semelhança	Tempo
Reencarnação	Senhor	Tentação
Reino de Deus	Sentido	Teofania
Reino de satanás	Separação	Teologia
Religião	Sepulcro	Ternura
Religiosidade	Sepultura	Terra
Religioso	Sermão da montanha	Terrorismo
Remissão dos pecados	Serviço	Tertulia
Renovação	Servo	Testamento
Renovação	Sexualidade	Testemunha
Carismática Católica	Sheol	Testemunho
Renúncia	Silêncio	Tipologia
Reparação	Símbolo	Tormentos
Repouso	Símbolos de fé	Trabalho
Respeito	Símbolo dos apóstolos	Tradição
Responsabilidade	Sinais	Transcendência
Ressureição de Cristo	Sinal	Transfiguração
Ressureição dos mortos	Sinal da cruz	Transgressão
Retribuição Divina	Sinédrio	Transmissão de vida
Revelação	Sínodo	Transubstanciação
Riquezas	Soberba	Trevas
Rito	Sobrenatural	Tribulação
Rosário	Sobriedade	Tríduo
Sábado	Sociedade	Trindade
Sabedoria	Sociedade de vida	Tristeza
Sabedoria	apostólica	Trono
Sacerdócio	Sofrimento	Uma
Sacerdote	Solidariedade	Unção
Sacrilégio	Sopro	Unção dos enfermos
	Suavidade	União
	Submissão	Unidade

Universal	Vício	Virtude
Universo	Vida	Virtudes cardeais
Uno	Vida consagrada	Virtudes humanas
Usura	Videira	Virtudes teológicas
Valores	Vidente	Visão de Deus
Varão	Vigário	Vítima
Velhice	Vigilância	Vitória
Velhos	Vigília	Viúva
Veneração	Vigília pascal	Vivente
Venial	Vinha	Vocação
Ver a Deus	Vinho	Vontade
Verbo	Violação	Vontade de Deus
Verdade	Violência	Voz
Vésperas	Virgem	Yhwh
Veste	Virgem Maria	Zelo
Viático	Virgindade	Zelo religioso



Lexicografia pedagógica nos contextos de ensino de PLM e de PLNM

Márcia Felipe (SEEDUC-RJ)
Jefferson Evaristo (UERJ/FAPERJ)

Introdução

Ao longo dos anos, os estudos gramaticais e o ensino da língua portuguesa, tanto no âmbito do PLM quanto no âmbito do PLNM, estiveram fundamentados, basicamente, em duas correntes: a estruturalista e a funcionalista (Batista, 2024; Altman, 2021).

A primeira⁴⁹ concebia o ensino do idioma e o aprendizado dos fatos gramaticais a partir de uma visão compartimentada da língua. A visão estruturalista, que se associa a uma visão mecanicista do mundo, foi fortemente alimentada por outra que compreendia que o domínio da língua poderia ser traduzido como “a arte do bem falar”. Com base nesses paradigmas, o ensino caracterizou-se pela necessidade de domínio da gramática e da estrutura da língua, a partir dos planos fonológico, morfológico, sintático e semântico, normalmente vistos de forma descontextualizada, sem considerar o contexto de enunciação como elemento importante para a comunicação.

⁴⁹ Aqui, compreenderemos estruturalismo como um termo genérico e guarda-chuva, capaz de congrega propostas que, embora próximas, permanecem diversas entre si. “Estruturalismo e linguística estruturalista são denominações abrangentes e se referem a propostas teórico-metodológicas em período que vai da década de 1920 até finais da década de 1970. Dentre estas: o descritivismo nos Estados Unidos (Leonard Bloomfield [1887-1949] e Kenneth Pike [1912-2000]); estruturalismos derivados do Círculo Linguístico de Praga (1920-1930); a glossemática de Louis Hjelmslev (1899-1965); a semântica estrutural de Algirdas Julien Greimas (1917-1992); o gerativismo de Noam Chomsky nas teorias padrão e padrão estendido” (Batista, 2024, p. 4-5).

A partir desse paradigma, os objetivos dos estudos gramaticais e do ensino do idioma nacional estavam fundamentados em uma tradição que valorizava, prioritariamente, a repetição e a análise estrutural como recurso para o aprendizado e memorização dos conteúdos. Essa era a forma predominante de abordagem da lexicografia na sala de aula.

A segunda corrente, a funcionalista⁵⁰, defendia que o ensino fosse realizado de forma contextualizada, a partir da compreensão da função social da linguagem. O impulso para essa mudança de perspectiva foi o desenvolvimento dos estudos linguísticos, da linguística cognitiva e dos estudos em vários campos do conhecimento como, por exemplo, a neurociência e a psicologia. Com base em uma nova perspectiva teórica, surgem novas propostas de abordagens para o ensino de idiomas e para os estudos do léxico como parte integrante desse processo.

Partindo da premissa de que a lexicografia converge para o propósito do ensino do idioma e, conseqüentemente, o desenvolvimento da competência lexical, organizaremos o presente texto, tomando essa competência como fio condutor de nossas análises.

Com esse direcionamento e para melhor organizar nossas considerações, esta exposição será estruturada em três partes, além da presente introdução e das considerações finais. Na primeira parte, trataremos dos tipos de competências preconizados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – no âmbito nacional – e pelo Quadro Europeu Comum de Referência (QECR) – no âmbito internacional – e o que se espera de cada uma delas. Na segunda

⁵⁰ “Quanto ao funcionalismo, suas análises têm como base o princípio de que as funções externas à linguagem influenciam a estrutura gramatical das línguas. Logo, as línguas refletem uma adaptação às diferentes situações comunicativas. Desse modo, enquanto o primeiro modelo teórico [estruturalismo] tem seu foco de interesse na análise que busca apreender as propriedades comuns, universais da linguagem, o segundo modelo enfatiza a relação entre forma e função, considerando a língua como uma estrutura que só pode ser explicada se levada em conta a comunicação (Martins, 2009, p. 20-21)



parte, com base nas competências elencadas inicialmente, identificaremos o âmbito no qual se insere a competência lexical – ponto central do presente tópico – destacando sua importância no ensino de um idioma, confrontando a abordagem tradicional e as novas possibilidades. Na terceira parte, trataremos dos estudos lexicográficos e do uso pedagógico do dicionário no contexto de ensino de PLM e PLNM.

BNCC, QECR e o desenvolvimento de competências no ensino de línguas

Antes, convém explicitar os termos. A BNCC, a Base Nacional Comum Curricular, “é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica [brasileira]” (Brasil, 2017, p. 7). Já o Quadro Europeu Comum de Referência é o documento normativo que

fornece uma base comum para a elaboração de programas de línguas, linhas de orientação curriculares, exames, manuais, etc., na Europa. Descreve exaustivamente aquilo que os aprendentes de uma língua têm de aprender para serem capazes de comunicar nessa língua e quais os conhecimentos e capacidades que têm de desenvolver para serem eficazes na sua actuação (Europa, 2001, p. 19)

Tanto a BNCC quanto o QECR apresentam proposta para o ensino de línguas, com o objetivo de garantir relativa uniformidade no ensino do idioma, a primeira no Brasil, o segundo na Europa. A despeito das especificidades de cada documento, devido ao universo de referência de cada um, é possível dizer que a essência de ambos é a mesma: o desenvolvimento da competência comunicativa do falante, considerando-se que “a competência comunicativa em língua compreende diferentes componentes: linguística, sociolinguística e pragmática. Cada uma destas componentes é postulada de forma a compreender o conhecimento

declarativo, as capacidades e a competência de realização” (Europa, 2001, p. 34) e que “inclui os conhecimentos e as capacidades lexicais, fonológicas e sintáticas, bem como outras dimensões da língua enquanto sistema, independentemente do valor sociolinguístico da sua variação e das funções pragmáticas e suas realizações” (Europa, 2001, p. 34).

Tal posição dos documentos reverbera em trabalhos de linguistas como Travaglia, para quem

A competência comunicativa é a capacidade do usuário da língua de produzir e compreender textos adequados à produção de efeitos de sentido desejados em situações específicas e concretas de interação comunicativa. Portanto, é a capacidade de utilizar os enunciados da língua em situações concretas de comunicação. A competência comunicativa envolve a competência linguística ou gramatical para produzir frases que sejam vistas não só como pertencentes à língua, mas apropriadas ao que se quer dizer em dada circunstância. Envolve também a competência textual, vista como a capacidade do usuário de, em situações de interação comunicativa, produzir, compreender, transformar e classificar textos que se mostrem adequados à interação comunicativa pretendida, utilizando regularidades e princípios de organização e construção dos textos e do funcionamento textual, já que os textos são a unidade da língua em uso. Evidentemente, incluem-se aqui, na capacidade classificatória, o conhecimento e a capacidade do uso do tipo e do gênero de texto apropriado como instrumento para a interação verbal que está acontecendo. Para além do que já é dado pelas competências linguística e textual, a competência comunicativa acrescenta algo que tem a ver com a competência discursiva, que contextualiza adequadamente o que se diz. Nesse sentido, parece que se pode falar que a competência comunicativa é constituída pelas competências linguística ou gramatical, textual e discursiva. Alguns linguistas veem uma equivalência entre a competência comunicativa e a discursiva (Travaglia, 2014, online⁵¹)

Ao mesmo tempo,

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e

⁵¹ <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/competencia-comunicativa> - acesso em 13 abr 2025



socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (Brasil, 2017, p. 8).

Embora o conceito de competência na BNCC seja mais amplo do que apenas naquela dimensão de “comunicativa”, essa característica é muito presente no documento: apenas como exemplo, a palavra “comunicativa” aparece 54 vezes no documento, com outras ocorrências para a sua forma no plural, no masculino singular e no masculino plural.

De forma sintética, pode-se dizer que a competência comunicativa do falante consiste no uso do código linguístico de forma suficiente para alcançar seus objetivos de comunicação. Essa competência permite que o usuário da língua faça uso de recursos fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos, estilísticos e lexicais para alcançar fins expressivos, comunicativos e de interação.

Segundo o QECR, como visto, a competência comunicativa engloba três outras competências: a linguística, a sociolinguística e a pragmática. A competência linguística inclui, dentre outros, os conhecimentos lexicais, fonológicos, morfológicos e semânticos. As competências sociolinguísticas referem-se às condições socioculturais do uso da língua, como, por exemplo, as regras da boa educação, os usos de terminadas classes e grupos sociais e a codificação linguística de certos rituais fundamentais para o funcionamento de uma comunidade. As competências pragmáticas dizem respeito tanto ao uso funcional dos recursos linguísticos (funções da linguagem, atos de fala), quanto ao domínio do discurso, da coesão e da coerência, à identificação de tipos e formas de texto, à ironia e à paródia, por exemplo. A competência pragmática tem forte impacto nas interações e nos ambientes culturais nos quais a linguagem é construída.

O desenvolvimento da competência linguística é traduzido no desempenho proficiente da leitura e da produção de textos diversos, na interação comunicativa e na representação de mundo,



dentre outras possibilidades. Para tanto, a Competência lexical, como parte inerente à competência linguística, é necessária ao uso profícuo da língua. No tópico a seguir, falaremos sobre algumas formas como a competência lexical pode contribuir no desenvolvimento da competência linguística e, conseqüentemente, da competência comunicativa.

Competência lexical

A despeito de estar situada no âmbito da competência linguística, a competência lexical é, de certo modo, atravessada pelas outras duas competências: sociolinguística e pragmática. Essa convergência ocorre devido ao caráter funcional da língua, uma vez que o uso da linguagem é inerente aos fatos sociais (Bakhtin, 2011; Severo, 2009). A língua é construída, modificada e usada no meio social. Logo, o aprendizado da língua favorece a inclusão social e profissional de falantes, nativos ou não. Percebemos, então, que o desenvolvimento das competências sociolinguísticas e pragmáticas perpassam também o domínio lexical no aprendizado de um idioma porque, de fato, “a competência lexical compreende tanto o conhecimento que se tem para utilizar com propriedade uma palavra do léxico de uma dada língua como a capacidade de reconhecer, interpretar e relacionar as palavras dessa mesma língua nas modalidades oral e escrita” (Ferraz e Silva Filho, 2016, p. 9)

Genericamente, diz-se que léxico seria “o conjunto das palavras e expressões de uma língua” (Carvalho, 2014, online⁵²), que circulam em determinado contexto histórico. Segundo Basílio (2011), o léxico não é apenas o conjunto de palavras, mas também os padrões que estruturam esse léxico e que permitem produzir novas formas, a partir dos processos de formação de palavras⁵³. Esse entendimento é importante pelo fato de que, segundo Basílio

⁵² <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/lexico> - acesso em 13 abr 2025.

⁵³ A esse respeito, sugerimos a leitura de Evaristo (2022)



(2011), existem dois tipos de léxico: o real e o virtual. O primeiro refere-se ao conjunto de palavras da língua, aqueles que ficam guardados na memória; o segundo faz referência aos padrões que determinam as possibilidades de formações e sua interpretação, uma vez que seria impossível a memorização de uma infinidade de vocábulos: “é impossível que o falante de uma dada língua natural saiba e memorize todo o seu léxico, inclusive com competências para usá-lo plena e totalmente” (Ribeiro e Paula, 2014, p. 34). O conhecimento dessa estrutura permite ao falante não só depreender o significado de palavras novas com as quais mantém contato, mas também criar novas palavras a partir dos parâmetros que sustentam esse processo.

A contribuição de Basílio (2011) põe em destaque a relevância de apresentar ao aprendiz o potencial da língua, em vez de pôr em destaque a estrutura do vocábulo, sem uma finalidade discursiva.

A título de exemplo, destacamos um fenômeno bastante atual: o neologismo brasileiro de “sextou” – que em 2023 era a gíria mais falada do Brasil segundo pesquisas em plataformas digitais⁵⁴ e que foi pesquisada por autores como Oliveira Mota e Santos (2022) –, originado no substantivo “sexta-feira”, com referência ao quinto dia útil da semana. O neologismo sugere um verbo conjugado na terceira pessoa do singular, do pretérito perfeito do modo indicativo, a exemplo de chegou, ganhou etc. O significado estaria associado à ideia de que, como véspera do final de semana, a sexta-feira é propícia à diversão e, por isso, é comemorada – num claro exemplo de que “a língua está à disposição das necessidades comunicativas do falante” (Oliveira, Mota e Santos, 2022, p. 1). No mesmo sentido, foi possível ouvir a expressão “sextou, mas como estás duro, não sextarás”; ou seja, apesar de ser dia de diversão, a pessoa sem recurso financeiro estaria, de certa forma, proibida desse privilégio. A criatividade na produção dessa frase é possível

⁵⁴ <https://www.em.com.br/app/noticia/empresas/2023/06/09/interna-empresas,1505078/sextou-e-a-giria-mais-falada-pelos-brasileiros-veja-a-lista-completa.shtml>
- Acesso em 13 abr 2025.

graças ao conhecimento das desinências verbais, em consonância ao que Basílio (2011) denomina léxico virtual, o que “revela o conhecimento das regras lexicais e o domínio de parte do conjunto lexical” (Ferraz e Silva Filho, 2016, p. 10) como fundamental.

No entanto, por longos anos, seja em PLM ou em PLNM, o ensino tradicional manteve uma visão centrada na transmissão de conhecimento, tendo o professor como detentor do saber e o aluno como receptor, incapaz de contribuir com o próprio aprendizado. Essa era a base de uma tradição que valorizava, fundamentalmente, a repetição como recurso para a memorização do conteúdo. Calcada num ensino estritamente normativista, essa realidade é caracterizada pelo Método da gramática ou da tradução, cuja principal característica influenciou, inclusive, na elaboração dos livros didáticos.

Nessa perspectiva, as atividades centravam-se na apropriação do léxico a partir de uma lista de palavras com finalidade de memorização e na apropriação da estrutura da língua. “Às propriedades gramaticais da palavra destinou-se tradicionalmente papel estritamente formal, tendo sido ensinadas por meio de exercícios de classificação de categorias linguísticas ou de atividades em que a metalinguagem é considerada um fim em si mesmo” (Gil, 2016, p. 447)

A falha desse método consiste na não valorização da pronúncia e da compreensão auditiva como atividades também essenciais no aprendizado de línguas. Além disso, o contexto de enunciação não era considerado na construção do sentido, fazendo com que esse tipo de prática não gerasse competência comunicativa no falante.

O que se percebe entretanto é uma tradição antiga que trata o léxico como um domínio dissociado da gramática e desconsidera o valor desses conceitos relacionais no estudo da palavra. É uma visão que vem perdendo autoridade na tradição recente dos estudos linguísticos, visto que é o conhecimento das propriedades fonológicas, morfossintáticas e pragmáticas do léxico o que configura a competência lexical do usuário da língua (Gil, 2016, p. 446)



Como vimos a partir dos exemplos anteriormente apresentados, o desenvolvimento da competência lexical de uma língua permite ao falante a apropriação da realidade e de sua representação. Logo, o domínio do léxico da língua é elemento essencial ao processo de apreensão da realidade, como também é essencial nos atos de comunicação, na integração e também no alcance dos direitos sociais (Evaristo, 2018), tanto para nativos, quanto para não falantes do português, neste caso, especialmente aqueles que aprendem o idioma em estado de imersão linguística.

O caráter funcional da língua exige que o falante desenvolva competência linguístico-discursiva, também no tocante às escolhas lexicais, para que sejam adequadas à situação de comunicação. Logo, conhecer o léxico de uma língua usada por uma sociedade é conhecer, ao menos em parte, sua cultura e sua forma de estar no mundo, visto que os itens lexicais são unidades socialmente sancionadas. Por isso, longe da forma tradicional de memorização, a competência lexical deve ser parte de um conjunto de abordagens e procedimentos que levem o aluno à proficiência no idioma.

Essa proficiência pode ser alcançada tomando como base o conceito de léxico virtual já mencionado anteriormente. Nessa perspectiva, aprofundamos um pouco mais uma proposta de ensino do léxico, destacando a dimensão estilístico-morfológica no ensino do léxico nas áreas de PLM e PLNM. Primeiramente, trataremos dos aspectos semânticos decorrentes da formação do substantivo com viés estilístico; posteriormente, abordaremos a subversão do paradigma da relação entre as classes morfológicas e a respectiva função sintática, provocando um efeito de sentido ou de realce no contexto de enunciação.

Para falar do valor estilístico na formação do substantivo e dos aspectos semânticos decorrentes, Martins (2012) destaca a carga semântica das palavras, classificando-as segundo as “tonalidades emotivas”. Dentre outros exemplos, exemplificamos com palavras de poder avaliativo e de poder evocativo com base na formação de palavras com o recurso da derivação sufixal.

- 1) Essa politicagem já passou dos limites
- 2) Essa menina é uma gracinha, muito meiga!
- 3) Essa gentinha não conhece o seu lugar

No exemplo 1, o sufixo “-agem”, que numa visão tradicional do ensino seria tratado apenas como um sufixo formador de substantivo (como em postagem, contagem etc.), acrescenta ao substantivo “política” um valor pejorativo “politicagem” (Martins, 2012 p. 108); denotando, com isso, a opinião de quem emite a referida frase.

Já o sufixo “-inha(o)” – que, em contextos diversos, pode acrescentar diferentes sentidos como carinho, desprezo, tamanho ou quantidade – no exemplo 2, assume o viés do carinho. Vale ressaltar que a conotação da palavra depende não só do sentido subjacente ao substantivo que recebe o afixo, mas também do contexto no qual se apresenta ou mesmo da entoação no momento da pronúncia. Em “gracinha”, no exemplo 2, o sufixo pode denotar uma admiração, um elogio ou mesmo uma ironia, a depender do contexto de enunciação. Já em “genticinha”, no exemplo 3, o sentido é claramente pejorativo.

Corroborando nossa fala, Rebello e Carvalho (2016) desenvolvem um estudo acerca dos sufixos avaliativos, segundo a ótica da GFD (Gramática Funcional do Discurso), desenvolvida por Hengeveld (*apud* Rebello e Carvalho, 2016).

A abordagem funcionalista da linguagem, defendida pelas autoras, leva em consideração o contexto de enunciação como fundamental para o entendimento do texto. Nesse mesmo artigo, as pesquisadoras buscam responder algumas questões em relação aos sufixos avaliativos. A primeira questão é a que indaga se os sufixos usados na formação de um novo vocábulo têm relação com uma propriedade inerente ao lexema usado ou atribuem uma nova qualidade ao lexema.

Para responder a essa questão, voltamos ao exemplo de número 3. Nesse exemplo (Essa gentinha não conhece o seu lugar), o sufixo “-inha” apresenta uma conotação negativa que não está



presente no lexema “gente” que é a base (radical) na formação do novo vocábulo. Logo, o sufixo avaliativo “-inha” atribui uma nova qualidade ao lexema de base. No entanto, observemos o exemplo 4, a seguir.

4) Essa gente não conhece o seu lugar

A exclusão do sufixo “-inha” não retira da sentença o tom avaliativo. Logo, o papel avaliativo do sufixo no substantivo “gentinha” intensifica o tom negativo da mensagem contida no contexto, visto que, mesmo sem o referido sufixo, o tom avaliativo já faz parte da sentença, como observamos.

A segunda questão levantada pelas autoras é se o valor atribuído aos vocábulos pelos sufixos avaliativos é pragmático. A resposta a essa questão é positiva, visto que é o contexto de realização que sustenta essa interpretação e não outra.

Segundo Rebello e Carvalho (2016), o sufixo avaliativo opera em dois níveis: representacional e interpessoal. O primeiro ocorre devido ao entendimento que o falante tem ao selecionar paradigmaticamente o sufixo. O segundo, o nível interpessoal, condiciona o primeiro. Ou seja, é a partir da interpessoalidade daquele com quem se está interagindo – ou mesmo do objeto do discurso – que se determina a escolha do sufixo. Os níveis representacional e interpessoal interagem e influenciam na escolha dos sufixos avaliativos. Ocorre uma espécie de retroalimentação entre esses dois níveis.

Outro exemplo bastante esclarecedor, trazido pelas autoras, reproduz um diálogo veiculado em uma peça publicitária da cerveja Nova Schin⁵⁵. Vejamos o exemplo.

A cena mostra quatro amigos na mesa de um bar. Um deles dirige-se ao garçom, chama-o de “Padilhão” e pede-lhe uma cervejinha. Na mesa, seu amigo retruca chamando o cliente de “pregão” por ter pedido uma “cervejinha”. A partir de então, o

⁵⁵ https://www.youtube.com/watch?v=8Nra_G7Fzvo – Acesso em 13 abr 2025. O referido comercial pode ser visto no trecho entre 1:03’ e 2:03’.

amigo apresenta diversos contextos a partir nos quais é preciso escolher usar o diminutivo ou o aumentativo. Nas perguntas, questiona, por exemplo, se quando o amigo vai assistir a um jogo ele assistiria a um “joquinho” ou a um “jogão”; se fosse comprar um carro, seria um “carrinho” ou um “carrão”. Finalmente, no quesito “mulher”, o amigo pergunta se ele prefere “inha” ou “ão”, ao que ele responde preferir “mulherão”. Neste momento da propaganda, entra a namorada desse amigo questionador, uma mulher bonita e que se destaca no contexto, sendo apresentada como “Carlinha”. O uso no diminutivo chama a atenção dos demais, que indagam: “inha?”. A essa pergunta, o namorado responde ser uma “exceção” à conversa sobre aumentativos e diminutivos.

A análise do referido texto proporciona reflexões interessantes. O uso do aumentativo em “jogão”, “carrão” e “cervejão” tem por objetivo destacar o valor atribuído a esses elementos. Não se trata de um jogo, um carro ou uma cerveja qualquer. Nesse caso, a escolha do aumentativo faz referência ao componente conceitual da língua, cujo nível representacional tem como foco a função semântica do uso. Já a escolha do aumentativo no tratamento dado ao garçom, Padilhão, está no nível interpessoal, cujo componente contextual, com base na função pragmática associa esse tratamento tanto a uma valorização do outro, quanto a uma tentativa de estabelecer uma proximidade com o garçom.

Por outro lado, a escolha do diminutivo em “Carlinha”, também ancorada na função pragmática da língua, chama atenção para dois pontos importantes. O primeiro, em relação à reação do amigo “inha?”, deixando subentendido de que Carlinha era um mulherão (na cena, uma mulher bonita, vestida de forma sensual, conforme as imagens da cena comprovam). O segundo ponto decorre da resposta do namorado explicando que a escolha seria uma exceção à regra. Ou seja, apesar de sua namorada ser um mulherão, a forma adequada de chamá-la deveria ser o diminutivo, ficando subentendido que: 1) o diminutivo nesse caso denota uma forma carinhosa; 2) O aumentativo não seria uma opção adequada visto que a pragmática da forma “Carlão” faz referência a uma

pessoa do sexo masculino e não a um “mulherão”, segundo o conceito representado na peça publicitária.

O exemplo corrobora o que dizem Araújo e Assunção (2017, p. 15), para quem, com as mudanças nos estudos lexicográficos trazidas pelas contribuições da Linguística, o léxico deixou de ser visto como uma mera “reposição de peças” para as línguas, um simples reflexo das particularidades dessas línguas, e passou a ser visto como uma parte fundamental também da gramática. Com isso,

Os estudos do léxico passaram também a integrar o objetivo de compreender a forma de estruturação do conhecimento lexical, adquirido e processado a nível mental, passando a linguística a conceber o léxico pluridimensionalmente. Consequentemente, a apreensão do conhecimento lexical necessita da descrição da própria gramática das unidades lexicais (Araújo e Assunção, 2017, p. 15).

Seguem os autores completando que “o léxico passou, então, a ser perspectivado como uma rede de itens lexicais, os quais se encontram associados por nexos semânticos e concetuais, imprescindíveis para a estruturação do léxico” (Araújo e Assunção, 2017, p. 15).; em nossa perspectiva, acrescentamos os fatores pragmáticos, fundamentais no exemplo listado.

Ainda no âmbito das palavras lexicais, os substantivos compostos e as expressões lexicalizadas apresentam uma força expressiva não observada nos termos quando separados. Um exemplo da carga semântica que essas expressões assumem pode ser observado em “puxa-saco” e “testa de ferro”, conforme exemplos a seguir.

- 5) Minha mãe comprou um puxa-saco novo para organizar as sacolas de mercado.
- 6) Joãozinho é puxa-saco da professora. Todos os dias, ele carrega o material dela.
- 7) Comprei uma estatueta linda. Ela tem o corpo de madeira e a testa de ferro.

8) Aquele rapaz é o testa de ferro da empresa. É ele quem resolve tudo por aqui.

Os exemplos de 5 a 8, além dos demais aqui apresentados levam o aluno a compreender a força expressiva dessas palavras e contribuem significativamente para o ensino profícuo da língua portuguesa e para o desenvolvimento da competência linguística e, conseqüentemente, da competência comunicativa.

Outro fator de extrema importância na dimensão estilístico-morfológica para o ensino de classes de palavras está na subversão do paradigma que relaciona cada classe morfológica à respectiva função sintática. A alteração desse paradigma provoca um efeito de sentido ou de realce no contexto de enunciação, conforme apresentado por Martins (2012), em seus estudos sobre Estilística. Segundo a autora, as palavras gramaticais podem receber um valor nocional que as aproxima das palavras lexicais ou vice-versa. A título de exemplo, Martins cita os advérbios “cá” e “lá”, usados como recurso estilístico como observamos em 9 e 10.

9) “Eu cá sei dos meus problemas”

10) “Eu lá sei de suas limitações”.

Os sentidos originais de proximidade (cá) e de distanciamento (lá) pertencentes aos dois advérbios de lugar são transpostos para o nível subjetivo da linguagem; fazendo com que deixem de denotar lugar. Dessa forma, o advérbio “cá” é usado para realçar o conhecimento particular, denotado pelo verbo saber, e o advérbio “lá” associado ao mesmo verbo, passa a realçar a ideia de desconhecimento, visto que denota afastamento do conhecimento.

O afastamento do ensino estritamente gramatical permite que o aluno perceba a dimensão estilística dos advérbios aqui destacados, usados a partir de uma visão funcionalista da linguagem, distinta na análise sintática tradicional. Os exemplos dados mostram a subversão do nível estrutural na organização oracional, usada a favor da expressão linguística.



É importante trazer ao texto a organização dos grupos morfológicos em “morfemas lexicais” e “morfemas gramaticais”, nomenclatura usada para melhor compreensão e sistematização do léxico de uma língua. Os “morfemas lexicais” representam o “cerne do vocábulo” e são representados por substantivos, adjetivos, verbos e advérbios; já os “morfemas gramaticais” são artigos, pronomes, preposições e conjunções (Câmara Jr, 2009, p. 24).

Os morfemas lexicais, ou palavras de classe aberta (Ilari, 2014), têm relativa independência na língua e estão associadas a um sentido ancorado na realidade imediata, alinhando-se aos dicionários (Câmara Jr, 1992). A esse grupo de palavras são frequentemente acrescentadas novas formas. Já os morfemas gramaticais, também chamados de palavras de classe fechada (Ilari, 2019) ou palavras funcionais (Neves, 1999, p. 171) existem em número limitado. São definidas como aquelas que não apresentam sentido próprio, mas contribuem para o sentido do contexto no qual estão inseridas, estabelecendo conexões entre os morfemas lexicais dentro de uma sentença.

Por exemplo, o substantivo “bolsa” remete o ouvinte/leitor ao seu conhecimento de mundo, o que lhe permite identificar, ainda que mentalmente, o objeto ao qual se faz referência. Vejamos os exemplos a seguir.

11) Bolsa de couro

No exemplo 11, verificamos a presença de dois morfemas lexicais (bolsa, couro) e um morfema gramatical (a preposição “de”). As palavras lexicais remetem ao mundo extralinguístico, já a palavra gramatical empresta ao contexto da frase um sentido vinculado ao contexto de uso. No exemplo citado, a preposição remete ao sentido de “matéria-prima” a partir da qual a bolsa é confeccionada.

12) Venho de Petrópolis

No exemplo 12, tanto a forma verbal “venho” quanto o substantivo “Petrópolis” remetem a um significante extralinguístico (ação que indica movimento e cidade, respectivamente). No entanto, a preposição (mesma palavra gramatical usada no exemplo 1) empresta ao contexto um sentido de lugar de origem. Além dos sentidos deflagrados nos exemplos dados, outros tantos podem ser observados com o uso das preposições existentes e a diversidade de possibilidades de sentido que assumem no contexto de enunciação.

Uma abordagem tradicional com base nos exemplos 11 e 12, estaria restrita à classificação das palavras nas respectivas classes morfológicas e, quiçá, à função sintática de cada uma delas dentro da sentença. Já a abordagem funcionalista põe em destaque as diversas possibilidades de significação da preposição “de” de acordo com o contexto em que é usada.

A mudança de paradigma na análise e no ensino da língua portuguesa lança luz sobre resultados inusitados que, por vezes, vão de encontro às classificações propostas pela gramática normativa. A explicação e a compreensão de aparentes desvios da norma é possível com a contribuição de novas teorias linguísticas, cuja análise recai na língua em uso, considerando seus aspectos sociais, discursivos, pragmáticos e estilísticos. É por isso que

Um estudo completo do léxico inclui regras fonológicas, de formação e de flexão das palavras, construções sintagmáticas tradicionais, relações paradigmáticas que o item lexical estabelece no nível da língua, formando campos semânticos, tanto na língua quanto na atualização discursiva, e as relações semântico-discursivas que estabelece no contexto linguístico e extralinguístico (Gil, 2016, p. 447)

Ademais, o ensino do léxico de forma contextualizada leva o aluno à compreensão de uma mesma palavra dentro de contextos diversos. Esse exercício permite uma visão ampla da palavra, envolvendo aspectos gramaticais, fonológicos, sintáticos e semânticos. Exemplificamos com o uso da palavra “meia”, que



pode figurar em diversos contextos, apresentando sentidos também diversos. Vejamos:

- 13) O jantar será servido em meia hora.
- 14) Maria comprou meia dúzia de ovos.
- 15) O estudante paga meia-entrada no cinema.

Nos três primeiros exemplos, “meia” significa “metade”. Contudo, a ideia de “metade” varia de acordo com o contexto frasal, que remete a valores “inteiros” diversos. No exemplo 13, “meia” como metade da hora, equivale a 30 minutos, uma vez que a hora inteira é composta por 60 minutos. O exemplo 14, “meia” equivale a 6 ovos, uma vez que a “dúzia” é igual a 12. Já no exemplo 15, o significado de “meia” pode variar bastante: dependendo do valor cobrado, “meia” entrada varia de um estabelecimento para outro.

Além do campo semântico “quantidade”, vale destacar que, usada adjetivamente, a palavra concorda em gênero e número com o substantivo ao qual se refere. Logo, o professor poderá acrescentar outros tantos exemplos contextualizados como: “meio litro”, “meio-dia e meia”, “meia folha de caderno”, dentre outras inúmeras possibilidades. Ou seja, o professor pode explorar

O que é necessário ser ensinado sobre uma palavra, considerando o que o aluno já conhece sobre ela, é o que Nation (1990) chama de learning burden of a word. Perguntas como Qual é o significado da unidade lexical, com base em suas relações contextuais imediatas? A que classe gramatical pertence? A que campo semântico pertence? Quais as relações gramaticais convencionalmente estabelecidas por ela? Quais são as restrições de seu uso? Podem iniciar, entre alunos e professores, a investigação de uma desconhecida ou parcialmente conhecida unidade lexical, já que levam em conta aspectos da competência léxico-gramatical e léxico-discursiva (Gil, 2016, p. 449).

Para aprofundar ainda mais o estudo, o professor pode destacar o vocábulo em **função adverbial** conforme o exemplo 4, a seguir.

- 16) Maria estava meio cansada depois da festa.

Nesse exemplo, o professor deve esclarecer que a não flexão da palavra, que não concorda com o adjetivo “cansada”, é pelo fato de tratar-se de um advérbio, elemento gramatical invariável, que não indica “metade”, mas “um pouco”. Logo, “Maria estava um pouco cansada” e não “Maria estava ‘meia’ cansada”. Essa é uma boa oportunidade para também serem trabalhadas as classes morfológicas, ressaltando-lhes o caráter de variabilidade e invariabilidade. Vejamos os exemplos 17 e 18, a seguir.

17) A meia continua suja, mesmo tendo ficado de molho.

18) Como não tinha dinheiro, fez uma reforma meia-boca no apartamento.

No exemplo, 17, o substantivo feminino “meia” faz referência à peça do vestuário. Com esse exemplo, o professor pode explorar questões gramaticais como, por exemplo, a flexão de gênero e de número, “as meias continuam sujas”. Já em 18, o adjetivo “meia-boca” faz referência a alguma coisa de pouco valor, ou que foi feito com pouco zelo.

Os exemplos citados, dos inúmeros possíveis, nos permitem compreender a importância de levar o aluno a observar as diversas possibilidades da língua. Além das propriedades gramaticais mencionadas nos exemplos, também podem ser tratados outros aspectos da competência lexical, como o campo semântico, a colocabilidade e as restrições de uso. É importante ressaltar que uma abordagem bastante produtiva no processo de ensino e aprendizagem, diz respeito ao uso do texto para que o aluno analise os contextos linguístico e extralinguístico, com base em informações adicionais do contexto e do contexto linguístico; fato de difícil concretização com o uso de frases soltas como nos exemplos anteriores, cujo uso se justifica apenas no presente contexto e dentro das limitações que ora se nos apresentam.

Essa abordagem pode ser usada tanto no ensino de PLM, quanto no ensino de PLNM, especialmente exemplos semelhantes ao número 6, visto que as expressões lexicalizadas não são muito conhecidas, especialmente pelos alunos do Ensino Básico e do



PLNM. Essa vivência reconstitui aspectos pragmáticos da língua nos quais só a prática languageira permite a distinção entre um contexto e outro.

Os exemplos usados ressaltam a necessidade de um olhar mais cuidadoso no uso de dicionários nas aulas de PLM e de PLNM. Seja qual for o público, a expansão do léxico impõe a constância na busca pelo conhecimento. Em função de inúmeras variáveis, o léxico é enriquecido com novas formas ou com a mutação semântica de uma forma já conhecida. Nessa perspectiva, cabe aos lexicógrafos a análise e a inserção dos novos verbetes nos compêndios lexicais da língua, os dicionários, os quais estarão à disposição de professores e de estudantes do idioma na pesquisa de palavras novas.

O uso pedagógico de dicionários nos contextos de ensino de PLM e PLNM

Nossa proposta se orienta na perspectiva da lexicografia, e, por isso, “reveste-se de enorme importância distingui-la da lexicografia” (Araújo e Assunção, 2017, p. 10). Façamos brevemente tal distinção, portanto.

“Todo professor de língua materna que busca realizar sua tarefa de forma competente utiliza dicionários em suas aulas” (Krieger, 2016, p. 169), porque

o aprendizado natural é insuficiente para que o falante consiga utilizar com competência o seu idioma tanto na fala quanto na sua representação gráfica. Logo, a gramática e o dicionário tornam-se ferramentas pedagógicas essenciais no ensino/aprendizagem de alguma língua materna (LM) [ao que acrescentamos não materna] (Ribeiro e Paula, 2014, p. 33).

Referência na pesquisa de palavras novas no idioma, pode-se conceber o dicionário, também, como referência de identidade (nacional ou regional) e da realidade sociocultural de um povo, visto que muitos verbetes têm seu uso vinculado a determinada região ou grupo social. A origem do dicionário lexicográfico

remonta à Antiguidade, quando os sumérios registraram sua escrita cuneiforme para catalogar os signos de sua língua⁵⁶. Uma representação do que, hoje, chamamos de dicionário unilíngue. A origem dos dicionários bilíngues data do Renascimento, uma vez que “A verdadeira lexicografia, porém, só se vai iniciar nos tempos modernos” (Biderman, 1984, p. 2). Um dos mais famosos dicionários dessa época foi o de Ambrogio Calepino, publicado em 1502, que continha o latim e o italiano – ainda assim, Biderman (1984) vai mostrar outros anteriores no universo da língua espanhola. A lexicografia moderna, que se dedica à organização do léxico de uma língua considerando aspectos como pronúncia, etimologia, categoria gramatical etc., tem suas origens no século XVI, como vimos, mas os primeiros dicionários de língua portuguesa, desenvolvidos por brasileiros, datam do século XX, décadas de 30 e 40, tendo como público-alvo os falantes nativos da língua portuguesa, não os aprendizes de PLN: após uma mudança de paradigma educacional no início do século, para a qual cooperou o Método Gramática e Tradução já mencionado,

Essa mudança na área do ensino-aprendizagem de línguas refletiu no campo da Lexicografia, emergindo a necessidade de mudar a apresentação do léxico e da gramática nos dicionários voltados ao ensino, de modo a satisfazer as necessidades de aprendizagem dos usuários (Vargas, 2019, p. 1935)

Essa mudança de paradigma quanto ao uso dos dicionários, que atinge o contexto de PLN,

⁵⁶ Ressalva necessária: “A antigüidade não produziu obras lexicográficas no sentido que hoje damos a esse termo. Os únicos trabalhos de cunho vagamente lexicográfico daquelas eras são os glossários, sobretudo os produzidos pela escola grega de Alexandria e, entre os latinos, o *Appendix Probi*. Esses precursores do moderno lexicógrafo eram, na verdade, filólogos ou gramáticos, preocupados com a compreensão de textos literários anteriores, ou com a correção de “erros” lingüísticos. Os filólogos alexandrinos, p.ex., buscaram elaborar léxicos e glossários sobre os textos homéricos para a sua melhor compreensão. O gramático romano Varrão (I séc. A.C.) em *De língua latina* tentou fornecer dados de natureza semântica e etimológica sobre algumas palavras latinas (Biderman, 1984, p. 1).

nasceu dessa revolução, desse “giro de 180 graus”, da percepção, por parte de um grupo de professores, de que o dicionário do aprendiz de línguas deve ser diferente daquele de um falante da língua materna (doravante LM), sendo necessária, portanto, a adequação às necessidades do consulente-aprendente de LE, inclusive porque este não era, e ainda não é, “letrado” em seu uso, devido às esporádicas vezes em que recorria à obra lexicográfica (Vargas, 2019, p. 1936)

A bem da verdade, é preciso acrescentar: “a lexicologia só se emancipa como disciplina teórica apenas no final dos anos 1950” (Araújo e Assunção, 2017, p. 10), o que contribui para essa visão mais “modernizada” nesse contexto⁵⁷.

Atualmente, os dicionários se distinguem em relação ao formato, ao suporte e aos objetivos, dando origem, por exemplo aos dicionários escolares, técnicos, bilíngues, monolíngues, onomasiológicos ou semasiológicos. Esses novos formatos ressaltam o aprofundamento dos estudos lexicográficos ao longo do tempo. Além da preocupação com a macroestrutura da obra em si, voltada para a organização geral da obra lexicográfica – incluindo critérios de seleção de palavras e ordenação das palavras –, os dicionários estão incluindo aspectos significativos da microestrutura, passando a contemplar a pronúncia e os exemplos de uso em contextos específicos, dentre outras informações adicionais. Em contextos de PLNM, isso é algo ainda mais fundamental, uma vez que falta a eles essa espécie de “sentimento da língua” (Hue, Santos e Barbosa, 2020).

Acrescente-se também que, além dos verbetes tradicionalmente introduzidos com base na classe dos substantivos, os atuais dicionários incluem em suas listas algumas expressões lexicalizadas, destacando o aspecto semântico e a região que apresenta tal frequência de uso.

Segundo Orlandi (2000, p. 98), o dicionário provê a língua de realidade, visto que proporciona a intertextualidade e a

⁵⁷ Com a ressalva de que “o reconhecimento da lexicologia como ciência do léxico não é pacífico” (Araújo e Assunção, 2017, p. 11),

interdiscursividade. A primeira pela remissão de um verbete a outros verbetes, a segunda pela intervenção da memória discursiva. Essa constatação é, por si só, suficiente para destacar a importância do uso do dicionário como parte do material pedagógico no ensino de línguas.

O Governo Federal, reconhecendo a importância do Dicionário no desenvolvimento da competência linguística, inclui essa produção na lista de livros indicados para aquisição pelas escolas a serem usados com os alunos da educação básica, a partir do Plano Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Essa é uma importante ação dada a importância do material no desenvolvimento da competência lexical. Do mesmo modo, na BNCC, é possível identificar as seguintes competências esperadas dos alunos:

(EF35LP12) Recorrer ao dicionário para esclarecer dúvida sobre a escrita de palavras, especialmente no caso de palavras com relações irregulares fonema-grafema.

(EF04LP03) Localizar palavras no dicionário para esclarecer significados, reconhecendo o significado mais plausível para o contexto que deu origem à consulta. (Brasil, 2017, p. 113)

(EF05LP22) Ler e compreender verbetes de dicionário, identificando a estrutura, as informações gramaticais (significado de abreviaturas) e as informações semânticas.

(EF05LP25) Planejar e produzir, com certa autonomia, verbetes de dicionário, digitais ou impressos, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto. (Brasil, 2017, p. 127)

(EF06LI10) Conhecer a organização de um dicionário bilíngue (impresso e/ou on-line) para construir repertório lexical (Brasil, 2017, p. 247)

De forma análoga, o QECR estabelece que

A compreensão, particularmente a de textos escritos, pode ser complementada pelo uso apropriado de auxiliares, incluindo materiais de referência, tais como:

- dicionários (monolíngues e bilingües);



- thesauri;
- dicionários de pronúncia;
- dicionários eletrônicos, gramáticas, correctores ortográficos e outros auxiliares;
- gramáticas de referência. (Europa, 2001, p. 135)

Cabe ressaltar: a palavra dicionário aparece dezessete vezes no documento, com indicações sobre seu uso para ampliação do vocabulário, desenvolvimento de autonomia linguística e outros.

Como visto, portanto, tanto BNCC quanto QECR indicam o uso de dicionários para o ensino e aprendizagem de línguas.

Considerações Finais

Como observamos neste texto, a competência lexical é parte integrante da competência linguística e, portanto, não pode ser ignorada no processo de ensino/aprendizagem. Também não pode estar limitada a um ensino repetitivo de memorização como se fazia outrora. Portanto, a consulta ao dicionário deve fazer parte de uma atividade em que a curiosidade seja aguçada na construção do sentido do texto, das relações linguísticas e sociais e das práticas discursivas. Nesse sentido, no trabalho atual com dicionários, léxico e lexicografia,

decorrente da investigação nas diversas disciplinas da linguística contemporânea, acedemos, atualmente, a um conhecimento mais cabal dos diversos tipos de saberes associados às unidades lexicais, saberes esses que contemplam a sua forma oral e escrita, a sua estrutura interna, a flexão e as relações com palavras da mesma família, os respetivos significados, o seu alcance denominativo, as relações com outras unidades no plano sintático, as suas combinatórias, bem como as relações semânticas estabelecidas com outras palavras (Araújo e Assunção, 2017, p. 20).

Reiteramos que a competência lexical envolve aspectos gramaticais, além da necessária contextualização da palavra de acordo com o momento de enunciação, circulação e recepção do texto. Por isso, concomitantemente ao desenvolvimento da

competência lexical, desenvolve-se também a competência discursivo-pragmática, complementares para competência comunicativa.

O uso pedagógico do dicionário, tanto no ensino de PLM, quanto no ensino de PLN, deve fazer parte do projeto político-pedagógico e do currículo de toda instituição de ensino; porém, “evidentemente, o dicionário não pode desempenhar por si só uma função isolada de ensino da língua e nem é esta a função dele” (Ribeiro e Paula, 2014, p. 34-35)

Ademais, entendemos que a língua está em constante renovação e, por isso, o aprendizado do léxico deve ser realizado em todos os níveis de escolaridade, com abordagens diferenciadas para cada um, a fim de orientar as escolhas lexicais adequadas ao texto a ser produzido e ao contexto de enunciação. Essa necessidade decorre do fato de que esse material bibliográfico proporciona a autoaprendizagem do idioma, possibilitando a autonomia do falante, sua inserção nos diversos meios sociais e no efetivo exercício da cidadania.

Nossa proposta buscou dar destaque a esse contexto de lexicografia pedagógica. Esperamos que os leitores possam se valer do que aqui foi exposto e aproveitar-se disso para futuras pesquisas. Fica o convite.

Referências

- ALTMAN, Cristina. **A guerra fria estruturalista**: estudos em historiografia linguística brasileira. São Paulo: Parábola editorial, 2021
- ARAÚJO, Carla; ASSUNÇÃO, Carlos. Lexicologia: mutações teórico-metodológicas no séc. XX. **Revista Portuguesa de Humanidades/Estudos Linguísticos**, v. 21, n. 1, p. 9-22, 2017
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BASILIO, Margarida. **Formação e classes de palavras no português do Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2011.



BATISTA, Ronaldo de Oliveira. História da linguística brasileira: dois formalismos nos anos 1960-1970. *Revista Linguística (Online)*, v. 40, p. 1-21, 2024.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. A ciência da Lexicografia. *Alfa (ILCSE/UNESP)*, São Paulo, v. 28, n. Suplemento, 1984, p. 1-26, 198.]

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. 2017. Disponível em: <https://basenacional.comum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em 10 mai 2025.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CARVALHO, Orlene Lúcia de Saboia. Léxico. In, **Glossário Ceale**. Termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/lexico>. Acesso em 13 abr 2025.

EUROPA, Conselho da. **Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas** – Aprendizagem, ensino, avaliação. Porto/Portugal: Asa Edições, 2001.

EVARISTO, Jefferson. Língua Portuguesa, Educação e Cidadania: Proclamação da Interdependência. **Humanidades & Inovação JCR**, v. 5, p. 120-130, 2018.

EVARISTO, Jefferson. Processos de formação de palavras em gramáticas do século XIX e XX. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, v. 25, p. 47-58, 2022.

FERRAZ, A. P.; SILVA FILHO, S. C. O desenvolvimento da competência lexical e a neologia no português brasileiro contemporâneo. In: FERRAZ, Aderlande Pereira. (Org.). **O léxico do português em estudo na sala de aula**. 1 ed. Araraquara: Letraria, 2016.

GIL, Beatriz Daruj. **Ensino de vocabulário e competência lexical**. Gragoatá, Niterói, n. 40, p. 445-464, 1. sem. 2016.

<https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/lexico>. Acesso em 13 abr 2025.

HUE, Sheila; SANTOS, Denise Salim; BARBOSA, Flávio de Aguiar (Orgs.). **O sentimento da língua**: homenagem a Evanildo Bechara - 90 anos. 1. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2020.

ILARI, Rodolfo (org). Gramática do português culto falado no Brasil. Volume III: **Palavras de Classe aberta**. São Paulo: Contexto, 2014.

ILARI, Rodolfo (org). Gramática do português culto falado no Brasil. Volume IV: **Palavras de Classe fechada**. São Paulo: Contexto, 2019.

KRIEGER, Maria da Graça. Dicionários escolares e ensino de língua materna. **Estudos Linguísticos**. São Paulo, 1978, [S. l.], v. 41, n. 1, p. 169–180, 2016. Disponível em: <https://revistadogel.emnuvens.com.br/estudos-linguisticos/article/view/1224>. Acesso em: 13 maio. 2025.

MARTINS, Ana Paula Pereira. Funcionalismo linguístico: um breve percurso histórico da Europa aos Estados Unidos. **Domínios de lingu@gem**. Ano 3, - nº 2 – 2º Semestre 2009.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. **Introdução à Estilística**: A expressividade na Língua Portuguesa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática do português falado**. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP; Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

OLIVEIRA, K. M.; MOTA, M. A.; SANTOS, W. N. dos. Sextou! Cinquentou! Uma análise da formação e uso de verbos denominais no Português brasileiro contemporâneo. **Signótica**, Goiânia, v. 34, p. e68979, 2022. DOI: 10.5216/sig.v34.68979. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sig/article/view/68979>. Acesso em: 13 maio. 2025.

ORLANDI. Eni Pulcinelli. Lexicografia discursiva. **Alfa – Revista de Linguística**. 44 ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2000. p. 97-114. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4201/3797>. Acesso em: 13 de maio de 2025.

REBELLO, Adriana Leite do Prado; CARVALHO, Maria Cecília Gonsalves. A gramática funcional do discurso e os sufixos avaliativos na sala de aula de PL2E: peças publicitárias como fonte de produção de material didático. *In*, RIBEIRO, Alexandre do Amaral (Org.). **Ensino de português do Brasil para estrangeiros**:



internacionalização, contextos e práticas. 01ed. Rio de Janeiro: Epublik, 2016, v. 01, p. 117-130.

RIBEIRO, C. G.; DE PAULA, Maria Helena. O uso do dicionário na escola. *In*, Darcilia M. P. Simões; Paulo Osório. (Orgs.). **Léxico: Investigação e Ensino**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2014.

SEVERO, Cristine Gorski. O estudo da linguagem em seu contexto social: um diálogo entre Bakhtin e Labov. **Delta**. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada (PUCSP. Impresso), v. 25, p. 1-20, 2009.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Competência comunicativa. *In*, **Glossário Ceale**. Termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Disponível em:

VARGAS, M. D. Lexicografia Pedagógica: história e panorama em contexto brasileiro. **Domínios de Lingu@gem**. V. 12, p. 1934-1949, 2019.

PARTE 3

Terminologia, vocabulários e suas potências

Vocabulário da pandemia: um retrato linguístico da sociedade

Claudia Moura da Rocha (UERJ)

Considerações iniciais

A língua é um fenômeno sociocultural e se modifica conforme o grupo social que a emprega vivencia transformações. Portanto, assim como a sociedade, a língua é dinâmica, viva, mutável. Não vivemos exatamente da mesma maneira como nossos antepassados viviam, tampouco falamos exatamente da mesma forma que eles. Não falamos sempre a mesma língua. Isso decorre de ela variar em virtude do tempo, do espaço geográfico, de fatores socioculturais. E também de as transformações sofridas pela sociedade influenciarem a língua de que essa sociedade faz uso.

Apesar de estar em constante evolução, nem sempre o falante se dá conta dessa realidade. Como usuário de um sistema linguístico, que participa ativamente do processo comunicativo, nem sempre tem o distanciamento necessário que lhe permita identificar todas as mudanças que ocorrem na língua ao longo do tempo.

Essas modificações podem acontecer em várias áreas, como por exemplo, na sintaxe (as alterações ocorridas em relação à regência de um verbo) ou no seu léxico (a criação de palavras novas, os neologismos de forma, ou a alteração semântica, a atribuição de novos significados a palavras já existentes, os neologismos de sentido).

É relevante destacar que as mudanças no léxico de uma língua (especificamente nas classes gramaticais ditas abertas, como substantivos e verbos) são mais facilmente identificadas pelo falante e sucedem com maior velocidade e frequência do que em



outras áreas. Não surgem novos fonemas, muito menos novas formas de fazer a concordância verbal ou nominal com a mesma frequência com que uma inovação lexical é produzida. Pode-se dizer que há mais estabilidade nas áreas fonológica e sintática em detrimento da área lexical, em que constantemente ocorrem acréscimos e inovações.

O léxico é composto por elementos de natureza gramatical, como conjunções e preposições, mas também por elementos que se relacionam diretamente ao mundo extralinguístico (como os substantivos e os verbos) e, por essa razão, varia conforme as necessidades do falante. A cada inovação tecnológica, a cada objeto criado, a cada processo implementado, um novo substantivo ou verbo pode ser formado ou um novo significado pode ser acrescido às acepções do substantivo ou verbo já existente.

Um exemplo sempre lembrado é o do campo da informática. Quantos substantivos e verbos foram criados (neologismos de forma) ou quantas palavras foram reaproveitadas com novos significados (neologismos de sentido) para acompanhar o desenvolvimento tecnológico?

Assim acontece em qualquer período histórico, sempre que a sociedade sente necessidade de nomear novas realidades, seres, objetos, processos. Não seria diferente no momento em que a humanidade enfrentou uma de suas maiores batalhas, a pandemia de Covid-19, no ano de 2020.

Naquele cenário de enfrentamento da doença, não só no campo da saúde, mas também no da educação, da economia, novos termos e expressões foram empregados ou reaproveitados para lidar com a nova realidade. A pandemia de Covid-19, como qualquer outro acontecimento ou fato histórico que afeta a sociedade, influenciou a língua de forma inegável.

Como aconteceu em outras situações, palavras novas foram criadas; palavras existentes ganharam novos significados; estrangeirismos foram incorporados e expressões e locuções foram adotadas. O falante precisou se adaptar rapidamente a essa realidade e ao novo vocabulário que foi sendo formulado. A partir



desse fato, constata-se a necessidade de estudar o vocabulário empregado durante a pandemia, identificando o que foi incorporado ao léxico da língua pelo efetivo uso da sociedade. Segundo Carvalho (2009, p. 40),

O acervo lexical de uma língua reflete as experiências do povo que a fala. Para Bidermam (2001), o universo semântico (dos significados dos termos) se estrutura em torno de dois polos opostos — o indivíduo e a sociedade — e da tensão entre eles se origina o léxico. Como cada falante faz seu aprendizado particular do léxico geral da língua, cada qual tem seu léxico próprio de acordo com as suas necessidades vitais. Nenhum falante domina o léxico da língua integralmente.

Estudos sobre o léxico fornecem, portanto, um retrato da língua e da sociedade que a emprega, de como seus falantes pensam e se relacionam, em um período específico, o que justifica a relevância de se empreenderem estudos dessa natureza. O nosso objetivo é identificar palavras e expressões utilizadas durante a pandemia, indicando casos de neologia e os principais processos responsáveis pela formação das palavras empregadas. Nossa pesquisa é de cunho qualitativo (por não pretender exaustividade no levantamento lexical) e se utilizou de algumas obras de natureza lexicográfica, como os dicionários gerais de língua, e do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), elaborado pela Academia Brasileira de Letras (ABL), que nos servem de *corpus* de exclusão na identificação de neologismos (Correia; Almeida, 2012).

A fim de embasar a presente análise, adotaremos, como referencial teórico, as contribuições dos estudos empreendidos por Basilio (2003; 2008), Rocha (1998), Travaglia (2021), Terra (2023), Alves (2002), Correia e Almeida (2012), Carvalho (1984; 2009) e Gonçalves (2016).

A metodologia adotada consistiu em identificar palavras e expressões que ganharam destaque durante os primeiros meses da pandemia, além do emprego de neologismos de forma ou de sentido e da presença de estrangeirismos em notícias sobre a pandemia. Em seguida a esse levantamento, procurou-se

identificar os principais processos responsáveis pela formação das palavras identificadas, incluindo-se os itens lexicais neológicos.

Passaremos a seguir a analisar alguns desses usos, sem a ilusão ou a pretensão de esgotar o estudo, a partir de um *corpus* coletado em jornal (versão impressa ou digital) ao longo dos primeiros meses de 2020, mais especificamente de abril a julho. No entanto, antes de passar à análise do *corpus*, é preciso esclarecer alguns conceitos fundamentais, como os de léxico, vocabulário e campo lexical. Em seguida, trataremos da neologia e de alguns processos de formação de palavras que se destacaram na coleta dos dados.

1. Léxico, vocabulário e campo lexical

Há diferentes definições de léxico, desde aquelas que o concebem como o conjunto de palavras de uma língua, até as que consideram que os processos que formam as palavras integram o léxico de uma língua. Ou seja, além de um inventário de palavras prontas, um rol de palavras e de seus elementos formadores (como radicais, prefixos e sufixos), o léxico também reuniria os processos de formação de palavras, como propõem Basilio (2008) e Rocha (1998) nos excertos a seguir:

O léxico, portanto, não é apenas um conjunto de palavras. Como sistema dinâmico, apresenta estruturas a serem utilizadas em sua expansão. Essas estruturas, os processos de formação de palavras, permitem a formação de novas unidades no léxico como um todo e também a aquisição de palavras novas por parte de cada falante. (Basilio, 2008, p. 9)

Um ITEM ou uma ENTRADA LEXICAL é uma forma linguística que o falante conhece ou utiliza. A relação das entradas lexicais constitui o LÉXICO de uma língua. As palavras, as formas presas do tipo, *geo-*, *antropo-* e *bio-* e os afixos — dentre outros elementos — constituem a lista de entradas lexicais da língua (...).

Devemos frisar porém, com BASÍLIO, que a competência lexical não se resume no conhecimento de uma lista de itens lexicais. Além desse conhecimento, o falante pode identificar a estrutura interna de um vocábulo e criar palavras novas. (...) (Rocha, 1998, p. 35-36)



É necessário distinguir léxico de vocabulário. Segundo Correia e Almeida (2012, p. 15), o léxico é “o conjunto virtual de todas as palavras de uma língua”, ou seja, é o conjunto que pode vir a existir, reunindo “todas as palavras da língua, as neológicas e as que caíram em desuso, as atestadas e aquelas que são possíveis tendo em conta os processos de construção de palavras disponíveis na língua”. Por sua vez, o vocabulário é um “conjunto factual de todos os vocábulos atestados num determinado registro linguístico, isto é, o conjunto fechado de todas as palavras que ocorreram de fato nesse discurso”.

Travaglia (2021, p. 26) define léxico como “o conjunto de palavras de uma língua, ou, como se diz mais tecnicamente, o **léxico** é o conjunto de itens lexicais de uma língua” (grifos do autor). Segundo o estudioso, a denominação *item lexical* não corresponderia apenas a palavras, mas também a outras formas mais fixas, cristalizadas pelo uso, como as expressões idiomáticas, citando como exemplos as conhecidas “perder a cabeça” e “tirar o cavalinho da chuva” (Travaglia, 2021, p. 26). Travaglia (2021) ainda esclarece que, apesar da possibilidade de *vocabulário* ser empregado como sinônimo de *léxico*, o termo também pode ser utilizado para identificar o conjunto de itens lexicais usado por uma determinada pessoa; em determinado texto ou obra; em uma dada área de conhecimento; por um determinado grupo social ou por pessoas de uma área de atuação profissional, dentre outros exemplos.

No presente estudo, consideramos o vocabulário, o conjunto de palavras e expressões relacionado a um campo da realidade extralinguística, em específico o que se refere à pandemia ocasionada pela Covid-19, que pode ser encontrado nos enunciados produzidos pelos falantes, mais especificamente nos textos jornalísticos.

É possível identificar, nesse vocabulário, palavras que se associam por pertencerem a determinadas áreas. Em outras palavras, estamos nos referindo ao campo lexical, um recorte específico de nosso léxico. Por campo lexical, entende-se

o conjunto de palavras empregadas para designar, qualificar, caracterizar, significar uma noção, uma atividade, uma técnica, uma pessoa. A partir de um texto ou de um conjunto de textos, faz-se o levantamento de todas as palavras ligadas a uma noção, estudando-se depois o material obtido. (Vanoye, 2007, p. 28)

Terra (2023) salienta que uma palavra do léxico costuma evocar outras com as quais mantenha algo em comum, estabelecendo associações entre si. Segundo o autor, os campos lexicais são “subconjuntos do léxico formados por palavras pertencentes a uma mesma área do conhecimento ou interesse” (Terra, 2023, p. 181).

Analisaremos, sem a pretensão de esgotar essa análise, o vocabulário relacionado à pandemia, por meio de um levantamento de algumas palavras e expressões cujo emprego se tornou mais recorrente no ano de 2020. A incorporação dessas palavras ao léxico da língua portuguesa, pelo menos naquele momento, era um fato, no entanto, somente o tempo e o seu uso contínuo garantirão sua incorporação efetiva.

2. Neologia e processos de formação de palavras

Como mencionamos anteriormente, uma língua está em constante mudança, transformando-se ao longo do tempo, o que se confirma pela criação de novas palavras ou pelo acréscimo de novos significados a palavras já existentes. Alves (2002, p. 5) explica que “o acervo lexical de todas as línguas vivas se renova. Enquanto algumas palavras deixam de ser utilizadas e tornam-se arcaicas, uma grande quantidade de unidades léxicas é criada pelos falantes de uma comunidade linguística”. Esse processo de criação lexical é denominado *neologia*, enquanto seu produto, o elemento resultante, *neologismo* (Alves, 2002). De acordo com Correia e Almeida (2012, p. 17), a neologia tanto pode se referir à “capacidade natural de renovação do léxico de uma língua pela criação e incorporação de unidades novas, os neologismos”,



quanto ao “estudo (observação, registro, descrição e análise) dos neologismos que vão surgindo na língua”.

Dependendo de sua finalidade, a neologia pode ser classificada como denominativa ou estilística. A neologia denominativa decorre da “necessidade de nomear novas realidades (objetos, conceitos), anteriormente inexistentes”; por outro lado, a neologia estilística decorre da “procura de uma maior expressividade do discurso, para traduzir ideias não originais de uma maneira nova, ou para exprimir de modo inédito uma certa visão do mundo” (Correia; Almeida, 2012, p. 18). Como se pode deduzir, nossa pesquisa realiza um pequeno levantamento de palavras e expressões que foram criadas ou às quais foram atribuídas novas acepções com o propósito de nomear novas realidades, filiando-se à neologia denominativa.

Essas novas palavras poderiam ser criadas a partir de elementos da própria língua ou serem importadas de línguas estrangeiras, os chamados estrangeirismos, como esclarece Alves (2002, p. 6):

O neologismo pode ser formado por mecanismos oriundos da própria língua, os processos autóctones, ou por itens léxicos provenientes de outros sistemas linguísticos. Na língua portuguesa, os dois recursos têm sido amplamente empregados, diacrônica e sincronicamente.

Carvalho (1984) ressalta que os neologismos, apesar de haver a possibilidade de se pensar o contrário, uma vez que são associados à inovação, são criados a partir de termos preexistentes, ligados a determinadas noções. Essas novas formações, portanto, estabelecem uma ligação com conhecimentos anteriores.

Quanto ao neologismo, ele pode ser classificado como de forma ou de sentido – também chamado semântico ou conceptual (Alves, 2002). No primeiro caso, “sua forma significante é nova” (Correia; Almeida, 2012, p. 24); no segundo, ocorre “uma nova associação significado-significante, isto é, uma palavra já existente adquire uma nova acepção” (Correia; Almeida, 2012, p. 24), sem

ocorrer “nenhuma mudança formal” no item lexical já existente (Alves, 2002, p. 62).

No tocante aos estrangeirismos, pode-se dizer que sua inclusão no léxico decorre do contato com outras comunidades linguísticas, ampliando o acervo lexical à disposição do falante (Alves, 2002). Dependendo da fase em que esse processo de inclusão se encontra, os elementos oriundos de outras línguas podem ser classificados como palavras estrangeiras (existentes na língua A), estrangeirismos (palavras empregadas na língua B), empréstimos (palavras que sofrem adaptação de qualquer tipo na língua B) ou xenismos (palavras que não sofrem adaptação para a língua B), como esclarece Carvalho (2009). Há ainda que se destacar outra maneira de se integrar uma formação estrangeira a uma língua, o decalque, que consiste na “versão literal do item léxico estrangeiro para a língua receptora”, cujo exemplo a ser citado é *alta tecnologia*, um decalque da expressão inglesa *high technology* (Alves, 2002, p. 79).

Quando se trata de formação de palavras, os principais processos, ou processos mais gerais, são a derivação e a composição. Basilio (2003, p. 26) define a derivação como a “junção de um afixo (sufixo ou prefixo) a uma base para a formação de uma palavra. Assim, dizemos que uma palavra é derivada quando ela se constitui de uma base e um afixo”. A composição, por outro lado, se caracteriza “pela junção de uma base a outra para a formação de uma palavra” (Basilio, 2003, p. 27). Correia e Almeida distinguem os dois processos, explicando que “na derivação afixal existe apenas uma unidade de significado lexical, a base de derivação, à qual se junta um afixo (prefixo ou sufixo), ou dois (prefixo e sufixo, no caso da derivação parassintética), para formar uma nova unidade lexical” e que “na composição há pelo menos duas unidades de significado lexical, autônomas ou não autônomas, previamente existentes na língua, que se unem para formar uma nova unidade lexical” (Correia; Almeida, 2012, p. 36).

Além da derivação e da composição, há outros processos que respondem pelo acréscimo de nosso acervo lexical, dentre eles a



siglagem. Gonçalves (2016, p. 73) destaca a grande produtividade das siglas no português atual. Elas compreendem os acrônimos, “siglas cuja combinação de letras possibilita pronunciar a nova forma como palavra comum da língua”, como é o exemplo de UPA (Unidade de Pronto Atendimento), e os alfabetismos, “siglas produzidas de forma soletrada”, a exemplo de UPP (Unidade de Polícia Pacificadora). O estudioso ressalta o fato de a siglagem ser um processo não morfêmico, pois não se vale de morfemas, no sentido restrito do termo, e de sua formação estar mais relacionada à modalidade escrita da língua (Gonçalves, 2016).

Após essa breve explanação teórica, passemos à análise dos dados coletados no *corpus*.

3. Análise do *corpus*

Antes de procedermos à análise dos dados obtidos, apresentamos uma crônica de Joaquim Ferreira dos Santos publicada no período da pandemia. O autor, além de nos brindar com um rol de palavras muito empregadas no contexto da pandemia, a que ele denominou de “coronês” (um neologismo criado para designar o vocabulário referente à pandemia), utilizando-as de forma expressiva, demonstra algo mais do que um retrato linguístico. Sua crônica é uma fotografia da sociedade brasileira daquele momento, permitindo-nos entrever um pouco do seu desencanto em relação a ela e uma crítica à forma como a doença vinha sendo enfrentada pela população e pelas autoridades.

Brasil é positivo para o “coronês”

Na nova linguagem do coronavírus, é como se um país inteiro tivesse testado positivo para a tristeza, vítima de uma pandemia de desumanidade em que homens cospem na cara de enfermeiras. A comorbidade tomou conta também da língua e, como esta não consegue ficar parada, como esta se mexe gostoso sempre à procura de novidades, não se fala de outro jeito. Estamos infectados pelo vírus vernacular — e daí?

Todo dia, da janela lateral de um quarto em que alguém tenta dormir e obnubilado esse palavrório do dicionário corona, ouve-se a voz de Milton Nascimento gritando “Que tragédia é essa que cai sobre todos nós”. Faltam respiradores para os últimos civilizados, vacinas com plasma de resistência civil para os que não se conformam com a escalada de vermes e demais pestes afins.

Há quem, tomado por um achatamento da curva de sanidade mental, vá até a porta dos hospitais e tenta asfixiar, com buzinas e palavras de desordem em megafones, as derradeiras chances de um doente sobreviver. A razão foi intubada.

O “coronês” é a semântica de emergência que agora entra no hospital das comunicações verbais e, contaminando verbos, sujeitos e todos os insumos da frase, ajuda a desentender o que se passa. A empatia entrou em lockdown. Muitas palavras e poucos fármacos, a crônica em tempos de corona assim é.

Há “lives” por todos os lados, mortos mais ainda e uma enorme subnotificação dos que diariamente adquirem anticorpos contra tamanhos despropósitos. Esses sobreviventes querem permissão para deixar o desolamento social por um instante e ir ali, onde ele estiver, no escritório do germe, no gabinete do sódio, no covil da Covid, e devolver na cara os 600 perdigotos da tosse com que o coveiro adoeceu o país.

É o horror hoje, o sufoco amanhã e a confirmação do colapso do apocalipse a qualquer momento, em edição nem tão extraordinária assim. É UTI, é CPI, é EPI, é isso daí e mais a síndrome de angústia pelo golpe que está por vir aí.

Nesse pandemônio da pandemia, a blogueira abriu a champanhe e gritou “foda-se a vida”. O embaixador chamou o vírus de comunista. Os amantes, confinados na quarentena de suas sensações, não dizem nada.

Eles esperam que vaguem os leitos de terapia intensiva e aí então, novamente as máscaras arriadas, os lençóis de fio egípcio esticados, poderão contrariar as recomendações sanitárias de até anteontem. Deixarão para trás as janelas imunológicas. São socorristas do afeto ostensivo, do oxigênio fundamental, voluntários da pátria, e voltarão a dedicar suas vidas aos carinhos e pós-calipsos de sempre.

Até a abertura de protocolo deste penúltimo parágrafo, ninguém sabe como se livrar do patógeno maldito. Enquanto a cloroquina não se casa com o remdesivir para pôr ponto final nesse texto doloroso, não haverá álcool gel suficiente para apagar as palavras feias que agora contaminam o cotidiano. O período de incubação na fala é cada vez mais rápido.

Songamongas, as palavras do dicionário corona fingem-se assintomáticas. Escondem-se entre as vírgulas. Ao mesmo tempo que tiram o oxigênio do leitor, atrapalham os ventiladores mecânicos de inspiração do redator. Elas têm transmissão comunitária, destroem as células da gramática e, pior,



misturam-se a um exército verde e amarelo de fanáticos. Eles se infectam uns aos outros, descerebrados em mostrar que o Brasil não detém só a exclusividade da jaboticaba. É também o único país do mundo capaz de produzir defensores da morte e — no velho sentido da palavra — testar negativo para as boas causas. (O Globo, 04/05/2020)

O cronista reúne muitos exemplos do vocabulário utilizado no contexto da pandemia (alguns citados no presente estudo) e tira proveito deles, fazendo um jogo de palavras em sua crônica. Esse texto demonstra também a relevância dos estudos lexicais, pois nos mostra como os recursos linguísticos podem se tornar recursos expressivos. A partir de palavras do cotidiano, a princípio sem nenhuma conotação expressiva, o cronista tira o melhor proveito delas para levar o leitor a refletir sobre o seu comportamento.

Passemos efetivamente à análise do *corpus*. Agrupamos as palavras e as expressões, encontradas no vocabulário da pandemia, em campos lexicais e, a partir desses conjuntos, faremos a sua análise morfológica.

3.1. Palavras do campo lexical da medicina e da ciência

Com a pandemia, os brasileiros tiveram que se adaptar ao uso de palavras e expressões relacionadas à área médica ou científica, que passaram a ser ouvidas e empregadas com bastante frequência em notícias jornalísticas, boletins médicos, anúncios publicitários e até mesmo em conversas informais, “caindo na boca do povo”. Em virtude disso, palavras, expressões e siglas, como *pandemia*, *vírus*, *Covid-19*, *coronavírus*, *disseminação*, *vacina*, *imunidade*, *assintomático*, *comorbidades*, *curva de óbitos*, *achatamento da curva*, *platô*, só para citar algumas, foram se tornando comuns e mais conhecidas dos falantes. Por essa razão, até glossários foram produzidos para informar a população, como o “Glossário do Coronavírus: entenda os termos que explicam a pandemia”, publicado pelo jornal *O Globo*, em que os termos mais utilizados foram explicados ao leitor. Vejamos um trecho:

SÃO PAULO — Quarentena, distanciamento, **Covid-19**, entre outros. Nos últimos dias, uma série de termos técnicos entrou no cotidiano de milhões de brasileiros. Em alguns casos, como **letalidade** e **mortalidade**, é fácil se confundir, mas são diferentes. Nas redes sociais, por exemplo, muitos fazem seus relatos de **quarentena**, mas é uma medida tomada apenas com aqueles que podem estar doentes, não toda a população.

Em outros casos, é difícil saber o que medidas tomadas pelo governo significam na prática: qual a diferença entre estado de emergência, que foi decretado por prefeituras e governos estaduais, e estado de calamidade pública, medida adotada pelo governo federal?

O GLOBO organizou um glossário das principais expressões ligadas à pandemia (cujo significado também está abaixo) do coronavírus para evitar confusões e esclarecer as medidas que estão sendo tomadas. (Dantas, 2020) (grifos do autor)

Esse glossário, para o esclarecimento do leitor do jornal, evidencia a importância de se estudar o acervo lexical de uma língua, que está em constante evolução, sofrendo influência de aspectos de diferente natureza.

Em relação à estrutura morfológica dessas palavras, algumas são formadas por derivação (como *disseminação*, *assintomático*, *comorbidade*, por exemplo), outras por composição (como *coronavírus*), os dois principais processos de formação de palavras. No entanto, outros processos, como a siglagem, também podem ser apontados. Como vimos, a siglagem é o processo formador de siglas, bastante produtivo em língua portuguesa (Gonçalves, 2016). Além da já conhecida sigla OMS (Organização Mundial da Saúde; é um exemplo de alfabetismo, cuja pronúncia é soletrada), outra ganhou projeção nesse período: Covid-19 (é um exemplo de acrônimo, sendo pronunciada como uma palavra da língua; é formada pelas iniciais de *Coronavirus Disease*; o algarismo 19 remete ao ano em que os primeiros casos da doença foram divulgados), sigla estrangeira incorporada ao léxico da língua portuguesa.

Teleconsulta e *telemedicina*, palavras compostas formadas pelo reaproveitamento de um radical muito produtivo em língua portuguesa (*tele-*, presente em *telefone*, *televisão*, cujo significado é “longe, a distância”), passaram a ser bastante utilizadas porque



remetem à distância necessária em tempos de isolamento social. A primeira dessas formas ainda não se encontrava dicionarizada (não fora encontrada nas versões impressas dos dicionários *Novíssimo Aulete* (2011) e *Houaiss* (2009) nem nas versões *on-line* dos dicionários *Caldas Aulete* e *Michaelis*, tampouco estava registrada no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa). A segunda encontrava-se apenas registrada no dicionário *Michaelis on-line*. (Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=telemedicina>. Acesso em 30/07/2020)

Os jornais registram o emprego das palavras *teleconsulta* e *telemedicina*, dentre outras, como *teleorientação* e *telemonitoramento*, demonstrando a produtividade do radical grego *tele-*:

Conselho Federal de Medicina libera consulta, orientação e monitoramento à distância

Decisão autoriza a telemedicina para enfrentar a pandemia do coronavírus
Bruno Góes

19/03/2020 - 19:19 / Atualizado em 26/03/2020 - 20:44

BRASÍLIA — O Conselho Federal de Medicina (CFM) liberou nesta quinta-feira o uso da **telemedicina** para combater o novo coronavírus no Brasil. Em documento assinado pelo presidente da entidade, Mauro Luiz de Britto Ribeiro, o CFM autoriza médicos a realizarem orientação, consultas e monitoramento à distância.

A decisão é temporária e vale apenas "enquanto durar a batalha de combate ao contágio da Covid-19".

O presidente do conselho permite a **teleorientação**, "para que profissionais da medicina realizem à distância a orientação e o encaminhamento de pacientes em isolamento". Também autoriza o **telemonitoramento**, "ato realizado sob supervisão médica para monitoramento ou vigência à distância de parâmetros de saúde e/ou doença". E, por fim, libera a **teleconsulta**, "exclusivamente para troca de informações e opiniões entre médicos, para auxílio diagnóstico ou terapêutico". (...)

(O Globo, 19/03/2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/conselho-federal-de-medicina-libera-consulta-orientacao-monitoramento-distancia-24316404>. Acesso em: 30/07/2020)

Com a realização de testes para saber se as pessoas haviam sido infectadas ou não, expressões como *testar positivo* ou *testar negativo* tornaram-se comuns, apesar do estranhamento que

possam ter causado. Nesse caso, segundo Bagno (2020), ocorre um decalque, a tradução literal de uma construção sintática de uma língua (o inglês) para outra (o português); essa importação da expressão *to test positive* se comprova na manchete do jornal norte-americano *The New York Times*: “President Bolsonaro of Brazil tests positive for coronavirus” (Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/07/07/world/americas/brazil-bolsonaro-coronavirus.html>. Acesso em 30/07/2020). Ocorre, como se percebe, uma alteração de natureza sintática: o acréscimo de uma nova regência ao verbo *testar*. Citamos aqui alguns exemplos de títulos de notícias em que ocorreu essa construção sintática: “Governador do Rio Grande do Sul **testa positivo** para Covid-19” (O Globo, 24/07/2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/governador-do-rio-grande-do-sul-testa-positivo-para-covid-19-24550213>. Acesso: 30/07/2020) e “Caiado anuncia que **testou negativo** para Covid-19; chefe de imprensa foi infectado” (Portal de notícias G1, 16/05/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2020/05/16/caiado-anuncia-que-testou-negativo-para-covid-19.ghtml>. Acesso em: 30/07/2020).

3.2. Palavras do campo lexical da higiene e dos cuidados com a saúde

Não só a palavra *máscara* pode ser associada a esse campo lexical. A sigla EPI (um outro exemplo de alfabetismo, que significa *equipamento de proteção individual*) já era existente e documentada em textos, como as Normas Regulamentadoras da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho (publicadas no Diário Oficial da União de 06/07/1978). Ela passou a ser empregada com maior frequência devido à necessidade de se disponibilizarem esses equipamentos a trabalhadores que lidavam com o público, como médicos, enfermeiras, vendedores, dentre outros.



Por conta do uso desses equipamentos, o estrangeirismo *face shield* (que significa literalmente “proteção facial”) também passou a ser empregado:

Em busca de mais proteção, cariocas popularizam ‘face shields’; especialistas alertam que o uso não substitui a máscara

Equipamento, antes restrito a profissionais de saúde, já é vendido por camelôs

Leticia Lopes

05/07/2020 - 04:30 / Atualizado em 05/07/2020 - 07:55

RIO — No início, foram as máscaras com duas camadas de tecido. Depois, a OMS recomendou que o acessório tivesse três. Na dúvida do que é mais eficaz na proteção contra o coronavírus, muitos cariocas têm ido além e apostado no face shield. Antes restrito aos profissionais de saúde, o equipamento agora virou figurinha fácil por todo o Rio, inclusive nas barracas de camelôs.

Nos ambulantes, os face shields são vendidos a partir de R\$ 15. Mas o sucesso do acessório é tanto que já anima também o negócio formal. Como a loja que mantém em Ipanema ficou fechada até a semana passada, quando o comércio de rua foi autorizado a reabrir, a empresária Daniele Maturana, de 42 anos, adaptou sua linha de produção — ela vende caudas de sereia — para confeccionar os escudos faciais. Eles são vendidos pela internet e no condomínio onde ela mora, no Recreio.

— Como ninguém pode ir à piscina ou à praia, a gente precisou se reinventar. Compramos o acetato no mesmo fornecedor do material da nadadeira das caudas de sereia. O escudo teve uma aceitação que eu não esperava. Tem muita gente procurando — diz.

A estudante de agronomia Rayça Couto, de 27 anos, é uma das que não sai de casa — somente quando é essencial, frisa — sem o escudo:

— Uso principalmente para ir ao mercado, mas também quando ando de bicicleta.

Uso dentro do prédio

A analista de seguros Íris Horato, de 28 anos, está trabalhando em regime de *home office* e tem posto pouco o pé para fora do apartamento onde vive. Mesmo assim, a proteção facial virou um item essencial para ela na hora de atender entregadores de *delivery*:

— Tenho usado quando saio e até para andar no corredor do prédio, que pode estar contaminado por conta da quantidade de gente que circula. (...)

O infectologista Marcos Junqueira, da Uerj, lembra que o protetor não substitui a máscara. Ele também diz que o ideal é não comprar as versões personalizadas, com nomes e adesivos, pois a higienização fica comprometida:

— A **máscara de acetato** não é lavável, como a máscara de pano. Por isso, com materiais mistos, a limpeza é complicada. Ele não pode ter peças de pano ou de espuma, só acrílico ou plástico, para a higienização correta. (O Globo, 05/07/2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/em-busca-de-mais-protecao-cariocas-popularizam-face-shields-especialistas-alertam-que-uso-nao-substitui-mascara-24516467>. Acesso em 30/07/2020)

Percebemos que há alternativas para o emprego da expressão *face shield*, como a própria notícia nos permite comprovar (identificam-se, no texto, as expressões sinônimas *escudos faciais*, *proteção facial*, *máscara de acetato*), mas o estrangeirismo foi adotado no título da matéria jornalística e ao longo do texto. Cabe sempre ressaltar o *status* que o emprego de estrangeirismos confere, como assinala Travaglia (2021, p. 302): “Com frequência, o uso de itens lexicais ou trechos inteiros do inglês é visto como uma demonstração de *status* social mais elevado, também no plano cultural, assim como era demonstração de *status* o uso do francês no século XIX e início do século XX”. Fiorin (2002, p. 120) alinha-se a essa opinião, ao frisar que o emprego de “determinadas expressões estrangeiras conota ‘modernidade’, ‘requisite’ etc., conotações que as correspondentes vernáculas não possuem”.

Com a necessidade de maiores cuidados sanitários, a palavra *sanitização* sofreu uma ampliação de seu significado original (“conjunto de medidas adotadas na indústria alimentícia para fabricação de produtos dentro das condições higiênicas indispensáveis”, cf. Houaiss, 2009, p. 1704), podendo ser apontada, nesse caso, a neologia de sentido, pois uma nova acepção para a palavra foi proposta. Antes limitada à indústria de alimentos, passa a se referir aos processos de desinfecção mais gerais, como se percebe em:

Sanitização de ruas e comunidades de Niterói contra o coronavírus termina nesta sexta-feira

Até agora, segundo a prefeitura, 150 localidades foram higienizadas com solução que mata micro-organismos como vírus e bactérias

O Globo

09/04/2020 - 15:26 / Atualizado em 09/04/2020 - 15:42



NITERÓI - O trabalho de **sanitização** das principais ruas e comunidades de Niterói contra o coronavírus será encerrado nesta sexta-feira. Segundo a prefeitura, desde o dia 23 de março, 150 localidades do município já foram higienizadas com uma solução de quaternário de amônia de quinta geração, que age como uma película e mata micro-organismos que possam estar presentes (vírus, bactérias, fungos e ácaros). O produto forma uma camada protetora que mantém a superfície desinfetada por até seis meses, dependendo da circulação de pessoas. A solução química é a mesma usada para desinfecção das ruas da China. (O Globo, 09/04/2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/sanitizacao-de-ruas-comunidades-de-niteroi-contra-coronavirus-termina-nesta-sexta-feira-24362097>. Acesso em: 31/07/2020)

3.3. Palavras do campo lexical do distanciamento social

Palavras e expressões como *quarentena*, *confinamento*, *isolamento social*, *distanciamento social*, todas dicionarizadas, e o estrangeirismo *lockdown* (cujo significado é “confinamento”, “isolamento”) tornaram-se corriqueiros, uma vez que, devido ao alto potencial de contágio do vírus, o afastamento social tornou-se essencial e várias atividades econômicas tiveram que ser interrompidas, como se verifica nas títulos das reportagens a seguir: “Ansiedade e depressão duplicaram em um mês de **quarentena** no Brasil, sugere pesquisa” (O Globo, 28/04/2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/ansiedade-depressao-duplicaram-em-um-mes-de-quarentena-no-brasil-sugere-pesquisa-24396239>. Acesso em: 30/07/2020); “**Isolamento social** pode ter poupado 118 mil vidas em maio no Brasil, aponta estudo” (O Globo, 24/07/2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/isolamento-social-pode-ter-poupa-do-118-mil-vidas-em-maio-no-brasil-aponta-estudo-1-24537648>. Acesso em: 30/07/2020). Outras palavras dessa lista são identificadas nos exemplos de reportagem transcritos a seguir:

*Coronavírus: Períodos repetidos de **distanciamento social** podem ser necessários até 2022*

Estudo da Universidade Harvard prevê que epidemia pode virar uma doença sazonal

Constança Tatsch, Evelin Azevedo e Renato Grandelle

14/04/2020 - 22:31 / Atualizado em 15/04/2020 - 09:48

RIO — Um único período de **confinamento** não irá pôr fim ao Sars-CoV-2, e períodos repetidos de **distanciamento social** podem ser necessários até 2022, para evitar que os hospitais fiquem sobrecarregados. A conclusão é de um estudo da Escola de Saúde Pública da Universidade Harvard, publicado na revista “Science”, que prevê que a doença se tornará sazonal nos próximos anos, assim como outros coronavírus, que causam resfriados. (...) A duração e a intensidade dos **confinamentos** poderão ser relaxadas à medida que tratamentos e vacinas se tornarem disponíveis. Na ausência desses recursos, porém, é recomendável manter políticas de **distanciamento**, que darão tempo para que os hospitais se preparem para receber novos pacientes.

Para a presidente da Sociedade de Infectologia do Estado do Rio de Janeiro, Tânia Vergara, o estudo da Universidade Harvard é “muito bom”, mas tem uma limitação: usar como parâmetro outros coronavírus e não levar em conta as reinfecções, como as que estão sendo estudadas na Coreia do Sul.

Vergara pondera que, no Brasil, não há medidas de isolamento total, apenas **afastamento social** para “evitar que todas as pessoas adoçam ao mesmo tempo, pois não há sistema de saúde no mundo que aguente”. Mesmo assim, acredita que o retorno à vida normal será mesmo gradual (...). (O Globo, 14/04/2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/coronavirus-periodos-repetidos-de-distanciamento-social-podem-ser-necessarios-ate-2022-1-24372049>. Acesso em: 30/07/2020)

*Um dia após anúncio do **lockdown**, nível de distanciamento social no Pará segue abaixo da expectativa de autoridades*

Estado é um dos mais afetados pela epidemia do coronavírus; secretário de segurança diz que a média na quarta-feira foi de 45% de isolamento social
Leandro Prazeres

07/05/2020 - 18:29 / Atualizado em 07/05/2020 - 21:51

BRASÍLIA — No primeiro dia após o anúncio do bloqueio total (**lockdown**) decreto no Pará, o índice de adesão ao distanciamento social no estado seguiu abaixo da expectativa das autoridades locais. No terça-feira, dia do anúncio, o índice de distanciamento social foi de 45,52%. Na quarta-feira, esse valor subiu para apenas 45,70%, um aumento de 0,18 ponto percentual. A expectativa era de que o índice ficasse em, pelo menos, 70%. O **bloqueio** entrou em vigor nesta quinta-feira, mas os dados sobre o distanciamento de hoje só serão divulgados na sexta-feira. (...)

(O Globo, 07/05/2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/um-dia-a-pos-anuncio-do-lockdown-nivel-de-distanciamento-social-no-pará-seg>



ue-abaixo-da-expectativa-de-autoridades-24415613. Acesso em 30/07/2020)
(grifos do autor)

Cumpramos ressaltar o papel do sufixo *-mento* na formação de boa parte dos exemplos anteriores, o que caracteriza a produtividade desse elemento de natureza sufixal. Esses termos não são neológicos, uma vez que já eram usados pelos falantes da língua (assim como outros citados na presente pesquisa), no entanto, passaram a ser empregados com mais frequência quando se tratava do contexto da pandemia.

Em contraponto às medidas de isolamento, foram sendo formuladas propostas de abertura da economia que passaram a ser designadas pelas seguintes palavras: *relaxamento*, *desconfinamento* (palavra não dicionarizada), *reabertura*, *flexibilização* (que, ao lado de *relaxamento*, apresenta uma conotação semântica atenuada, caracterizando um emprego eufemístico). Nelas, identificam-se prefixos (*des-*, *re-*) e sufixos (*-mento*, *-ura*, *-ção*) bastante produtivos em língua portuguesa; no caso dos sufixos, indicadores de ação, de processos (Monteiro, 2002, 165-180). Como exemplos, observem-se os itens destacados a seguir: “**Relaxamento** da quarentena por coronavírus pode antecipar colapso de hospitais” (O Globo, 11/04/2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/relaxamento-da-quarentena-por-coronavirus-pode-antecipar-colapso-de-hospitais-24365621>. Acesso em: 31/07/2020); “Em meio a **desconfinamento**, Portugal conta com médicas brasileiras no combate à Covid-19” (O Globo, 19/05/2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/em-meio-desconfinamento-portugal-conta-com-medicas-brasileiras-no-combate-covid-19-24433758>. Acesso em: 30/07/2020); “**Reabertura** do Rio: confira o que pode funcionar após 4 fases de liberação (O Globo, 17/07/2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/reabertura-do-rio-confira-que-pode-funcionar-apos-4-fases-de-liberacao-24537317>. Acesso em: 30/07/2020); “Nova fase da **flexibilização** no Rio está prevista para sexta; prefeitura define nesta quinta-feira o que vai mudar” (O Globo, 16/07/2020.

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/nova-fase-da-flexibilizacao-no-rio-esta-prevista-para-sexta-prefeitura-define-nesta-quinta-feira-que-vai-mudar-24534860>. Acesso em: 30/07/2020).

3.4. Palavras do campo lexical do trabalho

Com a necessidade de isolamento social, muitos profissionais passaram a trabalhar em casa e a expressão *home office*, não dicionarizada (ao contrário de *home banking*), mas já existente e utilizada para indicar o trabalho realizado em casa, ganhou destaque. Originalmente, a expressão em inglês significa “escritório residencial” (ou seja, refere-se a um cômodo da casa). Como se percebe, além da adoção do estrangeirismo, ocorreu uma ampliação de seu sentido. No trecho da reportagem a seguir, é possível identificar a ocorrência de uma expressão sinônima (*trabalho remoto*) que talvez não sugerisse a mesma modernidade que o emprego do estrangeirismo:

*Efeito **home office**: espaço começa a valer mais que localização no mercado imobiliário*

Testado na pandemia, o **trabalho remoto** estimula profissionais a buscarem mais conforto e tranquilidade fora dos grandes centros sem se aposentar
Cássia Almeida e Henrique Gomes Batista

(O Globo, 28/06/2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/efeito-home-office-espaco-comeca-valer-mais-que-localizacao-no-mercado-imobiliario-24503758>. Acesso em: 30/07/2020)

A partir dessa expressão importada, foi formado um neologismo, *sem-home office*, demonstrando a criatividade e a produtividade lexical. Os *sem-home office* (item lexical formado por analogia a *sem-terra* e *sem-teto*) seriam aqueles que se encontram impossibilitados de trabalhar em virtude da falta de internet ou de outros meios de comunicação. Neste caso, nota-se a produtividade da preposição *sem* empregada como um prefixo (como em *sem-terra* e *sem-teto*). Esse exemplo, uma carta da seção dos leitores, comprova o emprego recorrente de *sem* para indicar exclusão.



Os **sem-home** office

Moradores da Estrada das Canoas em São Conrado não conseguem ter home office. A luz é interrompida em média três vezes por dia, a internet e a televisão também param de funcionar quase todos os dias, no mínimo duas vezes e, para completar, os telefones celulares de todas as operadoras raramente funcionam, por falta de sinal. (...) (O Globo, 10/07/2020)

Sobre o emprego da preposição *sem* com valor prefixal, Alves (2002, p. 17) esclarece:

Ainda que não reconhecido como morfema prefixal por gramáticos e lexicógrafos da língua portuguesa, *sem-* antepõe-se a bases substantivas e tem produzido alguns neologismos substantivos em que é negada totalmente a ideia expressa pela palavra-base (...).

Assim, os elementos neológicos derivados com *sem-* significam “aqueles desprovidos de alguma coisa, como terra, casa...”.

3.5. Palavras do campo lexical relacionado ao tempo futuro

Passados os primeiros meses da pandemia, começaram a surgir conjecturas sobre como seria o futuro. Foram formuladas palavras e expressões que designavam essa nova realidade, como o neologismo de forma *pós-coronavírus* e as expressões *novo normal* e *novo futuro*, referentes a um período futuro em que a pandemia já teria sido superada, como verifica-se nos títulos das matérias jornalísticas transcritas a seguir: “O cenário turístico brasileiro no '**novo normal**'” (O Globo, 09/07/2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniaio/o-cenario-turistico-brasileiro-no-novo-normal-24520400>. Acesso em 30/07/2020); “No '**novo futuro**' **pós-coronavírus**, home office é a nova varanda gourmet” (O Globo, 03/05/2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/no-novo-futuro-pos-coronavirus-home-office-a-nova-varanda-gourmet-24407568>. Acesso em 30/07/2020)

3.6. Palavras do campo lexical do entretenimento

O estrangeirismo *live* (apresentação artística realizada e transmitida ao vivo pela internet, similar a um show) tornou-se um termo bastante popularizado. Em inglês, a palavra pode ser um verbo, um adjetivo ou um advérbio. Em português, passou a ser utilizada como um substantivo, como comprovado pelo título da reportagem a seguir: “Caetano Veloso anuncia **live** no dia 7 de agosto, quando completa 78 anos, no Globoplay” (Portal de notícias G1, 29/07/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/2020/07/29/caetano-veloso-anuncia-live-no-dia-7-de-agosto-quando-completa-78-anos.ghtml>. Acesso: 31/07/2020)

Considerações finais

A língua é um fenômeno social, dinâmico e mutável. É influenciada pela sociedade e pelas transformações que esse grupo social vivencia. Uma das áreas da língua em que mais facilmente se comprova essa influência é o léxico, mais permeável a inovações de natureza variada. Seja por meio de estrangeirismos, seja pela criação de novas palavras (neologismos de forma) ou pela atribuição de novos significados a palavras já existentes (neologismos de sentido), o léxico está sempre sendo enriquecido. Em um momento como o da ocorrência da pandemia de Covid-19, não poderia ser diferente.

A análise do léxico nos permitiu identificar os principais processos responsáveis pela formação das palavras que ganharam destaque, fossem elas neológicas ou não: em sua maioria, eram formadas pela derivação, tanto prefixal quanto sufixal. Identificamos também alguns casos de siglagem e de composição.

Quanto à importação de palavras estrangeiras, em virtude de fatores históricos, como a globalização, e o fato de a pandemia ter atingido a população mundial, não é de se estranhar a presença de vários termos oriundos da língua inglesa, que assume, além do



papel de ser língua franca, o de conferir *status* e requinte a quem a utiliza.

Por fim, após a passagem de cinco anos da pandemia, pode-se verificar que termos continuaram a ser utilizados pelos falantes e quais foram deixados de lado, caindo no desuso, no ostracismo. Uma rápida consulta ao VOLP (da ABL) e ao Dicionário Houaiss *on-line* nos informa que se encontram incorporados termos como *Covid-19*, *coronavírus*, *teleconsulta*, *telemedicina*, *teleorientação*, *telemonitoramento*, *distanciamento físico*, *lockdown*, *desconfinamento*, *home office* e *live*, o que indica que tais termos não devem ser considerados como neologismos da língua.

O vocabulário relacionado à pandemia se popularizou, passando a fazer parte do cotidiano dos brasileiros. Estudá-lo é importante, pois ele nos permite traçar um panorama do momento, sendo possível recuperar uma série de informações sobre o que estava acontecendo. Pelo levantamento dos campos lexicais, ainda é possível verificar as principais áreas de interesse ou as preocupações que afligiam os usuários da língua (problemas de saúde, questões de higiene e segurança, por exemplo). O léxico não é apenas um retrato da língua em um determinado estágio sincrônico, mas também é uma fotografia do grupo social que a utiliza. Por essa razão, estudar o léxico de uma língua é uma forma de estudar a sociedade.

Referências

ALVES, Ieda Maria. **Neologismo**: criação lexical. São Paulo: Ática, 2002.

AULETE, Caldas. **Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

BAGNO, Marcos. “Ela testou positivo”: que sintaxe é essa?. **Blog da Parábola Editorial**, 30/03/2020. Disponível em: <https://www.parabolablog.com.br/index.php/blogs/ela-testou-positivo-que-sintaxe-e-essa>. Acesso em 31/07/2020.

- BASILIO, Margarida. **Formação e classes de palavras no português do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.
- BASILIO, Margarida. **Teoria lexical**. São Paulo: Ática, 2003.
- CARVALHO, Nelly. **O que é neologismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- CORREIA, Margarita; ALMEIDA, Gladis Maria de Barcellos. **Neologia em português**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- DANTAS, Dimitrius. Glossário do Coronavírus: entenda os termos que explicam a pandemia. **O Globo**, 20/03/2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus-servico/glossario-do-coronavirus-entenda-os-termos-que-explicam-pandemia-24317850>. Acesso em 30/07/2020.
- FIORIN, José Luiz. “Considerações em torno do Projeto de Lei nº 1676/99. In: FARACO, Carlos Alberto (org.). **Estrangeirismos – guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- GONÇALVES, Carlos Alexandre. **Atuais tendências em formação de palavras**. São Paulo: Contexto, 2016.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- MONTEIRO, José Lemos. **Morfologia portuguesa**. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- ROCHA, Luiz Carlos de Assis. **Estruturas morfológicas do português**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- TERRA, Ernani. **Língua portuguesa: desenvolvendo competências de leitura e escrita**. São Paulo: SaraivaUni, 2023.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Estudo de vocabulário**. São Paulo: Cortez Editora, 2021.
- VANOYE, Francis. **Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.



Reflexões iniciais sobre o uso do Vocabulário Ortográfico Comum (VOC) na aula de PLE

Davi Albuquerque (Universidade de Nankai)

Introdução⁵⁸

O Vocabulário Ortográfico Comum (VOC)⁵⁹ foi uma exigência prevista no Acordo Ortográfico de 1990, sendo desenvolvido e coordenado pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), por determinação do Plano de Ação de Brasília (CPLP, 2010). Vale lembrar que o IILP, por sua vez, está relacionado à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Como o VOC partiu dum acordo e dum documento dos países membros da CPLP, foram constituídas equipes locais para desenvolver seus respectivos Vocabulários Ortográficos Nacionais, também chamados de VON. Por conseguinte, o VOC veio a público no ano de 2017, por meio do trabalho das equipes nacionais citadas, sendo feita a compilação, uma standardização e informatização dos dados, tornando-os acessíveis para consulta no site do IILP.

O consulente do VOC pode optar em verificar a palavra-entrada no VOC propriamente dito ou apenas num VON específico dentro dos disponíveis, conforme pode ser visto na figura 1, já que até o momento apenas 5 países dos 8 membros originais da CPLP disponibilizaram os vocabulários nacionais, sendo eles: Brasil,

⁵⁸ Este texto é uma versão atualizada de um artigo publicado originalmente com o título “O Vocabulário Ortográfico Comum (VOC) e sua contribuição para o ensino de PLE”, na *Revista de Estudos de Português Língua Internacional*, v. 2, n.1, p. 11-20, em 2022 (Albuquerque, 2022).

Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/repli/article/view/62681>

⁵⁹ A referência do VOC é Ferreira *et al.* (2017) e pode ser acessado em <http://voc.cplp.org/>.

Cabo Verde (VOCALP – *Vocabulário Cabo-Verdiano da Língua Portuguesa*), Moçambique (VONMoz – *Vocabulário Ortográfico Nacional de Moçambique*), Portugal e Timor-Leste (VO-TL – *Vocabulário Ortográfico de Timor-Leste*). Assim, ainda não se encontram para acesso ao público os VON de Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe⁶⁰.

Ademais, destacam-se os VON do Brasil, Portugal e Moçambique pelos seus respectivos pioneirismos, conforme pode ser visto abaixo:

- Brasil > *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP)* (2008);
- Moçambique > *Dicionário de Regências de Verbos do Português de Moçambique* (1986) e *Dicionário do Português de Moçambique (DiPoMo)*;
- Portugal > *Vocabulário Ortográfico do Português (VOP)* (2010).

⁶⁰ Correia, Ferreira e Almeida (2020) informam que São Tomé e Príncipe finalizou seu VON em 2018, entregou-o ao IILP no mesmo ano e está a aguardar a revisão e inclusão no banco de dados do VOC. Até o ano corrente de 2025, tal VON ainda não se encontra no site do VOC.

Figura 1. Interface do VOC para seleção dos VON

Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa

Selecione a versão do VOC a usar

	Angola	ainda não disponível
	Brasil	VOLP: Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa
	Cabo Verde	VOCALP: Vocabulário Cabo-Verdiano da Língua Portuguesa
	Guiné-Bissau	ainda não disponível
	Mozambique	VONMoz: Vocabulário Ortográfico Nacional de Moçambique
	Portugal	VOP: Vocabulário Ortográfico do Português
	São Tomé e Príncipe	ainda não disponível
	Timor-Leste	VO-TL: Vocabulário Ortográfico de Timor-Leste
	todas as países	versão comum

O VOC tem versões específicas para cada país, refletindo as fontes, a frequência e as propriedades das formas mais representativas de cada país. Clique na bandeira acima para selecionar a versão que pretende usar. Pode alterar essa definição a qualquer momento através das bandeiras na coluna da esquerda.

De modo a permitir esta funcionalidade, o VOC guarda alguma informação (cookie) para cada utilizador. Ao continuar a navegar está a consentir a sua utilização.

igual a

Busca

[Apresentação](#)

[Vocabulário](#)

[Toponímia](#)

[Formas não adaptadas](#)

[Ficha técnica](#)

Fonte: <https://voc.cplp.org/>

Digno de nota é que uma série de documentos e iniciativas fundamentais no âmbito do pluricentrismo e/ou internacionalização da língua portuguesa ainda permanecem pouco estudadas. O que nos interessa aqui são os planos de ação da CPLP, mencionados anteriormente, e o VOC, bem como o IILP e o Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/ Língua Não Materna (PPPLE), outra iniciativa do IILP para auxiliar um dos principais agentes envolvidos na promoção e difusão do português, a saber: o professor de PLE.

Sobre os planos de ação da CPLP, há Evaristo (2020), que se trata duma pesquisa bibliográfica a respeito da produção científica

que aborde a internacionalização da língua portuguesa e os planos de ação; Evaristo (2022), que estuda a nomenclatura utilizada nesses documentos; e Delfino, Boganika e Albuquerque (2023), em que os autores realizam uma análise descritiva da estrutura das sentenças empregadas no Plano de Ação de Praia (CPLP, 2021).

Para o trabalho do IILP, é possível citar Oliveira (2015, 2019), nos quais o autor enfatiza a importância da gestão multilateral da língua portuguesa, junto ao espaço do multilinguismo das línguas locais com o português, e outras questões de política linguística para a difusão do português no mundo, como o papel da China e de Timor-Leste, as relações com os países hispanofalantes, entre outras.

Da mesma maneira que o VOC, consideramos o PPPLE uma ferramenta fundamental para o professor de Português Língua Estrangeira (PLE), contudo, de maneira distinta, o PPPLE apresenta alguns estudos a mais que o VOC, pois até o momento o único estudo que discute a aplicação do VOC no ensino de PLE é o de Albuquerque (2022). Isto não significa, porém, que o PPPLE é melhor investigado, visto que, de acordo com o que se comenta abaixo, as referências existentes sobre ambos ainda permanecem reduzida. Uma análise mais completa sobre o PPPLE foi feita por Reis (2014), com foco numa pesquisa qualitativa, mas apresentando também alguns números interessantes; em Mendes (2016), há um breve panorama sobre o PPPLE e as unidades didáticas disponíveis; Mendes e Furtoso (2018) é uma edição especial da revista *Platô*, na qual há uma série de diferentes estudos sobre o PPPLE; em Oliveira e Jesus (2018), os autores abordam questões históricas e de políticas linguísticas relacionadas ao ensino de PLE sob uma perspectiva pluricêntrica; Moura Oliveira (2021) conduz uma análise do ponto de vista do ensino intercultural das unidades didáticas existentes no PPPLE.

A seguir, apontamos as características principais da estrutura do VOC, em (1); depois, em (2), discutimos o potencial que o VOC possui para as pesquisas linguísticas, difusão do português e o



ensino de PLE; em (3), propomos uma unidade didática de PLE que faz uso do VOC. Finalmente, em (4), estão as considerações finais.

1. Estrutura do VOC

Segundo Correia, Ferreira e Almeida (2020), o VOC apresenta mais de 300 mil entradas, tendo seus verbetes construídos com base na tradição lexicográfica lusófona e em diferentes corpora.

Na tradição lexicográfica, a equipe do VOC fez uso de dicionários e de vocabulários nacionais existentes, como o VOP e o VOLP, enquanto os corpora foram tratados com uma série de ferramentas computacionais da Linguística de Corpus⁶¹. Ademais, a constituição dos corpora é organizada com a seguinte proporção: textos literários (20%), textos jornalísticos (25%), textos legislativos e de sessões parlamentares (25%), textos técnicos de diferentes áreas do conhecimento (25%) e textos variados (5%).

A estrutura do verbete lexicográfico é simplificada, pois cada palavra-entrada apresenta somente a forma de citação, a classe, o paradigma flexional e divisão silábica. Alguns dos vocabulários nacionais, como o VOP ou o VOLP, nos sites específicos de seus projetos também permitem ao consulente pesquisar lexemas em língua portuguesa, oferecendo outras informações no verbete lexicográfico, como o VOP que apresenta marcação geográfica de uso e de variação (fonológica, diatópica e, em alguns casos, diastrática e diamésica), conforme figura 2:

⁶¹ Para um detalhamento dessas ferramentas usadas para a constituição do VOC, ver Ferreira et al. (2012), e Janssen e Ferreira (2018).

Figura 2. Consulta da palavra *casaca* no VOP

The screenshot shows the VOP website interface. At the top, there are navigation tabs: Início, Vocabulário, Lince, Acordo Ortográfico, Recursos, and Ficha. A search bar contains the word 'casaca'. The main content area displays 'casaca - nome feminino' with a printer icon. Below this, the phonetic transcription is shown as 'kã'zã'ka'. The entry lists 'singular: casaca' and 'plural: casacas', and notes 'Flexiona como: casa'. To the right, there are two sections: 'Destaques' and 'Fonética'. 'Destaques' includes links for 'Acordo Ortográfico', 'Lince - Conversor ortográfico', 'Vocabulário Ortográfico de Português', 'Vocabulário de Mudança', 'Acordos ortográficos e outra legislação', and 'Apresentação das mudanças'. 'Fonética' shows the 'Pronúncia indicativa (em teste)' for various locations: Díli (ka.z'a.ke), Lisboa (não padrão) (ke.z'a.ke), Lisboa (padrão) (ke.z'a.ke), Luanda (ke.z'a.ke), Maputo (não padrão) (ke.z'a.ke), Maputo (padrão) (ke.z'a.ke), Rio de Janeiro (não padrão) (ka.z'a.ke), Rio de Janeiro (padrão) (ka.z'a.ke), São Paulo (não padrão) (ka.z'a.ke), and São Paulo (padrão) (ka.z'a.ke). At the bottom left, there are logos for 'Apoios' including FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) and IPAD (Instituto de Apoio ao Português do Exterior).

Fonte: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/>

2. VOC: aplicações e potenciais

A língua portuguesa é considerada uma língua pluricêntrica (Baxter, 1992) desde os primeiros estudos de pluricentrismo linguísticos, em Clyne (1992). O principal argumento é o fato de o português apresentar diferentes centros linguísticos (Lisboa, Rio de Janeiro, Maputo etc.) e normas nacionais distintas, como o Português Europeu e o Português Brasileiro. Ainda, o português também é considerado uma língua internacional por ser uma das línguas mais faladas do mundo, fazer parte do quadro de diversas instituições internacionais, entre outros.

Nos últimos anos, surgiram algumas críticas, como em Santos (2016), Mulinacci (2016) e Silva (2018), de que o português não se trata de uma língua internacional, mas multinacional, principalmente pela ausência de unidade nos níveis ortográficos, lexicais, gramaticais e terminológicos, bem como em ações



contínuas, eficazes e significativas de difusão internacional e, o mais importante, uma norma supranacional para sua difusão.

Assim, o VOC se destaca como uma das primeiras iniciativas de sucesso (consolidada e continuada), com o objetivo de contribuir para a unidade internacional do português e, da mesma maneira, ser referência futura para uma série de outras ações e iniciativas, entre elas: nas áreas de terminologia, com grande destaque para o projeto *Terminologias Científicas e Técnicas Comuns para a CPLP*, e o ensino de PLE.

Porém, apesar do grande potencial do VOC, em nossa revisão bibliográfica poucas são as publicações que o analisam ou o aplicam de alguma forma, sendo que todas elas foram elaboradas por membros das equipes do VOC, no VOP ou no VOLP. Ademais, encontramos apenas breves comentários em obras que versam sobre lusofonia, português língua pluricêntrica, português língua internacional e temas afins, ou menções generalizadas do projeto, sem mencioná-lo diretamente, como em Faraco (2016), Teixeira (2016) e Barroso (2018).

Pensando em elaborar materiais didáticos tendo em vista o português como língua pluricêntrica, decidimos empregar o VOC em alguns momentos de nossas aulas de PLE, por meio de unidades didáticas que privilegiam algum campo semântico e algum elemento da competência comunicativa.

Digno de nota é que até a atualidade não há materiais, tampouco metodologias a respeito do ensino de PLE de maneira pluricêntrica para auxiliar o professor da área. Há apenas algumas iniciativas e debates a respeito do tema, conforme já apontamos anteriormente, principalmente no âmbito do PPPLE. É possível destacar também a publicação de Albuquerque (2021b), na qual o autor propõe um breve roteiro para a elaboração de unidades didáticas pluricêntricas que podem vir a formar materiais didáticos pluricêntricos de PLE, bem como uma tentativa de apresentar uma primeira proposta metodológica para a elaboração duma gramática pluricêntrica (Albuquerque, no prelo).

3. Uso do VOC na sala de aula de PLE

O presente trabalho decide contribuir tanto para a divulgação e uso do VOC, como também para pensar/agir num ensino de PLE como língua pluricêntrica. Assim, a unidade didática proposta aqui procura trabalhar elementos culturais e a variação linguística existente dentro da lusofonia, estimular os alunos a consultarem o VOC e apontar que há uma unidade linguística e cultural no mundo lusófono mesmo diante de tamanha diversidade.

A unidade didática que propomos tem como foco: o ensino de vocabulário e dum campo semântico específico (em nosso caso, *vestuário*), mas vários campos semânticos existentes podem ser utilizados, como culinária, família, escola, profissões, escritório etc. Outra orientação, para dar continuidade às aulas, além do planejamento proposto aqui, bem como ter materiais suplementares e complementares aos apresentados nesta seção, sugerimos o uso das unidades didáticas disponíveis no PPPLE sobre o tema *vestuário*, já que há 15 unidades distintas abordando este campo semântico, destacando-se 3 específicas, as quais tratam do vestuário no português em Cabo Verde, Guiné Bissau e Moçambique, o que está em consonância com o ensino pluricêntrico e intercultural tanto da nossa proposta de unidade didática, quanto dos materiais do PPPLE.

As habilidades e competências que serão trabalhadas em nosso material, porém são um objetivo secundário dela, são: pronúncia; produção textual; expressões idiomáticas e colocações; variação linguística.

Vale lembrar que a unidade e as atividades propostas aqui podem ser adaptadas aos diferentes níveis, de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (QERC) (A, B e C), a depender somente do grau de exigência, tamanho, quantidade e dificuldade nas tarefas referentes à produção textual, à compreensão e à seleção do vocabulário.

Abaixo, listamos um passo a passo enumerado das tarefas a serem desenvolvidas nas atividades:



Aula 1 (ou primeiro momento):

1. O professor inicia a aula mostrando fotos de roupas comuns para as sociedades ocidentais urbanizadas (blusas, calças, saias etc.);

2. Depois, o professor faz perguntas motivadoras sobre o gosto para roupas, o que usam, o que acharam das fotos, quais diferenças culturais nos códigos de vestimentas encontraram, entre outras;

3. Após o diálogo inicial, o professor oferece aos alunos nomes de roupas em pedaços de papeis e pede para que eles associem os nomes escritos com as fotos;

4. Para finalizar o primeiro momento (ou primeira aula a depender do ritmo da turma), o professor pede para os alunos escreverem no caderno o vocabulário inicial aprendido sobre vestuário. A seguir, solicita para que pesquisem (em sala ou em casa) e anotem outros exemplos de vestuários que ainda não aprenderam, que encontraram, que acharam diferente etc.

Para a pesquisa solicitada em (4), conforme apresentado anteriormente, na primeira aula, o professor explica a respeito do VOC, do VOLP e do VOP, pedindo que consulte os aprendizes os consultem em conjunto com dicionários de português, com o intuito de conhecer as definições das entradas, que não constam no VOC e nos VON⁶².

Aula 2 (ou segundo momento):

1. Pedir para os alunos mostrarem o que encontraram em suas pesquisas;

2. Retomar a discussão sobre diferenças culturais (se existem ou não) entre as fotos mostradas, bem como o vestuário e o código de vestimenta no país de cada aluno;

3. O professor pode procurar desenvolver o debate pedindo também para falarem a respeito do que encontraram na pesquisa feita;

⁶² A respeito de atividades e tarefas para o ensino de vocabulário e o uso de dicionários na aula de PLE, ver Albuquerque (2020, 2021a).

4. Solicitar que os alunos escrevam um parágrafo sobre tais diferenças e sobre o que cada aluno respondeu durante o diálogo com os colegas e professor.

Aula 3 (ou terceiro momento):

1. Mostrar vídeos de reportagens e propagandas (vídeos e imagens) de roupas de diferentes países lusófonos;

2. Perguntar aos alunos se eles conseguiram perceber diferenças entre os falares de cada país lusófono nas propagandas apresentadas. O professor pode repetir os vídeos e também, caso haja dificuldade, ajudar/ guiar os alunos a perceber certas diferenças marcantes, principalmente no campo fonético/fonológico e lexical;

3. Solicitar que os alunos façam registros escritos do que perceberam e do que o professor explicou sobre as diferenças entre as variedades do português;

4. Após as explicações e a produção textual, o professor solicita a pesquisa novamente sobre as diferenças fonológicas e lexicais encontradas pelos alunos, bem como sobre as pesquisas feitas no VOC, no VOLP e no VOP.

A seguir, listamos também uma série de sugestões que podem ser usadas para se desenvolver habilidades e competências específicas para aulas posteriores:

- Fonologia e a oralidade: trabalhar com base em tarefas, vídeos e músicas as diferenças fonológicas;

- Vocabulário: mostrar fotos e os nomes de trajes tradicionais dos países lusófonos⁶³;

⁶³ Nossa unidade didática de vestuário contemplou quatro países, a saber: Portugal, Brasil, Moçambique e Timor-Leste. Assim, foram mostradas aos alunos fotos de roupas típicas desses países, destacando-se Moçambique e Timor-Leste, os quais despertaram maior interesse dos aprendizes por serem de cultura mais distantes e apresentarem um vocabulário novo para roupas. Exemplos de alguns lexemas trabalhados:

Moçambique: *capulana* = pano colorido usado como diferentes vestimentas pelas moçambicanas, variam em estilo de acordo com cada província; *ntethe* = pano que serve para carregar o bebê nas costas, pode ser feito de capulana;



- Gramática: explicar expressões idiomáticas e colocações relacionadas ao campo semântico estudado (vestuário). Ex. à queima-roupa, lavar roupa suja, bater as botas, arregaças as mangas, cair como uma luva, vou fazer meu pé de meia, crime de colarinho branco, o que tem a ver o cu com as calças?;

- Produção textual: Pedir para os alunos escreverem um texto sobre trajes típicos de sua cultura; escrever texto sobre qual traje típico aprendido gostou mais; expor/ explicar para a turma um traje típico de sua cultura e qual traje lusófono gostou. Vale lembrar que o professor deve solicitar para que os alunos insiram em suas produções textuais orais e escritas algumas das expressões idiomáticas aprendidas a fim de memorizá-las;

- Sugestão de atividade lúdica/ momento cultural: Dedicar um dia de aula para que todos venham com alguma roupa típica lusófona (alunos e professores).

4. Considerações finais

O VOC e suas iniciativas afins são um marco da CPLP e do IILP, bem como uma contribuição sem igual para o desenvolvimento da língua portuguesa como língua internacional. Consideramos de fundamental importância sua disseminação para vários públicos e a aplicação em diferentes áreas do conhecimento e do ensino.

Utilizamos o VOC, o VOLP e o VOP em nossas aulas de português língua materna e língua não materna para estimular nossos alunos tanto a fazer uso de diferentes tecnologias em sala de aula, como também para conhecer as diferentes variedades da língua portuguesa.

Destacamos aqui como as principais qualidades do VOC seu acesso aberto, as informações gramaticais e da variedade em que é

Timor-Leste: *tais* = pano tradicional colorido que serve como vestimenta ou ornamento; *sarong* ou *sarongue* = saíote unissex; *selendang* = lenço colorido e de tecido fino utilizado por cima da roupa ou no pescoço.

falada, os exemplos de palavras correlatas (VOLP), as informações fonológicas e de variação linguística (VOP) e a ligação com os links para os sites dos demais projetos de VON, juntamente para o site do IILP. Porém, mesmo com todos os pontos positivos, ainda encontramos alguns problemas e limitações que esperamos que possam ser solucionados no futuro, sendo as principais o fato de não haver até o momento o vocabulário de todos os países, não ter em todos os vocabulários a frequência, e, principalmente, não haver definição das entradas, tampouco exemplos de uso.

Neste trabalho, esperamos ter mostrado as possibilidades de se trabalhar o VOC na aula de PLE e as potencialidades que este apresenta para a prática docente e a pesquisa em Linguística. Assim, consideramos poder contribuir para a divulgação e a continuação deste e de outros projetos similares.

Referências

- ALBUQUERQUE, D. A aula de PLNM com enfoque comunicativo: o ensino de vocabulário e o lugar do dicionário. *RILP – Revista Internacional em Língua Portuguesa*, v. 39, p. 33-54, 2021a. DOI: <https://doi.org/10.31492.2184-2043.RILP2021.39/pp.33-54>.
- ALBUQUERQUE, D. B. O léxico individual e o ensino de vocabulário na aula de PLE. In: MAXIMO, E. (Org.). *O léxico em diferentes perspectivas*. Catu: Editora Bordô Grená, 2020. p. 106-119.
- ALBUQUERQUE, D. *Gramática pluricêntrica, português internacional e ensino de língua portuguesa: algumas reflexões teóricas e práticas*, no prelo.
- ALBUQUERQUE, D. Materiais didáticos pluricêntricos e avaliação em aulas de Português Língua Estrangeira (PLE). *Revista Linguagem*, v. 31, n. 1, p.118-132, 2021b.
- ALBUQUERQUE, D. O Vocabulário Ortográfico Comum (VOC) e sua contribuição para o ensino de PLE. *REPLI – Revista de Estudos de Português Língua Internacional*, v. 2, n.1, p. 11-20, 2022.



ALMEIDA, G. B. *et al.* Vocabulário Ortográfico Comum (VOC): constituição de uma base lexical para a língua portuguesa. *Estudos Linguísticos*, v. 42, n. 1, p. 204-215, 2013.

BAXTER, A. Portuguese as a pluricentric language. In: CLYNE, M. (Ed.). *Pluricentric languages: Differing norms in different nations*. Berlin: De Gruyter Mouton, 1992. p. 11-44.

CLYNE, M. (Ed.). *Pluricentric languages: Differing norms in different nations*. Berlin: De Gruyter Mouton, 1992.

CORREIA, M.; FERREIRA, J. P.; ALMEIDA, G. B. A gestão da ortografia da língua portuguesa: do desencontro ao Vocabulário Ortográfico Comum da língua portuguesa. *Estudis Romànics*, v. 42, p. 277-286, 2020.

CPLP. *Plano de Ação de Brasília*, 2010. Disponível em: <https://iilp.wordpress.com/2011/06/15/plano-de-acao-de-brasilia-para-a-promocao-a-difusao-e-a-projecao-da-lingua-portuguesa-2/>. Acesso em: 15 jan. de 2021.

CPLP. *Plano de ação de Praia*. Luanda, 2021. Disponível em: https://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=%2fFiles%2fFiler%2f1_CPLP%2fXIII-CCEG%2fPR15_Plano+de+Acao+da+Praia_2021.pdf. Acesso: 13 abril 2022.

DELFINO, M.; BOGANIKA, L.; ALBUQUERQUE, D. Descriptive analysis of the Action Plan of Praia (2021) of CPLP. *Matraga*, v. 30, n. 58, p. 19-30, jan./abril, 2023. DOI: <https://doi.org/10.12957/matraga.2023.70184>.

EVARISTO, J. Nomenclaturas da língua portuguesa nos planos de ação da CPLP: português língua o quê. *Caderno Seminal Digital* (Rio de Janeiro), v. 42, 2022. DOI: <https://doi.org/10.12957/seminal.2022.65339>.

EVARISTO, J. *Políticas linguísticas de promoção e internacionalização da língua portuguesa: os planos de ação e as revistas Qualis A*. Tese. Doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

FARACO, C. A. *História Sociopolítica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2016.

FERREIRA, J. P. *et al.* The Common Orthographic Vocabulary of the Portuguese Language: a set of open lexical resources for a pluricentric language. In: CALZOLARI, N. *et al.* (eds.). *Proceedings of the Eight International Conference on Language Resources and Evaluation (LREC'12)*. Paris: ELRA, 2012. p. 1071-1075.

FERREIRA, J. P.; CORREIA, M.; ALMEIDA, G. B. (orgs.) *Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa*. Praia: Instituto Internacional da Língua Portuguesa/ Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 2017.

JANSSEN, M.; FERREIRA, J. P. Technical Implementation of the Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa. In: VILLAVICENCIO, A. *et al.* (eds.). *Computational Processing of the Portuguese Language: 13th International Conference, PROPOR 2018, Canela, Brazil, September 24–26, 2018, Proceedings*. New York: Springer, 2018. p. 191-200.

MOURA OLIVEIRA, E. V. O Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/Língua Não Materna (PPPLe): didatização de vozes e culturas. *Revista Diálogos*, v. 9, n. 3, p. 42-55, 2021.

MULINACCI, R. Não falem português, falem brasileiros. Algumas notas sobre a noção de português como “língua internacional”. In: TEIXEIRA, J. (org.). *O Português como Língua num Mundo Global. Problemas e potencialidades*. Famacão: Húmus, 2016. p. 103-127.

OLIVEIRA, G. M. O Instituto Internacional da Língua Portuguesa da CPLP: aspectos da gestão de uma organização político-linguística original. *Linha D'Água*, v. 32, n. 2, p. 11-36, 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v32i2p11-36>.

OLIVEIRA, G. M. O Instituto Internacional da Língua Portuguesa e a gestão multilateral da Língua Portuguesa no âmbito da CPLP. *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana*, v. 13, n. 25, p. 19-34, 2015.

OLIVEIRA, G. M.; JESUS, P. Ensinando línguas em uma perspectiva pluricêntrica: o Portal do Professor de Língua Estrangeira/ Língua Não Materna (PPL). *Domínios de Linguagem*, v. 12, n. 2, p. 1043-1070, 2018.



REIS, L. M. *Através do espelho: o portal do professor de português língua estrangeira/língua não materna (PPPPE) sob uma ótica pluricêntrica e intercultural*. Dissertação, Mestrado em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018.

SANTOS, D. Português internacional: alguns argumentos. In: TEIXEIRA, J. (org.). *O Português como Língua num Mundo Global. Problemas e potencialidades*. Famalicão: Húmus, 2016. p. 49-66

SILVA, A. O português no mundo e a sua standardização: entre a realidade de uma língua pluricêntrica e o desejo de uma língua internacional. In: BARROSO, H. (coord.). *O português na casa do mundo, hoje*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos, 2018. p. 111-132.

Estudo preliminar dos gentílicos culturais no português brasileiro

Eliabe Procópio (UFS/CNPq)
Mariana Alves Vieira (UFS)

Introdução

Gentílico é o nome do adjetivo que designa um país, um estado ou outra divisão territorial em que uma pessoa nasceu, reside ou procede. Na gramática portuguesa, a formação morfológica desses gentílicos obedece a seguinte regra: o topônimo assume a posição de radical a que se soma algum dos sufixos geradores de gentílico, que são -ense (92,59%), -ano (4,83%), -ino (2,12%), -ista (0,20%), -eno (0,13%), -eiro (0,07%), -enho (0,04%), -ito (0,02%) e -ado (0,02%) – porcentagens apresentadas por Antunes (2017).

Apesar de haver uma preferência pelo sufixo -ense (Antunes, 2017; Cardeira, Villalva, 2019), a motivação e a distribuição dessas desinências encontram sua explicação na história, devido a tradições vocabulares estabelecidas muito antigamente; e na gramática, devido a ajustes fonotáticos, como o da sonoridade.

Além dos gentílicos que derivam de topônimos simples, há também aqueles que derivam de topônimos compostos (Santa Catarina) ou complexos (Rio Grande do Norte), cuja formação apresenta outros arranjos morfológicos, como: santa-catarinense, catarinense, catarineta ou barriga-verde; e norte-rio-grandense, rio-grandense-do-norte ou potiguar. Esses exemplos demonstram que apesar de haver uma previsibilidade gramatical, os gentílicos variam em sua configuração formal, podendo atualizar-se em suas desinências; e em sua configuração lexical, podendo apresentar duas ou mais formas, em que uma delas é um heterônimo àquele previsto pela morfologia lexical.

A existência de um gentílico cultural responde a uma demanda social, que é dar nome às coisas; reflete o momento histórico de sua criação, como o resgate de raízes clássicas, a exemplo de 'fluminense'; e manifesta a criatividade lexical da comunidade ao propor um nome mais ajustado à sua realidade, fugindo ou competindo com o modelo previsto pela gramática portuguesa.

Esta pesquisa se interessa por estudar os gentílicos não gramaticais. Para tanto, apresenta a proposta terminológica gentílico cultural: aqueles gentílicos que não seguem o padrão morfológico previsto pela gramática de língua portuguesa e surgem de algum aspecto sócio-histórico da comunidade por ele nomeada.

Esta pesquisa seleciona como amostragem os gentílicos culturais referentes aos estados brasileiros. São eles: barriga-verde (SC), candango (DF), capixaba (ES), fluminense (RJ), gaúcho (RS), macuxi (RR), mineiro (MG) e potiguar (RN). A análise desses gentílicos descreve basicamente dois elementos, a motivação e a identificação dos contextos de uso.

A metodologia consiste em quatro etapas. A primeira é a busca informacional nos principais dicionários gerais de língua portuguesa, como Aulete, Aurélio e Houaiss; nos principais dicionários etimológicos de língua portuguesa (Nascentes, 1966; Machado, 1989); e em dicionários de línguas indígenas. O propósito desta etapa é cotejar o máximo de dados lexicográficos sobre os gentílicos culturais, como a datação. A segunda etapa é a busca informacional em referências históricas, cujo propósito é confirmar e complementar os dados lexicográficos. A terceira etapa é a identificação da funcionalidade exonômica e endonômica (Harder, 1996; Herbert, 1996), com o propósito de descrever se o processo referencial se iniciou dentro ou fora da comunidade rotulado pelo gentílico, e se sua referência esteve no campo do negativo, podendo configurar-se como um etnofaulismo. E a quarta etapa é a identificação dos contextos de uso.

Orientações conceituais

O estudo dos gentílicos arregimenta a Onomástica, ramo da Linguística que se dedica à análise dos nomes próprios. Essa área se consolida ao longo do século XIX, quando se estabelece uma terminologia técnica amplamente aceita, com base em modelos de formação lexical com radicais neoclássicos, majoritariamente de origem grega (Cardeira; Villalva, 2019).

A Onomástica divide-se em subáreas, entre as quais se destaca a Toponímia, que investiga os nomes de lugares, ou simplesmente os topônimos. Esses nomes funcionam apenas como identificadores geográficos e carregam significados históricos, sociais e culturais, refletindo as diversas formas como os seres humanos e seus agrupamentos se relacionam com o território ao longo do tempo.

Nesse contexto, os gentílicos (ou gentílios, ou ainda adjetivos pátrios) representam uma extensão natural da Toponímia, pois expressam uma solidariedade linguística quase obrigatória, na dimensão semântica e morfológica, inclusive etimológica: “a etimologia dos topônimos é muito relevante para o estudo dos gentílicos, uma vez que estes são geralmente formados a partir dos topônimos, frequentemente com base em formas antigas ou mesmo nos seus étimos” (Cardeira; Villalva, 2019, p. 195).

Os gentílicos desempenham um papel singular na relação de pertencimento entre os indivíduos e os espaços geográficos que eles ocupam. O termo, derivado do latim *gentilicius*, remete não só à vinculação geográfica do indivíduo, mas também às diversas vinculações afetivas que moldam a identidade histórica, cultural e social do indivíduo e seu agrupamento.

A ampla diversidade linguística e cultural do Brasil manifestou-se também na formação dos gentílicos, através de processos morfológicos, como a alomorfia e a derivação, orientados por previsibilidades gramaticais, convenções normativas e práticas populares. Exemplos como carioca, gaúcho e amazônida identificam os habitantes de determinados territórios, mas também



expressam a incorporação de elementos culturais e históricos que os tornam representativos da diversidade nacional, assumindo também uma função simbólica, reforçando sentimentos de pertencimento e valorização das procedências sociais.

No português brasileiro, a formação dos gentílicos obedece a determinados padrões morfológicos, geralmente pelo acréscimo de sufixos derivacionais. O sufixo *-ense* destaca-se como o padrão predominante, ocorrendo com maior frequência em gentílicos de todo o território nacional. Além dele, existem outros oito sufixos que, embora menos recorrentes, ainda possuem ampla aplicabilidade, como *-ano*, *-ino*, *-ista*, *-eiro*, *-eno*, *-enho*, *-ito* e *-ado* (Antunes; Pardo; Almeida, 2017). Essa formação gramatical dos gentílicos evidencia uma motivação quase imediata entre a língua e a territorialidade, o que reforça a função identitária dessa categoria léxica por representar a relação entre os habitantes e seus espaços geográficos.

A formação gramatical dos gentílicos depende da alomorfia, que possibilita a variação mórfica mantendo significados idênticos apesar dos ajustes contextuais de motivação fonológico ou gramatical. Um alomorfo é uma das formas alternativas de um morfema, que pode se apresentar de diferentes maneiras, dependendo do ambiente linguístico em que é inserido. Essa variação mórfica ocorre sem que haja alteração no significado básico do morfema: “Na estrutura das palavras, os morfemas derivativos e flexionais se distribuem, quanto ao aspecto formal, pelos seguintes tipos, conforme ocorram por acréscimo (aditivos), por subtração (subtrativos) e por alternância (modificativos)” (Bechara, 2009, p. 265)

No contexto da formação de gentílicos, o processo de alomorfia é particularmente evidente quando se observa os diferentes sufixos utilizados para gerar essas palavras a partir dos topônimos. A escolha do sufixo não é aleatória, mas segue regras fonológicas e morfológicas que levam em consideração a estrutura do topônimo original, sua sonoridade e a tradição linguística associada. Assim, os gentílicos podem ser considerados um



exemplo claro de alomorfia, pois, embora tenham a mesma função (indicar a origem geográfica de um indivíduo), apresentam formas diferentes de acordo com o topônimo de origem.

Para o estado de São Paulo, o gentílico é paulista, com o sufixo -ista. No entanto, outros estados brasileiros, como Minas Gerais ou Bahia, têm gentílicos com sufixos diferentes, como mineiro e baiano. Esses sufixos -ista, -eiro e -ano representam diferentes alomorfes do morfema que, neste caso, expressa a ideia de pertencimento a um local específico. Cada sufixo tem uma forma fonética distinta, mas todos carregam o mesmo significado subjacente de origem ou pertencimento geográfico.

Além desses gentílicos que resultam de processos derivacionais, há os gentílicos culturais, que corresponde a 1% de todos os gentílicos do português, conforme Antunes (2017, p. 79-81) são formas arbitrárias porque não perfilam ao paradigma composicional típico à classe.

Os gentílicos culturais são motivados por um processo semântico mais indireto, em que a ligação entre o nome do lugar e o gentílico é mais simbólica ou metafórica. São motivados porque tem por base características específicas do lugar que não necessariamente correspondem a uma relação de proximidade fonética ou morfológica direta. Em muitos casos, a formação desses gentílicos recorre a atributos históricos, culturais ou naturais associados ao local.

Um exemplo de gentílico motivado por traços culturais, é soteropolitano para indicar a procedência da cidade de Salvador. O elemento motivador, neste caso, não está na fonética do nome da cidade, mas na imagem que essa cidade evoca e no período em que se rotinizou esse adjetivo de inspiração clássica.

A distinção entre gentílicos derivados e motivados por traços culturais, evidencia diferentes mecanismos linguísticos e semânticos na formação de palavras que designam a origem dos indivíduos: os derivados são formados por processos morfológicos que derivam diretamente dos topônimos; os motivados incorporam uma camada adicional de significado, vinculando a

identidade regional a qualidades históricas ou culturais mais amplas, ou ainda a vinculação a tradições discursivas de um dado momento. Ambos os tipos cumprem a função de estabelecer uma conexão linguística e identitária entre os indivíduos e os lugares que habitam, refletindo a diversidade e a riqueza cultural presente nas comunidades que formam a sociedade.

Exemplos da análise

Esta pesquisa está em andamento, o que significa dizer que a análise não está em sua totalidade. Adiante estão o rascunho sobre dois gentílicos, candango (DF) e macuxi (RR), e um quadro que sintetiza alguns dos principais dados sobre os adjetivos gentílicos. Uma observação importante sobre o quadro é a datação, todas elas retiradas do Houaiss, exceto candango, por isso vem precedida pela abreviatura latina (*circa*).

Candango

O gentílico gramatical do Distrito Federal é brasiliense, contudo surge o designativo candango com referência aos operários que trabalhavam na construção da cidade, depois aos primeiros habitantes de Brasília. O interessante é que esse substantivo já participava da língua portuguesa, um africanismo adormecido, um nome dado aos portugueses pelos falantes do quimbundo. Sua origem remonta à forma *kangundu*, uma expressão pejorativa usada para se referir a invasores portugueses (Nascentes, 1966).

A palavra surge como um exônimo (quimbundos falando do português) e foi ativada de igual forma (os não nordestinos falando dos operários nordestinos). Como um movimento de autoafirmação identitária, candango é assumido pelos brasilienses como um endônimo. A exemplo disso, em 2020, é sancionada uma lei que instituiu o dia 12 de setembro como o Dia do Candango,



uma homenagem aos trabalhadores que fazem parte da história da capital.

Macuxi

Roraimense é o gentílico gramatical para quem nasce em Roraima. O outro gentílico concorrente é macuxi, nome de uma das principais etnias da região norte amazônica, que ocupa uma porção de terra entre o Brasil, a Venezuela e a República da Guiana. A língua dessa etnia também leva o nome macuxi, cuja filogenia a coloca dentre a família caribe.

Os principais dicionários gerais de língua portuguesa registram ‘macuxi’ apenas com referência à etnia. O dicionário Aurélio comente um erro, ao confundir Roraima com Rondônia, uma confusão infelizmente comum.

O gentílico gramatical ocupa todas as esferas de uso, em especial no discurso oficial. O gentílico cultural ocupa esferas mais informais de uso da língua, muito especialmente aqueles contextos marcados pela modalidade oral.

Como gentílico, a palavra macuxi aparece em redes sociais, jornais e na mídia em geral. Um exemplo desse uso é da mídia impressa, como uma explicação da página G1-RR sobre o nome de um programa televisivo: “Mas há aqueles que nascem em Roraima e também são conhecidos popularmente como ‘Macuxis’. Isso mesmo! Então se você nasceu em Boa Vista ou outra cidade de Roraima pode ter certeza que será um macuxi de carteirinha.” (G1-RR, 17/12/2020).

Esta pesquisa realizou uma busca cronológica no google, cujo parâmetro principal são os anos de 1990 a 2025. Os 10 primeiros resultados são espaçados entre os anos de 1991 e 1995. Na medida em que as fatias cronológicas avançam, os resultados da busca vão também aumentando, porém a maior parte deles com referência ao campo semântico indígena (etnia, povo, terra, comida, cerâmica... de origem macuxi).

Como adjetivo, macuxi aparece em nomes de estabelecimentos comerciais: Posto Macuxi, Macuxi Comércio Varejista, Super Macuxi, Macuxi Mania, Café Macuxi etc. O uso como topônimo comercial possibilita alguns cruzamentos vocabulares, no sentido em que discutem Procópio e Silva (2023), como no exemplo adiante, em que o usuário da língua não apenas usa macuxi como gentílico, mas também faz o cruzamento com outro vocábulo:

Na edição de ontem, cometi um equívoco, dizendo que Karuliny Taveira Maia Diretora do Parque dos Papagaios era natural do Rio Grande do Norte. Ela ao agradecer a blogada conclui: *"Ah, e sou cearense! Costumo dizer que agora Cearacuxi (junção de Ceará com Macuxi)"* Adito: Macuxi é uma etnia indígena que é muito presente em Roraima; a língua macuxi é falada no Estado em terras indígenas. (28 de abril de 2013, Blog Mestre Chassot)



Estado	Gentílico gramatical	Gentílico cultural	Datação do gentílico cultural	Origem	Motivação
Brasília	Brasiliense	Candango	c. 1950	Do quimbundo <i>kangundu</i> , diminutivo de <i>kingundu</i> , ‘ruim, ordinário, vilão’ (Nascentes, 1966)	O nome tem três momentos: 1) designação dada aos portugueses pelos africanos; 2) designação dada aos operários das grandes obras da construção de Brasília (DF); 3) designação dada aos habitantes de Brasília.
Espírito Santo	Espírito-santense	Capixaba	1607	Do tupi <i>caapim</i> , “tosquiar, cortar, carpir” + <i>içá</i> , “estacas do mato, trincheira” + <i>ba, iba, yba</i> , “lugar”, isto é, “habitantes do mato que se reúnem em lugares defendidos (Machado, 1989) Do tupi <i>kapi'xawa</i> “terra de plantação, sítio, roça” (Nascentes, 1966).	Em épocas remotas, no lugar, onde se construiu mais tarde o mercado da cidade de Vitória, fizeram os índios uma plantação a que chamavam <i>capixaba</i> . A região ficou sendo conhecida por este nome. A cidade foi crescendo e a denominação, aplicada a princípio aos moradores da zona das plantações, generalizou-se a todos os filhos da cidade e mais tarde a todos os naturais do Estado do Espírito Santo (Nascentes, 1966).

Minas Gerais	Não tem	Mineiro	1709	Do português, adjetivo típico às minas ou à profissão de quem trabalha em minas	Relação com a histórica socioeconômica do Estado de Minas Gerais.
		Geralista	1899	Do português, adjetivo típico à capitania de Minas Gerais	
Rio de Janeiro	Não tem	Fluminense	1783	Do latim <i>flumen,-inis</i> 'rio'; a forma regular deveria ter sido 'flumíneo', contudo a preferência foi acoplar a desinência portuguesa '-ense' à forma latina. (<i>passim</i> Machado, 1989)	No período colonial, usava-se 'carioca' como gentílico a quem nascia na capitania. Contudo, em 1783, por meio de decreto, Luís de Vasconcelos e Sousa, o vice-rei do Brasil, oficializou o gentílico latino-português para referência à capitania, um adjetivo de aspecto mais civilizado do que a forma tupi 'carioca' (Caparroz, 2023).
Rio Grande do Norte	Norte-riograndense, Rio-grandense-do-norte	Potiguar	1567 (etnia)	Do tupi <i>poti'war</i> 'o que come camarão' (Nascentes, 1966)	Indivíduo dos potiguares, tribo indígena tupi que habitava as margens do rio Paraíba do Norte (PB) (Ferreira, 1986).

O Léxico e suas potências
Abordagens linguísticas e literárias sobre a palavra, o léxico e a lexicografia

Rio Grande do Sul	Sul-rio-grandense	Gaúcho	1876	Do espanhol platino <i>gaucho</i> (Nascentes, 1966); palavra de origem incerta em língua espanhola (DRAE-ERA)	Primitivamente, o habitante do campo, descendente, na maioria, de indígenas, de portugueses e de espanhóis. É de 1847 o primeiro registro lexicográfico de <i>gaucho</i> como gentílico, em língua espanhola.
Roraima	Roraimense	Macuxi	1899 (etnia)	Da língua macuxi, <i>makuusi</i> , nome do povo e da língua (Raposo; Cruz, 2016)	Nome de um dos povos mais numerosos do norte amazônico, em especial Roraima; devido a sua importância histórica e a sua organização social, o nome acabou sendo usado como gentílico do estado, em tom afetivo e, às vezes, jocoso.
Santa Catarina	Catarinense	Barriga-verde	1922	Apelido dado aos soldados de um batalhão de fuzileiros do estado, criado pelo brigadeiro Silva Pais, que usavam coletes verdes. O termo passou a identificar os catarinenses.	"Por que o catarinense é barriga-verde? O nome vem do colete verde usado pelos soldados de um batalhão de fuzileiros do estado, criado pelo brigadeiro Silva Pais no século 19."

Conclusão

Esta pesquisa objetiva discutir os gentílicos para além de sua composição gramatical, cuja previsibilidade é dada pela própria língua. O objetivo é mostrar que essa classe adjetival possibilita reconstituir o percurso histórico de sua comunidade e das escolhas sociais para seu estabelecimento como um rótulo nominal. Com isso, o gentílico cultural mostra a possibilidade de uma sincronia na criatividade linguística do coletivo, através da qual um dado grupo social orienta suas preferências identificatórias, por uma imposição externa (exônimo) ou interna (endônimo).

Seja qual for o percurso da imposição nominal, ela resulta de uma força deôntica por haver uma necessidade e uma obrigação social de se ter um rótulo nominal, que deriva também de uma imposição toponímica, que, por sua vez, aciona os recursos morfológicos disponíveis na gramática. A seleção do gentílico implica uma sequência de movimentos deônticos, que se inicia nas práticas sociais e se concretiza na estruturação mórfica ou na seleção de uma outra forma nominal, como é o caso dos gentílicos culturais.

Em alguns casos, há uma orientação jurídica que normativa ou reconhece um dado gentílico cultural, como é o caso de candango e potiguar. Na ausência do jurídico, as pessoas vão criando instâncias de validação do gentílico, através da música, de práticas culturais, de topônimos comerciais e afins.

Seja qual for o percurso da imposição nominal, ela resulta também de um cálculo retórico, configurando-se como uma estratégia comunicativa: se existe a obrigação e a necessidade de se ter um nome que identifique o falante como pertencente a um grupo, então o falante e seu grupo buscarão um dos caminhos: a rotulação pelos mecanismos gramaticais ou lexicais. Qualquer um desses caminhos implica a rotinização do nome adjetival, ou seja, o uso desse item lexical nos contextos mais adequados. Quanto mais usado ele é, mais rotina lexical ele será.



Um resultado preliminar é a origem linguística desses gentílicos culturais: 3 do português (barriga-verde, geralista e mineiro), 3 de línguas indígenas (capixaba, macuxi e potiguar), 1 de língua africana (candango), 1 de inspiração latina (fluminense) e 1 estrangeirismo (o espanholismo gaúcho). Exceto fluminense, todos os outros são pistas dos contatos linguísticos pelos quais o português brasileiro passou em seu processo colonizatório.

Neste momento, esta pesquisa está em processo de coleta de dados e planeja a ampliação de seus dados, com a inclusão de gentílicos culturais referentes a bairros, cidades, regiões e outras divisões políticas e geográficas do Brasil. A finalidade última é a constituição de um vocabulário.

Referências

ANTUNES, Roger Alfredo de Marci Rodrigues. **Formação de gentílicos a partir de topônimos**: proposta de geração automática. 2017. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

ANTUNES, Roger Alfredo de Marci Rodrigues; PARDO, Thiago Alexandre Salgueiro; ALMEIDA, Gladis Maria de Barcellos. Formação de gentílicos a partir de topônimos: descrição linguística e aprendizado automático. In: **STIL** 2017, p. 73–82.

AULETE, Caldas. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/>. Acesso em: 01.06.25.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p. 280.

CARDEIRA, Esperança; VILLALVA, Alina. Gentílicos e topônimos portugueses: algumas questões. **GTLex**, Uberlândia, vol. 4, n. 2, p. 192-213, 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

HÄRDER, Kelsie B. Names in Language Contact: Exonyms. In: EICHLER, Ernst; HILTY, Gerold; LÖFFLER, Heinrich; STEGER, Hugo; ZGUSTA, Ladislav. **Namenforschung**. Berlin: de Gruyter, 1996. p. 1012-1013.

HERBERT, Robert K. Some Problems of Ethnonyms for Non-Western Peoples. In: EICHLER, Ernst; HILTY, Gerold; LÖFFLER, Heinrich; STEGER, Hugo; ZGUSTA, Ladislav. **Namenforschung**. Berlin: de Gruyter, 1996. p. 1343-1347.

HOUAISS. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009

IBGE. **Cidades e estados do Brasil**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/> - último acesso em 01.06.2025.

MACHADO, José Pedro. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa** – com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados. 5ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1989 [1952]]. 5 vols.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário Etimológico Resumido**. 1ª ed. 14ª impressão. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura, 1966.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Dicionário Tupi Antigo** – a língua indígena clássica do Brasil. São Paulo: Global, 2007.

PROCÓPIO, Eliabe; SILVA, Patrícia Lima. Cruzamentos vocabulares com o topônimo 'Roraima'. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, v. 21, p. 9-32, 2023.

RAPOSO, Celino Alexandre; CRUZ, Maria Odileiz Sousa. **Dicionário da Língua Macuxi**. 2ª ed. Boa Vista: UFRR, 2016.



Terminologias em conflito para a definição de uma área: que “português língua estrangeira”?

Jefferson Evaristo (UERJ/FAPERJ)

Introdução^{64 65}

A área que convencionalmente se chama de “Português Língua Estrangeira” (PLE) passou, desde o final dos anos 90, por diferentes transformações e disputas de sentido, que fizeram com que sua configuração fosse tanto fluída quanto instável. Com isso, a terminologia conceitual da área passou a permitir diferentes leituras, que se organizavam a partir de objetivos, contextos e práticas diversos.

Nesse sentido, como duas possíveis formas de compreender esse campo de estudos e pesquisa, é possível apontar a existência de um grupo de conceitos que se orienta a partir de uma ideia de “português como” e outro grupo que se orienta a partir de uma ideia de “português para”. Dessa primeira aparente dicotomia, derivaram as formas variantes de conceituação da área.

Nosso texto, portanto, busca discutir a terminologia associada à forma de definir conceitualmente a área que, por enquanto, chamaremos de PLE, uma vez que nossa discussão será justamente verificar em que medida ainda se pode, hoje, continuar a manter o termo PLE para a área. Assim, estruturaremos esta proposta da seguinte forma: na primeira parte, a presente, faremos uma contextualização breve acerca do nosso assunto, apresentando-o; na sequência, discutiremos a dicotomia entre duas formas de

⁶⁴ Este estudo foi financiado pela FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Processo SEI 260003/000538/2023.

⁶⁵ Esse estudo foi financiado pelo Programa de Incentivo à Produção Científica, Técnica e Artística – PROCIÊNCIA (UERJ).

compreensão da condição da língua portuguesa “para estrangeiros”; a parte seguinte é dedicada a discutir as motivações e características das diferentes terminologias em disputa; por fim, trazemos algumas palavras finais à título de encerramento deste texto.

“Português como” e “Português para” – duas distintas formas de leitura

A preocupação terminológica com a nomenclatura é uma necessidade premente da pesquisa científica,

afinal, o que significa “Português Para Estrangeiros”, “Português Língua Não Materna”, “Português Língua Adicional” ou as outras possíveis formas de identificar uma área de estudos que tem se desenvolvido amplamente no contexto brasileiro nas últimas décadas, em especial nos últimos anos? Tal pergunta justifica-se uma vez que, ainda hoje – e apesar de seu desenvolvimento –, a área não é amplamente conhecida (Silva et al, 2018, p. 2).

A bem da verdade, a dúvida permanece em áreas bem mais consolidadas de ensino para estrangeiros, como no caso da língua inglesa. Jordão (2014) demonstra como, para esta língua, as terminologias podem ser igualmente problemáticas, como no caso de ILA (Inglês Língua Adicional), ILF (Inglês Língua Franca), ILE (Inglês Língua Estrangeira), IM (Inglês Mundial), ILG (Inglês Língua Global) ou World Englishes. O problema não é exclusivamente brasileiro, a despeito da diferença abismal entre os estudos de inglês como língua estrangeira e de português como língua estrangeira.

Dada a caracterização recente – década de sessenta – da área, é natural crer que muitas das discussões estão ainda por consolidar-se. A área em si, qualquer que seja a nomenclatura utilizada, é praticamente a mesma, com algumas ressalvas ou recortes. O que se modifica, de fato, é o prisma sob o qual se observa a área. Como observa Meyer, (2009, p. 15) “a área de Português para Estrangeiros (PE) recebe, nas poucas instituições de ensino superior do Brasil em que existe, uma desconcertante



variedade de nomes e títulos, aos quais corresponde igual variedade de siglas”.

Desconcertante talvez não seja a palavra mais adequada, uma vez que a divergência e a discordância são elementos propulsores do próprio fazer científico. Há inúmeras siglas justamente porque há inúmeras formas de tentar apreender e analisar o objeto.

Em primeiro lugar, precisamos diferenciar dois grupos de siglas, com os pressupostos que cada uma delas implica. Um desses grupos é o de “Português como”; o outro, é o de “Português para”.

Na consideração do “Português como”, têm-se ontologicamente uma perspectiva centrada na língua em si e nas funções que a língua pode assumir. O foco central na língua fará com que as discussões, em maior ou menor medida, sempre sejam realizadas a partir de um entendimento “funcional” para a língua.

Utiliza-se a língua para um determinado fim – o “como” – porque se considera que ela seja um objeto palpável a ser analisado, uma ferramenta de interação específica com o *outro*.

Serão os sentidos atribuídos a esse outro que nortearão a perspectiva a ser tomada para esse “Português como”. Estrangeiros, falantes de outras línguas, não nativos... todos podem estar implicados na análise das funções que essa língua assumirá para a interação com o *outro* escolhido.

Assim, as línguas atuam nas culturas, sociedade e tradições em que estão situadas, ditando a forma como a área será definida. Nesse cenário, de certa forma, a posição adotada pelo pesquisador definirá a área em si. Em geral, a dinâmica é inversa.

O segundo grupo diz respeito ao sentido de “Português para” e expressa, invariavelmente, uma finalidade própria.

Aqui, a importância maior não recai na função específica da língua, mas nos falantes a quem essa língua se dirige. O exemplo dos Estrangeiros, falantes de outras línguas ou não nativos pode ser mantido, uma vez que a questão não diz respeito ao grupo que se considera, mas como se considera a língua em relação a esse grupo.

Dessa forma, a finalidade da língua – não a sua função – ganha destaque, sendo ela utilizada como uma possibilidade a fim de

alcançar um público-alvo específico. Dito de outra forma, no entendimento do “Português como”, o foco é a própria língua em si e as suas funções. No grupo do “Português para”, o foco é o grupo em questão, o público a ser alcançado.

Embora pareça uma questão secundária, ontologicamente é uma questão que faz toda a diferença, uma vez que ela implicará quais pressupostos serão colocados em ação ao se definir a área. Disso decorrerá que todos os procedimentos metodológicos terão de ser reconsiderados, já que os pressupostos foram modificados. Mudam-se as bases, muda-se a construção.

Discutida brevemente a diferença entre os dois grupos, será possível identificar as diferentes terminologias que a área comporta.

PLE, PL2E, PLNM, PFOL, PBE... afinal, qual terminologia utilizar.

Se há muitas formas de se nomear a área a ser estudada, talvez seja válido considerar que a área se encontra em expansão, constituindo-se as diferenças não em discordâncias nem em uma situação desconcertante (Meyer, 2009), mas sim em uma produtividade explícita. Aqui, há um paradoxo: ao mesmo tempo em que se trata de algo “positivo”, por mostrar o desenvolvimento claro de uma área, não deixa de ser um ponto “negativo”, uma vez que dificulta a operacionalização da área.

Amplia porque atesta que o campo começa a ter pesquisas próprias que o discutam. Dificulta porque cria uma imprecisão terminológica que pode ser problemática. A dificuldade, porém, esvai-se quando se compreende que, na realidade, a questão que se coloca é sobre as diferentes visões para um mesmo objeto: o português visto na perspectiva daqueles que não o têm como língua materna.

Em última instância, como observa Meyer (2009, p. 29), a diferença de usos advém, principalmente, do fato como cada universidade e pesquisador compreendeu, direcionou e/ou aplicou suas pesquisas em seus contextos particulares; advém, ainda, de



como as pesquisas “enquadram-se” em contextos maiores em relação à linguística – se dentro da linguística aplicada, da descrição linguística, da sociolinguística ou da análise do discurso, por exemplo.

Português para estrangeiros (PE)

De fato, há inúmeras formas de compreender e definir a área. A primeira delas, mais geral, diz respeito ao ensino de Português para Estrangeiros (PE). Nesse caso, toma-se a perspectiva generalizante de serem estrangeiros todos aqueles a quem se ensina, além de serem eles a finalidade da língua.

Dessa forma, há um apagamento das múltiplas possibilidades e interações sob a máscara aparente de um “estrangeiro”, que por definição seria (Aulete, 2011, p. 615)

1. Que é ou que vem de outro país
2. Referência a ou próprio de estrangeiro
3. Diz-se de país que não é o nosso
4. Indivíduo de outro país
5. Conjunto de países, salvo aquele em que nascemos
6. Quem veio de fora do lugar no qual está.

Essa perspectiva deixa clara a visão pela qual o *outro* é assumido: como alguém claramente externo, vindo de outro lugar, praticamente um forasteiro. É alguém que não nos diz respeito, que não se enquadra em nossa condição habitual.

Não raro, esse estrangeiro é visto, inclusive, como sendo alguém em condição inferior à do falante nativo (Jordão, 2014). Cria-se, assim, uma marcada diferença entre aqueles que possuem a língua e aqueles a quem foi “concedida” a possibilidade de uso da língua.

Apontam para o que entendem como posição de inferioridade atribuída aos não-nativos na perspectiva do ILE [Inglês Língua Estrangeira], pois para os autores os falantes não-nativos (os estrangeiros) teriam como objetivo de seu

aprendizado aproximar-se ao máximo dos usuários nativos da língua. (JORDÃO, 2014, p. 19)

O conceito, efetivamente, traz a possibilidade de uma carga semântica pejorativa. Relembre-se, ainda, a distinção entre “Português como” e “Português para” e será visto como, de maneira indiscutível, o termo trata especificamente do público a quem a língua será destinada.

Português do Brasil para Estrangeiros (PBE)

Uma das variações do termo anterior está em Português do Brasil para Estrangeiros (PBE), conceito que focaliza ainda mais o fato de ser a língua portuguesa falada no Brasil a ensinada. Em um contexto de maior globalização, de consolidação da ideia de uma Lusofonia e de instituições como o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP)⁶⁶ e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)⁶⁷, explicitar a parte “brasileira” da língua pode ser, de fato, necessário.

É o termo que se utiliza na Universidade Federal Fluminense, que tem na professora Norimar Júdice aquela que, talvez, seja a pesquisadora mais conhecida da instituição, por sua trajetória longa nos estudos da área⁶⁸.

Português [como] Língua Estrangeira (PLE)

De forma análoga, há o termo Português [como] Língua Estrangeira (PLE), aquele que é o mais popular e que, de forma geral, praticamente “nomeia” toda a área de estudos em questão.

Aqui, o foco deixa de ser colocado nos “estrangeiros” em si e passa a ser colocado na própria condição de uso e observação da

⁶⁶ <https://iilp.wordpress.com/about/> - acesso em 24/04/2025

⁶⁷ <https://www.cplp.org/> - acesso em 24/04/2025

⁶⁸ Veja-se, por exemplo, o artigo-entrevista de Trouche (2017) sobre a trajetória acadêmica e profissional da professora Judice.

língua. Como já dito, é uma mudança epistemológica que define o próprio objeto ou, ao menos, a forma como ele é compreendido.

Foi o primeiro termo utilizado e que popularizou, em fins dos anos sessenta, a discussão, perdurando até o início do século XXI praticamente sem receber nenhum contraponto ou crítica.

Criado originalmente para marcar a separação com o “português normal” – isto é, aquele ensinado majoritariamente no Brasil, para brasileiros, falantes de português como língua materna –, foi uma primeira tentativa de consolidação de uma área autônoma, com pressupostos próprios. Foi a “expressão de referência da área no Brasil, inclusive em agências financiadoras de pesquisa” (Meyer, 2009, p. 15)

A época em que foi criado coincide com os primeiros passos da linguística aplicada, área de estudos da qual, por analogia com a língua inglesa, especialmente, pegou emprestado o rótulo. Se se falava de ensino de línguas estrangeiras, haveria de se falar também de ensino de português língua estrangeira. Richards e Rodgers (2003) são alguns dos autores que demonstram como a proeminência da necessidade do estudo do inglês, no contexto da II Guerra Mundial, motivou que a área se desenvolvesse.

Assim, “pagando emprestado” o termo – e, com ele, toda a epistemologia e os pressupostos teórico-práticos – da língua inglesa, um novo campo de estudos nascia no Brasil, motivado, então, pela PUC-Rio. Na palavra de alguns de seus profissionais,

A PUC-Rio tem o orgulho de ter sido a instituição pioneira no ensino de português para estrangeiros no Brasil: o primeiro curso em território nacional foi oferecido em seu campus em 1968, e o primeiro livro de autores brasileiros (...) foi também concebido em seu campus, num encontro de Linguística no mesmo ano (Meyer, Albuquerque e Alencar, 2003, p. 48).

A explicação histórica, ao mesmo tempo em que remonta ao pioneirismo da PUC, implicitamente expõe a caracterização do campo de estudos como sendo um domínio da linguística.

A motivação para o estudo surge no contexto do desenvolvimento da Linguística Aplicada e, sua “fundação”

brasileira surge no contexto da Linguística. Apenas desses dois dados já se expõe o local de nascimento do campo de pesquisa: a da pesquisa linguística.

A questão, de fato, é problemática, mas, ao mesmo tempo, sintomática. Ela exemplifica como, de fato, a discussão acerca da separação entre um contexto de língua materna e de língua não materna é ainda mais recente do que a emergência da área de estudos. Tanto é que, nos departamentos de língua portuguesa, sequer se cogitava a hipótese de ela ser vista de forma diferente da habitual, materna.

Portanto, para que a área pudesse existir, foi preciso para ela buscar abrigo no seio da Linguística, que começou a aprofundá-la, estudá-la e pesquisá-la para que, décadas depois, os departamentos de língua portuguesa pudessem “reconhecer” sua existência. Em 2009, Meyer (2009, p. 18) expunha um balanço das atividades da PUC-Rio demonstrando seus quarenta anos de ensino e seus quinze anos de pesquisa. No texto, assinala que um dos avanços da área aconteceu quando, em 1994, o Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem desmembrou a (então) subárea Linguística Aplicada ao Português, criando a linha de pesquisa “Português para estrangeiros: descrição e ensino”. À mesma época, nenhum departamento de língua portuguesa fazia similar “concessão”.

Ou seja: os estudos em português como língua ensinada para não falantes de português deve seu surgimento, historicamente, à Linguística. O pensamento era simples: se se discute o ensino línguas estrangeiras na Linguística, então é lá que o português, quando nessa condição, deve ficar. Não pode deixar de ser assinalado que o episódio representa, em última instância, uma querela sobre espaço, aceitação, pertença e reconhecimento. O cenário, atualmente, é outro, ainda que o ritmo de mudança seja relativamente lento.

Do episódio, decorre uma reafirmação da condição de “Português para Estrangeiros” abordada há pouco: sendo os estudos sobre Linguística Aplicada, de maneira original e principal, um



estudo prático da aplicação dos princípios linguísticos⁶⁹ no ensino, ter o português para estrangeiros nascido na Linguística Aplicada é um elemento sintomático que evidencia a questão.

Entretanto, o termo Português Língua Estrangeira continua a ser problemático. “Não consideramos adequado usar a sigla PLE (Português Língua Estrangeira) no Brasil, uma vez que neste país o português não é uma língua estrangeira” (Meyer, 2016, p. 29). De fato, não é.

Fala-se em língua estrangeira, por decorrência da caracterização “estrangeira” dada à língua, em oposição à língua vernácula. “Língua estrangeira é uma outra língua e uma outra cultura de um outro país pela qual se desenvolve um interesse autônomo (particular) ou institucionalizado (escolar) em conhecê-la ou em aprender a usá-la”⁷⁰.

Dessa forma, se a língua vernácula no Brasil é a língua portuguesa, qualquer outra língua que não seja territorializada no Brasil será estrangeira, como nos casos do espanhol, inglês ou do francês.

O cerne da questão é que, no Brasil, a língua estrangeira não pode ser a língua portuguesa, posto que é a língua oficial do país. Seria, de fato, impossível⁷¹.

“PLE é o que se faz quando se ensina português lá fora como, por exemplo, quando nos EUA o aluno aprende português em uma universidade americana. Esta não é a língua que ele usa socialmente. O português é uma

⁶⁹ Aqui, não se retorna à discussão sobre “linguística aplicada” e “aplicação de linguística”, já satisfatoriamente realizada e, em certa parte, “sepultada”.

⁷⁰ Disponível em http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto_4.pdf - acesso em 28/04/25

⁷¹ Por certo, é possível pensar em cenários como o de uma aldeia indígena que mantenha sua língua materna e onde, de fato, o português seria uma “língua estrangeira”. O exemplo, hipotético, mantém o problema da territorialidade, ao qual Calvet (2007), Lagares (2011) e Guisan (2015), dentre outros, fazem referência. O assunto é mais complexo do que as poucas linhas de que aqui se dispõe podem abarcar, motivo pelo qual a referência aos autores é feita.

língua estrangeira naquela sociedade como o inglês que vocês aprendem aqui” (Meyer, 2016, p. 30)

Justamente por isso o termo PLE, embora o mais reconhecido, passou a ser criticado. Contendo um erro primordial de observação, a sigla deixou paulatinamente de ser utilizada pelos pesquisadores, buscando-se alternativas mais ou menos válidas para o fenômeno que se observava e pesquisava. Foi o que motivou, como destaca Meyer (2016), a relativa polarização da área.

Sem ser possível indicar uma ordem “cronológica” para os termos utilizados, será feita apenas uma argumentação acerca dos usos e do que cada um deles implica.

Português como Segunda Língua (PL2)

No mesmo bojo da discussão anterior, o termo Português como Segunda Língua (PL2) mantinha a discussão na condição de língua estrangeira, mas agora com o foco um pouco mais direcionado para o falante.

O argumento era que, para se haver uma segunda língua, seria necessário que houvesse uma “primeira língua”, a qual se convencionava chamar de “língua materna”. Trocava-se o termo, mantinha-se o problema.

Isso porque

o português como segunda língua tem três vertentes. Vocês hão de convir que os (1) indígenas que estão lá na reserva e nascem e falam como primeira língua a sua língua, a da tribo, vão aprender português como a sua segunda língua: é uma língua de socialização. (...). Também para os (2) surdos, o português não é entendido como sendo a primeira língua. Hoje, a tendência geral é a de se considerar a língua de sinais como sendo a primeira língua – mas quero deixar claro que há controvérsias quanto a isso. (...) E para os (3) estrangeiros, que são os cidadãos de outros países que vêm para o Brasil (Meyer, 2016, p. 29-30)

Reside aí o principal argumento para que o termo PL2 não possa ser assumido, uma vez que ele não abarcaria – não na



maneira como o ensino atualmente é feito – as três dimensões possíveis que ele comporta. Seria um termo falho ou, no mínimo, incompleto. Das três possibilidades, apenas a terceira seria acolhida no interior dos estudos da área. Em geral, os estudos sobre ensino para indígenas e surdos ficam no domínio da Linguística teórica ou do bilinguismo, também porque, quando se considera a territorialidade, os indígenas e surdos continuam a ter o português como língua do cotidiano, não sendo para eles uma situação como a dos estrangeiros.

Português como Segunda Língua para Estrangeiros (PL2E)

Como um termo cunhado por Meyer (2009, p. 16), Português como Segunda Língua para Estrangeiros (PL2E) foi a escolha da PUC-Rio para seu posicionamento frente à área.

Como afirma a própria responsável pelo termo,

analisando essas terminologias [que foram debatidas aqui], entre outras, lá na PUC-Rio a gente optou por criar uma terminologia própria, “PL2E”, que é o português como segunda língua, mas que não é para surdos nem para indígenas; é para estrangeiros. E isso é basicamente o que a gente faz em ensino e pesquisa em nossa universidade (Meyer, 2016, p. 30).

Uma escolha que, de fato, busca sanar um problema anterior com as nomenclaturas isoladas de PLE e PL2. Por óbvio que pareça “fundir” as duas perspectivas, a escolha foi gestada por anos antes de ser assumida.

Assim, uma parte clara do debate passa a ser solucionada: ensina-se português para estrangeiros, mas não se consideram estrangeiros aqueles casos anteriores mencionados dos indígenas e dos surdos. A questão, entretanto, é um pouco mais complexa.

Pelo termo em si, não há uma explicação clara de que indígenas e surdos não estejam contemplados por ele. Excluindo-se o fator da territorialidade – que, ademais, não é aceito por todos os linguistas –, a mesma situação em que se encontram os surdos e indígenas é aquela em que se encontram, por exemplo, argentinos

e chineses: para eles, sem afetação do senso comum, o português é como que uma língua estrangeira.

apesar da área que abarca a ideia de ensino-aprendizagem de língua portuguesa para surdos, índios e estrangeiros ser comum (PLNM) [Português como Língua Não Materna], as características de cada uma dessas subáreas são específicas e diversas, embora apresentem relações intrínsecas (Ribeiro, 2013, p. 37)

Talvez não seja tão clara a visão quando se pensa nos surdos que, em geral, são inseridos completamente na sociedade. É mais fácil imaginar essa situação para os indígenas, uma vez que, de forma geral, as aldeias ficam em regiões mais isoladas e, nelas, a preocupação pela manutenção da cultura, da língua, da cosmogonia e outros é maior. É um caso em que o território da aldeia funciona como se fosse um território à parte, isolado do restante do país. O fator da territorialidade, então, ainda que não no plano físico, poderia ser reivindicado.

A opção por PL2E, assim, soluciona parte da questão, mas não a esgota. Para que se saiba perfeitamente que ela exclui surdos e indígenas será preciso, antecipadamente, saber da ressalva imposta ao tema. Nesse cenário, é como se para aplicar uma teoria o pesquisador precisasse conhecer uma “pré-teoria” que, em tese, estaria acessível apenas quando esse pesquisador conhecesse a área de maneira mais aprofundada. Uma solução que, em última instância, não soluciona.

Português [como] Língua Não Materna (PLNM)

Outro termo possível para a área é o Português [como] Língua Não Materna (PLNM), fazendo um contraponto teórico-prático e metodológico ao Português [como] Língua Materna. É o termo recorrente na UERJ (Silva *et alli*, 2018; Ribeiro, 2015; 2013), dentre outros.

A escolha advém da tentativa maior de inclusão dos estudos da área nos departamentos de língua portuguesa, aproximando



duas áreas distintas e, em certa medida, complementares. Assim, discutir o português quer como língua materna, quer como língua não materna seria, em última análise, “discutir o português”.

Isso faz com que a influência maior da linguística seja freada, ao passo em que a área retorna ao seu seio original. Não percamos de vista o fato de que, apesar da nomenclatura recente ou da influência da Linguística Aplicada, pelo menos desde o descobrimento do Brasil se ensina português por aqui, sem que ele fosse “influenciado pela linguística” – que, ademais, sequer existia como ciência autônoma até então.

Todavia, o termo amplia novamente aquilo que PL2E buscava estreitar: o problema da inclusão de indígenas e surdos. Em tese, no contexto da UERJ, o termo PLNM é uma escolha pensada que inclui surdos e indígenas. Fato é que o grupo responsável pelas pesquisas da área – Núcleo de Pesquisa e Ensino de Português Língua Estrangeira e Segunda Língua (NUPPLES)⁷² – iniciou-se contemplando as três perspectivas possíveis para segunda língua, ainda que, naquele momento, realizasse apenas pesquisas envolvendo estrangeiros.

De fato, esse é um possível impedimento para a utilização do termo. Ao não especificar em nada os estrangeiros, PLNM é uma escolha que não explicita as particularidades da área de ensino da língua portuguesa para estrangeiros. Ainda que haja relativa lógica na escolha e que ela sirva para um propósito específico de associar o ensino à vertente “materna” da língua – com a consequente “aceitação” de outros pesquisadores de língua portuguesa, não apenas de linguística –, a escolha implica outras questões que a simples utilização do termo não resolve.

Português Para Falantes de Outras Línguas (PFOL)

Um termo que tem recentemente ganhado força e destaque na área tem sido o de Português Para Falantes de Outras Línguas

⁷² <https://nupples.website/> - Acesso em 24/04/2025

(PFOL) (Sá, 2016). Trata-se de uma tentativa mais “amigável” de nomear o público-alvo, evitando-se a carga semântica pejorativa de “estrangeiro” que já foi discutida anteriormente.

Dessa forma, seriam “falantes de outras línguas” todos aqueles que, por consequência direta, não fossem falantes de português. O termo resolveria ainda um problema etnolinguístico de equiparar à ideia de língua todas as outras manifestações linguísticas existentes. Apenas esse fator já eliminaria os preconceitos advindos das ideias de dialeto, sublíngua e línguas minoritárias (Lagares, 2011), por exemplo. É a tentativa de um termo mais inclusivo e, em certa medida, não pejorativo.

Por ser mais amplo, a iniciativa tende efetivamente a abarcar todas as características da área. Ocorre, porém, que ela recai no mesmo problema identificado nos termos PL2 ou PLNM: a não marcação do fator de estrangeiridade para o ensino.

Em tese, um indígena ou um surdo são um “falante de outra língua” que estaria implicado no termo PFOL. Não há, em essência, nada que os “exclua” dessa perspectiva de ensino. A questão que se coloca é dupla: (i) por um lado, as práticas, pressupostos e teorias relacionadas ao ensino de indígenas e surdos são diferentes daquelas relacionadas ao ensino para estrangeiros; (ii) por outro, o termo não caracteriza a área em si, mas uma parte sua.

O leitor atento que até aqui chega percebe que definir a área de “ensino para estrangeiros” é uma tarefa complexa, espinhosa e, em certa medida, impraticável. Haverá sempre lacunas não cobertas que exporão as deficiências dos usos em questão. Não importa se mais ou se menos, as lacunas permanecem como testemunha silenciosa da própria característica da área de ser ampla e complexa.

Quando se pensa no ensino de português como língua materna, a “facilidade” de um público-alvo homogêneo é, certamente, um facilitador para a questão. Ensina-se para um grupo que mantém a mesma cultura, os mesmos valores, as mesmas crenças e expectativas. Naturalmente, há fatores individuais que têm de ser levados em consideração. Aqui,



generaliza-se esses indivíduos como sendo um “grupo” por suas características em comum e pela incapacidade de, satisfatoriamente, discutir a questão que, ademais, não é o foco deste texto.

Tal facilidade não existe, ao menos não habitualmente, no contexto de falantes de outras línguas. É possível que em um mesmo grupo existam franceses, árabes, chineses, americanos, argentinos e senegaleses. Um grupo heterogêneo, com indivíduos que não partilham os mesmos sistemas de valores, crenças e cosmogonia. A tarefa, de fato, torna-se mais complexa.

Uma complexidade que, efetivamente, reflete a própria complexidade da área. Se Ribeiro (2016, p. 11) definia como um “delírio” qualquer tentativa de ensino de português para falantes de outras línguas, é porque há razão em suas palavras. Sucede que, delírio ou não, ele acontece. Cabe então aos pesquisadores observar tal “delírio” e, na medida do possível, fornecer-lhe explicações teórico-científicas.

Atentemo-nos, ainda, a um outro ponto de crítica ao termo que não pode ser desconsiderado.

Embora a tentativa de uso de PFOL seja mais inclusiva, sua popularização esbarra em um outro problema correlato: a definição de “falante” e, mais especialmente, de “falante nativo”.

Isso porque não apenas o conceito de falante está implicado no termo, mas o de “nativo”, oposição àquele que fala “outras línguas. A literatura crítica ao conceito de “falante nativo” é extensa (Schmitz, 2017; Bagno, 2017; Jordão, 2014).

Em tese, “um(a) falante nativo(a) é alguém que adquire uma língua particular desde o nascimento até a primeira infância por meio da interação com a família e membros de sua comunidade” (Bagno, 2017, p. 134). O conceito, válido, é dito como ‘em tese’ uma vez que carrega em seu bojo outras nuances de sentido.

Principalmente por conta da língua inglesa, a ideia de “falante nativo” sempre foi utilizada como um fator de exclusão daqueles que não tinham o direito à língua nativa. Assim, quem tinha o direito sobre a língua inglesa eram os ingleses e americanos, não os africanos e

australianos, por exemplo. Aqueles que aprendiam o inglês como língua estrangeira sequer eram mencionados para tal fim.

Ou seja: a língua passava a ser um objeto com dono, a quem os outros falantes deveriam sempre se reportar, pedir autorização e/ou respeitar suas decisões. Uma posição absolutamente hierarquizada, de valorização da figura do colonizador como instância de poder e decisão.

“Essa designação, no entanto, é extremamente problemática por diversas razões. Para começar, ela idealiza tanto os falantes quanto o uso real da língua, em vez de reconhecer a ampla gama de “falantes nativos” e de variedades da “língua nativa” (Bagno, 2017, p. 134). Ou seja: ao mesmo tempo em que projeta uma posição hierárquica na língua, idealiza como modelo próprio a ser alcançado, imitado ou buscado uma suposta proficiência dos donos da língua, os nativos. Uma posição discriminatória que, não raro, gera frustração e não identificação com a língua.

Rajagopalan é um dos linguistas que mais dedicou esforços a discutir o tema. Em artigo recente publicado por Schmitz (2017), há uma espécie de “artigo-debate” entre os dois autores e entre as diferentes/semelhantes formas de ver a questão. Para eles, o falante nativo é uma construção fantasmagórica dos linguistas, inexistente, pertencente apenas ao rol imaginário da discussão teórica dos linguistas. Reafirmamos, dessa forma, que “a ideia de falante nativo seja um construto da linguística, uma idealização das teorias de aquisição que não tem equivalente concreto dentre os usuários da língua” (Jordão, 2014, p. 18). Seria, portanto, um mito.

Naturalmente, aqui não desconsideramos o fator óbvio de que existem falantes nativos como aqueles indicados por Bagno (2017, p. 134). Eles não são um mito, mas existem, são de carne e osso. O que a discussão de Rajagopalan e Schmitz expõe é a inexistência do “constructo teórico” do falante nativo que os linguistas fazem e, ainda mais especialmente, daquele “modelo” de falante nativo a ser alcançado.

De qualquer forma, por questões práticas, o termo habitual que foi utilizado neste texto foi o de “falante”. Ainda que sejam



conhecidas as críticas ao seu uso, é possível manter a proposta inicial sem que ela caia em uma análise discriminatória em relação a outros falantes.

Isso posto, as críticas ao uso de PFOL ficam esclarecidas. Resta-lhe, entretanto, uma última: o termo volta a “situar” os estudos da área não no contexto da língua portuguesa, mas no da linguística.

Português [como] Língua Franca (PLF)

A partir deste ponto, os demais termos discutidos dirão respeito não propriamente à particularidade dos “estrangeiros” – à ideia de “português para” –, mas sim à própria condição da língua em si – a ideia de “português como”.

Advindo por influência do inglês, o uso de Português [como] Língua Franca (PLF) tem menor alcance do que os termos já discutidos anteriormente. Se a expressão *English as Língua Franca* (ELF) é conhecida, sua vertente portuguesa ainda patina em relativa incerteza.

Por definição, uma língua franca, termo surgido no contexto italiano para nomear a língua utilizada como “ponte” entre as diferentes expressões linguísticas do país⁷³, era uma língua própria de comunicação interlinguística entre comerciantes. É um termo utilizado “como meio de comunicação entre dois ou mais grupos que não compartilham uma língua comum” (Bagno, 2017, p. 230). É uma ocorrência tão antiga quanto a própria humanidade, uma vez que sempre existiram línguas que serviram de línguas francas entre os povos (como o grego, o latim, ou o persa de outrora ou, recentemente, o inglês e/ou o mandarim, por exemplo).

É a “nova presença internacional da língua portuguesa” (Meyer, 2015, p. 9), que motiva seu estudo em diferentes lugares do mundo e faz com que seja, mais e mais a cada dia, uma língua de importância no cenário internacional.

⁷³ Sendo por isso chamada por alguns de “língua veicular”

Luna (2016) é um dos que demonstra como o processo de internacionalização da língua portuguesa é um fator recorrente desde as primeiras décadas do século XX. Marques-Schäfer e Bolacio Filho (2016) expõem, como, por exemplo, a língua portuguesa é a língua habitual de alguns cursos da Alemanha. O mesmo ocorre nos EUA, Itália e França, para citar alguns países.

São ocasiões em que, de fato, o português age como uma língua franca. Num ambiente de profunda globalização, não é difícil crer que uma universidade da Alemanha acolha espanhóis, franceses, italianos e chineses em um curso sobre cultura brasileira, ofertado em português do Brasil.

São demandas modernas que criam situações que precisam ser nomeadas e, por consequência, estudadas. É um termo que expõe uma particularidade única da área de estudos, como a de ser utilizada como língua de comunicação em países não lusófonos. Dele, excluem-se os contextos de ensino no Brasil, por exemplo, uma vez que aqui a língua materna já é o português.

Português [como] Língua Internacional (PLI) e Português [como] Língua Global (PLG)

Na mesma esteira de Português [como] Língua Franca, dois outros usos decalcados do inglês são possíveis e encontrados: Português [como] Língua Internacional (PLI) e Português [como] Língua Global (PLG) (Silva e Marçalo, 2015). Os dois termos tratam, basicamente, do mesmo princípio: o de que a língua tem um caráter de projeção internacional ou que pode ser percebido em todo o globo. Daí eles serem agrupados aqui com uma mesma explicação.

Atualmente, a vida do mundo globalizado faz com que se tenha a necessidade de interagir em língua estrangeira em diferentes situações. Mais do que antes, a interação oral ganha destaque e importância (cf. Richards e Rodgers, 2003; Brydon, 2011), muito por conta das atuais demandas da vida em uma sociedade globalizada, internacionalizada. As necessidades de comunicação oral (e não apenas leitura e escrita) foram se ampliando paulatinamente.



Demandava-se o desenvolvimento de competências de uso da linguagem que pudessem dar conta das demandas de comunicação internacional para interação em situações de negócios, viagens, estudo, trabalho e família, dentre outros.

É o mesmo contexto em que surgem os estudos sobre PLF, sempre motivados pela língua inglesa – na realidade, pelo “mito do inglês como língua internacional” (Jordão, 2014, p. 20), uma construção de pouco mais de meados do século passado que atribui à língua inglesa, por intermédio dos Estados Unidos, a condição de “líder” da comunicação internacional.

Perceba-se que a discussão não trata sobre aquilo que se convencionou chamar de imperialismo, antiamericanismo ou algo do tipo. Reconhece-se aqui a proeminência da língua inglesa atualmente como língua de cultura, de ciência, de comunicação, negócios e outros campos mais. É a língua mais estudada do mundo e os Estados Unidos, ainda hoje, o país mais influente⁷⁴.

É indiscutível, portanto, a influência da língua inglesa. O que poderia ser discutido é o quanto, por exemplo, essa influência tem poder de impactar nas outras línguas, ou as condições que permitiram que o inglês ocupasse o papel que atualmente ocupa no cenário mundial. Discussões que, independente dos resultados, não alteram o princípio básico da importância atual da língua inglesa.

Uma importância que, em analogia, foi dada à língua portuguesa, ainda que seja abismal a diferença de capital simbólico⁷⁵ entre as duas línguas. Nos últimos anos, a língua portuguesa alcançou patamares de importância, influência e

⁷⁴ Ainda que outras iniciativas e tentativas queiram fazer-lhe frente, como a russa, a chinesa ou mesmo a da União Europeia.

⁷⁵ “Termo associado ao trabalho de Pierre Bourdieu, usado para fazer referência ao modo como o poder, mais do que uma força física, pode ser exercido simbolicamente. (...) Trata da dominação simbólica com referência ao controle exercido sobre o mercado simbólico, ou seja, o controle sobre aquilo que é valorizado como forma de se vestir, uso da língua, atividades de lazer e etc” (Bagno, 2017, p. 41)

estudo sem precedentes na história recente⁷⁶, ao ponto de ser chamado, acertadamente, de “uma língua internacional” (Meyer e Albuquerque, 2015). Mercosul, ONU, UNESCO, IILP e CPLP são apenas algumas das dezenas de instâncias em que a língua portuguesa exerce seu papel internacional/global.

Mais uma vez, o problema do “português como” fica evidente, uma vez que a consideração da língua se dá em uma de suas aplicações, não em suas questões teórico-práticas ou didáticas. Pensar em PLI ou PLG é pensar em uma forma de “utilizar-se” da língua, sem que isso implique teorizar sobre ela, estudá-la, ensiná-la ou pesquisá-la nos termos da área.

É, por fim, um termo que serve mais aos princípios do mercado internacional e da sociedade globalizada do que aos dos pesquisadores e professores que trabalham com a língua portuguesa.

Português Língua Adicional (PLA)

Também por influência da língua inglesa, surge a ideia de um Português Língua Adicional (PLA). Trata-se de uma perspectiva de se “adicionar” uma nova língua ao rol de línguas que os falantes possuem.

No campo do ensino-aprendizagem de línguas, espaço onde se tem discutido fortemente noções de letramentos, discursos e identidades, há pelo menos uma perspectiva novíssima circulando pelo Brasil: o uso do termo Língua Adicional em substituição ao estabelecido Língua Estrangeira. (Jordão, 2014, p. 14)

O termo, embora recente, possui ampla utilização na literatura científica. A proposta “língua adicional” surge como uma tentativa

⁷⁶ Frisamos a história recente uma vez que, no contexto da história geral da humanidade, em certo momento, Portugal foi o país mais importante do mundo, muito por causa das grandes navegações que, críticas à parte, foram as responsáveis inclusive pelo fato de o Brasil falar português.



de suplantar os problemas causados pelas ideias de nativo, estrangeiro, não nativo e usuário. A ideia é a de utilizar o “termo língua adicional para expressar que esta língua nos pertence (não é algo estrangeiro a nós) e que escolhemos adicionar essa língua ao nosso repertório para podermos usá-la para participar de práticas sociais” (Kramer, 2012, p. 12).

Trabalhos como os de Ianesko e Burgeile (2017) e Kraemer (2012) são apenas alguns dos exemplos que podem ser citados em relação à produtividade do termo, marcando-o como uma nova perspectiva que desponta como relevante e produtiva para a área. Diferentes universidades passaram a adotar o termo PLA para nomear suas práticas e pesquisas, a exemplo do caso da Universidade Federal de Minas Gerais⁷⁷.

Veja-se, ainda no caso da UFMG, a exemplificação do público-alvo do curso disponível em seu site:

alunos estrangeiros com nível básico em português, em especial, falantes de línguas latinas (espanhol, francês, italiano etc.) – seja como primeira língua, seja como língua estrangeira/adicional – que tiveram pouco ou nenhum contato com o português, e que sejam: estudantes estrangeiros oriundos de instituições parceiras da UFMG, ou discentes, professores, pesquisadores e estagiários da UFMG cuja língua materna não é o português.⁷⁸

Uma perspectiva que deixa transparecer, inicialmente, a dupla aceitação de português língua “estrangeira/adicional” – por óbvio, o termo PLE é muito mais difundido do que PLA – pela UFMG, ao mesmo tempo em que marca a clareza de que o curso de “língua adicional” está destinada a “estrangeiros” ou a quem não tem o português como língua materna.

Ou seja: as práticas sociais em um outro idioma demandam que os alunos possam, efetivamente, “participar” da sociedade através da língua que utilizam. No contexto da língua materna, as

⁷⁷ <https://www.ufmg.br/dri/tag/portugues-lingua-adicional/> - acesso em 02/05/2025

⁷⁸ <https://www.ufmg.br/dri/tag/portugues-lingua-adicional/> - acesso em 02/05/2025

discussões sobre a língua ser entendida como uma prática social já é extensa. No contexto da linguística aplicada para o ensino de línguas estrangeiras, igualmente. Entretanto, a esperada “interseção” nos estudos de português língua não materna não acontece. Ao menos, por décadas, não aconteceu.

Foi o resgate que a noção de PLA tentou efetuar. Ao equiparar o aprendizado de uma língua às demais práticas sociais inerentes à vida humana, PLA torna o ato de aprender uma língua também o de aprender a “ser” em outra língua. “Logo, um aluno aprende língua adicional quando ele é capaz de participar das práticas sociais de determinadas comunidades que deseja participar, usando os recursos preferíveis por essas comunidades de prática” (Kramer, 2012, p. 36); “práticas sociais que envolvem ler e escrever na língua adicional” (Kramer, 2012, p. 97).

Aqui, a proposta se aproxima, por exemplo, dos estudos interculturais e das discussões sobre uma “inteligência cultural”, uma “capacidade de se envolver em um conjunto de comportamentos que usam habilidades e qualidades que são ajustadas apropriadamente aos valores e atitudes baseados na cultura das pessoas com quem se interage”⁷⁹ (Peterson, 2004, p. 50). Aprender uma língua adicional é aprender, também, as “habilidades e qualidades” para conviver nessa língua. Dessa forma, o estereótipo de “estrangeiro” não poderia caber, uma vez que estar inserido nas práticas sociais de uma comunidade, saber “transitar” entre elas e estar apto a interagir apropriadamente em outra língua é uma tarefa de quem faz parte daquela comunidade. Relembremos que, segundo o dicionário Aulete (2011, p. 615), um dos sentidos de estrangeiro é “quem veio de fora do lugar no qual está”. Se se está “fora”, não se está inserido nas práticas sociais.

Portanto, a nomenclatura “adicional” para uma língua não tem a ver, estritamente, com a ideia de “soma” implicada em

⁷⁹ “Cultural intelligence is the ability to engage in a set of behaviors that use skills and qualities that are tuned appropriately to the cultural-based values and attitudes of the people with whom one interacts” (tradução nossa).



“adicional”. Trata-se, de fato, de uma outra perspectiva, não particularmente numérica, mas fundamentalmente significativa para o aprendizado de uma língua.

Ao mesmo tempo, busca manter a correspondência inicial dos estudos da área focada nos estrangeiros. Embora não exclua a possibilidade, por exemplo, dos indígenas e surdos – já longamente discutida –, PLA foca especificamente na parte “estrangeira” daqueles que aprendem o português como língua não materna.

De fato, a proposta PLA apresenta pontos interessantes que poderiam ser aproveitados pela área, especialmente em relação a ver a língua como uma prática social – um retorno, ainda, às influências imediatas da Linguística Aplicada no campo de estudos. Por outro lado, adotar o termo PLA significa afastar novamente a área do campo de português língua materna.

Acontece, porém, que o ponto mais problemático em PLA é o de generalizar que o sentido de “estrangeiro” é pejorativo e diminuidor. Crer nessa hipótese é reduzir e simplificar todo um conjunto de crenças e pressupostos absolutamente volátil e flexível. Haveríamos de considerar a pessoa, grupo social, grupo étnico, localidade, época... enfim, uma série de variáveis que, fundamentais, podem conferir ou não sentido pejorativo a um estrangeiro.

Português Língua de Herança (PLH)

Graças à maciça expansão dos falantes de língua portuguesa pelo mundo e, também, à expansão da língua portuguesa para os locais em que ela não é mais língua materna – levada seja pela colonização ou por grupos de imigrantes –, o termo Português Língua de Herança (PLH) passou a ser utilizado para designar os casos em que a língua portuguesa é ensinada para descendentes de lusófonos ao redor do mundo.

“Uma língua de herança é a língua (ou línguas) ancestral de grupos cujos membros trocaram ou estão em processo de troca para adotar a língua majoritária de sua sociedade” (Bagno, 2017, p. 229).

É o caso de brasileiros que, tendo emigrado para o exterior, buscam preservar suas raízes sociais, linguísticas e culturais em seus novos locais de domicílio.

Com o crescente fluxo de brasileiros emigrados para países como Estados Unidos, Japão, Itália, Alemanha, Espanha, Inglaterra, Paraguai e tantos outros com oportunidades de trabalho, pesquisa, estudo ou de melhores condições econômicas, pode-se perceber ao longo dos últimos 10 anos que há uma consciência mais clara e premente da importância de manter vivos no seio de suas famílias os vínculos com as origens e cultura brasileiras (Lico, 2011, p. 1)

São brasileiros ao redor do mundo, em número a cada dia crescente nas últimas décadas, que precisam ensinar seus filhos a possuírem laços com o país de origem de seus pais. Uma consciência que, a bem da verdade, é comum a praticamente todos os povos, mas que passou a ter atenção dos linguistas nas últimas décadas⁸⁰.

Passou a ter, também, a atenção do governo brasileiro. Multiplicam-se iniciativas governamentais – na esteira daquilo que se convencionou chamar de políticas linguísticas – destinadas a um público específico em situação de manutenção linguística como língua de herança. Assim, é possível citar a criação de um material didático específico feito pelo então Centro Cultural Brasil-Itália, em Roma⁸¹, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores. Outro exemplo possível é o da elaboração do material “Como manter e desenvolver o português como língua de herança: sugestões para quem mora fora do Brasil”⁸², editado pelo Consulado Geral do Brasil em Miami, nos Estados Unidos.

⁸⁰ E também daqueles que não são linguistas. Um exemplo é a fundação da ABRACE – Associação Brasileira de Cultura e Educação –, nos EUA, destinada a promover o ensino da língua portuguesa como língua de herança, e que foi realizada por uma farmacista.

⁸¹ <https://bit.ly/2JZHnN1> - acesso em 02/05/2025

⁸² <https://bit.ly/2K3G0ge> - acesso em 02/05/2025



De fato, adotar o uso de PLH é focalizar as pesquisas em um nicho bastante reduzido dentre o universo daqueles que precisam aprender a língua portuguesa. Não é, a priori, nem mesmo focalizar em “estrangeiros”, uma vez que há parcela significativa de brasileiros que crescem em outro país e que precisam aprender o idioma e a cultura de seus pais.

Algumas últimas palavras sobre o “Português para”

Para completar a exposição das possibilidades de definição da área, resta fazermos apenas uma breve discussão acerca de um campo “correlato” que, não definindo a área, exerce sobre ela alguma influência.

Têm crescido nos últimos anos a procura e a oferta de cursos direcionados para nichos específicos, profissões ou finalidades. São cursos de “português para negócios”, “português jurídico”, “português para intercâmbio” e muitos outros.

A configuração mescla as ideias de “português como” e “português para”. Na primeira perspectiva, porque em geral é um ensino de português que age “como” uma língua estrangeira; na segunda, porque tem clara finalidade de ser “para” algo, alguém ou uma situação específica.

É o caso, inclusive, dos cursos “personalizados” para povos específicos. A própria página da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa, indicando materiais didáticos “oficiais” – posto que possuem a chancela do Ministério das Relações Exteriores –, fala em “Português para tailandeses”, “Português para russos” e em “Português para ucranianos”. Na mesma seção, fala em POLH: Português como Língua de Herança.

Tais cursos, em geral, ainda não despertaram interesse da academia para que fossem pesquisados. Em consulta ao Catálogo da CAPES⁸³, usando os filtros listados acima, nenhum resultado foi encontrado. É uma perspectiva que, apesar de constar em ofertas

⁸³ Sucessivas combinações de pesquisa realizadas em 02/0/2025.

de cursos – e, conseqüentemente, indicarem uma demanda –, fica restrita aos ambientes em que é idealizada.

Não deixa de ser, de qualquer forma, um “termômetro” dos interesses pela língua portuguesa. É a parte visível de uma “tendência mundial de se olhar a cultura de língua portuguesa e a própria língua como objetos de desejo” (Meyer, 2015, p. 17).

Igualmente, não deixa de ser, também, um decalque da potencialidade da língua inglesa que se copia, trazendo para a língua portuguesa as ofertas de ensino daquela língua. A motivação, não deixemos de perceber, é também a da globalização e da nova presença internacional da língua portuguesa.

Afinal, que terminologia utilizar? Ou sobre considerações finais

Nosso texto buscou debater, de forma extensa, algumas das terminologias utilizadas na área de “PLE” nas últimas décadas, de forma a expor, também, um panorama e um estado da arte dos possíveis conceitos para nomear os estudos realizados.

Como pôde ser observado, todos os conceitos analisados apresentam algum tipo de vantagem, assim como apresentam algum tipo de desvantagem. São todas opções que poderiam ser utilizadas em alguns contextos, embora não podendo ser aplicadas a todos os outros cenários.

Isso leva a discussão de volta para o problema da terminologia a ser utilizada, assim como da exatidão da definição dos conceitos. Uma preocupação relevante, que deveria nortear os estudos em qualquer ciência. Só é possível se falar a respeito daquilo que se conhece, ao mesmo tempo em que, para conhecer, é preciso definir e individualizar. Nas palavras de Krieger, a terminologia conceitual a ser utilizada é importante uma vez que

[...] integra o funcionamento da linguagem, caracteriza-se pela forte articulação do componente lexical que, por força de especificidades temáticas, constitui-se em importante recurso para a precisão conceitual. Tal precisão é uma condição necessária a um eficiente intercâmbio



comunicacional entre especialistas dos diferentes ramos do conhecimento (Krieger, 2000, p. 210).

Ademais, completa a autora que

não obstante, os termos são considerados como rótulos e etiquetas com os quais conscientemente, enominam-se os resultados das ciências e das técnicas, de modo a evitar a polissemia e as ambigüidades do léxico comum. Nesse mesmo sentido, é conhecida a afirmação de Coseriu de que as terminologias científicas e técnicas não pertencem à linguagem, posto que sua utilização visa apenas a classificações científicas, e por conseguinte, estão fora da língua como sistemas de significação. Conforme suas próprias palavras: “Para as ciências e as técnicas, as palavras são efetivamente o ‘substituto’ das coisas, isto é, desse ponto de vista, a ‘significação’ coincide com a designação, o que não ocorre na linguagem como tal” (Krieger, 2000, p. 216).

Já de início, os termos *Português para estrangeiros* e *Português do Brasil para Estrangeiros* indicam o público-alvo a quem a área está voltada. São nomenclaturas possíveis, uma vez que individualizam a parte dos “estrangeiros” da questão. Por outro lado, a possibilidade de uma leitura pejorativa dos “estrangeiros” permanece.

Português Língua Estrangeira poderia ser um termo que retiraria o foco de “estrangeiros” das pessoas para colocá-lo na língua. Passaríamos, assim, de um ente concreto humano para uma entidade abstrata imaterial, numa expectativa não apenas de modificar de um “Português para” para um “Português como”, mas também de ressignificar toda a cosmovisão de uma prática acadêmico-pedagógica.

Entretanto, o termo seria absolutamente redutor, uma vez que a condição de língua estrangeira não poderia ser aplicada em nenhum país lusófono. Não poderia haver nunca um ensino de *Português Língua Estrangeira* no Brasil ou em Portugal. Seria restringir o termo aos outros países, quando, na realidade, a preocupação com a descrição, a pesquisa e o ensino da língua que aqui se coloca está concentrada no próprio país dessa língua. É

como estar em uma festa para a qual o aniversariante, parte mais importante, não foi convidado.

Português como Segunda Língua poderia resolver os problemas dos usos anteriores, uma vez que estaria ainda focado na entidade imaterial e abstrata da língua, podendo, também, servir para o uso nos países lusófonos. Adquirir uma segunda língua – não considerada numericamente como “segunda”, obviamente, mas no sentido de não ser a “primeira” – seria uma condição possível em qualquer lugar do mundo. O problema, que se repetirá com outros termos, é o de não individualizar o elemento estrangeiros dentro de um cenário maior, como o de índios e surdos.

Português para Falantes de Outras Línguas é uma alternativa posterior que tenta suplantar as críticas anteriores dos termos levantados. Esbarra, porém, na complexa definição de “falante”, a qual a linguística irá impor severas críticas.

Acontecerá o mesmo com Português Língua Adicional, termo fortemente ligado a uma tradição dos estudos discursivos. A própria ideia de “adicional” impõe, involuntariamente, a visão de línguas como objeto que pode ser “adicionado”. O sentido original do termo não é esse, mas a comparação é inegável. Na busca por um termo neutro, o resultado foi a criação de outro termo semanticamente complexo.

Português Língua de Herança, Português [como] Língua Franca, Português Língua Internacional e Português [como] Língua Global marcam uma série de termos restritivos, de utilização e alcance limitados, focalizando especificidades do ensino da língua portuguesa. Termos úteis para os nichos em que são empregados, mas pouco úteis para a definição e operacionalidade da área.

Restam, assim, dois possíveis termos a serem comentados: Português como Segunda Língua para Estrangeiros e Português [como] Língua Não Materna.

A utilização de PL2E, como já discutida, remete ao polo de pesquisas pioneiro, a PUC-Rio, a quem a área deve muito de sua configuração no Brasil. Trata-se de uma escolha pensada durante



décadas pela prática profissional, mas, sobretudo, pela afirmação teórica. De fato, PL2E supre a maior parte das críticas possíveis aos outros termos, dando o contorno necessário para que a área possa ser definida e individualizada diante de outras. Da PUC-Rio, o termo se popularizou em outros ambientes acadêmicos.

O problema, porém, está em associar toda uma área de estudos, mundial⁸⁴, a uma instituição de ensino em particular. Além de redutor, seria temerário, posto que seria limitar a ciência aos moldes de alguns poucos pesquisadores que, ademais a importância histórica que possuem, não são eles os “donos” do campo de estudos. Seria, ainda, não estar em compasso com a comunidade internacional, especialmente aquela lusófona. Nesse sentido, o último termo poderia ganhar maior destaque.

Português [como] Língua Não Materna é um termo que, como já apontado, apresenta relativa falha em relação à definição de seu público-alvo. Uma falha que não pode deixar de ser considerada. Entretanto, é uma forma de aproximação da área com os tradicionais setores de ensino de Língua Portuguesa materna. Ao retirar o domínio da área da Linguística Aplicada, a opção por PLNM reúne duas faces de um mesmo objeto que haviam sido historicamente divididos, fatiados. Não é um termo que resolva todas as críticas, por óbvio, mas é um uso que pode ser mais genérico e amplo, abarcando maiores contextos, especialmente na Lusofonia.

Ao final, nossa discussão acerca das possíveis terminologias no campo amplo do PLE/PLNM – para ficarmos nos termos mais comuns e genéricos – foi uma reflexão acerca das potencialidades terminológicas da área e de como cada uma das escolhas feitas implica posicionamentos, pressupostos e implicações diversas. Cada uso, portanto, trará em si uma visão de mundo diversa.

Compreendemos, também, que nossa discussão foi enxuta e pouco abrangente em relação às potencialidades, discussões, características e manifestações das formas conceituais aqui

⁸⁴ Ainda que, é claro, concentrada majoritariamente no mundo lusófono

discutidas; ao mesmo tempo, sabemos ter deixado de lado algumas possíveis nomenclaturas, como a de “português com estrangeiros” (Silva, 2025; Silva e Ribeiro, 2023) ou a de “português língua segunda” (PL2), uma vez que compreendemos que esses usos não são expandidos, mas localizados. Em outro trabalho nosso (Evaristo, 2022), apresentamos uma certa confusão terminológica em documentos oficiais da CPLP, o que trazia implicações sobre a forma como essa língua era compreendida nos diferentes cenários; aqui, apresentamos uma outra maneira de nos confrontarmos com a questão, discutindo-a em outro prisma.

Esperamos que os leitores possam ter algo de útil a aproveitar dessas contribuições e que elas possam incentivar novos trabalhos e pesquisadores nesta seara. Fica o convite.

Referências

- AULETE, Caldas; Geiger, Paulo (org.). **Novíssimo Aulete: dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011
- BAGNO, Marcos de A. **Dicionário Crítico de Sociolinguística**. São Paulo: parábola, 2017
- BOLACIO FILHO, E. S.; MARQUES-SCHAFFER, G. Considerações sobre o ensino de alemão na Alemanha. In: Alexandre do Amaral Ribeiro. (Org.). **Ensino de Português do Brasil para Estrangeiros: internacionalização, contextos e práticas**. 1ed. Rio de Janeiro: epublik, 2016
- BRYDON, D. Local needs, global contexts: learning New Literacies. IN: MACIEL, R.; ARAUJO, V. (Orgs.) **Formação de professores de línguas: ampliando perspectivas**. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.
- CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola/Ipol, 2007
- EVARISTO, Jefferson. Nomenclaturas da língua portuguesa nos planos de ação da CPLP: português língua o quê? **Caderno Seminal Digital** (Rio de Janeiro), v. 2022, p. 83-107, 2022.



GUIBAN, Pierre. O paradigma da língua na formação do nacionalismo brasileiro. In: Mônica Maria Guimarães Savedra; Marco Antonio Martins; Dermeval da Hora. (Org.). **Identidade Social e contato linguístico no português brasileiro**. Rio de Janeiro: FAPERJ; EDUERJ, 2015

IANESKO, R. A.; Burgeile O. . A Aprendizagem de Português como Língua Adicional. **INTERLETRAS (DOURADOS)**, v. 6, p. 1-16, 2017

JORDÃO, Clarissa Menezes. ILA - ILF - ILE - ILG: quem dá conta?. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 14, p. 13-40, 2014

KRAEMER, Fernanda Farenzena. **Português língua adicional: progressão curricular com base em gêneros do discurso**. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

KRIEGER, Maria da Graça. Terminologia revisitada. **DELTA**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 209-228, 2000.

LAGARES, Xoán Carlos. Minorias linguísticas, políticas normativas e mercados. In: Lagares, Xoán Carlos; Bagno, Marcos. (Org.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011

LICO, Ana Lucia Cury. Ensino do Português como Língua de Herança: Prática e Fundamentos. **Revista SIPLE**, Brasília, maio de 2011. Ano 2, volume 1.

LUNA, José Marcelo F. de. Internacionalização do português: perspectivas historiográfica e intercultural. In: RIBEIRO, Alexandre do Amaral. **Ensino de português do Brasil para estrangeiros: internacionalização, contextos e práticas**. Rio de Janeiro: Epublik, 2016.

MEYER, Rosa M. de B. Estudos em PL2E no Brasil: trajetórias e tendências. In: RIBEIRO, Alexandre do Amaral. **Ensino de português do Brasil para estrangeiros: internacionalização, contextos e práticas**. Rio de Janeiro: Epublik, 2016

MEYER, Rosa M. de B.; ALBUQUERQUE, Adriana. **Português: uma língua internacional**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2015

MEYER, Rosa Marina de Brito. **Um balanço do Português como Segunda Língua para estrangeiros (PL2E) na PUC-Rio: 40 anos de ensino, 15 anos de pesquisa.** Rio de Janeiro: Deescubra, 2009

MEYER, Rosa Marina de Brito; ALBUQUERQUE, Adriana F. de S.; ALENCAR, Rocardo B. Português para Estrangeiros: da gramática à pragmática, do ensino à pesquisa. In: Cláudio Cezar Henriques. (Org.). **Linguagem, conhecimento e aplicação: estudos de língua e linguística.** 1ed. Rio de Janeiro: Europa, 2003

RIBEIRO, A. A.. Ensinar aprendendo e aprender ensinando: a formação docente como eixo norteador da área de Português Língua Não Materna na UERJ. In: Rosa Marina de Brito Meyer; Adriana Albuquerque. (Org.). **Português: uma língua internacional.** 01ed. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2015

RIBEIRO, Alexandre do Amaral. Minha Língua, Muitas Pátrias: pesquisa e ensino de português como língua não materna em perspectiva intercultural no âmbito do NUPPLES/UERJ. **Revista Idioma**, v. 25, p. 35-46, 2013

RICHARDS, Jack C.; RODGERS, Theodore S. **Enfoques y métodos en la enseñanza de idiomas.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003

SÁ, Rubens Lacerda de. **PFOL – Português para falantes de outras línguas: Interculturalidade, inclusão social e políticas linguísticas.** Campinas, SP: Pontes, 2016

SCHMITZ, J R. Sobre o conceito falante nativo/falante não-nativo e “World Englishes”: Um debate com K. Rajagopalan. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, [S.l.], v. 32, n. 3, fev. 2017. ISSN 1678-460X. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/delta/article/view/32185/22244>>. Acesso em 27 abr 2025

SILVA, Ana Alexandra; MARÇALO, Maria João. Português língua internacional: a experiência de Portugal na Universidade de Évora. In: MEYER, Rosa M. de B.; ALBUQUERQUE, Adriana. **Português: uma língua internacional.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2015

SILVA, Antônio José. “O que quer dizer isso”? A questão da oralidade no ensino de português com a presença de estrangeiros



na educação básica. In: Silvia Adélia Henrique Guimarães. (Org.). A popularização do discurso científico em debate: Língua(gens) em perspectiva Vol.2. Campinas: Pontes Editora, 2025

SILVA, Antônio José; RIBEIRO, Alexandre do Amaral. Ensino de português nas escolas públicas de Manaus/AM com a presença de estrangeiros: experiências e iniciativas. In: Clarissa Jordão; Marcela Martins de Melo Fraguas; Marcia Lisbôa Costa de Oliveira; Valéria Rosa-da-Silva. (Org.). Insurgências decoloniais na Linguística Aplicada: estudos e experiências. 01ed.Curitiba: CRV, 2023

SILVA, Jefferson Evaristo do Nascimento.; RIBEIRO, A. A. ; MEYER, Rosa Marina de B. ; BARBOSA, Flávio de A. . Português língua não materna e ensino: múltiplos olhares. In: Fábio André Cardoso Coelho; Jefferson Evaristo do Nascimento Silva. (Org.). **Ensino de Língua Portuguesa: teorias e práticas - Volume I**. 1ed.Rio de Janeiro: Gramma, 2018, v. 1, p. 1-25

TROUCHE, Ligya Maria. Apresentação da homenageada. In: REBELLO, Adriana; *et alli*. **Português do Brasil para estrangeiros: homenagem à professora Norimar Júdice**. Niterói: Intertexto, 2017

PARTE 4

Literatura, palavra e suas potências

Nuestro todo, nuestra nada: quando a 'memória' transcende a dimensão do verbete e se revela enquanto cronotopo na literatura de Cristina Bajo

Phelipe de Lima Cerdeira (UERJ)

En Córdoba hemos tenido unos días de otoño en primavera, grises y frescos, hermosos según mis gustos; una noche llovió a cántaros y al día siguiente lloviznó finito, con un sonido leve, pero tranquilizador, que parece poner paz en la naturaleza. (Bajo, 2013, p. 17).

25 de maio de 2025.

Infiro não ser uma surpresa para você – meu leitor implícito ou minha leitora deste presente capítulo – que uma data de um calendário pode assumir mais do que a função de demarcação aleatória em um ponto do tempo. Não aludo à evidente perspectiva de que um dia se realiza potencialmente enquanto efeméride, mas a meandros nem sempre cultuados como forma de arquivo de um determinado campo intelectual ou de poder. Para além de índice ou demarcação obrigatória, uma data, em meu horizonte de perspectiva como pesquisador dos estudos literários, se faz também como um capítulo outro (Mignolo, 2003), um convite para *volver*, uma forma de (des)ler o que pensamos conhecer e (re)avaliar os significados polissêmicos de certas palavras para projetos poéticos de autores com quem trabalhamos há muito.

E o que exatamente o dia 25 de maio de 2025 tem a ver com a discussão de ordem epistemológica e pessoal? Trata-se, pois, de um vinco neste 'tempoespaço', uma fricção não para que saibam quando esta reflexão foi ensaiada, mas, também, como uma inevitável coincidência no momento em que precisamos resistir ao pensar o aniversário de 215 anos da Revolução de Maio argentina,

fato histórico em que o atual representante oficial da nação austral, como proposição de sua questionável agenda libertária, anuncia, decidido, o ofício não apenas de querer reescrever o passado via uma pós-verdade, mas de, também e perigosamente, não nos permitir ao direito de recordar⁸⁵.

Assim, buscando ecoar um projeto coletivo, tomo este 25 de maio de 2025 ora como uma sorte de objeto palpável, concreto, que nos eleva a discursos e experiências anteriores, ora como algo que reitera a convicção de que uma data é mais do que um marco fortuito de um calendário, uma casualidade pragmática eurocentrada de um modo de organizar a vida herdada por uma perspectiva juliana, mas, certamente, uma maneira de nos (re)organizar em torno das palavras, dos discursos capazes de fazer com que possamos provar que “[...] el tempo había desdoblado una arruga para extenderla como un puente” (Bajo, 2012, p. 190).

Embora a proposição para pensar uma data – 25 de maio – como um disparador seja, aqui, minha, faço-a mediante uma metáfora que desvela uma marca, um rastro do passado a partir da poética de uma velha conhecida: a escritora Cristina Bajo⁸⁶. Responsável por abrir

⁸⁵ Ao invés de dar visibilidade aos diferentes ataques perpetrados pelo mandatário, ainda que, aqui, no papel, não tenhamos risco de catapultar a lógica algorítmica da qual se faz valer no território das redes sociais, prefiro dar vazão às palavras do secretário de *Abuelas de Mayo*, Manuel Gonçalves, quem, ao problematizar em uma entrevista para o jornal *Página 12* sobre o recente e planetário êxito da produção audiovisual *El Eternauta* para uma grande companhia de *streaming*, passa a salientar sobre o fato de que essa atenção e interesse em torno de produções culturais do país devem “[...] servir para no olvidar que somos el único país en el mundo que hizo un revisionismo en profundidad de su historia reciente”. (Gonçalves, 2025, s. n.).

⁸⁶ A afirmação se deve ao fato de que Bajo passou a fazer parte do meu horizonte enunciativo enquanto pesquisador desde a realização de uma Especialização em *Lengua, Literatura y Traducción en Español*, realizada há mais de uma década. De lá para cá, a poética de Bajo me acompanhou nas pesquisas do Mestrado e do Doutorado. No primeiro caso, a partir de uma proposição para pensar o seu primeiro romance – *Como vivido cien veces* (1995) – como um ponto de inflexão dos estudos da ficção histórica na Argentina, tive a oportunidade de desenvolver uma dissertação laureada com o Prêmio Anpoll de Teses e Dissertações (2016).



este capítulo a partir do marco paratextual, Bajo tem sido meu foco ficcional de interesse há muitos anos, sobretudo por me ajudar a problematizar as diferentes proposições tomadas pela ficção histórica argentina contemporânea (Cerdeira, 2015). A demarcação pelo seu lugar de enunciação – Córdoba – é saliente, como pode ser observado sem grandes segredos na epígrafe. Essa Córdoba aludida se constitui enquanto eco, um fragmento retomado a cada tanto e que se institui para além de um recurso toponímico, já que celebra a “[...] continuidade da duração que supera a recordação relativamente breve de indivíduos” (Assmann, 2011, p. 318), esclarecendo sobre “[...] a possibilidade de que os locais possam tornar-se sujeitos, portadores da recordação e possivelmente dotados de uma memória que ultrapassa amplamente a memória dos seres humanos.” (Assmann, 2011, p. 317).

Em sua pentalogia romanesca, por exemplo, a “memória” como palavra é alçada como parte integrante da maneira de tecer a ficção, ecoando a perspectiva da ficcionista ao tomar uma história como um espaço do inacabável, aberto justamente para o processo do narrar, de colecionar – quiçá a modo benjaminiano – fragmentos não exatamente apenas do que foi, mas do que poderia ter sido.

Como um desafio-provocação, já em seu primeiro romance publicado na década de 90 do século XX, Bajo leva para a diegese, a partir da voz de uma personagem ficcional, a disposição para discutir sobre o pêndulo do lembrar e do esquecer, fazendo da ficção um espaço para versar sobre a memória como uma resistência diante de algo aviltante: “(...) Porque es preciso no olvidar, doña Luz. Los pueblos de mala memoria están destinados a la ignominia...” (Bajo, 1997, p. 277). Disposta a realinhar esse destino vergonhoso, Bajo plasma em sua poética não apenas os encontros e desencontros de ficção e história, mas também a força da memória enquanto dispositivo interpretativo, intersubjetivo e interativo (Ravinovich, 2008), de seleção e ambivalência da língua(gem) que nos constitui. Assim,

Se não há enganos entre os enganos da literatura, o fato é que, ao menos por meio da ficção histórica, passa a ser vivenciada uma forma de se questionar a verdade; um compromisso para que seja levantado o tapete do discurso oficial na tentativa de se espreitar, em meio ao pó do passado, as sempre plurais verdades. (Cerdeira, 2015, p. 256).

A partir dessa convicção de alguém disposto a questionar uma suposta verdade protegida por um discurso oficial, monológico, em cada obra, seus leitores parecem lidar com a lembrança de alguém que descobre uma caixa com pequenos objetos selecionados com o passar do tempo; ou, ainda, um álbum, melhor, um livro de lembranças pronto para ser folheado. Assim, a publicação de *El libro de los recuerdos* pela casa editorial Ediciones del Boulevard, em 2012, ganha relevância para os estudos bajonianos não apenas por sinalizar o percurso da escritora de ficção pelos (des)limites do escrever cotidiano e cronístico (trata-se, pois, da seleção de três dezenas de crônicas publicadas pela autora ao longo dos anos no jornal *La voz de interior*, a partir de uma seção intitulada *Bajo relieve*), mas por oferecer à fortuna crítica rastros viáveis de um projeto poético que tem na palavra “memória” mais do que um recurso lexical proeminente, mas uma chave de acesso para diferentes portas ficcionais abertas pela escritora.

Em *El libro de los recuerdos* (2012), valoriza-se como “[...] Bajo afina o tom de sua prosa [...] potencializando uma maior intimidade para narrar com certa fluidez, alheio a considerações e embargos do discurso histórico.” (Cerdeira, 2019, p. 273). Esse parece ser justamente o ímpeto buscado pela voz apresentada na décima sétima crônica da obra aludida, intitulada como “Junto al río celeste del espacio”. Ao tomar o passado como algo não apagável (*imborrable*, nas palavras da autora), Bajo inicia a sua interlocução com quem a lê valorizando a memória para além de algo contável, um momento que nos exige atenção para descortinar um tempo adulto que parece ter se esquecido de sentir cada índice que nos circunda como registros de outro(s), tal como tomávamos em um afã de registrar concernente ao que chamamos de infância:



Al envejecer, sin darnos cuenta, comenzamos a armar una manta de recuerdos, una manta confeccionada con retazos de nuestra vida, especialmente de la infancia y de la primera juventud. La edad adulta parece ser un territorio demasiado conocido, una especie de barrio no demasiado pulcro, ni demasiado interesante, donde uno no encontrará casas viejas con historias raras, ni verá árboles enormes que nos recuerden que están allí desde antes que nacieran nuestros abuelos. (Bajo, 2012, p. 113).

E, como em uma manta feita a modo *patchwork*, artesanalmente costurada, quadrado a quadrado, *El libro de los recuerdos* nos convida a pensar na polissemia da palavra “memória”, ao passo que nos permite ponderar sobre algumas das contribuições relacionadas à dimensão mnemônica não apenas para o território da ficção. Se passamos rapidamente ao *Diccionario de la Real Academia Española*, teremos como consulta entradas que nos explicam que a entrada “memória”, atrela-se, primeiramente, à ação ou à “1. Capacidad de recordar”. Sobre a poética bajoniana, eu mesmo já havia aventado sobre o fato de que

A **dimensão do verbo recordar** passa a ser exercício também pragmático para o escrever, o que será absorvido de maneira engenhosa e pontual na metade da saga, personificado pelo romance *La trama del pasado*. Do passado imborrável e da relevância dos discursos elaborados e ressignificados no período fundamentalmente da infância, a narrativa de Bajo foi também embebida pelas cores e notas das fábulas e lendas. (Cerdeira, 2019, p. 274, grifos nossos).

Recordar, no tecido literário de Bajo, parece estar abastecido continuamente pelas diferentes discussões a respeito da “memória”, sendo perpassado pelas contribuições aristotélicas que entendem a memória para além de um fantasma puramente imaginado ou de uma impressão platônica, sendo efetivada, também, pela rememoração.

Sem apelar à dimensão de categorias ou formulações teóricas como a de Paul Ricouer (2007), marco continuamente tomado por muitos de nós, Bajo leva para a literatura a representação de uma memória que sabe ser, em certo sentido, “ambición, una pretensión,

la de ser fiel al pasado” (Ricouer, 2007, p. 40), mas que, ao mesmo tempo, não dissimula ter ciência de que a mesma memória é fruto da dúvida, da incerteza de uma impressão e da pré-disposição por traduzir certo sentimento ou impressão do vivido justamente por palavras: “Esa tarde, más temprano, unas amigas la buscaron para ir a juntar *yuyos*, como **decimos en Argentina**, pues es costumbre allá que las mujeres recojan hierbas aromáticas en los montes, que luego dejan en un recipiente con agua, al sereno, durante toda la noche” (Bajo, 2012, p. 43, *italico da autora, negritos nossos*).

Permito-me retomar o que foi dito anteriormente por Bajo na crônica “Pasó la noche de San Juan” a partir da palavra que nos traz aqui a este capítulo: “memória”. Dedicada a pensar a respeito de como uma frase proferida ou uma simples palavra pode se fazer enquanto disparador de recordações, na vigésima quarta crônica da obra, “Ciruelo, damasca o amor”, Bajo inicia em forma de sentença: “A veces, una frase casual nos lleva impensadamente hacia el pasado” (Bajo, 2012, p. 155). Importante para esta discussão, a palavra-detonadora “memória” se materializa enquanto território de contemplação na poética de Cristina Bajo. Dito de outra forma, cabe evocar a voz presente na crônica “Hablando de papá” da obra estudada, responsável por sinalizar como a memória é exercício constante de rememoração, sendo, por isso, reminiscência submetida aos caprichos não apenas da passagem do tempo entre o enunciado e quem o enuncia, mas da sua necessidade latente de sobrevivência e de interpretação:

Hace quince años que falleció, pero para mí fue ayer. Lo recuerdo casi todos los días, y a veces sueño con él – esos sueños gratos que nos acercan al ausente – y no me avergüenzan llorar, a mis setenta y cinco años, como aún fuera niña.

Sé que tenía defectos: con el paso del tiempo, **me cuesta recordarlos**. (Bajo, 2012, p. 35, *grifos nossos*).

A experiência testemunhada do contar da tristeza de quem perdeu um ente querido, um pai, empresta à prosa de Bajo uma importante noção de como a memória é, portanto, mais do que



apenas um léxico submetido a uma monossemia, tal como explicado por Maria Aparecida Barbosa (2004) ao pensar nos estudos da lexicografia. Está presente no horizonte potencialmente nebuloso da “memória” algo que vai além da ação de recordar, tal como falamos. Há, pois, a condição expressiva de assumir, enquanto substantivo abstrato feminino, um rol de atribuições semânticas enquanto:

2. Recuerdo que se hace o aviso que se da de algo pasado.
3. Exposición de hechos, datos o motivos referentes a determinado asunto.
4. Estudio, o disertación escrita, sobre alguna materia.
5. Relación de gastos hechos en una dependencia o negociado, o apuntamiento de otras cosas, como una especie de inventario sin formalidad.
6. Monumento para recuerdo o gloria de algo.
7. Obra pía o aniversario que instituye o funda alguien y en que se conserva su memoria.
8. En la filosofía escolástica, una de las potencias del alma.
9. Dispositivo físico, generalmente electrónico, en el que se almacenan datos e instrucciones para recuperarlos y utilizarlos posteriormente.
10. Relación de recuerdos y datos personales de la vida de quien la escribe.
11. Relación de algunos acaecimientos particulares, que se escriben para ilustrar la historia.
12. Libro, cuaderno o papel en que se apunta algo para tenerlo presente. [...]
(Drae, s. n.)

A mais de uma dezena de entradas para pensar o item lexical “memória” parece não passar despercebida por Bajo em *El libro de los recuerdos*. A divisão em trinta crônicas, tal como advertido anteriormente, é lida para além de um processo anedótico de seleção, mas como um esforço de um projeto que toma cada seção enquanto potencial para revelar o tensionamento entre o individual e coletivo. Em cada uma das memórias-texto da obra de Bajo selecionada, passa a ser possível vislumbrar como “[...] a memória se orienta para o passado e avança passado adentro por entre o véu do esquecimento” (Assmann, 2011, p. 53), permitindo-nos entender como, durante muito tempo, o fazer histórico tentou disciplinar os saberes memorialísticos, fazendo-se valer como uma espécie de memória

disposta a cultivar um passado coletivo. Tal como afirmado por De Grandis, “O conhecimento histórico é memória disciplinada, com base em critérios históricos exteriores sobre o que legitimamente se deve recordar e o que as sociedades ou comunidades “imaginadas” devem esquecer.” (De Grandis, 2017, p. 26).

O que propõe Cristina Bajo a partir de suas crônicas e, de maneira geral, em sua poética como um todo é fissurar essa disposição do discurso histórico hanckeano celebrado por projetos românticos finisseculares e amplamente relativizados desde a nova história, esclarecendo como a ideia da “[...] memoria no sirve [...] meramente para acumular hechos, sino para indagar activamente sobre lo que no está muerto, y sobrevive en la conciencia nacional” (Morello-Frosch, 1986, p. 207).

Na literatura de Bajo, o léxico, a “memória”, assume a função categórica de deslindar como o processo mnemônico é constituído por escolhas (conscientes ou não) de quem opera para pensar uma recordação. Na crônica “Nuestro todo, nuestra nada”, que faz o convite inicial para o adentrar de *El libro de los recuerdos*, acompanhamos atentamente a uma confissão:

No sé de qué depende esta selección. En mi caso no es difícil que perduren los momentos dichosos. Quizás porque pertenezco a una familia privilegiada, no en dinero, sino en circunstancias, donde no hubo grandes tragedias: si dolores, los suficientes para ser soportables, muchos de ellos, total mente esperados: mis padres dejaron esta vida rozando los noventa años; no tuvieron largas y desgastantes enfermedades, solo cierto deterioro de la edad y conservaron la conciencia hasta el último instante (Bajo, 2012, p. 11).

E a sorte de herdar certa genética, parece ser traduzida pelo o que entendo ser uma longevidade, sim, mas discursiva e poética no caso de Bajo. Fragmento a fragmento, a memória se (des)faz, como em um jogo infantil, dando valor a detalhes dos quais abdicamos quando adultos, mas que parecem ser fulcrais para quem acreditar na potência do narrar. Assim, a memória na literatura de Cristina Bajo já não é fruto de uma certeza que congela um passado certo, mas um território movediço que compartilha, tal como apregoadado



por Jacques Derrida, um “mal de arquivo”. E, esse mal, ao contrário do que poderia apressadamente supor um olhar desatento, vê nos meandros da memória o exercício de quem alguém predisposto a percorrer registros, revisitar o vivido a cada repetição que, como sabemos, é por si só irrepetível, criando laços e fragmentos novos em um arquivo chamado memória. Crônica a crônica, o que parece existir é justamente uma dilatação de um individual-coletivo, convidando-nos a

[...] correr detrás de él allí donde, incluso si hay demasiados, algo en él se anarquiza. Es lanzarse hacia él [referência ao arquivo] con un deseo compulsivo, repetitivo y nostálgico, un deseo irreprímible de retorno al origen, una morriña, una nostalgia de retorno al lugar más arcaico del comienzo absoluto. (Derrida, 1997, p. 98).

Esse desejo de retorno, em *Bajo*, se faz a partir de cada crônica, cada lembrança capaz de evocar como uma memória é também marco para pensar a história cultural, a manifestação de um país estabelecido pela gente do povo, pela relevância daqueles que, muitas vezes, não foram e não serão revelados pelos discursos oficiais e oficializadores. Nesse (des)tecer de memórias, na crônica “La “Niña” Esther” – alusão à personagem de extração histórica Esther Álvarez –, a escritora cordobesa exaltarà como certas figuras se transformam em histórias de um grupo, constituindo-se enquanto metonímia de uma memória que é aditivo necessariamente coletivo e social, seguindo o que foi apregoadado por Maurice Halbwachs (2011):

Para mí, ella representa a la gente humilde y trabajadora de nuestras sierras, la educación innata, la buena voluntad, la dignidad, el espíritu de la caridad y el fuerte sentido de solidaridad social que vamos perdiendo. Y entre tanta noticia de corrupción, de fortunas desmesuradas, de empresas fantasmas y empresarios que se quedan con tierras ajenas, siento que es hacia ella y gente como ella que debemos volver los ojos para tomar aire y esperanzarnos en que no todo está perdido si estas personas, ajenas a los titulares, siguen haciendo lo que pueden por el bien de los demás [...] (*Bajo*, 2012, p. 79).

Mais uma vez, cada subdivisão em *El libro de los recuerdos* se faz justamente em primeira instância como um ato, uma decisão do agente-leitor que entende que a “memória” não se constitui enquanto algo negociável ou abdicável, sobretudo porque sabemos que ela também é parte do viver democrático, a escolha “[...] más efectiva para impedir que las políticas del olvido sigan el cauce de las transacciones políticas, de las miserias que aún pueblan los corredores de la justicia.” (Sosnowski, 2015, p. 222).

Em diferentes crônicas como “En defensa de la sopa”, “Un imponderable sabor a humanidad”, “Alpaca, latón y madera”, “Mis cacharros”, “La pieza de costura I” e, ainda, “La pieza de costura II”, Bajo sedimenta a discussão de como a memória pode ser provada com se fosse uma daquelas comidas que nos levam a experimentar o sabor e sentir o cheiro de um afeto distante (e absolutamente presente); ou, ainda, ser encontrada e, por conseguinte, materializada pela corporificação de objetos, utensílios que nos conectam não apenas a algo vivido, mas herdado e aberto à experiência da reminiscência. Segundo Bajo, “Cada vez que uso estos objetos, siento que la vida no tiene principio y fin, sino que es un río que pasa por nuestras manos, siempre la misma corriente, siempre con aguas distintas.” (Bajo, 2012, p. 49).

Em todo o conjunto de textos reunidos, a entrada do léxico “memória” – quando evocado ou, muitas vezes, elíptico – se revela enquanto processo, também, da própria escrita, da decisão de querer organizar determinado fato a partir da condição do narrar. A memória, assim, passa a ser explicada não como algo que ocorreu, mas como exercício de um registro. Nesse possível cotejo entre “ser” *versus* “parecer” a partir do resgate memorialístico, não passa a gerar estranhamento reflexões como: “[...] por razones inintendibles, siempre tuve presente la belleza y juventude de mi madre, pero él [fazendo alusão ao seu pai], a pesar de las fotos que guardo y de la memoria que mantengo, me parecía mayor” (Bajo, 2012, p. 36). É justamente a partir e pela literatura que a escritora, em crônicas como “Y luego, la calma”, nos permite perceber como



a memória enquanto constructo narrativo pode se fazer valer como algo mais “real” do que a própria “realidade”:

Recuerdo la escena hasta hoy: el ruido se volvió estruendo, la tierra tembló y vimos aparecer un árbol desgarrado y detrás, piedras enormes empujando troncos, ramas, un pedazo de tapia... Y eso, a una buena altura sobre el nivel del vado, rebotando por la garganta. (Bajo, 2012, p. 66).

A ingenuidade de “poder recordar a cena até hoje”, ou seja, o apelo pelo domar o passado e evocá-lo tal como foi é, além de exercício retórico e estilístico, mais um jogo da poética bajoniana para ampliar as discussões a respeito dos efeitos em torno da ideia e da interpretação da memória. Bajo, enquanto intelectual e, sobretudo, como escritora de ficção, reconhece os meandros e os silêncios capazes de preencher e expandir o supostamente vivido. Na já referida crônica “Nuestro todo, nuestra nada”, a cordobesa parece ressignificar o que entenderíamos como prólogo de uma obra crítica ou mesmo ficcional e, ao mesmo tempo, anunciar um efeito que será rebatido ao longo de todas as vinte e nova crônicas-memórias que seriam apresentadas aos seus leitores na sequência. Entre (nosso) tudo e nada, descortina-se uma voz narrativa que toma a memória enquanto a ação sinuosa do recordar, um

[...] don del que no siempre podemos disponer. **La memoria tiene sus propios caminos, y muchas veces es selectiva, y dentro de esa selección, hay recuerdos que perduran y otros que se pierden en lo vivido.** Siempre he sentido que parte de ser feliz pasa por esa cualidad o **capacidad de organizar nuestros recuerdos y sentimientos en una cuota justa de pérdidas y ganancias**, de suspenso y de certezas que son **testimonio**, de alguna manera, de la vara con que la vida nos midió. (Bajo, 2012, p. 11, grifos nossos).

Saber que a memória tem “os seus próprios caminhos”, que é seletiva e que, ao mesmo tempo, acaba se constituindo como um “testemunho” para medir a régua que habilita nossa própria vida é, assim, a proposta de Cristina Bajo para fazer da “memória” mais do que uma palavra, mas uma experiência via literatura em torno

da qual “la memoria es la fuerza que mantiene el universo en marcha” (Bajo, 2012, p. 14).

Sem qualquer pretensão de concluir e, certamente, tomado pelo exercício de fluxo de consciência com o qual a (minha) memória pode ser questionada, você – leitor, leitora – pode voltar a resgatar aquele 25 de maio de 2025 inicial. As razões de ter escolhido uma obra de uma argentina – e, fundamentalmente, cordobesa – apresenta o exercício de um fazer ensaístico que é também tomado como marco de uma memória, de uma revolução perene e que deve ser continuamente lembrada. Diante de possíveis questionamentos, não me furto a tomar como coro as palavras de Bajo na crônica “Papas, recetas y afectos”: “Tantas cosas perdidas, revueltas en la memoria, en esas páginas que no escribí. Hay veces en que debemos arrepentirnos de las palabras que dijimos, pero yo lamento más las que no he escrito.” (Bajo, 2012, p. 140).

Referências

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Trad. Paulo Soethe. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

BAJO, Cristina. *Como vivido cien veces*. Buenos Aires: Ediciones del Boulevard, Editorial Atlántida, 1997.

BAJO, Cristina. *El libro de los recuerdos*. Córdoba: Ediciones del Boulevard, 2012.

BARBOSA, Maria Aparecida. Estrutura e formação do conceito nas línguas especializadas: tratamento terminológico e lexicográfico, *Revista Brasileira de Lingüística Aplicada*, v. 4, n. 1, 2004, p. 55-86.

CERDEIRA, Phelipe de Lima. *Argentum Córdoba: diálogos, fissuras e soslaios entre ficção e história sob as miradas de Cristina Bajo, Andrés Rivera e María Teresa Andruetto*. Tese de Doutorado em Estudos Literários. Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.



- CERDEIRA, Phelipe de Lima. *Luz que vem do interior: a guerra civil argentina ganha um novo capítulo em “Como vivido cien veces”*. Dissertação de Mestrado em Estudos Literários. Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.
- DE GRANDIS, Rita. A Memória, o esquecimento e seus arredores: uma releitura de Paul Ricoeur. In: GONZÁLEZ, Elena C. Palmero; COSER, Stelamaris. *Em torno da memória: conceitos e relações*. Porto Alegre: Editorial Letra 1, 2017.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo*. Valladolid: Simancos Ediciones, 1997.
- DRAE. Diccionario de la Real Academia Española. *Memoria*. Disponível em: <https://dle.rae.es/memoria?m=form> Acesso em 25 maio 2025.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Rio de Janeiro: Editora Centauro, 2011.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do Pós-Modernismo: história, teoria, ficção*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1991.
- HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Trad. Sergio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5 ed. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- MIGNOLO, Walter. *Historias locales, diseños globales. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Buenos Aires: Akal Ediciones, 2003.
- MORELLO-FROSCH, Marta. La ficción de la historia en la narrativa argentina reciente. In: BALDERSTON, Daniel (Ed.). *The Historical novel in Latin America*. Gaithersburg: Ediciones Hispamérica, 1986. p. 201-208.
- RAVINOVICH, Silvana. Lectura y subjetividad: actos de memoria. In: RODRÍGUEZ, Ileana; SZURMUK, Mónica (Eds.). *Memoria y ciudadanía*. Santiago: Editorial Cuarto Propio, 2008. p. 195-205.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François et. al. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

SOSNOWSKI, Saúl. *Cartografía de las letras hispanoamericanas: tejidos de la memoria*. Villa María: Eduvim, 2015.



Pedra, poema e precipício: o lirismo em ruína e o gesto poético de Drummond

Roberto de Andrade Lota (UFRJ; UERJ)

Introdução

Entre os poemas mais célebres – e controversos – de Carlos Drummond de Andrade, destaca-se o famoso “No meio do caminho”. Vamos lembrá-lo:

No meio do caminho

No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.

Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra.
(*Alguma Poesia*, 1930)

Sua forma repetitiva e temática aparentemente banal costumam gerar, normalmente, interpretações de cunho mais literal e/ou simbolismos óbvios, associando a pedra a apenas um obstáculo. Mas se fosse apenas isso, o texto manteria a sua relevância? Ele se sustentaria ao longo do tempo, marcando-se no cânone literário? Ele seria apenas um exemplo de subversão destrutiva de estro modernista de primeira ordem?

Parte da resposta está vinculada ao próprio fenômeno histórico-literário em que se insere o texto, nos idos dos 20, em que

a verve iconoclasta aparecia por entre os primeiros modernistas. Sentindo ainda os ecos ululantes dos sapos de Bandeira, o texto de Drummond reacendeu um debate sobre o papel da poesia e tensionou os limites estéticos possíveis numa obra de arte. Tudo isso quando foi publicado na 3ª edição da *Revista de Antropofagia* de 1928. De tal sorte, que esta sua estreia foi motivo de controvérsias:

Segundo Arnaldo Saraiva, está justamente na simplicidade e brevidade do poema o elemento de indignação para os “ouvidos parnasianos e até ultraromânticos”, habituados a qualidades como a “frase-bombástica, pompa verbal e a solenidade melódica”. A monotonia do cotidiano, de um “acontecimento” corriqueiro, naturalmente não seria, e não deveria ser, objeto de poesia.

(...) Para ilustrar o grau de irritação provocado pelo poema entre os do “grupo do contra”, veja-se este comentário publicado na *Gazeta de Notícias*: *O soneto é a mais interessante forma de poesia clássica, infinitamente acima das aviltantes tolices com as quais o bloco de pedra na cabeça e não no caminho, como dizem por aí, de pedra na cabeça e na mão apedreja o Belo, pretende desmoralizar e anular as nossas sagradas tradições artísticas, o que me parece caso de cadeia, porque não é justo nem admissível a impunidade de tão monstruosos crimes!* – Oscar Queiroz, “À margem de uma questão de estética”. *Gazeta de Notícias*, 11/9/1948 (Andrade, 2010, p.129 e p.130).

Se à época, com 26 anos, Drummond era um estreante nas letras, e um poema como esse gerava tanto debate e incômodo, hoje, com o nome do poeta se impondo como um dos mais importantes da nossa literatura (afinal, era ele o Poeta Maior)⁸⁷ sua recepção ganha certos contornos de paradigma, visto ser ensinado nas aulas e manuais de literatura como um arquétipo do espectro modernista. Entretanto, mesmo quando ministrado dentro desse campo, ainda desperta nos alunos e nos menos habituados à leitura poética algum incômodo, como se aquilo não fosse verdadeiramente poesia; mas, antes, um objeto desnecessariamente transgressor.

⁸⁷ Título que a rigor costumava deplorar. “Contra o próprio parecer do Poeta - cuja perspectiva é a História - de que é poeta menor, e de ritmos elementos, e perecível, que não haja ilusão: este é Poeta Maior”. Essa frase, de Antonio Houaiss, na introdução (Colocar a obra) ilustra como a crítica via Drummond.



Pelo sim ou pelo não, esse talvez seja um dos poemas mais conhecidos da literatura brasileira, servindo de intertextualidade nos mais inúmeros gêneros, de revista em quadrinhos a outros textos literários.

E é em relação à sua importância (do texto e do poeta) que a releitura de uma de suas primeiras publicações nos faz (re)conhecer estruturas de um projeto estético que Drummond manteve durante toda a sua vida. Nesse microcosmos de um poema, pode se ver o todo; ao mesmo tempo que no todo pode se ver a parte. O resultado? A unidade será o componente resultante desses olhares. Sobre isso, Antônio Houaiss, na introdução ao livro *Reunião* (que agrupou 10 livros de Drummond⁸⁸) afirma:

Esta é obra em que de tudo está um pouco, um pouco que não estava e não está nos livros, nem mesmo neste, se compulsado ligeiramente.

Esta não é obra agregada de poemas agregados de versos, poemas ou versos cujas significações possam ser apreendidas na sua instabilidade. Mesmo quando pague tributo ao poema como unidade fechada autossuficiente, ou ao verso como unidade fechada rítmica ou autoconceitualizante, esta obra vale essencialmente como um unipoema, ou melhor, como um universo construído num poetar de várias décadas, poetar que deve ter sido, que foi condição sem a qual uma vida não teria tido sentido. (...) Pois esta obra é uma visão de vida – sua, e alheia por intercomunicação – e, com tal, totalizante (Drummond, 1973, p. 15-16).

Assim, compreender um olhar materializador do projeto estético que inter-relaciona o cânone à inovação é ver Drummond em sua essência e identificar, ainda em germen, aquilo que frutifica ao longo de sua obra: o artesão que se apropria do cânone para lhe dar vida nova e própria.

Nele o verso branco e livre são, em realidade, componentes de um novo lirismo, que não se propõe a uma liberdade caótica, mas a uma (paradoxal) rigidez, que, elaborada, simula um aspecto de

⁸⁸ Os livros foram: *Alguma Poesia*, *Brejo das Almas*, *Sentimento do Mundo*, *José*, *A Rosa do Povo*, *Novos Poemas*, *Claro Enigma*, *Fazendeiro do Ar*, *A vida passada a limpo* e *Lição de Coisas*.

liberdade, fornecendo tanto o elíptico e duplo quanto o explícito e o unitário.

Nesse texto, propomos uma leitura intertextual do poema *No meio do caminho*, observando como suas escolhas formais, temáticas e estilísticas dialogam com diferentes tradições poéticas — da lírica clássica à modernista — e com discursos críticos que marcaram sua recepção histórica. A intertextualidade, aqui, será utilizada como ferramenta metodológica para revelar de que modo o poema se estrutura como campo de tensões entre memória e ruptura, oralidade e elaboração, tradição e invenção. Ao fim, pretendemos contribuir para a ampliação acerca do escopo interpretativo da obra de Carlos Drummond de Andrade

Parte 1 - A relação com os gêneros

O processo intertextual de que se vale Drummond nesse poema é bifurcado, pois remete tanto ao diálogo com outros gêneros quanto a outros textos.

A forma

No excelente ensaio *Dez traduções para o poema “No meio do Caminho”, de Carlos Drummond de Andrade*, Andrade (2010) aponta que o poema de Drummond se constrói sobre a forma fixa do triolé, estrutura poética de origem medieval francesa. Por definição, o gênero consiste na estruturação de oito versos, com um padrão próprio de repetição, sendo o primeiro verso se repetindo no quarto e no sétimo; além disso, o segundo verso irá se repetir no oitavo. Dessa forma, o padrão final de rimas será: ABaAabAB.

No texto, a autora observa que Drummond remonta a essa forma medieval, mas sem repeti-la exatamente, visto que seu texto apresenta 10 versos (e não 8 como o do triolé), bem como os versos repetidos não são idênticos e apresentam alguns tipos de variações sejam sintáticas, sejam de pontuação, o que, por si só, já o afastaria



da antiga forma provençal. O poeta, então, evoca o *ethos* do triolé, retomando-o, mas também desconstruindo-o.

Ao final, o que ficará de essencial é a repetição de versos que, no poeta, será incessante, a fim de, pela sua circularidade, criar o efeito da insistência, da monotonia e do cansaço. Aqui, como aspecto da modernidade do poeta, o resgate à forma tradicional tem a finalidade de gerar nova função expressiva dentro do contexto do modernismo.

O ritmo

Sobre os aspectos rítmicos, o texto de Andrade (2010) é bastante ilustrativo, destacando como a repetição cria uma cadência regular e como isso é importante na substituição do tradicional papel da rima e do metro, efetivamente ausentes no texto de Drummond.

Todo o foco está na repetição, que se desdobra em várias camadas. A primeira é na alternância de frases, como se vê no quiasmo do primeiro dístico (“No meio do caminho tinha uma pedra / tinha uma pedra no meio do caminho”), gerando tanto o efeito circular quanto acumulativo, o que intensifica o estado de estagnação. Outro elemento central é a ausência do lirismo tradicional, isto é, a ausência de versos metrificados ou rimados. Ainda assim, nota-se, na leitura, um ritmo, uma musicalidade que, dessa vez, advém de um outro recurso: a monotonia da repetição.

A autora também aborda que pontuação e pausa são centrais na construção do ritmo, e isso se dá pelas vírgulas e pontos finais, que, organizando as referidas pausas, criam uma cadência pausada e mecânica, contribuindo para a noção do obstáculo, ao mesmo tempo que alude a um tempo psicológico desacelerado.

Por fim, há o compasso como expressão estética, que, no texto, é apenas uma: produzir o estranhamento. A autora, ao longo do texto, afirma que, ao repetir constantemente – de maneira obsessiva a mesma estrutura –, Drummond transforma o poema em algo que gravita e gira sobre si mesmo, sem progredir – espelhando uma

perspectiva marcada pela frustração e pela paralisia existencial, que se esparge do sentido ao fonema:

Sob o aspecto das aliterações e assonâncias, é importante notar que todas as palavras do sintagma A terminam com o som *u* e aliteram marcadamente na prolongável *m*, denotando um caminho obscuro e misterioso que vai contrastar com o rompante estalado da oclusiva combinada com a estridente *i*. O fonema *tin* que se ouvirá até o final do poema funciona como a obsessão do poeta “martelando” em sua mente a cada dois passos (ou duas respirações) que tente avançar. Adiante do *tin* segue-se a clara, surpreendente e marcante vogal aberta *e*, que precedida do oclusivo *p* da pedra reforça os seus sentidos após um caminho cheios de *emes* que traduzem certo clima de mistério invadido de mansidão. O seco do *t* soa como topada, precipita a pausa da tônica, e é em si uma quebra por sua qualidade dura, que Carlos usa com ironia e agilidade na repetição de *t*, *p* e *d* (Andrade, 2010, p.137).

Toda essa força lírica, que agora eclode – e se reconhece – em “No meio do caminho” é o que, nas palavras de José Guilherme Merquior, funciona como a “poesia acontecimento”

Ora, a equação poesia-acontecimento desloca o acento da sacrossanta subjetividade para a realidade: tudo se passa como se o “vivido” escapara ao solipsismo, às ilusões do *cogito* narcisista. Na poética do vivido-acontecimento, o sentido da complexidade do real se torna mais agudo. O lirismo se abre à consideração crítica do mundo, despede-se da falsa inocência da escrita (Merquior, 2011, p.57).

E é aqui que esse afastamento da “falsa inocência da escrita” se concretiza na forma e no ritmo do famoso poema. Agora, a experiência lírica não se assenta mais na subjetividade que comove, mas na linguagem que expõe, de forma clara e indubitável, a fratura entre o sujeito e o mundo. Associando-se às interpretações que já se veem sobre o símbolo da pedra – de que ela é o obstáculo que se impõe – pode-se também vê-la numa perspectiva ontológica e metatextual, já que, para além de um obstáculo existencial, ela se arvora no próprio impasse da linguagem diante do real.



E como isso se realiza? Nas sucessivas e obsessivas repetições de termos, ritmos e palavras: mais do que simplesmente representar a monotonia, o poema encena o próprio acontecimento que retrata; acontecimento este que é menos fato do que permanência, já que institui a presença do que resiste, do que não se dilui em lirismo. Merquior (2011) demonstra que a poesia de Drummond realiza um deslocamento *sui generis*, porque ela passa a ser espaço tanto de enfrentamento quanto de consciência crítica, muito além da mera celebração subjetiva.

Parte 2 - A relação com o texto

Uma vez que se entendem as relações com o gênero, pode-se ver a relação com os textos.

Há, em “No meio do caminho”, uma possibilidade de leitura intertextual com o “Nel mezzo del camin”, de Olavo Bilac, que contribui para o olhar diante de uma obra que absorve e inova os elementos da tradição.

Para iniciar a relação, é preciso relembrar o texto de Bilac

Nel mezzo del camin...

Ceguei. Chegaste. Vinhas fatigada
E triste, e triste e fatigado eu vinha.
Tinhas a alma de sonhos povoada,
E a alma de sonhos povoada eu tinha...

E paramos de súbito na estrada
Da vida: longos anos, presa à minha
A tua mão, a vista deslumbrada
Tive da luz que teu olhar continha.

Hoje, segues de novo... Na partida
Nem o pranto os teus olhos umedece,
Nem te comove a dor da despedida.

E eu, solitário, volto a face, e tremo,
Vendo o teu vulto que desaparece



Na extrema curva do caminho extremo."
(*Poesias, Sarças de fogo*, 1888.)

Analisando o texto de Drummond baseado no de Olavo Bilac, podemos perceber algumas estruturas. Vamos destrinchá-lo para verificarmos como elas produzem o sentido.

Do Título

O título, é claro, já aponta para a relação intertextual. Quando Bilac retoma ao primeiro⁸⁹ verso de *A divina Comédia*, de Dante, o poeta está resgatando o gosto da tradição clássico-renascentista, ao sabor dos parnasianos, mas fará isso ao seu próprio modo.

O soneto de Bilac aborda o tema dos encontros e desencontros amorosos, os quais se realizam em dois momentos do texto: nos quartetos – onde se veem a união e a simetria – e nos tercetos – onde se veem a separação e assimetria.

Já no primeiro quarteto, identifica-se a simetria afetiva, reveladora de um cansaço anterior mútuo, que se apazigua no encontro entre os amantes. Do ponto de vista sintático, o quiasmo colabora para a noção de reflexividade; assim como no plano morfológico, os verbos no imperfeito mostram como o esgotamento contínuo e processual unia empaticamente os dois agentes que “vinham cansados e infelizes”. Pela perspectiva lexical, termos como “fatigados” e “tristes” remetem ao estado de alma daqueles que, então, tinham “a alma de sonhos povoada”.

No segundo quarteto, há o encontro propriamente dito. Os verbos no pretérito perfeito (“paramos” e “tive”), o léxico do mesmo campo semântico de “caminho” (“estrada”) e a união do casal (“Da vida: longos anos, presa à minha / a tua mão, a vista deslumbrada”) reforçam noção de simetria emocional por que

⁸⁹ Os primeiros versos são “Nel mezzo del cammin di nostra vita / mi ritrovai per una selva oscura, / ché la diritta via era smarrita” (tradução livre: No meio do caminho da nossa vida / Eu me encontrei em uma floresta escura, / porque o caminho reto foi perdido)



estavam passando e o deslumbramento da paixão, a ponto de o eu lírico enxergar a luz contida no olhar da mulher. Destaca-se, também, que o uso do pretérito perfeito reforça a pontualidade da ação, bem como indica que essa ação se circunscreve num momento específico do tempo.

Tudo, entretanto, muda nos tercetos, que, por sua vez, serão o espaço da separação e, por conseguinte, da assimetria.

No tempo marcado pelos verbos no presente (“segues”, “umedece”, “comove”...) e pelo advérbio de tempo (“hoje”), reconhece-se a separação consumada, manifestada no fato de, a partir de agora, seguirem por direções diferentes no mesmo caminho. Paralelamente a isso, a separação também é observada no estado emocional dos (ex) amantes, já que ele se ressentido por a mulher não se comover e nem ao menos chorar.

Na última estrofe, o adjetivo corrobora o estado de alma do eu lírico porque, mais do que “sozinho” (entendido como aquele que não tem companhia), ele se encontra “solitário” (aquele que não tem o convívio de ninguém). Nesse espaço, que se realiza “na extrema curva do caminho extremo”, Bilac, relendo Dante Alighieri, modifica, a seu modo, os sentidos poéticos do autor renascentista. Se, para o italiano, o meio do caminho poderia ser lido como o momento da crise existencial e da jornada espiritual a que se submete o eu lírico em sua caminhada pelo inferno, pelo purgatório e pelo céu – até encontrar sua amada Beatriz –, para o brasileiro a crise existencial não cessa, pois o eu lírico termina da mesma forma que começou: sozinho e triste, mas com um agravante: não mais tem “a alma de sonhos povoada”. Diferentemente de Dante em que a jornada conduz a um fim, fruto do desenvolvimento da alma e das experiências, em Bilac a circularidade das condições impera com sua força inexorável, impossibilitando o andar gradual da vida e da existência.

Drummond e a pedra: a releitura da tradição brasileira

O poema “No meio do caminho” propõe um jogo estético que se realiza no duplo, ainda que se coloque como transgressor da proposta da tradição literária. Para isso, a fim de promover a ruptura com seus principais padrões, o faz de modo irônico, porque não o realiza unicamente pela paródia – como se poderia pensar –, mas pela paráfrase.

Se Bilac recupera Dante por meio da estética parnasiana, Drummond recupera Bilac, compreendendo-o como um representante da própria tradição literária e, nesse movimento, opera duas leituras, que se encaixam e se complementam. Assim, a originalidade do poeta mineiro está na retomada de vários elementos formais e temáticos inerentes ao poema de Olavo Bilac para operar a desconstrução e reconstrução modernista.

A forma como recurso de intertextualidade.

No seu processo de diálogo intertextual, Drummond não irá operar apenas no jogo do conteúdo e do sentido, mas fortemente no espectro formal.

Do ponto de vista sintático, chama a atenção o uso do quiasmo (“No meio do caminho tinha uma pedra / tinha uma pedra no meio do caminho” e “Cheguei. Chegaste. Vinhas fatigada / E triste, e triste e fatigado eu vinha). Assim como no poema de Bilac, Drummond usa essa escolha sintática para indicar a reciprocidade de sensações e sentimentos; mas, agora, vestida de um tom repetido e marcado que lembra uma lembrança lamurienta.

Do ponto de vista morfológico, os verbos mantêm seus tempos de acordo com a seguinte estrutura: nos dois quartetos (2 estrofes com 4 versos) de Bilac, eles estão no pretérito; nos dois tercetos (3+3 versos), estão no presente. Drummond mantêm, de forma própria, o tempo dos verbos, “respeitando” os lugares do texto onde tais tempos verbais estarão. Assim, a primeira estrofe apresenta 4 versos (como 1 quarteto) e a segunda estrofe apresenta 6 (como se



a união de dois tercetos). Em cada estrofe, os versos acompanham a mesma marcação temporal: pretérito nos quartetos e presente nos tercetos. Na última estrofe, isso fica evidente com o uso do verbo no futuro do presente “esquecerei”, que coloca o momento da enunciação no presente, localizando as dores do eu lírico na contemporaneidade das ações.

Do ponto de vista lexical, há o uso do verbo “ter”. Se em Bilac ele acompanha as determinações gramaticais de ser usado apenas como valor de posse, em Drummond esse sentido é deslocado e, dentro da coloquialidade modernista, ganha valor existencial.

Destacam-se também no plano léxico-semântico as palavras do campo de sentido do “olhar”. Em Bilac, as palavras são: “vista”, “olhar”, “olhos”, “volto a face” (movimento de ver) e “vendo”, ao passo que em Drummond isso se verifica em “retinas”. Mas aqui não é somente essa palavra que faz a correlação intertextual, mas o uso do advérbio “tão” em “fatigada”, outra palavra presente nos dois textos. Por que as retinas estão “tão fatigadas”? Olhadas pelo jogo intertextual, o extremo cansaço parece ter sido decorrente do acumulado desgaste da experiência emocional já sentida pelo eu lírico, cuja origem se vê no poema de Bilac: ela já vinha fatigado e triste e, após o desfecho de separação, isso se mostrou mais evidente.

Na leitura concomitante dos dois textos, as palavras vão ganhando outro escopo e propósito. Por exemplo, no verso: “Hoje, segues de novo... Na partida”, o termo “partida” pode ser ressignificado, não somente entendido como elemento da separação, mas sim como a própria “pedra” drummondiana que se colocou como interposição, como o marco traumático o qual o eu lírico nunca superou. Diferentemente de Bilac, o qual manifesta liricamente a separação, Drummond opta pela repetição obsessiva da imagem, materializando-a a partir do ritmo e da forma. Assim, a separação em Drummond não é narrada, mas encenada pelo próprio ato de repetição. A “pedra”, portanto, é matéria determinada, é o impeditivo do ato de caminhar, é a presença intransponível e inexorável do fim.

Se na primeira estrofe os ritmos são de uma monotonia achapante – fruto de um sentimento de dilaceração ao se perceber a inevitabilidade do fim –, a segunda estrofe ganha aspecto mais reflexivo. Isso se verifica tanto nos versos maiores (como no alexandrino “Nunca me esquecerei desse acontecimento”) como na mudança de tempo verbal e tom (quase litúrgico ou solene). Agora é o momento em que a memória se cristaliza e que transforma a dor em movimento poético e reiterativo. Na relação entre as formas, nota-se que Drummond espelha a forma do soneto de Bilac, alterando-lhe, evidentemente, a lógica, o ritmo e a emotividade, para que toda a emoção contida se converta numa angústia explícita, declarada e crua.

Na relação entre os três textos que se verificam aqui, entendeu-se que cada um segue um percurso próprio. Dante promove um percurso espiritual, buscando o aperfeiçoamento da alma. Bilac, a seu turno, apresenta um caminho emocional que culmina na repetição da dor. Drummond, por fim, negando qualquer possibilidade de resolução, cria na pedra o obstáculo intransponível, que, se não permite o caminho físico, também não permite o caminho transcendente.

Como uma reescrita modernista, Drummond resgata a forma parnasiana, atualizando (e traduzindo) o título *Nel mezzo del camin* para *No meio do Caminho* bem como modifica a estrutura textual, com o propósito de romper com a harmonia e o equilíbrio na presença do ritmo do absurdo, que se realiza no eterno retorno.

Na disposição imagética das palavras, Drummond procura colocar a palavra “pedra” entre as ocorrências da palavra “caminho”, para que, por isomorfia, forçasse o leitor a reconhecer o obstáculo que o sentido da pedra propõe. Sobre isso, afirma Antonio Candido:

A leitura optativa a partir do terceiro verso (que se abre para os dois lados, sendo fim do segundo ou começo do quarto), confirma que o meio do caminho é bloqueado topograficamente pela pedra antes e depois, e que os obstáculos se encadeiam sem fim (Candido, 2004, p.76).



E é esse sentido que rompe com o ideário redentor da tradição. Agora, não há mais o caminho que leva à luz de Dante e tampouco o caminho que leva ao Belo por meio da contenção de Bilac. Em Drummond, tudo redundando na interrupção permanente e no intransponível.

Na construção lírica que Drummond opera, há um jogo duplo que se manifesta vivamente no modo de realizar esse procedimento. Isso porque o poeta tensiona esses dois conceitos, aproximando-os e desestruturando-os, alargando as suas definições. Segundo Affonso Romano de Sant'Anna:

Do lado da ideologia dominante, a paráfrase é uma continuidade. Do lado da contra-ideologia, a paródia é uma descontinuidade. Assim como um texto não pode existir fora das ambivalências paradigmáticas e sintagmáticas, paráfrase e paródia se tocam num efeito de intertextualidade, que tem a estilização como ponto de contato. Falar de paródia é falar de *intertextualidade das diferenças*. Falar de paráfrase é falar de *intertextualidade das semelhanças*. Enquanto a paráfrase é um discurso em repouso, e a estilização é a movimentação do discurso, a paródia é o discurso em progresso. Também se pode estabelecer outro paralelo: paráfrase como efeito de *condensação*, enquanto a paródia é um efeito de *deslocamento*. Numa há o reforço, na outra a deformação. Com a condensação, temos dois elementos que se equivalem a um. Com o deslocamento temos um elemento com a memória de dois. Por isto é que se pode falar do caráter ocioso da paráfrase e do caráter contestador da paródia. Na paráfrase alguém, está abrindo mão de sua voz para deixar falar a voz do outro. Na verdade, essas duas vozes, por identificação, situam-se na área do *mesmo*. Na paródia busca-se a fala recalcada do *outro*. (Sant'Anna, 2007, p. 28-29)

Veja-se que Drummond realiza um intrincado jogo intertextual quando mobiliza, simultaneamente, os mecanismos da paráfrase e da paródia. Tal operação se concretiza a partir da relação dialógica com o soneto de Bilac que, por sua vez, resgata a *Divina Comédia*, agora sob a ótica parnasiana. Nesse coro de vozes e sons, Drummond absorve o percurso lírico de Bilac – assentado na simetria formal e na circularidade emocional – e o reconstrói a partir das marcas do lirismo moderno. Mas o Poeta Maior opta por um caminho novo; assim, conquanto partilhe da estrutura de

repetição e do mesmo motivo do “caminho”, renega a resolução sentimental e a harmonia da forma. A partir do momento que repete obsessivamente o sintagma “no meio do caminho tinha uma pedra”, Drummond sintetiza a linguagem e reforça o movimento do obstáculo, metamorfoseando-o de memória da tradição clássica em matéria presente e reiterativa.

O movimento de Drummond, olhado sob a ótica das lições de Affonso Romano de Sant’Anna, se verifica na paráfrase, porquanto há a presença de um intertexto com o qual se mantém um vínculo de continuidade, de condensação. Em paralelo, a circularidade das ações: ao evocar o sentimento e as condições existentes em Bilac, o poeta mineiro os atualiza ao gosto modernista, ajustando-os a uma nova sensibilidade estética.

Além da paráfrase, há igualmente a presença da paródia na construção das diferenças. À proporção que Carlos Drummond de Andrade desorganiza – ideológica e estruturalmente – as expectativas herdadas da tradição, ele instaura uma fala marcada pela paralisia e estagnação. Outro aspecto de distinção parodístico é que, se o poema bilaquiano leva o leitor por um caminho afetivo e progressivo (mesmo que redundando na decepção), o texto drummondiano subverte à progressão, performando um poema que é o espaço da suspensão, em que a linguagem gira em torno de si mesma, numa circularidade infinita. Nessa repetição obsessiva – estruturalmente indicada pelos hipérbatos e pelas pausas –, materializa-se a noção de um tempo inerte, sem nem a catarse ou a superação.

É nesse ponto que o poema de Drummond funciona como uma paródia do texto de Bilac, já que, nas palavras de Sant’Anna, ele aparece como o “discurso em progresso”, em que um texto novo “deforma”, “contesta”, “subverte” o intertexto, marcando a intertextualidade das diferenças. Por conseguinte, amplia-se o sentido do símbolo da “pedra”. Ele deixa de ser unicamente o obstáculo para se tornar o símbolo do impasse, que não será apenas ontológico, mas também poético: um bloqueio ao lirismo sentimental e à linearidade narrativa imposta pela tradição.



Drummond propõe, portanto, um gesto ambíguo e apresenta sua modernidade de forma *sui generis*: a sua voz dialoga com os cânones e os valoriza, mas também os reinterpreta e os reconfigura, pautando um binômio do pertencimento e do estranhamento.

Essa ambivalência entre a tradição e a subversão marca o projeto poético de Drummond, em que a poesia não é somente a construção estética, mas a dúvida, o debate, a reflexão algo metalinguística sobre o “problema da poesia”. Ou, nas palavras de Antonio Candido:

ao longo da obra de Drummond, não observamos a certeza estética, nem mesmo a esperança disto, e sim a dúvida, a procura, o debate. A sua poesia é em boa parte uma indagação sobre o problema da poesia, e é natural que esta indagação encontre uma espécie de divisor de águas em *Sentimento do mundo*, que também aqui marca os seus caminhos novos (Candido, 2004, p.88).

Numa perspectiva mais profunda, o símbolo da “pedra” ganha contornos cada vez mais amplos e significativos, pois atravessa vários aspectos, a saber: o obstáculo; o impasse existencial e, por fim, o entrave da linguagem poética diante da proposta de representar o sensível, o emocional.

Esse movimento que Merquior (2011) chamou de “poesia-acontecimento”, surge como uma experiência viva, encenando a tensão e o rompimento entre o sujeito e o mundo; entre o desejo e a expressão do real. Esse “acontecimento”, se lido pela perspectiva da desconstrução de Derrida, aciona a desestabilização da própria concretude do símbolo pétreo que, ao se afastar do domínio do *logos* e do previsível, abre-se para o desconhecido. Nesse projeto, tão afinado ao lirismo moderno, Drummond enuncia a incompletude ao substituir a transcendência clássica pelo enfrentamento do absurdo e a permanência do que não se resolve.

Essas considerações que levam em conta o incompleto e a recusa do lirismo ornamental e confessional da tradição são descritas por Hugo Friedrich como a tensão formal e conceitual da lírica moderna:

Essa tensão dissonante da poesia moderna exprime-se ainda em outro aspecto. Assim, traços de origem arcaica, mística e oculta, contrastam com uma aguda intelectualidade, a simplicidade da exposição com a complexidade daquilo que é expresso, o arredondamento linguístico com a inextricabilidade do conteúdo, a precisão com a *absurdidade*, a tenuidade do motivo com o mais impetuoso movimento estilístico. São, em parte, tensões formais e querem, frequentemente, ser entendidas somente como tais. Entretanto, elas aparecem também no conteúdo (Friedrich, 1978, p.16).

Ao fim, a pedra deixa de ser somente a metáfora (como em obstáculo); deixa de ser somente a estética ornamental (na representação do impasse existencial) para ser fratura (como no entrave poético, instaurando – por que não? – uma “educação pela pedra”).

Conclusão.

Ao final, verifica-se que *No meio do caminho*, de Carlos Drummond de Andrade, estipula uma profunda rede de intertextualidades, que vai de Dante a Olavo Bilac. Por esses caminhos, seu poema se coloca como um dos mais representativos signos da modernidade da poética brasileira.

Assim, se, na tradição, o caminho indicava a jornada espiritual de Dante e em Bilac a estrada afetiva da perda, em Drummond ele é reinventado e instaurado como o espaço do óbice, do impasse, da permanência inevitável da dor e da superação, assim como o bloqueio físico e – quiçá – metafísico.

Em Drummond, a pedra – obsessivamente repetida – não é apenas o obstáculo a ser superado, mas o acontecimento irreduzível. Por sua vez, a circularidade que perpassa por todo o texto não é unicamente formal, mas ontológica; afinal, o eu lírico termina sozinho, como tinha começado, enredado em um tempo sem progresso e numa linguagem que gira incessantemente em torno de si. O lirismo de Drummond, recusando os modelos da tradição, não abandona a sofisticação e sutileza para chegar à



emoção essencial, mas agora radicaliza seus impulsos numa expressão nua e dilacerante.

Nesse sentido, dizer que o projeto de Drummond, ao figurá-lo como um autor modernista, é desestruturar por paródia a estética parnasiana – de quem Bilac é grande representante – é uma forma parcial de ver a sua poesia. Aqui, não há o deboche vazio, mas a reconstrução que absorve a tradição e a inova, elaborando um sentido e um discurso novos. Em outras palavras, não é uma negação vazia do passado, mas uma reelaboração complexa e sofisticada, num lirismo conscientemente insubordinado.

Nesse lirismo da fratura e do acontecimento, a “pedra” de Drummond se impõe na literatura brasileira, como incômodo, como reflexão e como matéria poética em toda a sua densidade e permanência.

Referências

- ANDRADE, Maria Graciema Aché de. Dez traduções para o poema “No meio do caminho”, de Carlos Drummond de Andrade. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, n. 25, p. 127–144, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2010v1n25p127/13961>. Acesso em: 3 jun. 2025.
- BILAC, Olavo. **Poesias**. [S.l.]: [s.n.], [19--?]. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000287.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2025.
- CANDIDO, Antonio. Inquietudes na poesia de Drummond. In: _____. **Vários escritos**. 10. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2004. p. 75-89.
- DANTE ALIGHIERI. **A divina comédia**. Tradução de Italo Eugenio Mauro. [S.l.]: [s.n.], [20--?]. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailheObraForm.do?select_action=&co_obra=20522. Acesso em: 3 jun. 2025.
- DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. **Alguma poesia**. [S.l.]: [s.n.], 1930. Disponível em: <https://aulasdathaisunitau.com/wp-content/>

uploads/2024/03/alguma-poesia-carlos-drummond-de-andrade.pdf. Acesso em: 3 jun. 2025.

FRIEDRICH, Hugo. **A estrutura da lírica moderna: da metade do século XIX à metade do século XX**. Tradução de Marise Sampaio e José Antonio Arantes. 6. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

MERQUIOR, José Guilherme. **Verso e universo**. Tradução de Marly de Oliveira. 3. ed. São Paulo: Realizações Editora, 2011.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. **Paródia, paráfrase & cia**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.



Redescobrimo as cantareiras: as letras de “A saia da Carolina” e “O Pirimpimpín” como forma de (re)aproximação do galego na lusofonia

Thayane Gaspar (UFRJ; UERJ; Asociación Internacional de Estudos Galegos)

Introdução

“Um povo que canta não morre”, esse foi um lema bastante difundido na Galiza nos últimos anos e que sintetiza de maneira contundente a situação da língua galega atual: o futuro incerto, o risco de ser assimilação pelo castelhano e a sua estrondosa dívida pretérita com a literatura popular oral. Desde os finais do século XV quando, por conta de um panorama multifatorial, o galego arcaico (ou galego-português, segundo o paradigma teórico de cada pesquisador e pesquisadora) deixou de ser uma língua de prestígio social, cultural, literário e político como havia sido outrora durante o Trovadorismo, por isso o galego se viu extremante dependente da literatura oral e das camadas populares que conservavam a sua língua natural. A partir daí assistimos a um processo de desgaleguização e desnacionalização que não parece estancar nem mesmo nos dias de hoje, segundo revelam os dados recém publicizados pelo Instituto de Estatística Galego (IGE), os quais indicaram que este é o primeiro ano em que o galego não é a língua maioritária da Galiza.

No entanto, essa dinâmica de substituição do galego pelo espanhol foi um efeito colateral de desfortúnios históricos antigos, tais como a morte de D. Dinis, a separação política de Portugal e sua conseqüente anexação a Castela e a governança dos Reis Católicos, que contribuíram para o episódio conhecido como “Doma e Castração”. Este último é tido como uma intervenção por

meio da qual se institucionalizava um centralismo espanhol erosivo que tinha como finalidade a uniformização da Espanha e o desbotamento do evidente plurilinguismo e pluriculturalismo do Estado. Enquanto as línguas emergentes esboçavam suas primeiras gramáticas e compêndios linguísticos, a língua galega se enfraquecia: oralizada, domesticada, desprezada, encurralada por uma língua estrangeira, o castelhano, e esquecida pela sua língua irmã, o português.

No Iluminismo a situação linguística do galego causa algum estranhamento, logo dois padres beneditinos, padre Sarmiento e padre Feijoo, se interessaram em fazer uma arqueologia deste desprezo linguístico amplamente reproduzido em poemas de autores canônicos do *Siglo de Oro*, por exemplo. Contudo, o galego não conseguiu reverter esta conjuntura e foi silenciado durante rês séculos. Somente no século XIX, graças aos primeiros contornos do nacionalismo e a inclinação romântica como tendência literária preocupada com delinear identidades e modelos, foi publicada a primeira obra em galego no dia 17 de maio de 1883. O livro *Cantares Gallegos* de Rosalía de Castro retomou a tradição lírica lavrada desde a Idade Média que foi interrompida e, então, reabasteceu a língua galega de novas velhas coplas oriundas dos cantares populares, como o próprio título da preambula. Não fortuitamente esta obra está baseada na tradição oral, sobretudo em informantes mulheres, que conservaram o galego quando o suporte escrito lhe foi negado. Esta constatação, não tão inovadora quanto imaginamos, em *A Música e Nós*, Luísa Villalta, musicista e escritora, sublinha a importância da música no nacionalismo e entrevê as suas ambiguidades entre esta forma de arte e a história:

Cando, no século XIX, ao tempo que moitas outras nacións (con, sen ou en vías de estado) a nosa acometeu a construción cultural que sustentase a base da súa presentación ante o mundo, é dicer, da súa liberación, encontrou dúas manifestacións características indisolubelmente asociadas: a lingua do pobo e a música popular. Alemaña tiña o seu Wagner, Italia o seu Verdi. En Rusia, un famoso grupo de cinco compositores (Borodín, Rimski-Korsakof etc.) combatían o conformismo italianizante dun Tchaikovski fantaseando sobre



melodías e harmonías hipoteticamente máis populares (máis «rusas»). Na Galiza tamén tivemos un Marcial del Adalid, que se dedicou a investigar e recriar temas de música popular nos seus *Cantares viejos y nuevos de Galicia* e quen, sen ser un abandeirado dunha causa político-musical ao xeito dos anteriores, cumpre no seu momento o trámite de incorporar a música ao *Rexurdimento* cultural xeral, precedente do substancial labor que, posteriormente, levarían a cabo Juan Montes e Pascual Veiga, non só como compositores, senón tamén dinamizadores do movemento músico-social que supuxeron as corais polifónicas no ámbito do rexionalismo e primeiro nacionalismo, xa nos comezos do século XX. Pero ademais da música en si, escritores, entre outros, Pintos, Rosalía, Currose Murguía, contribuíron decisivamente á instalación de referentes musicais como símbolos incontestábeis do noso ser colectivo. Curiosamente este proceso de fixación simbólica foi eminentemente literario e acertou a dotar a práctica musical tradicional dun significado ideolóxico e oportuno que a converteu nun importante meio de autorrecoñecemento. Así, non sen sorpresa, vemos como todo o *Rexurdimento* instrumentaliza a música como correlato directo de toda a cultura popular. Exemplo significativo é o primeiro libro en lingua galega, *A gaita gallega* de Pintos, quen desenvolve unha alegoría mediante un paralelismo continuado no que identifica «gaita» con «lingua» e, en última instancia, con Galiza. Tamén o primeiro libro de Rosalía, e non por acaso, se titula, xa non «poemas», senón algo máis musical, *Cantares gallegos*. Eles dous, máis Curros, consagran literariamente a figura do *gaiteiro* como símbolo do portador da auténtica voz que expresa, alto e claro, o sentir popular. E así un longo etcétera que chega aos nosos días (VILLALTA, 2002, s.p.).

No centenário desta publicación, a Real Academia Galega (RAG) decidiu por adotar a data do día 17 de maio como um marco do renascimento linguístico e, assim, criou-se o dia das Letras Galegas. Desde então, anualmente os membros desta instituição participam de uma votação para homenagear alguma figura destacada na luta pela língua ou pela sua contribuição na literatura. Naturalmente, Rosalía de Castro foi a primeira eleita, mas contrariando este afortunado ensejo, foram poucas as mulheres que receberam essa homenagem solene. Menos que uma dezena, tememos.

Este ano, de maneira inédita, o dia das Letras Galegas foi dedicado a sete mulheres, nenhuma delas foi em vida escritora ou intelectual, mas todas tinham como “ofício” serem *cantareiras* e *pandeireteiras* (ou tocadoras, como também são chamadas). A

surpresa não repousa somente na candidatura coletiva, a primeira da história, mas especialmente por esta festividade reconhecer sete mulheres que destoam dos intelectuais contemplados nas nomeações anteriores. Adolfina Casás Rama (Vila da Igrexa, Cerceda, 1912 – Culleredo, 2009), Rosa Casás Rama, Eva Castiñeira (Agranzón, Muxía, 1925 – A Coruña, 2008), Manuela Lema Villar (Mens, 1913-1993), as irmãs Prudencia (Mens, 1905-1993) e Asunción Garrido Ameixenda (Mens, 1915-2007) e Teresa García Prieto (Mens, 1914-1979), são personalidades tão comuns que chegam a ser incomuns, que representam o imprescindível papel da mulher na tradição e na manutenção da língua e da identidade de um povo.

Oriundas de contextos humildes, algumas semianalfabetas ou sem nenhuma educação formal, as *cantareiras* perfilam, ao lado de nomes da *intelligentsia* galeguista, no rol de figuras de valor inestimável para a língua. E, ao serem nomeadas e reconhecidas como guardiãs da cultura, iluminam muitas mulheres sombreadas pelo anonimato, pela desvalorização do saber popular e pela negação da mulher nesses espaços. Ademais deste enorme contributo humano, condecorar estas mulheres significa, também, potencializar a música como um instrumento de normalização linguística.

Neste contexto é no que a música tradicional pode xogar un excelente papel como elemento de motivación, tanto para o alumnado como para o profesorado, dado o seu innegable valor como saber transversal potencialmente presente, non só nas clases de música senón en calquera outra materia ou circunstancia. O repertorio tradicional ofrece múltiples recursos cos que se pode presentar ou afondar no coñecemento do medio, estimular a creación literaria, desenvolver a axilidade mental ou a memoria e un longo etcétera de posibilidades coas que complementar os demais contidos académicos (BARRERO, 2010, p. 56).

Ao nosso ver, ademais do positivo assombro dessa iniciativa e todo o acerto de contas com o passado que ela simboliza, entendemos que esse protagonismo da música tradicional galega pode ser um pretexto para explorarmos o *continuum* cultural e



linguístico entre o galego e a lusofonia, primeiramente com Portugal, por conta da proximidade geográfica, e, por extensão, com o Brasil. Entendemos que, diante do prognóstico da língua galega e sua desvantagem na dinâmica do castelhano, a lusofonia poderia ser um agente de apoio à sobrevivência e à proteção da identidade linguística. Para tal, debateremos neste artigo as propostas reservadas à inserção do galego no espaço lusófono através da música tradicional e de seus elementos comuns, especialmente no campo lexical, que figuram nas línguas supracitadas. Já que um povo que canta não morre, cantaremos “A saia da Carolina”, tanto a sua versão galega quanto a portuguesa, e “O Pirimpimpín”, em suas versões galega e brasileira, músicas amplamente difundidas na cultura galega e as cotejaremos, oferecendo-as como oportunidade de integração entre ambas as línguas ou pelo menos um reconhecimento de que a distância entre estes dois contextos se anuncia cada vez mais curta.

Entre a tradição e o futuro

Com a promoção e a revisitação das músicas tradicionais galegas, muitos são os desdobramentos desde o campo de vista linguístico. Esta preocupação se dá pelo fato de que muitas cantigas compiladas — desde os primeiros intentos do padre Sarmiento até a colossal recolha (ou *recolleita*, em galego) do Cancioneiro Popular Galego, de Dorothe Schubart e Antón Santamarina — apresentarem castelhanismos, isto é, interferência do idioma castelhano ou estarem escritas diretamente em castelhano. Desta constatação surgiram muitas inquietudes que não encontram consenso entre os acadêmicos, os professores das associações folclóricas e as cantareiras: ainda que algum verso destas canções esteja em espanhol devemos reconhecer este texto como um texto pertencente à cultura galega? Estaríamos autorizados e autorizadas a fazer alterações nestas coplas e refrões que não se apresentam em galego? Qual normativa do galego deveríamos adotar já que se instaurou um debate sobre reescrever a tradição?

No documentário temático sobre as Letras Galegas e produzido, *Se eu canto é porque quero* (2025), pela Real Academia Galega, especificamente no episódio 2, “As pandeireteiras de Mens: da aldeia á cidade”, duas professoras da associação santiaguesa, a Gentalha do Pichel, as irmãs e professoras de canto e pandeireta, Carme Iglesias e Uxía Iglesias — integrantes do grupo “Bouba Pandeireteiras” — admitem e justificam o porquê de fazerem correções nas letras, eliminarem os castelhanismos e até mesmo conteúdo machistas. Para as irmãs Iglesias, não há sentido em manter o castelhano nessas canções, pois a única razão de estarem ali é para demonstrarem os produtos deste processo de assimilação linguística contra o qual o galego luta, e que essas canções estão ali para transmitir e manter uma língua. Portanto, se elas não correspondem à língua que se quer transmitir e manter, para que dê enfocá-las e reproduzi-las nas aulas? Guadi Galego, musicista e professora, em um artigo intitulado *Unha aplicación para a música popular* reflete sobre a mutabilidade da música popular: “*A música popular está sometida a unha constante evolución; é iso o que a mantén viva e a fai digna da súa definición. Os costumes, as melodías, as cantigas e os xogos cantados aprendidos dos maiores responden a unha necesidade propia de cada tempo*” (2010, p.15).

Carme Iglesias e Uxía Iglesias defendem inclusive que estas letras devem ser reescritas com base outra normativa, a normativa reintegrada. A Gentalha do Pichel, como a própria escolha ortográfica insinua, é uma associação cultural fundada em Santiago de Compostela em 2004, seccionada em comissões que envolvem a cultura, a língua e a política local que promove a ideologia do Reintegracionismo.

O Reintegracionismo é um movimento linguístico, social e político que abrolha na década de 80, a década de transformações significativas para esta língua: foi na década de 80 que vigorou as primeiras evidências da Constituição de 78, que restituiu a democracia ao território espanhol e que tentou apaziguar os efeitos da ditadura em relação às línguas minoritárias do Estado. Neste período o galego foi reconhecido legalmente como língua cooficial



da Galícia, surge a primeira gramática, entra no sistema de ensino e é respaldado por uma série de normativas conhecidas como Leis de Políticas Linguísticas que buscavam garantir o mínimo de equidade entre o espanhol e o galego, garantindo a sobrevivência desta língua cooficial depois de uma longa perseguição e uma série de intempéries históricas.

Entretanto, a publicação de *Normas Ortográficas e Morfológicas do Idioma Galego*, produzida pela Real Academia Galego de 3 de julho de 1982 surpreendeu a todos, pois adotava uma ortografia castelhanizada, amputando de uma vez por todas o passado comum entre o galego e o português. Ricardo Carvalho Calero — escritor, crítico e filólogo —, baluarte do movimento reintegracionista, questionava este rompimento, uma vez que ele negava diassistema linguístico histórico o diassistema linguístico histórico do galego e do português e priorizava uma grafia enlameada pela matriz desgaleguizadora: o castelhano. As formas como este paradigma poderia ser orientado à língua galega dependia da escolha entre as três vertentes entre essa filosofia: reintegracionismo de máximos, de mínimos ou lusista.

Dessa forma, o Reintegracionismo tem como finalidade devolver o galego ao seu berço linguístico:

O reintegracionismo lingüístico galego-português pretende reintegrar a nossa língua no seu âmbito originário e natural: o luso-brasileiro. E surge o convencimento de que esta operação equivale ao recuperar a nossa autenticidade idiomática, já que para o momento presente (porquanto supom de defesa do nosso idioma frente. A perigo da sua dialectalização na órbita do espanhol (SANTALHA, 1986, p.41).

Não obstante, podemos encontrar inclinações reintegracionistas desde o século XVIII, nos primeiros estudos sobre a língua galega ensaiados pelos padres Sarmiento e Feijoo, em poetas do *Rexurdimento* como Eduardo Pondal, ou nas personalidades mais icônicas de Galícia como Daniel Castelao, Vicente Risco e Otero Pedrayo.

Por isso, nas aulas de pandeireta, as letras de músicas que são oferecidas na Gentalha do Pichel perseguem a ortografia portuguesa e com poucas, ou nenhuma, intervenções nos níveis mais profundos da língua ou na influência de sua identidade linguística ou mesmo no eixo temático. Autores Carlos Nogueira (2012) afirmam que os cancioneiros líricos orais e tradicionais no norte de Portugal e na Galiza conservam uma mesma base apesar de pontuais diferenças. Neste intento de deixar decantar as diferenças para tornar visíveis as semelhanças e coincidências, Xosé Manuel Sánchez Rei (2020) traz à baila outras amostras como o cancionero popular inédito recolhido pelo polígrado Cipriano Torre Enciso. Segundo este pesquisador, Enciso teria agregado ao conjunto de textos tradicionais galegos algumas produções do cancionero português que apontam para elementos gramaticais e lexicais oriundos da língua portuguesa. Talvez o que chamemos de futuro do galego realmente esteja no seu passado, o galego-português.

“A saia da Carolina” e “O Pirimpimpín”: as letras galegas cantadas em Portugal e no Brasil

Este trabalho nasce com o intuito de recheiar ainda mais a premissa levantada pelo pesquisador Carlos Callón em seu novo livro *Maxicamente vella, eternamente nova* (2025), um dos muitos outros livros possibilitados por conta da homenagem às cantareiras. O livro de Callón faz uso do tema em voga para se dedicar a muitos outros temas latentes na cultura galega. Já no final desta obra, Callón levanta a discussão sobre o português na Galiza, mas sem querer armar qualquer ideologia por trás de suas conjecturas, quando comenta como algumas músicas populares brasileiras chegaram até a sua casa e a sua infância. Reintegracionistas ou não, a lusofonia já se faz presente há muito tempo na realidade galega.

Pela gênese comum entre Galiza e Portugal, não resulta surpreendente que a configuração do baile, a estética das vestimentas e mesmo que alguns instrumentos não respeitem as



fronteiras políticas, geográficas e imaginárias dos dois territórios. A celebração dessa continuidade cultural e linguística aparece em artistas mais modernos como Uxía Senlle que representa tão bem esse trânsito lusogalego ou mesmo o último álbum (*Barullo*) de um dos artistas revelação atualmente na indústria fonográfica galega, Baiuca — cujo nome real é Alejandro Guillán Castaño —, particularmente em sua música “Alentejo”, cantada em português lusitano.

E que lugar ocupa o Brasil já que ele está apartado na outra beira do Atlântico? Temos em conta artistas como o niteroiense, Sergio Tannus, que no seu disco, “Son brasileiro” estabelece essa ponte, ou mesmo Uxía Senlle, grande parceira deste músico, que produziu o cd “Meu Canto”, gravado na terra do pau-brasil e que construiu parcerias com grandes nomes da música brasileira. E, por último, não poderíamos deixar de mencionar um dos gaiteiros mais aclamados dentro e fora da Galiza, Carlos Nuñez, que produziu o álbum “Alborada do Brasil” e magistralmente misturou os ritmos das duas pátrias, numa experimentação sonora na busca pessoal do gaiteiro cujo bisavô havia emigrado ao Brasil.

Essas novidades musicais que citamos compõem uma faixa temporal recente, todos os trabalhos citados foram produzidos nos anos 2000, mas temos ciência de que outros gêneros foram disseminados nesta tríade, como a regueifa. A regueifa, cujo nome deriva de um pão de romaria, é um gênero orientado pelo caráter de improvisação e disputa, entre dois ou mais cantores, sobre algum tema. Muitos estudiosos apontam que este estilo é devedor das cantigas medievais chamadas de “cantigas de tenção”. Curiosamente, este gênero também foi difundido no Brasil, sobretudo no nordeste do país, e atende pelo nome de “repente”, deve ter vindo na bagagem dos imigrantes galegos que por ali passaram desde o século XIX. Este é só um pequeno rastro que nos permite estreitar esses três territórios.

Em busca destes vestígios elegemos duas músicas correlatas, contemplando tanto a ligação da Galiza com Portugal e promovendo uma ligação, menos evidente e ainda a ser estudada,

com o Brasil. Portanto, analisaremos duas músicas deste inestimável e inesgotável repertório tradicional galego que contam com bastante popularidade: “A saia da Carolina” e “O Pirimpimpín”.

A partir daqui as aferições científicas começam a ficar um pouco embaçadas pela falta de dados, apesar de este ano prestar tributo às *cantareiras* e à música tradicional galega, ainda há muitos aspectos que ainda não foram contemplados nas recentes publicações: ou pela difícil tarefa de compilar dados cuja base é anônima, oral e bastante antiga ou mesmo porque a música tradicional e suas variadas versões parecem grãos de areia destinados a escorrer pelos nossos dedos. Entretanto, tentaremos nos ater aos dados que estiverem ao nosso alcance e à proposta de analisar o léxico comum encontradas nestas versões.

“A saia da Carolina” é uma música que se estende pelo território do norte de Portugal, mas também pelas zonas de Asturias e León e cuja origem é desconhecida. Sua versão mais destacada é a do grupo galego, Fuxan os Ventos, gravadas em 1978 e do grupo de influências celtas, Luar na Lubre, em 2010. É improvável que consigamos rastrear uma versão paradigmática, mas nos pautaremos na letra fornecida pelo site do Luar na Lubre, que nos parece ser a mais afamada, e a cotejaremos com a versão portuguesa do grupo folk progressivo nascido no Porto desde 2000, Arrefole, por proximidade com a letra que chamaremos de “original” por pura displicência. Entretanto, não podemos deixar de mencionar outras versões como a recolhidas por José Leite de Vasconcelos e outra interpretada por Ana Moura. Ambas poderiam facilmente estarem neste quadro comparativo, mas diferem muito das versões galegas, o que nos leva a acreditar se tratar de inspirações em que a criatividade e as interferências foram permitidas com mais afincio.

As versões de Luar na Lubre e Arrefole são melodiadas pelo instrumento mais tradicional da Galícia: a gaita. No plano da letra, impera expressões de duplo sentido que insinuam erotismo e são mantidos os três blocos separados pelo refrão, porém,



diferentemente da versão galega, esta versão mantém um mesmo refrão do início ao fim. Na versão galega, em cada bloco temático, a personagem Carolina responde a mesma pergunta: “*Bailaches, Carolina?*” de três formas distintas: “*baile co meu amor; baile no cuartel; bailei abofe*”.

Entre a interpretação galega e a portuguesa a única mudança a ocorrer, além da simplificação do refrão, é conversão da ortografia, uma vez que todas as palavras são compartilhadas no léxico das línguas em questão;

Em galego temos:

*A saia da Carolina
ten un lagarto pintado
cando a carolina baila
o lagarto dálle o rabo*

Identicamente, a banda do Porto canta:

A saia da Carolina
Tem um lagarto pintado
Quando a Carolina baila
O lagarto dá o rabo

Essa escolha por adaptar apenas a ortografia demonstra, em certa medida, que o estrangeirismo que separada essas duas línguas poderia ser reduzido por um marco ortográfico comum, mais próximo e mais coerente com a história da língua galega, como algumas associações já fazem em seu catálogo de canções. O léxico, em contrapartida, não precisa ser traduzido, pois é o mesmo.

“Em *O Pirimpimpín*” temos uma distância maior: literal e metafórica. Esta é uma música que se espalha pelos três territórios, resultado laborioso entendermos sua genealogia. Sabemos que esta música é interpretada pelo grupo folclórico galego Malvela, que nasce por volta dos anos 2000 e lança seu primeiro álbum em 2002,

a música também foi escolhida para ser tema de abertura da famosa série da Televisión de Galicia, Padre Casares.

No plano do conteúdo, esta canção é interessante, pois cita diretamente Portugal e tem como mote uma mensagem de amor que fala de um casal, os protagonistas, Manolo e María. Uma das chaves de leitura possíveis é que este par esteja separado justamente por um deles estar em Portugal e outro em Sanguñeda (Galiza): “*teño dentro do meu peito/unha laranxa partida*” e também “*do outro lado do río, o pirim pirim pim pim teño a quen lle quero ben-e*”. A letra segue o esquema musical clássico 4 versos rimados cingidos pelo *retrouso* (refrão), que é duplicado. Porém, esta música também apresenta um segundo refrão, também duplicado, que aparece no fim, como uma espécie de arremate, com uma melodia própria e suavemente destoante da melodia do restante da música.

O Brasil aparece justamente graças a este refrão secundário no qual o coro canta:

*Rebola o pai,
rebola a nai,
rebola a filla,
eu como son da familia,
tamén quero rebolar*

Este segundo refrão, reconhecível para os brasileiros e as brasileiras, é replicado em uma cantiga de roda infantil nordestina intitulada “Trem maluco”. Nela, é narrada a viagem de um trem que parte de Pernambuco em direção ao Ceará. E, embora a letra seja mais curta e o público seja jovem, também caberia analisarmos como uma canção de amor se nos atermos à expressão popular e coloquial “dar bola”, como correlato de “demonstrar interesse”. Vemos, de maneira integral, o mesmo refrão replicado, sem acréscimos, uma mínima subtração (como) e alterações apenas ortografia e na repetição da palavra “também”:

rebola o pai
rebola a mãe



rebola a filha
eu também sou da família
também quero rebolar

Todavia, ainda que iguais, chamamos atenção para o verbo rebolar, existe em ambas as línguas, mas com campos semânticos nada idênticos. Segundo o dicionário da Real Academia Galega, *rebolar* ou *arrebolar* denotam a ação de atirar ou lançar algum objeto (pedra, pau, etc.) contra alguém. Um destes objetos que podem ser arremessados é o rebole, sinônimo de carvalho, que etimologicamente deve ter sido importado do castelhano *roble* ou *rebollo*. Apenas no dicionário Estraviz, o dicionário galego reintegracionista, por outro lado, admite a acepção mais próxima da portuguesa: “fazer mover como uma bola”.

Enquanto a versão brasileira parece ser uma aposta criativa num jogo de palavras que diz respeito aos versos anteriores ao refrão (a depender da versão, a sequência pode ser invertida) entre a expressão “dar bola” e “rebolar”: “rebola bola/ você diz que dá que dá/ você diz que dá na bola/ na bola você não dá” e, naturalmente, ao movimento circular típico das danças em roda.

Considerações finais

O debate sobre a língua galega merecer ou não um lugar de destaque na lusofonia (ou galeguia, segundo o termo cunhado pelo brasileiro Luiz Ruffato)⁹⁰ nunca esteve tanto em voga. Com a recente publicação do livro *Assim nasceu uma língua* (2019) parece que não podemos mais nos esquivar de uma reparação histórica para com o galego e o quanto a lusofonia poderia postergar as desanimadoras previsões que dados estáticos vaticinam sobre essa língua.

⁹⁰ Para o escritor e pesquisador Luiz Ruffato, o termo lusofonia varre qualquer protagonismo que o galego poderia angariar caso se reconhecesse o Reino de Gallaecia como berço da nossa língua. Além do mais, caso nos inclinássemos à palavra “galeguia” poderíamos abrandar as feridas históricas da colonização e violência que a “lusofonia” tende a suscitar.

Ainda que este tópico pareça recente, há evidências de que esse desejo por um melhor trânsito e penetração do galego no português é bastante antiga e está respaldada por leis como a Lei Valentín Paz-Andrade⁹¹, é movimentada por projetos como o Modelo Burela⁹², a criação da Associação Galega da Língua (AGAL), mercados editoriais que preveem o uso indiscriminado das variantes do galego (reintegrado, normativo, ou mesmo no português europeu ou brasileiro) como a editora Através, Menino Morreu e Urutau (esta última é brasileira), a fundação do Observatório da Lusofonia, o trabalho realizado pelo canal *Nós Televisión*, as recentes normativas que incentivam e ofertam o ensino de português como língua estrangeira nas escolas públicas e nas escolas de idioma e a inserção da Espanha como membro observador da CPLP. Na realidade, ainda perdura o sentimento de que pouco de aproveita de todos estes aparatos e ações, principalmente pelo fato de elas ainda serem escassas, gozarem de poucos incentivos financeiros e serem validadas por instituições oficiais, por isso sempre parecem à margem e um tanto clandestinas embora sejam legítimas.

Se o dia das Letras Galegas permitiu dotar de valor algo tão desvalorizado como a cultura popular, tornando-a algo com valor acadêmico e artístico, que deixamos que as *cantareiras* também nos apontem outras entradas na lusofonia/galeguia e que sigam revelando o tanto dessa trilha que já foi percorrida e que a música, esse recurso mnemônico tão poderoso, não nos permite esquecer. “Um povo que canta não morre” porque aqui no Brasil somos mais de 2000 milhões cantando juntos.

⁹¹ Lei em vigor desde 2014 que articula projetos e iniciativas que promovam a aproximação, especialmente nas produções culturais, de Galiza e Portugal.

⁹² um projeto de ensino de português no Instituto Perdouro de Burela orientado e proposto pelo professor e pesquisador Bernardo Penabade Rei. O Modelo Burela é uma grande referência no panorama da planificação e normalização da língua galega e que visa a lusofonia como um caminho para a manutenção e otimização da língua galega de forma a projetá-la num nível internacional e acolher a comunidade imigrante cuja forte presença nesta região não pode ser negada.



Referências

- ARREFOLE. *A saia da Carolina*. [S.l.]: Arrefole, [s.d.]. 1 vídeo (3 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W537fna6kqU>. Acesso em: 25 maio 2025.
- BARRERO, Tiano Labraña. A música tradicional, axente de normalización lingüística. **Revista Galega de Educación**, Santiago de Compostela, n. 47, p. 56–59, 2010. Disponível em: <https://rge.gal/wp-content/uploads/2020/05/47-revista-galega-de-educacion.pdf>. Acesso em: 24 maio 2025.
- BARRERO, Tiano Labraña. O repertorio tradicional de asunto infantil e o seu emprego como recurso. **Revista Galega de Educación**, Santiago de Compostela, n. 47, p. 32–40, 2010. Disponível em: <https://rge.gal/wp-content/uploads/2020/05/47-revista-galega-de-educacion.pdf>. Acesso em: 24 maio 2025.
- CID, Jesús Antonio *Estudios de Literatura Oral*, 11-12, pp. 51-72, 2005.
- ESTRAVIZ, Isaac Alonso. *Dicionário da língua galega moderna*. Disponível em: <https://www.estraviz.org>. Verbete: “rebolar”. Acesso em: 25 maio 2025.
- FORNEIRO, José Luis. El romancero tradicional de Galicia. Estado de la cuestión/The Traditional Galician" Romancero". State of Play. **Boletín de Literatura Oral**, p. 105-130, 2017.
- GALEGO, Guadi. Unha aplicación para a música popular. **Revista Galega de Educación**, Santiago de Compostela, n. 47, p. 14–15, 2010. Disponível em: <https://rge.gal/wp-content/uploads/2020/05/47-revista-galega-de-educacion.pdf>. Acesso em: 24 maio 2025.
- GONZÁLEZ, M. González (dir.): *Dicionario da Real Academia Galega*. A Coruña: Real Academia Galega. <https://academia.gal/dicionario>. Acesso em: 25 de maio de 20025.
- MALVELA. *O Pirimpimpín*. In: _____. [S.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZW-sCazj-0Y>. Acesso em: 25 maio 2025.
- MONTEAGUDO, Henrique. A Galiza e o espaço linguístico-cultural de expressão portuguesa. In: LOBO, Tânia; CARNEIRO,

Zenaide; SOLEDADE, Juliana; ALMEIDA, Ana; RIBEIRO, Sílvia (orgs.). *Rosae: Linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 51–63. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/67y3k/pdf/lobo-9788523212308-06.pdf>.

Acesso em: 25 maio 2025.

NOGUEIRA FARIA, Rui, "Os cancioneiros líricos orais do Norte de Portugal e da Galiza", *Colóquio/Letras*, n.º 181, Set. 2012, p. 164-174.

ORJAIS, José Luís do Pico. *Cantos Lusófonos: Cancioneiro Popular*. Escolha e adaptação de José Luís do Pico Orjais. Sant Cugat del Vallès: Edições da Galiza; Santiago de Compostela: Academia Galega da Língua Portuguesa, 2011. 209 p. (Coleção Clássicos da Galiza, v. 3). ISBN 978-84-936481-4-5. Disponível em: https://www.edu.xunta.gal/centros/cepbreasegade/aulavirtual/pluginfile.php/1657/mod_label/intro/03_classicos_da_galiza_cantos_lusofonos.pdf. Acesso em: 25 maio 2025.

PERES, Tiago Gonçalves. *Breve história do reintegracionismo*. Santiago de Compostela: Através editora, 2014.

REI, Xosé Manuel Sánchez. Galego e português no Cancioneiro inédito de Cipriano Torre Enciso. *Estudos de lingüística galega*, v. 12, p. 141-177, 2020.

RICO, Diego Bernal. *Portugues do Brasil: O galego tropical*. Santiago de Compostela: Através editora, 2020.



Traduzir a palavra: questões lexicais no processo de tradução de *Cartucho*, de Nellie Campobello

Wagner Monteiro (UERJ/UFSC)
Letícia Oliveira (UERJ)

Tradução e violência: uma breve introdução

Nos últimos cinquenta anos, as teorias da tradução vêm ganhando contornos dos mais diversos. Influenciadas sobretudo pelo Pós-estruturalismo, diferentes vertentes tiveram a partir de Jacques Derrida um ponto de inflexão. A teoria e prática primordialmente logocêntrica dava espaço à escritura desestruturada do teórico franco-magrebino, cuja base está na desconstrução do texto com o Outro, o que teria profundas consequências na relação entre texto original e traduzido – ou entre textos pertencentes a diferentes *aqui* e *agora*.

Antoine Berman (2002), por outro lado, introduz em sua teoria da tradução um componente ético e político que revolucionaria a área e teria enorme ressonância entre os estudiosos brasileiros. O cerne da teoria de Berman está na crítica à tradução denominada por ele “etnocêntrica”, isto é, que desprestigia a cultura do Outro, daquilo que é estrangeiro e “estranho” à cultura do país do texto traduzido – e que muitas vezes é uma nação central –. Para Berman, a tradução deve manter o caráter *estrangeirizante*, prestigiando características típicas da cultura do texto traduzido, na contramão de uma tradução que resulte fluida para o leitor do texto traduzido, sem qualquer referência a questões linguísticas inerentes ao texto e – consequentemente – à cultura do texto original.

Lawrence Venuti (2021) segue a mesma linha de Berman ao destacar como nos Estados Unidos existe há décadas uma cultura

de invisibilizar o tradutor, promulgando um regime de fluência. Isto é, o tradutor deve fornecer a seu leitor uma ilusão de transparência, por meio de uma prosa “natural”, “elegante” e “adorável”. A tradução de um texto como *Yo el supremo*, de Augusto Roa Bastos, repleta de marcas linguísticas e específicas da cultura indígena paraguaia deve, segundo esse critério, passar por um processo de simplificação e adequação ao idioma traduzido, para que o leitor tenha a impressão de que esse texto foi escrito originalmente na língua traduzida. Venuti (2021) destaca ainda que mesmo quando o ideal de fluidez não vigora no mercado editorial de uma nação, toda tradução tem uma essência violenta.

Para que a violência seja menor, cabe ao tradutor optar pela recriação do texto a ser traduzido, produzindo um novo texto, localizado em um novo *aqui* e *agora*, em um processo autônomo e – ao mesmo tempo – recíproco, que tente prestigiar as características do texto original, por meio de um trabalho recriador, que alce o tradutor ao protagonismo de um novo autor. Esse trabalho não deve ser, no entanto, pensado na simplificação das estruturas do texto original para o texto traduzido. Antes, deve haver um trabalho que coloque as duas culturas em diálogo.

Finalmente, nesse processo de tradução, houve uma preocupação de ordem linguística, em um trabalho que colocou sempre tanto o espanhol como o português em um diálogo contrastivo. Vale ressaltar que Henri Meschonnic, em *Poética do traduzir* (2010), afirma que uma boa tradução é aquela que “segue o que constrói o texto, não apenas em sua função social de representação (a literatura), mas em seu funcionamento semiótico e semântico” (Meschonnic, 2010, p. 75). Assim, é fundamental que uma tradução não apenas coloque questões sócio-históricas em diálogo, como verifique os mecanismos utilizados no texto de partida, para que haja reciprocidade na construção do texto da língua de chegada.



Nellie Campobello e *Cartucho*

Influenciada pela literatura pós-Revolução, Nellie Campobello (1900 - 1986), que cresceu durante a eclosão da Revolução Mexicana (1910 - 1920), reproduz através da narração em primeira pessoa, sua percepção do que presenciou ou escutou, misturando ficção com a realidade na obra intitulada *Cartucho* (1931). Por todo o livro é possível encontrar relatos sobre importantes personalidades da Revolução Mexicana, como Pancho Villa e Porfirio Díaz, além, de movimentos marcados por conflitos, Carrancistas e Villistas. Outra característica são os nomes de ruas, como Segunda del Rayo e cidades e Estado do norte do México respectivamente, como Parral e Chihuahua, local de atuação de Francisco Villa. Esses aspectos permitem a ilusão da veracidade, dando a impressão de uma leitura não ficcional.

Pretendemos nesta seção, como nossa prática tradutória dialoga com aspectos lexicais relevantes da obra de Campobello. Dessa forma, para a tradução de *Cartucho* foi indispensável manter os aspectos culturais, sociais e políticos, com a atenção de não transformar o livro irreconhecível como um texto estrangeiro ou em um texto brasileiro. Como expressa Pym:

o tradutor ético não deve adaptar o texto estrangeiro à cultura de chegada, mas sim respeitar e conservar a faceta de sua estrangeiridade. Ao tentarmos dar sentido ao texto estrangeiro, nós o transportamos para o nosso entender, nossa cultura, o que só pode levar à tradução etnocêntrica. Segundo Berman, “a atitude ética consiste em reconhecer e receber o Outro como Outro” (Pym, 2017, p. 200).

Para isso, nomes, características do país de partida, expressões de relevância na história ou particularidades da Revolução Mexicana não foram modificadas. Isto é, a tradução permite romper a barreira existente entre as línguas, dando a oportunidade de conhecer e compreender outras culturas. Mas lembrando-se da tarefa de fazer com que essa comunicação seja compreensível para o país de chegada, indo além da organização pertinente de

sentenças, mudanças, adições e reduções de artigos, advérbio, pronomes ou preposições, mas de estratégias que permitam seu entendimento. Isso fica claro no conto “Los oficiales de la Segunda del Rayo” que foi traduzido para “Os oficiais da rua Segunda del Rayo”, onde foi pertinente a adição do substantivo “rua” como forma de explicar a referência ao leitor sem recorrer à nota de rodapé, não sendo necessária essa adição no restante da história.

Tendo em vista que a narrativa se passa na Revolução Mexicana, foram inseridos termos que são utilizados nas Forças Armadas para fazer a equivalência à língua de chegada, possibilitando que o significado alcance o mesmo valor. Conforme Pym (2017, p. 27), “A equivalência não estabelece que as línguas são todas iguais; ela apenas estabelece que os valores pode ser os mesmos” . Em vista disso, no conto “El coronel Bostillos” foi utilizado o vocábulo “comandante” como tradução para “Jefe” que designa a liderança de uma unidade ao personagem coronel, uma vez que chefe não teria a mesma conotação na língua de chegada.

No mesmo conto, a autora usa a metáfora *conejo escondido* para descrever a aparência do personagem que tinha um bigode grande e que convivia com a presença da morte suscitada pela Revolução. Objetivando equivaler à linguagem utilizada no idioma de partida, mas que fizesse um maior sentido na cultura de chegada, *conejo escondido* foi traduzido para “rato assustado”, uma expressão utilizada na língua portuguesa brasileira. Fundamentada pelo conceito de que “Uma expressão comum, de um lado, deveria corresponder a uma expressão comum, do outro” (Pym, 2017, p. 33). Visto também na tradução de *güeros* para “loiros”, uma gíria mexicana para se referir a pessoas de pele clara e loiras, não tendo uma gíria equivalente no português brasileiro.

Tabela 1: questões lexicais

El coronel Bustillos no odiaba al Jefe – como él le decía-, pero nunca le gustaba oír que lo elogiaran; él creía que Villa era como cualquiera, y que el día que tocara morir, moriría igual	O coronel Bustillos não odiava o comandante -como ele lhe dizia-, mas também, nunca gostava de ouvir elogios a ele; acreditava que Villa era igual a todos os outros e que, no dia
--	--



que los otros. Bustillos tenía unos bigotes güeros, tan largos que le sobresalían de la cara; siempre traía la punta derecha agarrada con los dedos; andaba lentamente; era blanco, con los ojos azules; su cara parecía la de un conejo escondido. Nunca se reía; sabía hablar mayo.	em que chegasse a sua vez de morrer, morreria como todos. Bustillos tinha bigodes loiros , tão longos que sobressaíam do rosto; tinha sempre a ponta direita agarrada aos dedos; andava lentamente; era branco, com olhos azuis; seu rosto parecia de um rato assustado . Nunca ria; sabia falar a língua dos Yoremes .
---	--

Na última sentença destacada do conto, encontra-se a descrição de que o personagem *sabía hablar mayo*, língua utilizada pela população indígena localizada no Estado de Sinaloa, também conhecida como Yoremes. Essa última denominação foi escolhida para a tradução para evitar a ambiguidade que o nome Mayo provocaria, que evoca o quinto mês do ano. Outro método utilizado para não prejudicar o segmento do foco da leitura para recorrer à nota de rodapé, foi a adição de “língua” como forma de tornar explícito para o leitor que não conhece o povo apresentado. Entretanto, a nota de rodapé poderia ser utilizada para maior explicação sobre a população indígena e a sua língua mencionada.

Tabela 2: questões lexicais

¡Viva Elías Acosta!, gritaba la gente cuando él pasaba por las calles de la Segunda del Rayo. Elías era el tipo del hombre bello, usaba mitazas de piel de tigre, una pistola nueva y la cuera de los generales y coroneles.	Viva Elías Acosta!, gritava o povo quando ele passava pelas ruas da Segunda del Rayo . Elías era o tipo de homem bonito, usava polainas de pele de tigre, uma pistola nova e um casaco pesado dos generais e coronéis.
--	---

No conto “Elías” encontra-se a descrição de vestimenta, como “mitazas” que foi traduzido como polainas, acessórios que faziam parte dos uniformes oficiais dos militares brasileiros até o século XIX, e em comum uso na Revolução Mexicana no século XX. Outra peça encontrada na descrição é “la cuera” que de acordo com o *Diccionario breve de mexicanismos* (2001) denota a “Pantalones de cuero” (calças de couro), por outro lado, no *diccionario de la lengua*

española (2024) designa a uma “Especie de chaqueta de piel, que se usaba antiguamente sobre el jubón” ou “cuera que se ponía debajo del arnés”.

‘No entanto, a escolha final para a tradução ser “casaco pesado” surgiu a partir da origem da *cuera* ou de *los soldados de cuera* no Norte do México, onde se passa o conto, do século XVI. Conforme Hardwick (2016, n. p.), “The *soldado de cuera* was in fact named for his leather armor. The *cuera* was a heavy, knee-length, sleeveless coat. It consisted of several layers of well-cured buckskin which were bound together at the edges with a strong seam and secured to the body by encircling straps”. A escolha do termo resultou-se na coerência com as conceituações do dicionário da RAE, seguindo com a lógica de que é uma indumentária que esteve presente em uniformes militares e no trabalho no campo, o que seguiria a congruência da vestimenta da população do Norte do México referida no conto.

Tabela 3: questões lexicais

La red de mentiras que contra el general Villa difundieron los simuladores, los grupos de la calumnia organizada, los creadores de la leyenda negra, irá cayendo como tendrán que caer las estatuas de bronce que se han levantado con los dineros avanzados.	A rede de mentiras que os simuladores, os grupos organizados de difamação, os criadores da lenda sombria espalharam contra o general Villa, cairá como cairão as estatuas de bronze que foram erguidas com os dinheiros adiantados.
---	--

Ao traduzir a obra de Nellie Campobello foram consideradas, além, do contexto histórico e social da obra e da autora, a cultura e a língua do idioma receptivo, isto é, o português do Brasil. O Brasil, que por sua vez é um país fortemente marcado pelo seu passado escravocrata, evidenciado por um povo marginalizado, que conviveu e convive também com o racismo individual, institucional, cultural e até mesmo, estrutural. Esse último foi encontrado também no idioma, em que mesmo depois de séculos, e inconscientemente, expressões racistas foram e são reproduzidas



no vocabulário da população brasileira. Porém, recentemente a conscientização e as discussões em torno desse tema foram fortalecidas, incentivando o corte de termos historicamente racistas do vocabulário.

Um debate que chega na literatura e na tradução para saber até onde convém mudar um texto que foi criado com outro pensamento e em um outro contexto histórico, apagando o passado, ou até mesmo, prejudicando a criação de uma narração que gere conflito e reflexão da sociedade. Um exemplo disso é a adaptação de “O Sítio do Picapau Amarelo” de Monteiro Lobato, em que a autora apaga termos racistas, muda posições sociais e nomes de personagens para que a história não fosse ofensiva atualmente. (Costa, 2020, p 18).

No entanto, considerando a proposta do livro *Cartucho* e o seu contexto, a tradução do termo *leyenda negra* encontrado no conto *Nacha Ceniceros* foi solucionada para “lenda sombria”, já que ele não interfere na historicidade da obra ou no enredo, mas contribui com a transformação necessária que ocorre na sociedade e na língua de chegada.

Na visão de Venutti (2002), portanto, a identidade do Outro estrangeiro é inevitavelmente marcada pelo ‘filtro’ interpretativo da tradução e pela dimensão doméstica da cultura receptora do texto traduzido, de modo que ela nunca é efetivamente reproduzida sem a interferência de aspectos que demarcam a dimensão histórica e contextual das condições de produção da tradução e das próprias ‘filiações’ ou ‘afinidades’ do tradutor com uma determinada visão de mundo (Amorim; Rodrigues; Stupiello, 2015, p. 165).

Tabela 4: questões lexicais e raciais

—Qué bien tratan estos changos —le decía a Mamá—, ni parecen generales.	— Como são bem tratados esses changos — dizia a mamãe—, nem parecem generais.
---	--

No caso do conto *Por un beso*, no qual encontra-se a expressão *chango*, que no México é um sinônimo de macaco, porém “es equivalente a ‘esse tipo’, ‘esse tio’, ‘la persona aquella de quien hablo’” (Pérez, Maximiliano Mena, 2001, p. 25). Ou seja, não

possuindo a mesma conotação que no português teria. Dessa forma, com o intuito de preservar o dialeto que fez parte do norte do México no século XX, a palavra *chango* permanece inalterada. Apresentando nota de rodapé como recurso para explicar a palavra ao leitor da língua de chegada. Como ilustra Amorim, Rodrigues e Stupiello (2015 apud Venuti, 2002):

(...) a identidade do Outro estrangeiro é reconstruída, via tradução, como uma forma de representação que com frequência atende a certos valores internos da cultura de recepção da tradução, podendo se estabelecer, com isso, um cânone doméstico que se torna representativo da identidade que passa a ser vinculada e, por conseguinte, consolidada no imaginário de leitores de textos traduzidos (p. 162-163).

Tabela 5 :questões lexicais

José era filósofo. Tenía crenchas doradas untadas de sebo y lacias de frío. Los ojos exactos de un perro amarillo. Hablaba sintéticamente. Pensaba con la Biblia en la punta del rifle. [...] —Vamos a traer la cabeza de Villa – gritaban las parvadas de caballería al ir por las calles.	José era filósofo. Tinha cabelos dourados untadas de sebo e murchos de frio. Os olhos exatos de um cachorro caramelo . Falava sucintamente. Pensava com a Bíblia na ponta do rifle. — Vamos trazer a cabeça de Villa – gritava o bando da cavalaria ao passar pelas ruas.
---	--

No conto *Ele*, também é evidenciado a busca pela equivalência ao texto de partida, mas em concordância com a cultura de chegada. Usando solução criativa para que faça maior sentido no país receptor. Pensando nisso, a tradução de *perro amarillo* foi para “cachorro caramelo”, porque automaticamente é para onde o pensamento vai quando pensamos em cachorro amarelo, já que essa nomenclatura não é comum no Brasil. Ao contrário da terminologia escolhida que é popular no país para designar um tipo específico de cão, outros com a mesma cor são chamados pela raça. Como pontua Agra:



Tradução não é transcodificação de palavras ou sentenças de uma língua para outra, mas uma complexa forma de ação, por meio da qual informações são geradas em um texto (material da língua fonte) em uma nova situação e sob condições funcionais, culturais e lingüísticas modificadas, preservando-se os aspectos formais os mais próximos possíveis. (Agra, 2007, p. 8).

Portanto, a escolha da tradução é de que repassasse o significado da fonte, ignorando uma tradução literal e formando uma reciprocidade entre as línguas ao criar um diálogo entre a língua de partida com a de chegada. Caso similar encontrado no conto *Por un beso*, em que foi necessário buscar uma terminologia mais próxima ao vocabulário espanhol *parvadas*, que possui como significado um “rebanho ou uma bandada de aves” (DICCIONARIO DE LA LENGUA..., 2024), que se configura como uma metáfora, mas que não funcionaria no português. Desse modo, transformou-se na nomenclatura mais próxima do seu significado original, mas comumente utilizado no português para se referir a um grupo de pessoas.

Em poucas palavras

Neste capítulo, nos propusemos a apresentar brevemente a obra *Cartucho*, da escritora mexicana Nellie Campobello, para que pudéssemos propor um trabalho de tradução comentada do conto. O objetivo central, como fica claro ao longo do texto, foi sublinhar questões lexicais bastante localizadas no cronotopo ao qual pertencia a escritora, para colocá-las em diálogo com o Brasil do século XXI.

Este trabalho serve de modelo metodológico para pesquisadores que trabalham com questões lexicais do par linguístico espanhol <português em tradução. A tradução comentada de textos literários pode, portanto, problematizar questões linguísticas e lexicais de diferentes idiomas contrastivamente. No caso de duas línguas tão próximas como o espanhol e o português, vale a pena sublinhar a assimetria que as línguas mantêm. Deste modo, o trabalho com questões



lexicográficas a partir de textos literários mostra-se produtivo não apenas por apresentar expressões idiomáticas e léxicos específicos de um país em um determinado período histórico, mas para demonstrar peculiaridades e intraduzibilidades no processo de recriação de um texto literário.

Referências

AGRA, Klondy Lúcia de Oliveira. A integração da língua e da cultura no processo de tradução. **Recensio**, Porto Velho: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2007. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/agra-klondy-integracao-da-lingua.pdf>.

Acesso em: 15 maio 2025.

AMORIM, Lauro Maia; RODRIGUES, Cristina Carneiro; STUPIELLO, Érika Nogueira de Andrade, orgs. **Tradução & perspectivas teóricas e práticas [online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

BERMAN, Antoine. **A prova do estrangeiro: cultura e tradução na Alemanha romântica: Herder, Goethe, Schlegel, Novalis, Humboldt, Schleiermacher, Hölderlin**. Tradução de Maria Emília Pereira Chanut. Bauru: EDUSC, 2002.

CAMPOBELLO, Nellie. **Cartucho: relatos de la lucha en el norte de México**. México: Ediciones Era, 2018.

COSTA, Anna Gabriela. Bisneta de Monteiro Lobato exclui passagens racistas em adaptação de clássico. **CNN Brasil**, São Paulo, dez. 2020. Disponível em:

DICCIONARIO DE LA LENGUA ESPAÑOLA. Madrid: Real Academia Española, 2024. Disponível em: <https://dle.rae.es/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

HARDWICK, Michael R. Spanish and Mexican California Soldados de Cuera. In: **Military Museum**. Califórnia: California Military Department, 2016. Disponível em: <https://militarymuseum.org/soldados.html>. Acesso em: 2 fev. 2025.



<https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/bisneta-de-monteiro-lobato-exclui-passagens-racistas-em-adaptacao-de-classico/>. Acesso em 15 fev. 2025.

MESCHONNIC, Henri. **Poética do traduzir**. Tradução de Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Perspectiva, 2010.

PÉREZ, Maximiliano Mena. Chango. *In*: *Diccionario Etimológico Castellano en línea*. Califórnia: deChile, 2001. Disponível em: <https://etimologias.dechile.net/?chango>. Acesso em: 1 mar. 2025.

PYM, Anthony. **Explorando Teorias da Tradução**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

SILVA, Guido Gómez de. **Diccionario breve de mexicanismos**. México: Academia Mexicana, Fondo de Cultura Económica, 2001. 252 p.

VENUTI, Lawrence. **A invisibilidade do tradutor**: uma história da tradução. Tradução de Valéria Biondo, Laureano Pellegrin, Lucinéia Marcelino Villela, Marileide Dias Esqueda. São Paulo: UNESP, 2021.

Organizadores

Jefferson Evaristo

Jefferson Evaristo é pós-doutor em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, doutor em Língua Portuguesa pela UFRJ e em Língua Italiana pela UFRJ, professor de língua portuguesa na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do Liceu Literário Português. Jovem Cientista do Nosso Estado pela FAPERJ, procientista pela UERJ, foi coordenador do subprojeto de língua portuguesa do Programa Residência Pedagógica da CAPES. Atua no PGLetras, PPLIN e PPGLILP, programas de pós-graduação da UERJ.
E-mail: Jeff.evaristo2@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7711892450310178>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7561-5400>

Davi Albuquerque

Davi Albuquerque é pós-doutor em Linguística pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e doutor em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Professor Associado da Escola de Estudos Estrangeiros da Universidade Nankai, China, e tem experiência como professor de Português Língua Não Materna (PLNM) e também como pesquisador nas áreas de PLNM e Ecolinguística, bem como sobre Timor-Leste, com várias publicações sobre esses três temas.
E-mail: albuquerque07@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4480651866994639>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1941-6925>

Phelipe Cerdeira

Phelipe de Lima Cerdeira é pós-doutor em Literatura Comparada pela UNIOESTE e Professor Adjunto de Literaturas Hispânicas no Instituto de Letras da UERJ. Líder do Grupo de Pesquisa CNPq

LITARC – Literatura Argentina Contemporânea e pesquisador em outros grupos no Brasil e na Argentina, focando-se nas áreas de ficção histórica, literaturas latino-americanas e ensino de literatura. Bolsista Prociência e Prodociência UERJ. Coordenador do Curso de Graduação em Português-Espanhol da UERJ.

E-mail: phelipecerdeira@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5328133725563043>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9097-8250>

Cláudia Moura da Rocha

Claudia Moura da Rocha é doutora em Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde atua como Professora Adjunta de Língua Portuguesa. É professora aposentada da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Atualmente é Procientista da UERJ e coordenadora do Projeto Prodociência “Livros didáticos de língua portuguesa: memória e reflexão”.

E-mail: claudiamoura.uca@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5891003802019200>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3428-6065>



Autoras e autores

Adriano Braga Bressan

Doutorando em Estudos de Linguagens pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e servidor na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Membro do Núcleo de Pesquisa em Quadrinhos (NuPeQ) da UEMS e da Associação de Pesquisadores em Arte Sequencial (ASPAS), além de participar do TRALEX - Ensino: Tradução, Léxico e Ensino de Línguas Estrangeiras da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

E-mail: adriano.bressan@uems.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1596429793425330>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2701-4723>

Bruno Neves

Doutorando em Linguística e Língua Portuguesa e mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), professor de língua inglesa na secretaria municipal de educação do município do Rio de Janeiro e professor de Língua Portuguesa na Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj)

E-mail: brunogsn86@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4982907945192568>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-3052-9509>



Cláudia Moura da Rocha

Claudia Moura da Rocha é doutora em Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde atua como Professora Adjunta de Língua Portuguesa. É professora aposentada da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Atualmente é Procientista da UERJ e coordenadora do Projeto Prodocência “Livros didáticos de língua portuguesa: memória e reflexão”.

E-mail: claudiamoura.uca@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5891003802019200>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3428-6065>

Davi Albuquerque

Davi Albuquerque é pós-doutor em Linguística pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e doutor em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Professor Associado da Escola de Estudos Estrangeiros da Universidade Nankai, China, e tem experiência como professor de Português Língua Não Materna (PLNM) e também como pesquisador nas áreas de PLNM e Ecolinguística, bem como sobre Timor-Leste, com várias publicações sobre esses três temas.

E-mail: albuquerque07@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4480651866994639>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1941-6925>

Eliabe Procópio

Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), professor de língua portuguesa na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ-C) do CNPq. É membro correspondente do *Observatorio Permanente del Hispanismo*, vinculado à *Fundación Duques de Soria* (OHP-FDS, Espanha), e membro efetivo da Cátedra Marquês de Pombal (UFS e Instituto Camões/Portugal).

E-mail: eliabeprocopio@yahoo.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0792658591244187>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9766-1686>



Fabio André Cardoso Coelho

Professor Adjunto no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. Pós-doutor, doutor em Letras (Língua Portuguesa) e mestre em Letras (Literatura Portuguesa), pela Universidade Federal Fluminense. Graduado em Letras pela Fundação Educacional da Região dos Lagos.

E-mail: fabiocoelho@id.uff.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8667782812462850>

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-1288-6868>

Janine Maria Rocha da Silva

Professora Adjunta na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Lavras. Pós-doutora, doutora e mestra em Estudos de Linguagem, pela Universidade Federal Fluminense. Graduada em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

E-mail: janine_maria76@yahoo.com.br

<http://lattes.cnpq.br/5052106367828443>

Orcid ID: <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0002-6963-279X>

Jefferson Evaristo

Jefferson Evaristo é pós-doutor em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, doutor em Língua Portuguesa pela UFRJ e em Língua Italiana pela UFRJ, professor de língua portuguesa na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do Liceu Literário Português. Jovem Cientista do Nosso Estado pela FAPERJ, procientista pela UERJ, foi coordenador do subprojeto de língua portuguesa do Programa Residência Pedagógica da CAPES. Atua no PGLetras, PPLIN e PPGLILP, programas de pós-graduação da UERJ.

E-mail: Jeff.evaristo2@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7711892450310178>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7561-5400>



João Paulo da Silva Nascimento

Professor substituto de Libras e Literatura Surda no Departamento de Letras-Libras da Faculdade de Letras da UFRJ, doutorando em Linguística (2023-) e mestre em Estudos Linguísticos (2022) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É graduado em Letras com dignidade acadêmica *Summa Cum Laude* pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador nos seguintes grupos: Núcleo de Estudos sobre InterlínguaS (NEIS/UFRJ), Gramática de Construções e Interfaces Linguísticas (GPGCIL/UERJ) e Núcleo de Estudos sobre Língua(gem) em Uso e Cognição (NELUC/UERJ).

E-mail: jpn0401@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0302551946472994>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8392-4265>

Letícia Oliveira da Silva

Graduanda em Letras Português/Espanhol na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

E-mail: leticiaoliveirads@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0961788203742041>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-8973-9419>

Márcia Felipe

Doutora e mestre em Letras – Língua Portuguesa pela UERJ, professora formadora na Seeduc-RJ e professora de redação acadêmica no curso de extensão do LICOM/UERJ.

E-mail: prof.marciadagama@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0368935869283244>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7526-1067>



Marcos Luiz Wiedemer

Professor associado de linguística na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Jovem Cientista do Nosso Estado pela FAPERJ, procientista pela UERJ. Pesquisador permanente do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, área de concentração “Estudos Linguísticos”. Líder do Grupo de Pesquisa “Gramática de Construções e Interfaces Linguísticas” (UERJ/UFF/IFRJ/UFRR/UESB/UFPB).

E-mail: mlwiedemer@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4237755696513203>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0924-1030>

Mariana Alves Vieira

Graduanda em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e bolsista de Iniciação Científica do CNPq.

E-mail: mva052003@academico.ufs.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7409475696340208>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-7468-2831>

Nataniel dos Santos Gomes

Pós-doutor em Língua Portuguesa (UERJ), doutor em Linguística (UFRJ), professor da graduação e dos programas de pós-graduação em Letras (UEMS) e do programa de Estudos de Linguagens (UFMS), membro da Academia Brasileira de Filologia, presidente da Associação de Pesquisadores em Arte Sequencial (ASPAS) e líder do Núcleo de Pesquisa em Quadrinhos (NuPeQ).

E-mail: nataniel@uems.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6180920530799182>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3911-1552>



Phelipe Cerdeira

Phelipe de Lima Cerdeira é pós-doutor em Literatura Comparada pela UNIOESTE e Professor Adjunto de Literaturas Hispânicas no Instituto de Letras da UERJ. Líder do Grupo de Pesquisa CNPq LITARC – Literatura Argentina Contemporânea e pesquisador em outros grupos no Brasil e na Argentina, focando-se nas áreas de ficção histórica, literaturas latino-americanas e ensino de literatura. Bolsista Prociência e Prodociência UERJ. Coordenador do Curso de Graduação em Português-Espanhol da UERJ.

E-mail: phelipecerdeira@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5328133725563043>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9097-8250>

Raquel Lagoa

Doutoranda do PPG em Estudos de Linguagem (UFF) e professora de língua portuguesa e língua inglesa da rede municipal de Niterói e da SEEDUC RJ. Mestra em língua portuguesa pelo Programa de Pós-Graduação em Letras na área de Estudos de Língua da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É membro do grupo de pesquisas: Filologia, línguas clássicas e línguas formadoras da cultura nacional (FILIC/CNPq/ UFF). Tem interesse nas áreas de Historiografia Linguística, Linguística Missionária e Gramaticografia.

E-mail: raquelmarques2004@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7748195105612813>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-1247-715X>

Rayssa Marinho

Doutoranda em Linguística e Língua Portuguesa pela UERJ, mestre em Linguística pela UERJ e professora de Língua Portuguesa. Atua no momento como bolsista da CAPES e desenvolve pesquisas na área de historiografia linguística.

E-mail: rayssaredatora@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6595930538499173>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-7634-4539>



Roberto Lota

Doutor em Literatura Brasileira pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor de língua e literatura em escolas privadas do Rio de Janeiro. Atua tanto no currículo nacional quanto no currículo internacional (o *International Baccalaureate – DP Programme*). Atualmente cursa o doutorado em Educação, na área de Currículo, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

E-mail: robertodeandradelota@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5746141690600641>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-5967-5562>

Thayne Gaspar

Doutoranda em Ciência da Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e conta com coorientação da Universidade de Santiago de Compostela. É mestre em Teoria da Literatura e Literatura Comparada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Realizou as especializações de Literatura Infantil e Juvenil na Universidade Federal do Rio de Janeiro e Português para Estrangeiros pela Universidade Federal Fluminense. Toda a sua carreira acadêmica é dedicada aos estudos de língua, cultura e literatura galegas. É colaboradora do Programa de Estudos Galegos desde 2014 e do projeto Galícia Transatlântica e ministra aulas de galego desde 2020 no programa. Foi professora de Literatura Infantil e Juvenil Galega na especialização de Literatura Infantil e Juvenil na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2024. Ministra disciplinas eletivas de galego na Escola Cívico-Militar Carioca desde 2023. É pesquisadora associada ao *Instituto Galego de Análise e Documentación Internacional*. É secretária da *Asociación Internacional de Estudos Galegos*. E realizou uma estadia no Instituto da Língua Galega durante o doutorado

E-mail: thayanegasparj@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0883085486067902>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3623-803X>



Wagner Monteiro

Pós-doutor em Letras pela Universidade de São Paulo e professor de língua e literatura espanhola na graduação e de Teoria da Tradução na pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Procientista pela UERJ.

E-mail: wagner.hispanista@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0266330556981510>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2884-9167>



"Penetra surdamente no reino das palavras", disse o poeta, terminando por perguntar: "trouxeste a chave?". Este livro busca abrir as portas do mundo do léxico, das palavras, a partir de suas múltiplas potências nos estudos linguísticos e literários. Adentre conosco nesse mundo e passeie por dicionários, glossários, vocabulários, poemas, traduções, músicas e muito mais.

